Eliane Serrão Alves Mey
Naira Christofoletti Silveira

Catalogação no plural

BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

ISBN 858563739-0

Convidada pela editora a preparar uma nova edição de sua *Introdução à catalogação*, de 1995, Eliane Serrão Alves Mey, fez, com a colaboração de Naira Christofoletti Silveira, algo mais: uma ampla revisão do texto, atualizando-o para incluir as mais recentes mudanças ocorridas no campo da representação de documentos. Disso resultou um novo manual, que, por causa da autoria a quatro mãos e dos aspectos multifacéticos da catalogação de hoje em dia, exigia um novo título: *Catalogação plural*. Nas palavras das autoras:

"Este manual tem a pretensão de ser um guia para alunos iniciantes em catalogação e um auxiliar para docentes da área. Também pretensiosamente espera despertar naqueles alunos o interesse e o gosto pela catalogação. Por sinal, esta é aqui considerada uma atividade prazerosa e instigante. Após descobrirmos quão agradável pode ser, dificilmente dela nos apartamos. Por algum tempo, foi difamada, até mesmo 'enterrada e cremada', mas tal como a fênix egípcia e a própria biblioteconomia, renasce das cinzas, faz 'plástica' e reassume seu papel, representando o sol e a vida dos registros do conhecimento.

Incluíram-se neste pequeno livro todos os tópicos que consideramos pertinentes a uma disciplina de catalogação: fundamentos, histórico, elementos básicos, elaboração dos registros bibliográficos, produção e organização dos catálogos e, a nosso ver, o mais importante: o porquê de fazermos tudo isso. Em dois capítulos nos alongamos um tanto: no segundo, sobre modelos entidade–relacionamento do registro bibliográfico, porque

CATALOGAÇÃO NO PLURAL

Eliane Serrão Alves Mey
Naira Christofoletti Silveira

Catalogação no Plural

BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

Edição revista e ampliada de *Introdução à catalogação*
(Briquet de Lemos / Livros, 1995)

Este livro obedece ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

Capa: Formatos Design Gráfico Ltda.

Revisão: Maria Lucia Vilar de Lemos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

Mey, Eliane Serrão Alves
Catalogação no plural / Eliane Serrão Alves Mey, Naira Christofoletti Silveira. – Brasília, DF : Briquet de Lemos / Livros, 2009.

ISBN 978-85-85637-39-2

1. Catalogação 2. Catalogação descritiva I. Silveira, Naira Christofoletti. II. Título.

09-07711 CDD 025.32

Índices para catálogo sistemático:
1. Catalogação descritiva : Regras : Biblioteconomia 025.32

2009
Briquet de Lemos / Livros
SRTS – Quadra 701 – Bloco O – Loja 7
Edifício Centro Multiempresarial
Brasília, DF 70340-000
Telefones (61) 3322 9806 / 3323 1725
www.briquetdelemos.com.br
editora@briquetdelemos.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Algumas mudanças e outras nem tanto. Mudança de título, pois esta é, na realidade, uma nova edição do manual *Introdução à catalogação*, publicado em 1995. Por que *Catalogação no plural*? A bem da verdade, a idéia foi de Naira Silveira (que é ótima para sugerir títulos).

Plural, antes de mais nada, porque agora somos duas a escrever, pensar e colocar nossos pontos de vista, quase sempre coincidentes. Em segundo lugar, porque as catalogações agora se multiplicaram, em mais de um sentido. Há alguns códigos de catalogação, normas, formatos e programas, que interagem simultaneamente. Por fim, a própria catalogação em si se tornou múltipla, atendendo a inúmeras frentes, profissionais de diferentes áreas, ampliando o conceito de 'usuário' da catalogação, para além de quaisquer paredes ou conceitos. Então, é plural mesmo.

Mudanças também no conteúdo, ampliado, revisto e atualizado até fevereiro de 2009. Pelo que muito temos a agradecer a todos os amigos, incentivadores, familiares, em especial aos colegas bibliotecários. Uma longa lista de pessoas queridas, nos mais diferentes pontos do país, que nos escreviam sobre as novidades e nos prestavam socorro quando pedíamos. Não fazemos citações aqui, porque incorreríamos em dois enganos: o primeiro, certamente o erro de omissão; o segundo, teríamos um rol de várias páginas, tantos foram os que nos ajudaram. A todos, nosso muito obrigadas.

Antes de repetirmos as pretensões deste pequeno manual, vale reconhecer que hoje vivemos sob a égide de Cronos; ou, machadianamente falando, "Não importa ao tempo o minuto que passa, mas o minuto que vem". Pois o minuto que vem trará certamente outras novas, outros ares, outras obras. Muito provavelmente, mudanças ocorrerão em breve. Por isso, buscamos antecipar-nos, já sinalizando para os novos ventos. Todavia, sabemos que os princí-

pios permanecerão, mesmo que os nomes, os códigos, os números das regras se modifiquem. Um outro aspecto importante: não inventamos a roda! Coligimos, organizamos, sintetizamos, registramos e explicamos materiais disponíveis, indicando as respectivas fontes. E vamos ao que pretendemos e também ao que não se pretende.

Este manual tem a pretensão de ser um guia para alunos iniciantes em catalogação e um auxiliar para docentes da área. Também pretensiosamente espera despertar naqueles alunos o interesse e o gosto pela catalogação. Por sinal, esta é aqui considerada uma atividade prazerosa e instigante. Após descobrirmos quão agradável pode ser, dificilmente dela nos apartamos. Por algum tempo, foi difamada, até mesmo 'enterrada e cremada', mas tal como a fênix egípcia e a própria biblioteconomia, renasce das cinzas, faz 'plástica' e reassume seu papel, representando o sol e a vida dos registros do conhecimento.

Incluíram-se neste pequeno livro todos os tópicos que consideramos pertinentes a uma disciplina de catalogação: fundamentos, histórico, elementos básicos, elaboração dos registros bibliográficos, produção e organização dos catálogos e, a nosso ver, o mais importante: o porquê de fazermos tudo isso. Em dois capítulos nos alongamos um tanto: no segundo, sobre modelos entidade–relacionamento do registro bibliográfico, porque não existem traduções deles; no terceiro, de caráter histórico, porque recuperamos informações das mais diversas fontes, nem sempre disponibilizadas e muito menos em nosso idioma.

De modo absoluto, não pretendemos substituir obras diversas sobre exercícios de catalogação e explicações sobre formatos, como aquelas relativas às AACR2 e ao MARC. Não há tipo algum de exercício aqui incluído. Também não nos arrogamos a profundidade ou completeza de um 'tratado de catalogação'. Sempre que possível, indicamos outras obras onde o tema possa ser estudado e investigado, preferencialmente em português, dentro dos limites de nosso conhecimento.

Por último, mas não menos importante, este manual se encontra repleto de nossas idéias pessoais, oriundas de nossas experiências de ensino e de trabalho em bibliotecas. Dar aulas, lidar com alunos, vê-los desenvolver-se é uma das experiências

mais fascinantes que conhecemos; trabalhar em bibliotecas também. Quando nos é permitido realizar ambas, estas completam-se, crescendo o profissional e o professor.

Esperamos, com muita pretensão, que este pequeno manual ajude os que nele buscarem auxílio e abra caminho para novos catalogadores.

Eliane Serrão Alves Mey
Naira Christofoletti Silveira

São Carlos, SP, fevereiro de 2009

1 SOBRE CATALOGAÇÃO E CATÁLOGO

O trabalho biblioteconômico, em termos simples, consiste em organizar, tratar e disseminar conhecimentos registrados para diferentes universos de usuários, a partir dos interesses, necessidades, demandas e potencialidades de cada um desses universos.

Definindo-se o *conhecimento* como "ato ou efeito de apreender intelectualmente, de perceber um fato ou uma verdade"; ou como "domínio, teórico ou prático, de um assunto, uma arte, uma ciência, uma técnica etc." (Houaiss),[1] pode-se dizer, em síntese, que conhecimento é tudo o que foi apreendido por alguém de tal modo que possa ser usado por esta pessoa em situações diversas.

O conhecimento é sempre particular, embora possa ser transmitido para outros e apreendido por outros. Para que possa ser transmitido ao maior número possível de indivíduos, independentemente do tempo e do espaço, é preciso alguém, possuidor de determinado conhecimento — científico, técnico, artístico, ou apenas sua visão particular do mundo — registrá-lo de modo a torná-lo acessível a outras pessoas. Tais registros abarcam inúmeros suportes, físicos ou ciberespaciais:* das tábulas de argila mesopotâmicas às páginas na internet. Os conhecimentos registrados, ou os registros do conhecimento, são a matéria-prima do trabalho bibliotecário.

Compreende-se *biblioteca,* neste texto, em seu sentido amplo, como instituição voltada à reunião (real ou ciberespacial), organização e disseminação do conhecimento registrado, não importando o nome pelo qual esta instituição se denomine. Em princípio, uma biblioteca existe para propiciar alternativa, possibilidade e oportunidade às pessoas. Alternativa, para que possam escolher entre vários, não havendo nunca um caminho único. Possibilidade,

---

* Preferiu-se o termo 'ciberespaciais' (documentos encontrados na rede mundial de computadores ou em bibliotecas digitais) em vez de 'virtuais', pelas inúmeras conotações deste último.

para que tenham acesso ao que, de outro modo, lhes estaria vedado, por empecilhos de ordens diversas. Oportunidade, porque apenas através do conhecimento as pessoas se podem transformar e transformar o mundo em que vivem. As bibliotecas são espaços de liberdade, capazes — fato comprovado — de mudar a história da humanidade. O grande bibliotecário indiano S.R. Ranganathan[2] formulou as cinco leis da biblioteconomia:

> OS LIVROS SÃO PARA USAR
> A CADA LEITOR SEU LIVRO
> A CADA LIVRO SEU LEITOR
> POUPE O TEMPO DO LEITOR
> A BIBLIOTECA É UM ORGANISMO EM CRESCIMENTO

Como se tornaria impossível aos usuários das bibliotecas, para escolha do mais conveniente, folhear todos os livros, ouvir todos os discos, manusear ou acessar todas as outras formas de registro disponíveis nos acervos reais ou ciberespaciais, mesmo que os materiais estivessem ampla e corretamente 'arrumados', nós, bibliotecários, elaboramos *representações* desses registros, de forma a simplificar a busca. Isto é, elaboramos conjuntos de informações codificadas para representar cada um dos registros do conhecimento existentes em acervos.

Considera-se *informação*, aqui, como um conjunto de signos — palavra, grupo de palavras, frases, imagens, números ou quaisquer outros signos — que tenha um sentido. Portanto, nossas representações se constituem em informação e por ela são constituídas. Em síntese, tomando como base um conhecimento registrado, produzimos informações sobre ele, de modo a subsidiar o acesso das pessoas a este conhecimento. Consequentemente, quando tratamos de ciência da informação, o fazemos como campo de estudo dos fatos, fenômenos e processos da produção, do registro e da transmissão de informações; entre outras, daquelas por nós produzidas sobre registros do conhecimento, que visam a universos de usuários.

Podemos distinguir três categorias de 'usuários' dos produtos de nosso trabalho: as pessoas como indivíduos, que buscam ou podem buscar uma biblioteca; as obras, que existem à espera de encontrar seus usuários; outras bibliotecas, uma vez que as instituições, longe de ser ilhas, precisam formar imensa rede de conexões, de modo a ampliar os acessos para seus próprios usuários.

Se elaboramos conjuntos de informações destinadas a outrem, certamente nos vemos frente a um processo comunicativo.

1.1 O processo comunicativo

Há diferentes modos de considerar o processo comunicativo, reflexos de diferentes visões de mundo. O mais simples e difundido, o modelo de Shannon e Weaver, trabalha com princípios matemáticos de comunicação de dados. Vale lembrar sua origem, centrada na necessidade de determinação dos custos das tarifas telefônicas para uma empresa norte-americana. Como demonstra objetivos muito diversos, apesar de duradoura influência em vários campos do conhecimento, melhor abandoná-lo e procurar outras fontes.[3] Segundo uma das teorias analisadas por Rüdiger[3] (2004, p. 85-86):

> As mensagens veiculam símbolos e sinais, que precisam ser entendidos pelas pessoas: transferências de informações só podem ocorrer dentro de processos de compreensão. [...]
>
> Em resumo, verifica-se pois que a comunicação representa menos um processo de transmissão de mensagens do que um processo em que se estabelece uma compreensão praticamente mediada entre os homens.

Desta visão de processo comunicativo, convém lembrarmo-nos do seguinte:

a) a comunicação é o meio por excelência de convivência entre os seres humanos;

b) não basta, apenas, o conhecimento da linguagem para que nos façamos compreendidos por outras pessoas — torna-se indispensável entender seu ambiente social e sua cultura;

c) a compreensão das mensagens é essencialmente contextualizada;

d) a apreensão do conhecimento é individual, porém depende do contexto em que se insere o indivíduo, tanto para o desenvolvimento de suas próprias capacidades, como para a oportunidade de que o conhecimento se lhe seja oferecido.

Do mesmo modo que seus usuários, o bibliotecário também faz parte de determinado grupo social. Assim como não podemos dei-

xar em casa, quando saímos, partes de nosso corpo, também não podemos deixar em casa nossas idéias, nossas crenças, nossa cultura, nossa vida enfim, com todas as experiências que contribuíram para nossa formação. Os fatores pessoal, social e profissional se acham indissoluvelmente ligados. Em consequência, as funções bibliotecárias, como qualquer outra atividade humana, se acham longe de um caráter isento, imparcial, realizado de modo mecânico. (A falácia da imparcialidade na biblioteconomia foi de há muito desvelada por Mostafa,[4] em sua tese de doutoramento.) E como tais circunstâncias afetam nosso trabalho?

Hoje, dois tipos de tecnologias influem diretamente em nossa vida: as tecnologias de comunicação, com suas incontáveis mídias e sua capacidade de reproduzir da obra de arte ao 'lixo' registrado; e as tecnologias de informação, vinculadas à informática e à internet, também capazes de tudo reproduzir. Para Rüdiger (ib., p. 88):

> [...] precisamos observar que as mídias não são boas, nem más; constituem sistemas técnicos de comunicação, que em si mesmos são neutros e podem ser empregados para desenvolver ou manipular o processo da comunicação.

Adorno[5] já dizia que

> As pessoas tendem a tomar a técnica pela coisa mesma, a considerá-la um fim em si, uma força com vida própria, esquecendo, porém, que ela é o prolongamento do braço humano (1995, original de 1966, p. 118).

Portanto, por mais que apreciemos e utilizemos todas as tecnologias disponíveis — e o devamos fazer — não nos podemos deixar submeter pela técnica (automatizada ou... manual), sob pena, não de obtermos robôs-bibliotecários, mas de nos tornarmos bibliotecários-robôs. Nosso trabalho é, ou deve ser, acima de tudo, intelectual, criando mensagens sobre registros do conhecimento, visando a públicos específicos e caracterizados.

Se há momentos de nossa atividade em que parecemos interagir com máquinas, em que as usamos para maior rapidez e facilidade, precisamos lembrar-nos de que, no outro lado, em outra máquina, estão seres humanos à espera de nossas informações, e isto é o fundamental.

Em face do exposto, consideramos como qualidades indispensáveis ao trabalho do catalogador:

- muita leitura, com prazer e entendimento: deve ler, no mínimo, trinta livros por ano. O catalogador precisa ter o hábito e gostar de ler;
- conhecimentos gerais atualizados: o catalogador não pode manter-se afastado do mundo em que vive;
- preocupação em superar a prática irreflexiva e automática de seu trabalho;
- conhecimento de seus usuários, reais e potenciais;
- abertura quanto às tecnologias e, ao mesmo tempo, consciência do papel circunscrito destas mesmas tecnologias;
- respeito ao passado e, ao mesmo tempo, preocupação com a descoberta do novo, ou do desconhecido, por si próprio e por seus usuários.

Ao lado do fato de criarmos mensagens destinadas aos usuários, existe um outro ângulo, ainda não levantado: o usuário também chega à biblioteca com um corpo de informações, relativas a suas demandas, interesses e necessidades. Nossos instrumentos, enquanto levam nossas informações, devem permitir que os usuários expressem as suas próprias.

Cabe aqui um parêntese: embora a referenciação bibliográfica também represente um determinado registro do conhecimento, destina-se a leigos e sua única função é a de identificar tal registro; a catalogação, muito mais completa e complexa, compreende outras funções, pelo que só nos interessa esta última.

Por fim, um aspecto a se ter em mente: nossas mensagens possuem sintaxe e semântica próprias. A sintaxe se constitui de posição e pontuação. A semântica dá significado aos termos em sua posição e pela pontuação precedente. Por exemplo, o número '1984' pode representar: uma data de publicação, o número de páginas de um livro, o título de uma obra ou o pseudônimo de um autor, entre outras alternativas; a diferença entre as diversas informações consiste na posição em que cada uma delas se encontra e na pontuação que as precede, ou seja, na sintaxe, que expressa a semântica:

1984 / George Orwell ... [título de uma obra]
... Rio de Janeiro : Record, 1984 [data de publicação]
... 1984 p. [número de páginas]
XYZ / 1984 ... [pseudônimo de um autor]

Se o usuário, mesmo identificando a posição e a pontuação, não souber o significado dos termos 'autor', 'título', 'data de publicação' ou 'pseudônimo', também não compreenderá nossa mensagem. Embora muito desenfeitiçada pelas tecnologias recentes, que eliminam a sintaxe na disposição dos elementos, esta mensagem lhe será tão obscura quanto uma receita de bruxaria.

1.2 O caminho de um registro do conhecimento na biblioteca

Até a chegada de um registro do conhecimento às mãos do usuário, há um caminho de serviços e atividades a ser percorrido. De modo genérico, este caminho pode compreender as etapas de:

- localização, seleção e obtenção do registro do conhecimento, real ou ciberespacial;
- análise do registro do conhecimento, com a identificação de suas características físicas e de conteúdo;
- representação do registro do conhecimento, quanto a seus aspectos físicos e de conteúdo. Em sistemas automatizados, a representação se faz simultaneamente à entrada de dados em máquina, o que significa, também, armazenagem dos instrumentos de acesso;
- para documentos ciberespaciais, a representação também inclui o vínculo de acesso;
- determinação da localização do exemplar físico no conjunto do acervo, quando for o caso;
- registro patrimonial do exemplar físico, como parte do acervo da biblioteca. Aqui, cabe um parêntese: houve mudança na legislação patrimonial, passando o livro a não mais ser reconhecido como material permanente, pelo menos no tocante a bibliotecas públicas (lei nº 10 753, de 30/10/2003, art. 18); no entanto, alguns livros permanecerão como bens patrimoniais, por seu valor histórico, sua raridade ou sua preciosidade. O bibliotecário precisa ter cuidado;
- preparação dos instrumentos de acesso pelo público ao registro do conhecimento;
- preparação do exemplar físico para uso e localização no acervo;
- armazenagem do exemplar físico no acervo;

- armazenagem dos instrumentos manuais de acesso, quando for o caso;
- elaboração de instrumentos de divulgação (disseminação) do novo registro do conhecimento.

Cada uma dessas atividades abrange etapas, métodos e técnicas próprios. Este manual se limitará aos princípios, métodos e técnicas gerais das atividades de análise e representação do registro do conhecimento, exceto quanto à representação de seu conteúdo, apenas esboçada.

A sequência de etapas acima mostra divergência quanto ao fluxo utilizado em muitas bibliotecas. Inúmeras, por questões administrativas, fazem o registro patrimonial antes da análise. Outras elaboram uma 'pré-catalogação' a partir do momento em que o registro do conhecimento é selecionado. Não se pode concordar com essa ou aquela ordem de atividades, por acarretarem duplicidade de trabalho e dispêndio inútil de esforços. A representação deve ser elaborada uma única vez, servindo a todos os instrumentos e finalidades, inclusive as administrativas. Como reza o corolário da quarta lei de Ranganathan, em algumas versões: *Poupe o tempo da equipe.*

1.3 Definição e funções da catalogação

A catalogação, ou representação bibliográfica, consiste em um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento. Sabendo que esta representação não é um trabalho mecânico, pois implica o levantamento das características desse registro e a cognição das características do usuário, pode-se definir catalogação como:

> O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Não se trata apenas dos exemplares físicos já adquiridos por uma biblioteca determinada, porque a representação pode estar vinculada a registros do conhecimento não pertencentes a nenhum acervo

específico, como no caso das bibliografias e dos acervos ciberespaciais. Também pode incluir um ou vários acervos, porque muitos instrumentos são coletivos, não se limitando a um único acervo.

Em passado recente, a catalogação era vista como uma técnica de elaborar catálogos — idéia muito restritiva e simplista; ou, como técnica que listava itens — mais restritiva ainda. O que diferencia a catalogação de um inventário, listagem de itens, é o fato de não apenas caracterizar os registros do conhecimento, individualizando-os, tornando-os únicos entre os demais, como também de reuni-los por suas semelhanças.

A riqueza da catalogação fundamenta-se nos relacionamentos entre os registros do conhecimento, estabelecidos de forma a criar alternativas de escolha para os usuários. Por exemplo, se a Sra. X vem à biblioteca em busca de *O alienista*, de Machado de Assis, e os relacionamentos permitem que a Sra. X opte por diferentes versões ou suportes da mesma obra, como texto ou filme, em diferentes línguas ou edições, certamente se terá ampliado o universo de escolha da Sra. X — nenhuma semelhança com uma simples lista. Por outro lado, também são os relacionamentos que permitem ao usuário encontrar obras desconhecidas. Por exemplo, se o Sr. Y chega à biblioteca procurando obras sobre zen-budismo, apenas a reunião de todas as obras sobre o assunto zen-budismo permitirá que a busca do Sr. Y tenha bom resultado. A catalogação deve, ainda, permitir que, feita a escolha da obra, o usuário seja capaz de localizar o item no acervo físico ou ciberespacial. Finalmente, a catalogação deve possibilitar ao usuário expressar sua mensagem interna. Voltando ao exemplo do Sr. Y: se, ao chegar, sua mensagem interna pensa em 'zen', os instrumentos da biblioteca devem orientá-lo para a busca do termo utilizado pela biblioteca ('zen-budismo', por exemplo) e, ainda, guiá-lo para demandas mais abrangentes ou mais específicas, como: 'religiões' e 'iluminação (zen-budismo)'.

As bibliotecas são entidades que precisam cooperar entre si e trabalhar integradamente em várias atividades. Quanto maior a integração, maiores se tornam os acervos, mais rapidamente se faz a representação bibliográfica e menores resultam os custos. Hoje, com as tecnologias disponíveis, é impossível pensar em bibliotecas não integradas a redes. Mesmo as bibliotecas que não possuem nenhum tipo de aparato, dele se podem beneficiar, através de convênios e

intercâmbios. Cooperação, no entanto, significa o uso de uma linguagem comum, de padrões. Todos os padrões são objeto de acordos internacionais, ou nacionalmente interpretados. Inexistem padrões, interpretações e adaptações locais, exceto no tocante ao arranjo dos acervos físicos. Como se verá nos tópicos 3.5 e 3.6, busca-se uma única norma de catalogação, utilizada tanto em diferentes línguas como em diferentes alfabetos.

Grandes mudanças ocorreram na representação bibliográfica a partir de 1997, cujos fatos mais significativos se encontram resumidamente nos tópicos acima citados do capítulo 3. Aqui, trataremos apenas de princípios que afetaram, e continuam influenciando, a catalogação no mundo. O marco fundamental ocorreu com a publicação dos Functional Requirements for Bibliographic Records [FRBR],[6] ou requisitos funcionais para registros bibliográficos. 'Funcional', neste caso, tem o sentido de conexão entre as funções.

Os FRBR, desde sua publicação, se tornaram objeto de grupo permanente de estudos, introdução em disciplinas de catalogação, análises diversas, para inclusão de melhorias no próprio modelo e em todo o conjunto por eles afetado, como o MARC 21 (sucessor do MARC), a International Standard Bibliographic Description [ISBD] e os novos códigos de catalogação, além de teses, dissertações e pesquisas. Serviram de base também a outros modelos de requisitos funcionais, para catálogos de nomes e de assuntos (Functional Requirements for Authority Data (FRAD) e Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)). Há vasta bibliografia sobre o tema. Portanto, os FRBR merecem, no mínimo, tradução própria em nossa língua. Assim, nos limitaremos, no capítulo 2, a uma visão geral do que consideramos indispensável ao conhecimento do catalogador, inclusive para melhor entendimento dos futuros códigos de catalogação.

O modelo identifica como tarefas (ou funções) de bibliografias nacionais e catálogos de bibliotecas:

- utilização dos dados para *encontrar* materiais que correspondam aos critérios de busca do usuário; isto é, localizar tanto uma única entidade como um conjunto de entidades como resultado da busca;
- utilização dos dados recuperados para *identificar* uma entidade; isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde àquela buscada, ou para distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes;

- utilização dos dados para *selecionar* uma entidade apropriada às necessidades do usuário; isto é, escolher uma entidade adequada aos requisitos do usuário quanto ao conteúdo, formato físico etc., ou para rejeitar uma entidade inapropriada às demandas do usuário;
- utilização dos dados para adquirir ou *obter* acesso à entidade descrita; isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo ou acesso remoto (FRBR).[6]

Para cumprimento dessas funções, segundo o ponto de vista deste manual, a catalogação deve possuir as seguintes características: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência.

Integridade significa fidelidade, honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação. Por exemplo, se não há certeza da data de publicação, o catalogador acrescenta um ponto de interrogação [?], indicando sua dúvida:

Rio de Janeiro : Editora X, [1975?]

Clareza significa que a mensagem deve ser compreensível aos usuários. Por exemplo, numa biblioteca infanto-juvenil, os termos representativos dos assuntos devem adequar-se ao público:

Pássaros (e não ornitologia)

Precisão significa que cada uma das informações só pode representar um único conceito, sem dubiedades ou dúvidas. Por exemplo, 1984 como data de publicação só pode identificar a data de publicação:

Rio de Janeiro : Editora X, 1984

Lógica significa que as informações devem ser organizadas de modo lógico. Por exemplo, na descrição de um registro do conhecimento, vai-se do mais importante (título e autor) para o mais detalhado (dados de publicação e paginação, entre outros).

Consistência significa que a mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes. Uma grande professora gaúcha de catalogação, Gladis W. do Amaral, costumava dizer 'Errem com consistência', isto é, sejam coerentes mesmo no erro. Por exemplo, se a biblioteca decide gerar pontos de acesso alternativos pelo prenome, deverá fazê-lo para todos os autores:

Jorge Amado e
Amado, Jorge
Márcio Souza e
Souza, Márcio etc.

Essas características visam à maior facilidade para o usuário em suas buscas, razão de ser das bibliotecas. Permaneceram as características, identificadas na edição de 1995 deste manual, para que se note a concordância, por inteiro, com a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, concluída em fevereiro de 2009,[7] no que tange à elaboração de códigos:

> Vários princípios direcionam a construção de códigos de catalogação. O mais importante é a conveniência do usuário.
> 2.1 *Conveniência do usuário do catálogo.* As decisões relativas a descrições e formas controladas de nomes para acesso devem ser tomadas tendo o usuário em mente.
> 2.2 *Uso comum.* O vocabulário usado nas descrições e nos pontos de acesso deve ser adequado à maioria dos usuários.
> 2.3 *Representação.* Descrições e formas controladas de nomes para acesso devem ser baseadas na forma pela qual uma entidade descreve a si mesma.
> 2.4 *Precisão.* A entidade descrita deve ser retratada fielmente.
> 2.5 *Suficiência e necessidade.* Nas descrições e formas controladas de nomes para acesso, devem ser utilizados apenas os elementos necessários para o usuário e essenciais para identificar individualmente uma entidade.
> 2.6 *Significância.* Os elementos devem ser bibliograficamente significativos.
> 2.7 *Economia.* Quando existirem meios alternativos para se alcançar um objetivo, deve ser dada preferência ao meio que promova economia geral, de forma mais adequada (i.e., menor custo ou abordagem mais simples).
> 2.8 *Consistência e padronização.* Os processos de descrição e construção de pontos de acesso devem ser padronizados tanto quanto possível. Isso possibilita uma maior consistência, aumentando também a facilidade de compartilhamento de dados bibliográficos e de autoridade.
> 2.9 *Integração.* As descrições para todos os tipos de materiais e formas controladas de nomes de entidades devem ser baseadas, tanto quanto possível, em um conjunto comum de regras.
> As regras em um código de catalogação devem ser justificáveis e não arbitrárias. Reconhece-se que, em situações específicas, esses princípios podem ser contraditórios e, nesse caso, deve-se adotar uma solução prática.

1.4 O catálogo

O catálogo é um dos instrumentos mais antigos das bibliotecas. A

palavra tem sua origem no grego: κατά [*kata*] (de acordo com, sub, baixo, ou parte) e o sufixo λογος [*logos*] (ordem, razão). Assim, 'catálogo' pode significar 'subjacente à razão' ou 'de acordo com a razão', correspondendo à palavra de origem latina 'classificar'.

Cabe observar, quanto ao significado de *logos*, que há inúmeras concepções, em diversos idiomas e dicionários, indiferentemente de seu uso como sufixo e prefixo, ou com sentidos variados para os dois usos. Pode ser 'palavra de Deus' ou apenas 'palavra', quando usado como prefixo, como em logotipo, logogrifo etc. Ou conhecimento, estudo, razão, lógica, ordenação, quando usado como sufixo, como em terminologia, arquivologia, bibliologia, ecologia etc.

Em vista de suas inúmeras funções e características, aqui define-se catálogo como segue:

> Catálogo é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O catálogo explicita, por meio das mensagens, os atributos das entidades e os relacionamentos entre elas.

Cutter[8] foi o primeiro a elaborar os objetivos do catálogo e sua proposta é aceita até hoje, com algumas variações e poucos acréscimos:

> Objetivos:
> 1. Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou
>   (A) o autor }
>   (B) o título } seja conhecido
>   (C) o assunto }
> 2. Mostrar o que a biblioteca possui
>   (D) de um autor determinado
>   (E) de um assunto determinado
>   (F) de um tipo determinado de literatura
> 3. Ajudar na escolha de um livro
>   (G) de acordo com sua edição (bibliograficamente)
>   (H) de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Para o grande bibliotecário indiano Ranganathan:[9]

> [...] um catálogo de biblioteca deveria ser projetado para:

> 1. revelar a cada leitor o seu documento;
> 2. revelar a cada documento o seu leitor;
> 3. poupar o tempo do leitor; e
> 4. por este fim, poupar o tempo da equipe.

Hoje, de acordo com a Declaração dos Princípios acima citada (2009):

> O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário:
> 4.1 Encontrar recursos bibliográficos em uma coleção o resultado de uma busca, usando atributos e relações entre recursos:
> 4.1.1 *localizar* determinado recurso
> 4.1.2 *localizar* conjuntos de recursos representando
> todos os recursos que pertencem a uma mesma obra
> todos os recursos que incorporam uma mesma expressão
> todos os recursos que exemplificam uma mesma manifestação
> todos os recursos associados a determinada pessoa, família, ou entidade coletiva
> todos os recursos sobre determinado assunto
> todos os recursos definidos por outros critérios (língua, país de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte etc.) geralmente como filtro secundário de busca;
> 4.2 *identificar* um recurso bibliográfico ou agente (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade desejada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
> 4.3 *selecionar* um recurso bibliográfico apropriado ao usuário (isto é, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do usuário no que diz respeito ao meio, conteúdo, suporte etc. ou rejeitar um recurso não apropriado às necessidades do usuário);
> 4.4 *adquirir* ou obter acesso a um item descrito (isto é, fornecer informação que capacite o usuário a adquirir um item por meio de compra, empréstimo etc., ou acessar um item eletronicamente por meio de conexão online a uma fonte remota); ou acessar, adquirir ou obter um dado de autoridade ou bibliográfico;
> 4.5 *navegar* em um catálogo e além dele (isto é, por meio do arranjo lógico dos dados bibliográficos e de autoridade e de maneiras claras de se fazer esta navegação, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares).

Em síntese, pode-se dizer que os catálogos veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seus usuários.

Os catálogos (ainda) podem ser manuais ou automatizados, apresentando-se sob as seguintes formas:

- manuais: em fichas (embora, anteriormente, houvesse também catálogos em folhas soltas ou em livro, hoje em desuso);
- automatizados: em linha (os mais comuns), conectados a redes ou a um servidor particular; em diferentes suportes físicos (como fichas ou discos compactos), obtidos a partir de um servidor.

Quanto à forma de organização, os catálogos manuais — porque tais diferenças desaparecem nos catálogos automatizados — podem ser alfabéticos ou sistemáticos (ver capítulo 8).

Para que um catálogo possa tornar-se de fácil consulta e de manutenção simples, deve possuir as seguintes qualidades:

- **flexibilidade**, o que permite: inserção contínua de registros bibliográficos relativos a novas manifestações e itens incorporados aos acervos; exclusão de registros bibliográficos referentes a itens descartados ou perdidos; e mudanças nas representações, quando necessário;
- **facilidade de manuseio** — o que significa, além da facilidade para ser manuseado propriamente, ter boa sinalização — no caso de catálogos manuais, interna e externa; estar em local visível e acessível e apresentar instruções de uso. Os catálogos automatizados devem sempre apresentar vínculos (*links*) de auxílio aos usuários;
- **portabilidade** — o que permite ser consultado fora da biblioteca, ou à distância;
- **compacidade** — o que significa ocupar pouco espaço.

Os catálogos manuais e automatizados apresentam como vantagens e desvantagens:
- catálogo em fichas: muito flexível, de fácil manuseio, não portátil e não compacto;
- catálogo automatizado em linha: embora apresente todas as qualidades, pode mostrar-se de manuseio difícil para os usuários e está sujeito a fatores externos incontroláveis, como queda de energia e problemas de manutenção de sistemas, inclusive segurança;
- catálogo em discos compactos: também apresenta todas as qualidades, mas é extremamente frágil, com pequena durabilidade.

São qualidades importantes na elaboração de um catálogo:

- **uniformidade** – nas representações, permite a compreensão da mensagem; em certas partes da catalogação, permite a reunião de registros do conhecimento com características comuns; na própria estruturação interna do catálogo, facilita seu manuseio pelo usuário. A partir do momento em que se utiliza um sistema ou rede, a uniformidade torna-se indispensável, com grandes vantagens para todos;
- **economia na preparação e na manutenção** – o que significa economia de recursos e de tempo;
- **atualidade** – deve estar sempre atualizado, refletindo o acervo.

> ATENÇÃO! Mesmo sendo este um manual de catalogação, gostaríamos de deixar claro que a cooperação é a maior economia que qualquer serviço de informação pode realizar. Hoje, para bibliotecas públicas e escolares de escolas públicas, a BN mantém convênios gratuitos, para uso de seus registros, que diminuem significativamente os custos de manutenção dos acervos. Há um princípio básico a ser lembrado por todos os catalogadores e bibliotecários em geral: mesmo o livro doado tem um custo até chegar às mãos do usuário. Diminua este custo, usando os recursos gratuitos a seu dispor. Não invente a roda!

As qualidades na elaboração devem ser encontradas em qualquer tipo de catálogo; porém, a escolha do melhor tipo de catálogo dependerá dos recursos disponíveis em cada biblioteca, do tamanho de seu acervo e das características do público a utilizá-lo.

Charles Ami Cutter[10] escreveu no prefácio à quarta edição de suas *Rules for a dictionary catalog* [Regras para um catálogo dicionário], em 1904: "A conveniência do público deve ser sempre colocada à frente da facilidade para o catalogador."

Referências

1 HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
2 RANGANATHAN, S.R. *The five laws of library science*. 2nd ed. Bombay: Asia Publ., 1963.
3 RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edicon, 2004.
4 MOSTAFA, Solange P. *Epistemologia da biblioteconomia*. 1985. Tese (Doutorado)— Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 1985.
5 ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais*. Trad., notas e glossário de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

6 IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional Requirements for Bibliographic Records: final report.* The Hague: IFLA, 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/index.htm>. Acesso em: nov. 2008.
7 DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação. Trad. de Lidia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA Cataloguing Section, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icp/ICP-2009_pt.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2009.
8 CUTTER, Charles A. *Rules for a dictionary catalog.* 4th ed., repr. Facs. ed. London: Library Association, 1935.
9 RANGANATHAN, S.R. *Headings and canons: comparative study of five catalogue codes.* Madras: S. Viswanathan, 1955.
10 CUTTER, Charles A. *Op. cit.*

2 OS REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS (FRBR)

À guisa de introdução a este capítulo, gostaríamos de observar que alguns o considerarão monótono; outros, desnecessário, mesmo inútil; outros ainda, muito longo. No entanto, sabemos que a catalogação hoje existente e a que virá na próxima década dependem e dependerão dos conceitos aqui levantados. Por isso o tema é fundamental.

Os Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), ou Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, são um modelo conceitual do tipo entidade–relacionamento (ER).

Considera-se 'modelo' como representação de algo; 'conceitual' implica a modelagem de coisas, processos ou abstrações, de forma a sintetizar e sistematizar sistemas, teorias ou fenômenos com vistas à aplicação. Por fim, utiliza-se o modelo E–R para o desenvolvimento de bases de dados relacionais, em contraposição às bases de dados hierárquicas. O modelo E–R identifica entidades, atributos e relacionamentos (cf. Peter Chen)[1].

O primeiro objetivo enfocado no desenvolvimento dos FRBR visava a proporcionar um quadro estruturado e claramente definido para relacionar os dados contidos nos registros bibliográficos às necessidades dos usuários. Ou seja, os FRBR analisaram os dados necessários à realização da busca bibliográfica pelo usuário, assim como as informações que este esperaria encontrar no registro. O segundo objetivo consistia em recomendar um nível básico de funcionalidade dos registros criados pelas agências bibliográficas nacionais (IFLA, 2008).[2]

Ressalte-se que os FRBR não são um código de catalogação e, em consequência, não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos: trata-se de um modelo conceitual. Portanto, os FRBR não invalidam a utilização dos códigos de catalogação, ISBD, formato

MARC e assemelhados. Pelo contrário, os FRBR se tornaram a base conceitual utilizada para o aprimoramento de tais normas, regras e formatos.

Os FRBR, além das tarefas do usuário mencionadas no capítulo 1, estabeleceram, a partir do modelo de análise E-R para bancos de dados:

- as entidades dos registros bibliográficos;
- os atributos de cada uma das entidades;
- as relações entre as entidades.

O aspecto mais importante são as **entidades**, que abrem um novo tipo de abordagem dos registros bibliográficos. Não há uma definição clara de 'entidade' nas apresentações do modelo E-R. De maneira quase informal, retirando termos de vários textos, pode-se dizer que entidade é uma 'coisa', 'conjunto de artefatos', 'ser', ou 'algo da realidade moldada', com características comuns que permitem identificá-la entre outras entidades. Para os FRBR, as entidades "representam os principais objetos de interesse para os usuários de dados bibliográficos".[3] A entidade é o fator primordial de um banco de dados E-R.

Os **atributos**, em termos simples, são características das entidades, que se podem desdobrar nos já conhecidos 'elementos' da representação; por exemplo, o atributo 'título' pode desdobrar-se em: título principal, título uniforme, título da capa, entre outros.

As **relações**, fundamentos dos catálogos e dos bancos de dados, se fazem entre as entidades. Textos de Fernanda Moreno, assim como as dissertações desta e de Naira C. Silveira,[4] abordam o tema com maior profundidade. A publicação completa, em inglês e outros idiomas (exceto em português), acha-se disponível no sítio: <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/index.htm>.

As dez entidades identificadas nos FRBR (dividem-se em três grupos, como explicitado na figura 1.

No grupo 1 encontram-se as entidades que representam os produtos do trabalho intelectual ou artístico. No grupo 2 estão as entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e, ou, guarda das entidades do primeiro grupo. No grupo 3 acham-se as entidades que representam os assuntos de

uma *obra*. Embora o Grupo 3 estabeleça apenas quatro entidades, todas as demais, dos Grupos 1 e 2, também podem representar o assunto de uma *obra*, independentemente de sua categorização.

ENTIDADES
GRUPO 1 → OBRA / EXPRESSÃO / MANIFESTAÇÃO / ITEM
GRUPO 2 → PESSOA / ENTIDADE COLETIVA
GRUPO 3 → CONCEITO / OBJETO / EVENTO / LUGAR

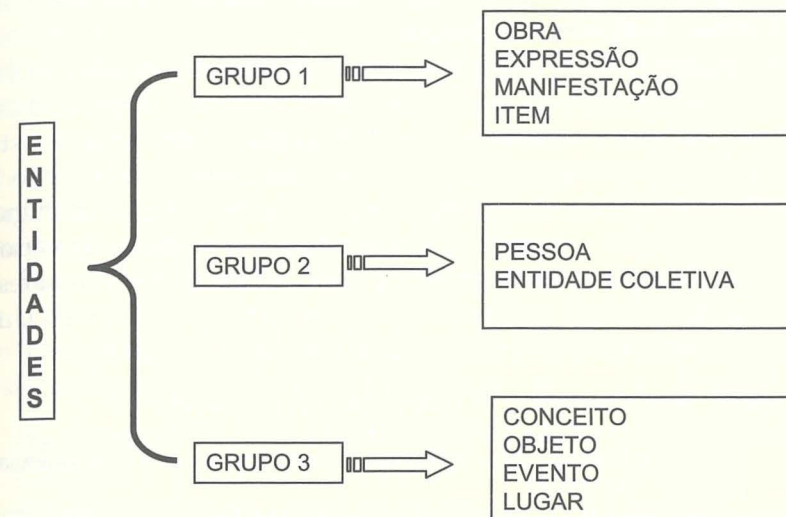



Figura 1. Entidades dos FRBR

Obra: uma criação intelectual ou artística distinta, ou seja, o conteúdo intelectual em si, independentemente de seu suporte ou de sua forma. Uma obra também pode ser o assunto de outra obra.

Expressão: a realização intelectual ou artística de uma *obra*, ou seja, a forma como se expressa o conteúdo intelectual. A expressão compreende traduções, interpretações de uma obra musical determinada, entre outras possibilidades. Uma expressão também pode ser o assunto de uma obra.

Manifestação: a materialização de uma *expressão* de uma *obra*, ou seja, a representação de todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto de conteúdo intelectual como de forma física. A entidade definida como *manifestação* abrange um amplo leque de materiais, incluindo manuscritos, livros, periódicos, mapas, cartazes, registros sonoros, filmes, vídeos, CD-ROMS, *kits* de multimídia etc., e pode ser considerada o suporte físico de uma *expressão* ou *obra*. Um texto publicado em brochura simples e um texto (idêntico) impresso em uma brochura comemorativa, em capa

dura, por exemplo, será a mesma *obra*, a mesma *expressão* em duas *manifestações* distintas, pois terá dois números internacionais normalizados (ISBNs) distintos. A manifestação também pode ser o assunto de uma obra. O registro bibliográfico continua a ser elaborado relativamente à manifestação.

Item: exemplificação única de uma *manifestação;* ou seja, o objeto físico que permite ao usuário acessar o conteúdo intelectual ou artístico de uma *expressão* e de uma *obra*. Quando um suporte está rasurado ou lhe faltam páginas, faz-se referência ao *item* e não à *manifestação*. O item compreende o objeto existente em um lugar determinado (mesmo no ciberespaço) e pode constituir-se de vários volumes. O registro bibliográfico relativo a determinada manifestação pode também conter informações sobre o item em si. Um item também pode ser o assunto de uma obra. Exemplos:

Obra 1: Sonata para piano nº 8, de Ludwig van Beethoven
Expressão 1: partitura original do autor
Expressão 2: piano: Peter Toperczer, Filarmônica Nacional da Eslováquia, regente: Libor Pesek
Manifestação 1: gravação/publicação em CD: Excelsior, Quebec, p1993
Item 1: exemplar existente na biblioteca X.
Expressão 3: piano: Rudolf Serkin, Filarmônica de Nova York, regente: Leonard Bernstein
Manifestação 1: gravação/publicação em CD: Sony, Rio de Janeiro, p1964
Item 1: exemplar existente também na biblioteca X.
Manifestação 2: gravação/publicação em disco 33 1/3 rpm: Deutsche Grammophon, p1980.
Item 1: exemplar existente na biblioteca Y.

Obra 1: Emma, de Jane Austen
Expressão 1: tradução desta obra para o português de Ivo Barroso
Manifestação 1: livro publicado pela Nova Fronteira, 1996
Item 1: exemplar existente na Biblioteca Nacional do Brasil
Item 2: exemplar existente na Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo, SP)
Expressão 2: edição de Richard Cronin e Dorothy McMillan
Manifestação 1: Cambridge University Press, 2005
Item 1: exemplar existente na biblioteca pública de Nova York
Item 2: exemplar da Library of Congress (Estados Unidos)

Para Le Bœuf (2003, aqui ligeiramente modificado),[5] antes do desenvolvimento dos FRBR, havia pouca clareza no uso dos conceitos de um registro bibliográfico; por exemplo: as diversas acepções da

palavra 'livro'. Quando se diz 'livro' referindo-se a um objeto físico, que pode ser utilizado até mesmo para evitar que uma porta se feche, os FRBR o nomeiam 'item'. Quando se busca um 'livro' em uma livraria ciberespacial, pensando-se em um livro específico, sobre o qual se tem conhecimento da editora, da edição e até mesmo do ISBN, mas não se o possui em mãos, os FRBR o denominam 'manifestação'. Ao dizer 'livro' no contexto de quem o traduziu, ou de uma edição específica, os FRBR intitulam-no 'expressão'. Ao dizer 'livro' no contexto de quem o escreveu, ou seja, quanto a seu conteúdo temático, sua história contada ou às idéias de uma pessoa transpostas em um livro, os FRBR se referem à 'obra'.

Pessoa: um indivíduo, relacionado à criação ou realização de uma obra ou de uma expressão, ou assunto de uma obra. A entidade 'pessoa' também pode ser responsável pela produção de manifestação, ou pela posse de um item. Exemplos:

Ana Miranda: autora, Libor Pesek: regente, Gláuber Rocha: diretor (cinema de autor).

Monteiro Lobato
Reinações de Narizinho, de Monteiro Lobato: responsável pela obra.
Contos de Grimm, dos Irmãos Grimm, tradução de Monteiro Lobato: responsável pela expressão.
Monteiro Lobato, vida e obra / Edgard Cavalheiro: assunto de uma obra.

Antonia Motta de Castro Memória Ribeiro
Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC 21: pessoa responsável pela obra (autora, criadora), pela expressão (diferentes edições), pela manifestação (publica a própria obra) e pelos itens (posse de exemplares para distribuição).

Entidade coletiva:* uma organização ou grupo de indivíduos, de caráter permanente ou temporário, ou um governo territorial, que age unificadamente e se identifica por um nome. A entidade coletiva se torna uma entidade do modelo quando se relaciona à criação ou realização de uma obra ou de uma expressão, ou é assunto de uma obra. Também é entidade quando se relaciona à produção de manifestação e à posse de um item. Exemplos:

* Usamos 'entidade coletiva' por ser tradução consagrada de *corporate body*. Consideramos, porém, que sinônimos, como instituição, organização ou mesmo estabelecimento ou organismo eliminariam a dúvida e a confusão entre 'entidade' dos FRBR e a entidade 'entidade coletiva'.

Orquestra Sinfônica Brasileira, EMBRAPA, Unesco, Brasil, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, a editora Briquet de Lemos/Livros.

Academia Brasileira de Letras
Atas da Academia Brasileira de Letras: presidência de Machado de Assis (1896–1908), de Claudio Cezar Henriques, publicação da ABL: entidade coletiva como *assunto* de uma obra e responsável pela manifestação.

Biblioteca Nacional: posse do item *Atas da Academia Brasileira de Letras* [...]

Conceito: uma noção ou idéia abstrata, sempre assunto de uma obra. Exemplos:

Ciência da informação, modernismo, nanotecnologia, produção agrícola.

Objeto: uma coisa material, móvel ou imóvel, sempre assunto de uma obra. Exemplos:

Cristo Redentor, Palácio da Alvorada, o navio *Titanic*.

Evento: uma ação ou ocorrência, como eventos históricos, épocas e períodos de tempo, sempre assunto de uma obra. Exemplos:

Inconfidência Mineira, o século XX.

Lugar: um local. A entidade 'lugar' pode abranger: locais terrestres e extraterrestres, locais históricos e contemporâneos, características geográficas e jurisdições geopolíticas, entre outros, sempre assunto de uma obra. Exemplos:

Floresta amazônica, praia de Copacabana, Recife (PE), serra da Mantiqueira.

2.1 Os atributos das entidades

Os FRBR identificaram os atributos, listados abaixo, relativos a cada uma das entidades; também explicaram o significado de cada um dos atributos, porém registrá-lo tornaria este manual muito longo. Dois aspectos a ressaltar: em primeiro lugar, novamente, que cada um dos atributos pode significar um ou mais elementos em um registro bibliográfico; em segundo lugar, que o registro bibliográfico se destina, também, a outros profissionais, tais como: editores, livreiros, arquivistas e outros, e possuem informações nem sempre utilizadas por catalogadores. Seguem-se os atributos das entidades.

OBRA

título da *obra*	contexto da *obra*
forma da *obra*	meio de execução (obra musical)
data da *obra*	designação numérica (obra musical)
outra característica distintiva	tonalidade (obra musical)
término previsto	coordenadas (obra cartográfica)
público a que se destina	equinócio (obra cartográfica)

EXPRESSÃO

título da *expressão*	regularidade esperada da publicação (publicação seriada)
forma da *expressão*	frequência esperada da publicação (publicação seriada)
data da *expressão*	tipo de partitura (notação musical)
idioma da *expressão*	meio de execução (notação musical ou gravação sonora)
outra característica distintiva	escala (imagem/objeto cartográfico)
expansibilidade da *expressão*	projeção (imagem/objeto cartográfico)
capacidade de revisão da *expressão*	técnica de apresentação (imagem/ objeto cartográfico)
extensão da *expressão*	representação do relevo (imagem/ objeto cartográfico)
sumarização do conteúdo	medição geodésica, de malha e vertical (imagem/ objeto geográfico)
contexto para a *expressão*	técnica de registro (imagem por sensor remoto)
resposta crítica à *expressão*	característica especial (imagem por sensor remoto)
restrições de uso da *expressão*	técnica (imagem gráfica ou projetada)
padrão sequencial (publicação seriada)	

MANIFESTAÇÃO

título da *manifestação*	notação de folhas (livro de impressão manual)
indicação de responsabilidade	colação (livro de impressão manual)
designação de edição/impressão	condição da publicação (publicação seriada)
lugar de publicação/distribuição	numeração (publicação seriada)
publicador/distribuidor	velocidade de execução (registro sonoro)
data de publicação/distribuição	largura do sulco (registro sonoro)
fabricante	tipo de corte (registro sonoro)
indicação de série	configuração da fita (registro sonoro)
forma do suporte	tipo de som (registro sonoro)
extensão do suporte	característica especial de reprodução (registro sonoro)
meio físico	cor (imagem)
modo de captura	taxa de redução (microforma)
dimensões do suporte	polaridade (microforma ou projeção visual)
identificador da *manifestação*	geração (microforma ou projeção visual)
fonte para aquisição/autorização de acesso	formato de apresentação (projeção visual)
termos de disponibilidade	requisitos do sistema (recurso eletrônico)
restrições de uso da *manifestação*	características do arquivo (recurso eletrônico)
estilo do tipo (livro impresso)	forma de acesso (recurso eletrônico de acesso remoto)
medida do tipo (livro impresso)	endereço de acesso (recurso eletrônico de acesso remoto)

ITEM

identificador do *item*	condição do *item*
marca do impressor	histórico de tratamentos
procedência do *item*	esquema de tratamento
marcas/inscrições	restrições de acesso ao *item*
histórico de exposições	

PESSOA

nome da *pessoa*	título da *pessoa*
datas da *pessoa*	outra designação relacionada à *pessoa*

ENTIDADE COLETIVA

nome da *entidade coletiva*	data relacionada à *entidade coletiva*
número relacionado à *entidade coletiva*	outra designação relacionada à *entidade coletiva*
lugar relacionado à *entidade coletiva*	

CONCEITO: termo para o *conceito*
OBJETO: termo para o *objeto*
EVENTO: termo para o *evento*
LUGAR: termo para o *lugar*

2.2 As relações entre entidades

Os FRBR determinaram as relações entre entidades do registro bibliográfico. Há vários tipos de relações, quase todas encontradas nos catálogos manuais. As três primeiras denominam-se, respectivamente, relações bibliográficas primárias, entre entidades do grupo 1; relações de responsabilidade, entre entidades dos grupos 1 e 2; relações de assunto, entre a entidade 'obra' do grupo 1 e as entidades dos demais grupos. As figuras a seguir explicitam e exemplificam tais relações. Setas duplas indicam mais de uma entidade de mesmo tipo relacionada à outra entidade; por exemplo, uma obra pode ser realizada por mais de uma expressão; uma expressão, por uma ou mais manifestações; a manifestação, por um ou mais itens. Em contrapartida, um item só pode exemplificar uma única manifestação; donde o emprego da seta simples.

As relações entre entidades dos grupos 1 e 2 indicam as diferentes responsabilidades que uma pessoa ou uma entidade coletiva podem ter quanto às entidades do grupo 1, como criar uma obra, realizá-la, produzi-la ou possuí-la. Por exemplo, um romance, um relatório de uma empresa; um tradutor, uma orquestra; um autor que publica seus próprios livros, uma gravadora; um colecionador, uma filmoteca.

Quanto às relações de assunto, estas sempre se referem à obra, por motivos óbvios: somente a obra possui um assunto, encerra

OBRA
é realizada através da
EXPRESSÃO
está contida em
MANIFESTAÇÃO
é exemplificada por
ITEM

Figura 2. Relações bibliográficas primárias

OBRA → *Emma*, de Jane Austen
se realiza através de
EXPRESSÃO → tradução para o português de Ivo Barroso
que, por sua vez, está contida em
MANIFESTAÇÃO → livro publicado pela Nova Fronteira, 1996
que, por sua vez, é exemplificada por
ITEM → exemplar existente na biblioteca X

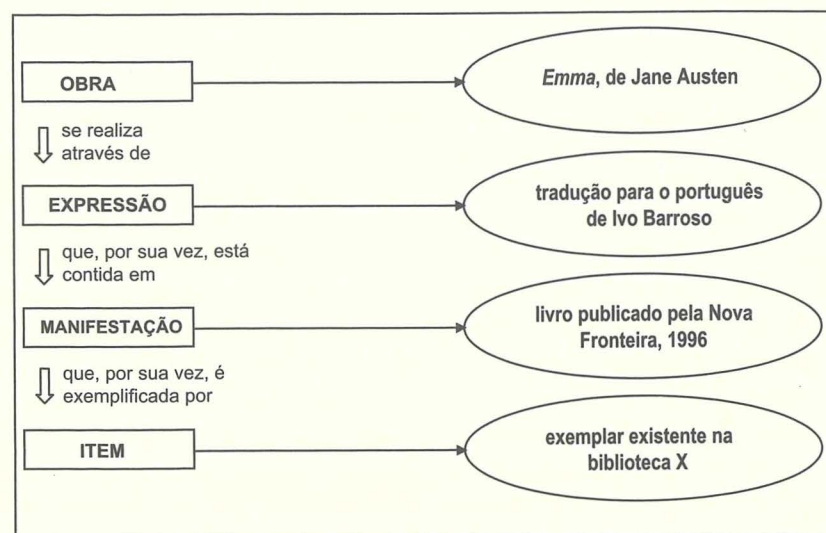



Figura 3. Exemplo de relações bibliográficas primárias

OBRA
EXPRESSÃO
MANIFESTAÇÃO
ITEM
é possuído por
é produzida por
é realizada por
é criada por
PESSOA
ENTIDADE COLETIVA

Figura 4. Relações entre entidades dos grupos 1 e 2

PESSOA
ENTIDADE COLETIVA
cria
realiza
produz
possui
OBRA
EXPRESSÃO
MANIFESTAÇÃO
ITEM

* *Emma*, de Jane Austen
* *Relatório de atividades 2005*, da UFSCar

* tradução para o português de Ivo Barroso
* edição em português do relatório

* livro publicado pela Nova Fronteira, 1996
* relatório publicado, Ed. UFSCar, 2006

* exemplar existente na biblioteca X
* exemplar existente na biblioteca Y

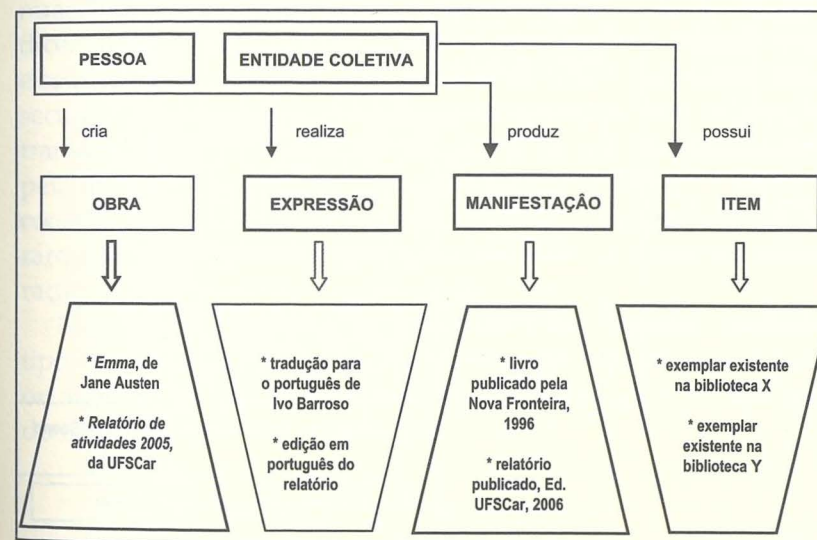



Figura 5. Exemplo de relações entre entidades dos grupos 1 e 2

OBRA
tem como assunto → OBRA, EXPRESSÃO, MANIFESTAÇÃO, ITEM
tem como assunto → PESSOA, ENTIDADE COLETIVA
tem como assunto → CONCEITO, OBJETO, EVENTO, LUGAR

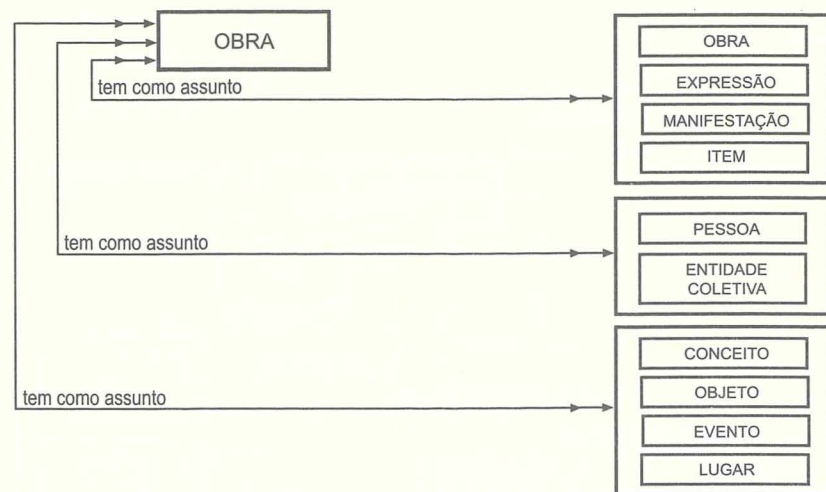



Figura 6. Relações entre 'obra' e as entidades dos grupos 1, 2 e 3

OBRA — tem como assunto

Entidade	Exemplo
OBRA	comentário sobre *Emma*
EXPRESSÃO	comentário sobre a tradução de *Emma* por Ivo Barroso
MANIFESTAÇÃO	comentário sobre a edição publicada pela Nova Fronteira
ITEM	texto sobre exemplar com anotações marginais
PESSOA	*Olga*, de Fernando Morais
ENTIDADE COLETIVA	*Biblioteca Nacional*, por Paulo Herkenhoff
CONCEITO	*Dialética negativa*, de Adorno
OBJETO	*A roda através dos tempos*
EVENTO	*A viagem do descobrimento*, de Eduardo Bueno
LUGAR	*Orla carioca*, por Cláudia Braga Gaspar

Figura 7. Exemplo de relações entre 'obra' e as entidades dos grupos 1, 2 e 3

um conteúdo temático. Todas as demais entidades se derivam ou se relacionam à obra em si. Portanto, todas as entidades podem ser assunto de uma outra obra.

Pareceu-nos significativo exemplificar algumas outras relações apresentadas nos FRBR, uma vez que quase todas encontram-se também em nossos catálogos manuais.

2.2.1 Relações no nível de obra

O primeiro grupo de relações trata das relações entre obras. A premissa básica para uma relação obra para obra é a existência de duas obras diferentes. Há dois tipos de relações entre uma obra e outra obra: em que ambas são autônomas, isto é, independem da outra para sua existência e manuseio; e relação referencial: em que uma necessita da outra para sua existência, como base referencial.

Em termos do registro bibliográfico, a diferença entre obras autônomas e referenciais se expressa na representação: enquanto para as primeiras a indicação do relacionamento pode ser útil, mas não indispensável, para obras referenciais, torna-se indispensável. De modo geral, as relações entre obras apresentam-se, nos registros bibliográficos atuais, em notas e pontos de acesso secundários, que as tornam facilmente perceptíveis. Por exemplo: notas de 'Continuação de' e 'Continuada por'; notas de 'Suplemento:' e 'Em apêndice:'; notas e, ou, respectivos pontos de acesso vinculando textos e seus complementos; notas e, quando for o caso, pontos de acesso secundários sobre obras que originaram sumarizações, adaptações, transformações e imitações. Enfim, as relações acima estabelecidas pelo modelo já existem na representação bibliográfica; a diferença consiste em se tornarem recuperáveis, enquanto nos sistemas hierárquicos e manuais precisam gerar pontos de acesso para recuperação.

Nas relações todo/parte de obra para obra também existem dois tipos de relações: aquelas em que uma parte é dependente do todo, ou aquelas em que a parte pode ser utilizada independentemente do todo.

RELAÇÕES DE OBRA PARA OBRA

TIPO DE RELAÇÃO	OBRA REFERENCIAL	OBRA AUTÔNOMA	EXEMPLOS
Sucessor tem um sucessor → ← é um sucessor para	Sequência	Sequência Continuação	*Harry Potter e a câmara secreta*, sequência de *Harry Potter e a pedra filosofal*
Suplemento tem um suplemento → ← é um suplemento para	Índice Concordância Manual do professor Glosa [comentário] Suplemento Apêndice	Suplemento Apêndice	*Índice do Almanaque Garnier (1903-1914)*, um tipo de suplemento (expressão referencial) ao *Almanaque Garnier*
Complemento tem um complemento → ← complementos	Cadência Libreto Coreografia Conclusão de obra inacabada	Música incidental Música para um texto Peça de acompanhamento	Libreto de Luigi Illaca e Giuseppe Giacosa para *La bohème* de Giacomo Puccini
Condensação tem uma condensação → ← é uma condensação de		Digesto Resumo	*Direito processual civil resumido*, de Cármine Antônio e Savino Filho
Adaptação tem uma adaptação → ← é uma adaptação de		Adaptação Paráfrase Tradução livre Variação (música) Harmonização (música) Fantasia (música)	*A odisséia*, de Homero, adaptada por Fernando C. de Araújo Gomes
Transformação tem uma transformação → ← é uma transformação de		Dramatização Novelização Versificação Roteiro	*Oliver Twist*, roteiro de Roman Polanski, baseado na obra de Charles Dickens
Imitação tem uma imitação → ← é uma imitação de		Paródia Imitação Travestismo	*A nova canção do exílio*, de Paulo Mendes Campos, imitação da *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias

RELAÇÕES TODO/PARTE DE OBRA PARA OBRA

TIPO DE RELAÇÃO	PARTE DEPENDENTE	PARTE INDEPENDENTE	EXEMPLO
Todo/Parte tem uma parte → ← é parte de	Capítulo, seção, parte etc. Volume/fascículo de periódico Parte intelectual de obra em várias partes Ilustração para um texto Parte sonora de um filme	Monografia em uma série Artigo de periódico Parte intelectual de obra em várias partes	Ilustrações de Carybé para a obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade

2.2.2 Relações no nível de expressão

As relações no nível de expressão podem ser divididas e subdivididas nas seguintes categorias:

- relações de expressão para obra;
- relações de expressão para expressão:
    - entre expressões da mesma .obra;
    - entre expressões de obras diferentes;
- relações todo/parte de expressão para expressão.

As relações de expressão para obra são as mais facilmente identificadas e as mais comuns, uma vez que o catalogador sempre representa bibliograficamente uma determinada expressão, contida em determinada manifestação, que pode ser derivada de uma obra hipotética, abstrata, ou de um conjunto de diferentes expressões da mesma obra, sem nenhuma identificação em particular. Podemos pensar, por exemplo, em uma edição atual de obra de Machado de Assis, baseada nos folhetins originais, no manuscrito da obra, além de outras edições contemporâneas de Machado, como fontes para a edição atual: nenhuma expressão em particular, mas a obra em si. Em termos simples: sempre conhecemos a expressão que representamos bibliograficamente; isto não significa que identifiquemos de forma inequívoca a expressão que lhe deu origem, mas certamente conhecemos a obra que lhe deu origem.

RELAÇÕES DE EXPRESSÃO PARA OBRA

TIPO DE RELAÇÃO	EXPRESSÃO REFERENCIAL	EXPRESSÃO AUTÔNOMA	EXEMPLOS
Sucessor tem um sucessor → ← é um sucessor para	Sequência	Sequência Continuação	*Pollyanna moça*, expressão em português, sucessora da obra *Pollyanna*, de E.H. Porter
Suplemento tem um suplemento → ← é um suplemento para	Índice Concordância Manual do professor Glosa [comentário] Suplemento Apêndice	Suplemento Apêndice	A expressão *Concordância exaustiva da Bíblia sagrada: nova versão internacional*
Complemento tem um complemento → ← complementos	Cadência Libreto Coreografia Conclusão de obra inacabada	Música incidental Música para um texto Peça de acompanhamento	Música e regência de Ricardo Tacuchian (1987) para poemas de Mário Quintana (*O Auto-retrato* e outros)
Condensação tem uma condensação → ← é uma condensação de		Digesto Resumo	*Declínio e queda do Império Romano*, de E. Gibbon, ed. abreviada de D.A. Saunders
Adaptação tem uma adaptação → ← é uma adaptação de		Adaptação Paráfrase Tradução livre Variação (música)	*Ópera do Malandro*, de Chico Buarque, baseada nas obras *The Beggar's Opera* [Ópera dos mendigos], de John Gay, e *Die Dreigroschenoper* [Ópera dos três vinténs], de B. Brecht e K. Weil
Transformação tem uma transformação → ← é uma transformação de		Dramatização Novelização Roteirização	Roteiro do filme *Sense and sensibility*, por Emma Thompson (1995), baseado na obra homônima de Jane Austen
Imitação tem uma imitação → ← é uma imitação de		Paródia Imitação	*A verdadeira história dos três porquinhos!*, de Jon Scieszka, paródia de *Os três porquinhos* e *Chapeuzinho vermelho*

Relações entre expressões da mesma obra ocorrem quando uma expressão se derivou de outra. Nestes tipos de relações, uma expressão é vista como modificação da outra. Em relação à música, cabe ressaltar que, embora os FRBR estabeleçam uma diferença entre transcrição, considerada uma espécie de tradução, e arranjo, tanto o Grove[6] como o apêndice D (Glossário) das AACR2 (2002)[7] consideram os termos praticamente sinônimos. Assim, trataremos ambas as formas indiferentemente. Um aspecto importante a levar em conta, nesses casos, é a autonomia das expressões, ou seja, não existe expressão referencial; a representação bibliográfica pode, ou não, estabelecer os vínculos entre ambas. No caso de livros, pode-se citar como exemplo deste vínculo uma tradução realizada a partir de uma edição determinada.

RELAÇÕES DE EXPRESSÃO PARA EXPRESSÃO ENTRE EXPRESSÕES DE MESMA OBRA

TIPO DE RELAÇÃO	EXPRESSÃO AUTÔNOMA	EXEMPLOS
Síntese tem uma síntese → ← é uma síntese de	Redução Condensação Expurgação	*Simples demais*, de Peter James, edição condensada, com outros três romances, da Reader's Digest (2006) É uma síntese para a expressão: *Dead simple*, de Peter James (2005)
Revisão tem uma revisão → ← é uma revisão de	Edição revista Edição ampliada Estado (gráfico)	*Indexação e resumos: teoria e prática*, de F.W. Lancaster, segunda edição, revista e ampliada, segundo o prefácio É uma revisão de: *Indexação e resumos: teoria e prática*, de F.W. Lancaster, primeira edição
Tradução tem uma tradução → ← é uma tradução de	Tradução literal Transcrição (música)	*Indexação e resumos: teoria e prática*, de F.W. Lancaster, tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos, 2. ed. É uma tradução literal de: *Indexing and abstracting in theory and practice*, F.W. Lancaster, 3rd ed. (2003)
Arranjo tem um arranjo → ← é um arranjo de	Arranjo (música)	*Concerto para piano e orquestra, op. 15*, de Beethoven; arranjo para quatro mãos, de Hugo Ulrich (ca. 1900), baseado na grade original

RELAÇÕES DE EXPRESSÃO PARA EXPRESSÃO ENTRE EXPRESSÕES DE OBRAS DIFERENTES

TIPO DE RELAÇÃO	EXPRESSÃO REFERENCIAL	EXPRESSÃO AUTÔNOMA	EXEMPLOS
Sucessor tem um sucessor → ← é um sucessor para	Sequência	Sequência Continuação	*Tainá 2*, filme de Mauro Lima, sequência de *Tainá*, filme de Tânia Lamarca e Sérgio Bloch
Suplemento tem um suplemento → ← é um suplemento para	Índice Concordância Manual do professor Glosa [comentário] Suplemento Apêndice	Suplemento Apêndice	*ABC do Código Da Vinci*, de Ludenbergue Góes (2006), suplemento à tradução brasileira: *O código Da Vinci*, de Dan Brown (2004)
Complemento tem um complemento → ← complementos	Cadência Libreto Coreografia Conclusão de obra inacabada	Música incidental Música para um texto Peça de acompanhamento	*Amor & morte em Poodle Springs*, texto inacabado de Raymond Chandler (1959), concluído por Robert Parker (1989)
Condensação tem uma condensação → ← é uma condensação de		Digesto Resumo	*Digesto presbiteriano*, da Igreja Presbiteriana do Brasil, atas de 1888-1942 (2001)
Adaptação tem uma adaptação → ← é uma adaptação de		Adaptação Paráfrase Tradução livre Variação (música)	*A volta ao mundo em 80 dias*, texto adaptado para jovens por Imelda Heuschen para *Le tour du monde en 80 jours*, texto de Jules Verne
Transformação tem uma transformação → ← é uma transformação de		Dramatização Novelização Roteirização	*Aos meus amigos*, texto de Maria Adelaide Amaral (2002), roteirizado para a minissérie *Queridos amigos* (2008)
Imitação tem uma imitação → ← é uma imitação de		Paródia Imitação	*A planta da donzela*, texto de Glauco Matogrosso, paródia de *A pata da gazela*, texto de José de Alencar

As relações entre expressões de obras diferentes igualam-se às relações no nível de obra para obra. A diferença consiste em identificar tanto a expressão resultante, como a expressão que lhe deu origem. Dentre os diferentes tipos, estarão mais no nível da expressão os de: sucessor, suplemento e complemento, uma vez que a expressão na qual se baseiam estabelece diferenças entre as possíveis expressões resultantes. Para sumarizações, adaptações, transformações e imitações, talvez se torne menos necessário explicitar uma relação com uma expressão específica de uma obra anterior. Os FRBR sugerem registrar a relação sempre que estiver facilmente disponível, embora se reconheça a dificuldade desta tarefa.

Nas relações todo/parte entre expressões, do mesmo modo que nas relações todo/parte de obra para obra, as partes podem ser dependentes ou independentes. A diferença consiste no fato de se tratar de parte relativa a uma expressão determinada, em especial quanto às partes dependentes. Por exemplo, sumários, bibliografias ou índices são partes de expressões, uma vez que se referem a expressões específicas. Há várias maneiras, na descrição bibliográfica, de identificar tais relações: na área de série, na área de notas (com diferentes possibilidades), em entradas analíticas.

RELAÇÕES TODO/PARTE DE EXPRESSÃO PARA EXPRESSÃO

TIPO DE RELAÇÃO	PARTE DEPENDENTE	PARTE INDEPENDENTE	EXEMPLO
Todo/parte tem uma parte → ← é parte de	Sumário Volume/ fascículo de periódico Ilustração para um texto Parte sonora de um filme Emenda	Monografia em uma série Artigo de periódico Parte intelectual de obra em várias partes	*Requisitos funcionais para registros bibliográficos* - FRBR, de Fernanda P. Moreno e Miguel A. Márdero Arellano, parte de *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*

2.2.3 Relações no nível de manifestação e de item

Relações de manifestação para manifestação, de modo geral, envolvem diferentes manifestações da mesma expressão, com variados graus de exatidão. Um caso típico se refere aos recursos ciberespaciais, não apenas disponíveis na internet e em suporte físico, como em diversos tipos de arquivos eletrônicos. Por exemplo, uma dissertação em formato <pdf> ou <html>. Tais relações, na descrição bibliográfica, sempre aparecem em notas.

RELAÇÕES DE MANIFESTAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO

TIPO DE RELAÇÃO	MANIFESTAÇÃO	EXEMPLOS
Reprodução tem uma reprodução → ← é uma reprodução de	Reprodução Microrreprodução Macrorreprodução Reimpressão Reimpressão em ofsete Fac-símile Espelhamento	*Rules for a dictionary catalog*, de Charles A. Cutter, 4ª edição, Government Printing Office (Washington), 1904. Edição fac-similar de 1935. Reimpressão de 1972.
Alternativa tem uma alternativa → ← é uma alternativa para	Formato alternativo Edição publicada simultaneamente	*Falso brilhante*, de Elis Regina 33 1/3 rpm, 12 pol. (vinil), de 1976 Disco compacto (CD), de 1998

As relações todo/parte entre manifestações implicam a divisão de um conteúdo físico de manifestação, do mesmo modo que se pode dividir o conteúdo intelectual de obra ou expressão. Tal divisão pode ser exemplificada como uma unidade física de manifestação, como um volume de uma expressão em quatro volumes, ou um CD que acompanhe manifestação de determinada expressão. Essas relações tanto podem ser registradas na área de descrição física, como em notas, como em descrições em separado, ou em entradas analíticas.

RELAÇÕES TODO/PARTE DE MANIFESTAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO

TIPO DE RELAÇÃO	MANIFESTAÇÃO	EXEMPLO
Todo/parte tem parte → ← é uma parte de	Um volume de manifestação em vários volumes Trilha sonora para um filme em mídia separada Trilha sonora integrada ao filme	CD-ROM que acompanha *AACR2R em MARC 21*, de Antônia M. de C. Memória Ribeiro, 3ª edição (ed. da autora), 2006

Relações de manifestação para item indicam que a manifestação específica é o resultado da reprodução de um item específico. Registra-se esse vínculo quando se mostra necessário e útil. Cabe relembrar que um manuscrito, por suas características, é ao mesmo tempo, obra, expressão, manifestação e item.

Relações de item para item determinam que um item em particular derivou-se, de alguma forma, de outro item. A reprodução de um item, por outro lado, dificilmente mudará o tipo de suporte do item primitivo (ao contrário das manifestações). As relações de reconfiguração modificam o primeiro item de modo a reunir vários itens ou dividir o primeiro em dois ou mais. É o caso clássico da nota 'Encadernado com', ou da encadernação conjunta de vários fascículos de periódicos, em geral formando um único volume em um único item, ou, ainda, a divisão de manifestação em vários tomos.

RELAÇÕES DE MANIFESTAÇÃO PARA ITEM

TIPO DE RELAÇÃO	MANIFESTAÇÃO	EXEMPLO
Reprodução tem uma reprodução → ← é uma reprodução de	Reprodução Microrreprodução Macrorreprodução Reimpressão Reimpressão em ofsete Fac-símile	Manuscrito *Nota crítica à obra poética de Augusto dos Anjos*, de Carlos Drummond de Andrade, 1984 (item). Reprodução digitalizada, origem da manifestação contida na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional.

RELAÇÕES DE ITEM PARA ITEM

TIPO DE RELAÇÃO	ITEM	EXEMPLOS
Reconfiguração tem uma reconfiguração → ← é uma reconfiguração de	Encadernado com Separado de Extraído de	Os fascículos do *Diário Oficial do Estado de Goiás*, encadernados por mês de publicação.
Reprodução tem uma reprodução → ← é uma reprodução de	Reprodução Microrreprodução Macrorreprodução Fac-símile	Uma prova de concurso impressa em caracteres maiores, destinada a candidatos com dificuldades visuais.

Nas relações todo/parte de item para item, as partes de um item tanto podem ser separadas como integrantes do item. Um componente separado é uma peça física que constitui parte do item como um todo. Uma parte integrante é aquela fisicamente inseparável do item. Por exemplo, uma caixa de CD-ROMS ou uma capa de disco são partes separadas; por outro lado, uma encadernação é parte integrante do item.

RELAÇÕES TODO/PARTE DE ITEM PARA ITEM

TIPO DE RELAÇÃO	ITEM	EXEMPLO
Todo/parte tem parte → ← é uma parte de	Componente físico de cópia Encadernação de um livro	A caixa que contém o DVD do filme *O fabuloso destino de Amélie Poulain*, dirigido por Jean-Pierre Jeunet.

O capítulo 6 dos FRBR mapeou atributos e relações e lhes atribuiu um valor para o cumprimento de cada uma das tarefas dos usuários.

Por exemplo, o atributo 'título' da entidade 'obra' possui um alto valor para 'encontrar', 'identificar' e 'selecionar' uma obra, mas nenhum valor para 'obter' a obra.

Compreendidos os principais conceitos dos FRBR, vale uma pincelada, também geral, sobre seus descendentes, restrita à disponibilidade na literatura atual.

2.3 Os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)[8]

A revolução trazida pelos FRBR levou à análise conceitual de outras partes do registro bibliográfico, como os pontos de acesso. Seguiram-se, então, os Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR) e os Functional Requirements for Subject Authority Records [Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade de Assunto] (FRSAR), cujo grupo de trabalho instituiu-se em 2005 (<http://www.ifla.org/VII/s29/wgfrsar.htm#>). O grupo dos FRSAR ainda não completou seu relatório, prevendo-se a apresentação de uma versão preliminar em agosto de 2009, durante a Conferência Geral da IFLA. Em nota de rodapé da já citada Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009), os FRSAR passaram a denominar-se Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). Os FRANAR designaram-se, posteriormente, como Functional Requirements for Authority Records (FRAR) e, em 2007, se tornaram os Functional Requirements for Authority Data [Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade] (FRAD), sua denominação atual. Este modelo significa uma extensão e expansão dos FRBR. A última versão, disponível em <http://www.ifla.org/VII/d4/wg-franar.htm>, encontra-se ainda sujeita a alterações no momento em que escrevemos.

Projetou-se esse modelo conceitual visando a criar um quadro de referência claramente definido, estruturado, de modo a relacionar os dados dos registros de autoridade às necessidades dos usuários de tais dados; assim como auxiliar na avaliação do potencial de compartilhamento internacional dos dados de autoridade, não restrito ao universo bibliotecário.

Importante frisar que o modelo abrange todos os tipos de dados de autoridade (inclusive entidades de assuntos), embora no momento se encontre a versão mais completa no que se refere aos

dados de nomes (de pessoas, de famílias, de instituições e geográficos), de nomes/títulos e de títulos.

A figura abaixo demonstra os fundamentos do modelo conceitual.

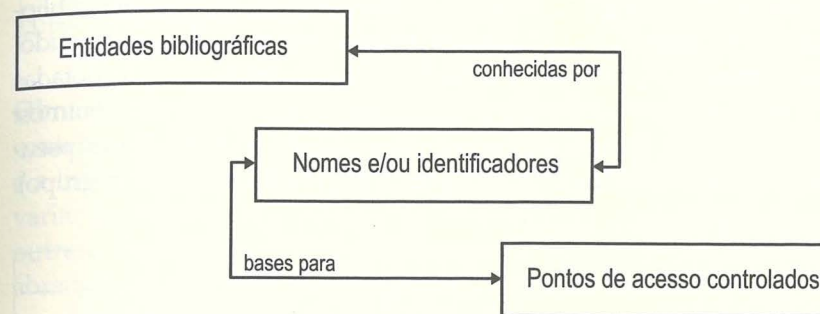



Figura 8. Base fundamental para o modelo conceitual. Fonte: IFLA (*op. cit.*, p. 4)

Os FRAD explicitam as tarefas realizadas pelos usuários, das quais duas também se encontram nos FRBR. São elas:

- **encontrar** uma entidade ou conjunto de entidades correspondentes a um critério determinado, ou explorar o universo de entidades bibliográficas utilizando seus atributos e relações;
- **identificar** uma entidade ou validar a forma do nome a ser usado como ponto de acesso controlado;
- **situar** uma pessoa, uma entidade coletiva, uma obra etc. em determinado contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas, entidades coletivas, obras etc. e um nome pelo qual esta pessoa, entidade coletiva etc. é conhecida;
- **justificar**, indicando a fonte na qual se baseia o ponto de acesso controlado, a razão da escolha do nome ou de sua forma pelo criador do dado de autoridade.

O modelo identificou dezesseis entidades. Aquelas existentes nos FRBR e com definição idêntica terão apenas exemplos. Apresentam-se abaixo as entidades dos FRAD e respectivos atributos:

Pessoa. Um indivíduo ou uma identidade bibliográfica [*persona*] estabelecida ou adotada por um indivíduo ou por um grupo. O

modelo adverte que as regras de catalogação, nos diferentes códigos, variam quanto à aceitação das identidades bibliográficas. A entidade compreende: indivíduos reais; identidades bibliográficas estabelecidas ou adotadas por um indivíduo por meio do uso de mais de um nome (nome real, e, ou, pseudônimo ou heterônimo); identidades bibliográficas estabelecidas ou adotadas por duas ou mais pessoas (pseudônimos conjuntos); e identidades bibliográficas estabelecidas ou adotadas por um grupo. Por exemplo, Fernando Pessoa e seus heterônimos: Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos; Nero Blanc (pseudônimo conjunto); Dona Benta (pseudônimo adotado por um grupo).

Atributos de uma PESSOA

Datas associadas à pessoa	Lugar de residência
Título da pessoa	Filiação institucional
Outra designação associada à pessoa	Endereço
Gênero	Idioma da pessoa
Lugar de nascimento	Campo de atividade
Lugar de falecimento	Profissão/ocupação
País	Biografia/história

Família. Duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, ou outro estado legal semelhante, ou que se apresentem como família. A entidade compreende: famílias reais, dinastias, famílias da nobreza; patriarcados e matriarcados; grupos de indivíduos vinculados por uma linhagem ancestral comum; família (pais, filhos, netos etc.); os herdeiros sucessivos de um título de nobreza, vistos coletivamente. Por exemplo, dinastia de Avis, os duques de Bragança.

Atributos de uma FAMÍLIA

Tipo de família (clã, dinastia etc.)	Lugares associados à família
Datas da família	História da família

Entidade coletiva. Por exemplo, IBGE, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Museu Paulista, Instituto Mexicano del Sonido, Associação de Moradores e Amigos de Botafogo.

Atributos de uma ENTIDADE COLETIVA

Lugar associado à entidade coletiva	Idioma da entidade coletiva
Data associada à entidade coletiva	Endereço
Outra designação associada à entidade coletiva	Campo de atividade
Tipo de entidade coletiva	História

Obra. Uma criação intelectual ou artística característica (isto é, o conteúdo intelectual ou artístico). O conceito do que significa 'obra' e a linha de demarcação entre uma obra e outra diferente podem variar de cultura para cultura, de uma área do conhecimento para outra e de uma instituição catalogadora para outra. A entidade abrange: textos (falados ou escritos), obras musicais, obras gráficas, obras fotográficas, obras constituídas por imagens em movimento, obras cartográficas, obras tridimensionais, dados, programas de computador, entre outras formas; obras de caráter legal e obras religiosas; coleções e compilações de obras, assim como obras individuais; obras componentes. Por exemplo, a tela *Abaporu*, de Tarsila do Amaral; o artigo 'Literary unit versus bibliographical unit', de Eva Verona.

Atributos de uma OBRA

Forma da obra	Tonalidade [música]
Data da obra	Lugar de origem da obra
Meio de execução	Idioma original da obra
Assunto da obra	História
Designação numérica	Outra característica distintiva

Expressão. Por exemplo, montagem da peça *A moratória*, de Jorge Andrade, em 1955, dirigida por Gianni Ratto; remontagem da mesma peça em 2008, pelo grupo Tapa, dirigida por Eduardo Tolentino de Araújo.

Atributos de uma EXPRESSÃO

Forma da expressão	Técnica [imagem gráfica ou em movimento]
Data da expressão	Outra característica distintiva
Idioma da expressão	

Manifestação. Por exemplo, *Morte e vida severina*, poema dramático de João Cabral de Melo Neto, musicado por Chico Buarque, com variações de formato: analógico ou digital, em cassete, CD ou mp3; *O que é FRBR?*, de Barbara Tillett , em versão impressa e versão para internet (formato pdf).

Atributos de MANIFESTAÇÃO

Designação de edição/publicação	Data de publicação/distribuição
Lugar de publicação/distribuição	Forma do suporte
Editor/distribuidor	Designação numérica [recurso contínuo]

Item. Por exemplo, um único exemplar do livro *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes.

Atributo de um ITEM: Localização de item [acervo ou instituição].

Conceito. Por exemplo: *O poder do mito*, filme documentário baseado na obra e em entrevistas com Joseph Campbell.

Atributo de um CONCEITO: Tipo de conceito.

Objeto. Por exemplo, *Porcelana e China*, texto de sítio chinês sobre a história da porcelana: <http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter20/chapter200313.htm>.

Atributos de um OBJETO

Tipo de objeto	Produtor/fabricante
Data de produção	Meio físico [tipo de material]
Lugar de produção	

Evento. Por exemplo: o filme *Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende.

Atributos de um EVENTO

Data associada ao evento	Lugar associado ao evento

Lugar. Regras de catalogação podem variar quanto à semântica de um nome geográfico (um lugar ou um governo relativo a uma jurisdição determinada) e quanto aos elementos adicionais a um nome. Exemplos da entidade 'lugar': *Mapa Nordeste, Guia Quatro Rodas*.

Atributos de um LUGAR

Coordenadas	Outra informação geográfica

Nome. Um caractere ou grupo de palavras e, ou, caracteres, pelos quais uma entidade é conhecida. A entidade inclui: nomes de pessoas, famílias e instituições; títulos de obras, expressões, manifestações e itens; nomes e termos de conceitos, objetos, eventos e lugares; nomes verdadeiros, pseudônimos, nomes religiosos, iniciais e letras separadas, numerais ou símbolos; prenomes, matronímicos, patronímicos, sobrenomes, nomes dinásticos; números romanos associados a prenomes de papas e soberanos; nomes de famílias, clãs, dinastias, famílias da nobreza; nomes que representam os herdeiros sucessivos de um título de nobreza, vistos coletivamente; nomes adotados por uma entidade coletiva em vários períodos de sua história; nomes de associações, instituições, empresas e organizações não lucrativas; nomes de governos, órgãos de governo, projetos e programas, funcionários do governo, delegações, órgãos legislativos, forças armadas; instituições religiosas, igrejas locais, concílios, pessoas da religião, províncias, dioceses, sínodos, missões diplomáticas papais; nomes de conferências, congressos e encontros; nomes de exibições, competições esportivas, expedições, feiras, festivais; nomes de órgãos subordinados e relacionados; números que são parte integrante do nome de uma instituição ou evento; nomes comerciais; títulos de conteúdo, de partes de conteúdo, de compilações de conteúdo; títulos de uma obra; título principal da edição original de uma obra; títulos pelos quais uma obra é identificada em fontes de referência; títulos sob os quais uma obra foi publicada; títulos pelos quais uma expressão é conhecida; título principal de manifestação original de uma expressão; títulos pelos quais uma expressão é identificada em fontes de referência; títulos sob os quais uma expressão foi publicada; título principal de uma edição original de manifestação; títulos pelos quais a manifestação é identificada em fontes de referência; títulos variantes que aparecem em manifestação; nomes e termos de eventos, objetos, conceitos e lugares. Por exemplo: São Francisco de Assis, FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Bienal do Livro, Casas Bahia, *Sinfonia Pastoral* (de Beethoven), *Cidadão Kane*.

Atributos de um NOME

Tipo de nome	Idioma do nome
Escopo do uso	Alfabeto* do nome
Datas de uso	Tabela de transliteração do nome

Identificador. Um número, código, palavra, frase, logotipo, dispositivo, associado a uma única entidade, e que serve para distingui-la de outras entidades, no contexto em que o identificador foi designado. A entidade abrange identificadores como números da previdência social, atribuídos por uma autoridade governamental; outros números pessoais de registro (como o de carteira de identidade e cadastro de pessoas físicas (CPF), por exemplo), atribuídos por outras autoridades governamentais; números de registro de pessoas jurídicas (CNPJ), por exemplo), números de registro de instituições beneficentes, atribuídos por uma autoridade governamental; números de entidades coletivas atribuídos por outras autoridades de registro (ISBN do editor, por exemplo). Alguns dos identificadores podem ser confidenciais ou de acesso restrito.

Abrange também identificadores-padrão designados por autoridades de registro característico de conteúdo. Por exemplo, ISRC – International Standard Recording Code (gravações de música), ISWC – International Standard Musical Work Code e ISAN – International Standard Audiovisual Number, no Brasil representados pelo Escritório Central de Arrecadação de Distribuição [de direitos autorais] (ECAD) e pela Associação Brasileira de Registro de Obras Audiovisuais (ABRISAN).

Inclui, além dos já citados, identificadores-padrão de manifestações, designados pelas autoridades de registro competentes (por exemplo: ISBN, ISMN e ISSN); números de índices temáticos atribuídos a uma obra musical por um editor ou por um musicólogo; números de catálogo *raisonné* (lista exaustiva das obras de um artista, em geral artistas plásticos ou compositores); identificadores de itens atribuídos por repositórios (por exemplo, número da prateleira); números de classificação que se referem a entidades específicas (por exemplo, um número de classificação atribuído a uma pintura

*Preferiu-se o termo 'alfabeto', com o significado de todos os tipos de escrita (alfabética, ideográfica etc.), pois o termo 'escrita' tem vários sentidos e se torna muito amplo.

específica); marcas registradas. Por exemplo: SSCD045 (número do CD *Obras inéditas* de Carlos Gomes, do selo Sonhos & Sons), KV 543 (sinfonia número 39 de Mozart).

Atributos de um IDENTIFICADOR

Tipo de identificador	Sufixo
Sequência identificadora	

Ponto de acesso controlado. Um nome, termo, código, entre outros, sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade será encontrado. A entidade compreende pontos de acesso designados como formas autorizadas ou preferidas, assim como formas variantes; pontos de acesso baseados em nomes pessoais, de família e de entidades coletivas; pontos de acesso com base em títulos de obras, expressões, manifestações e itens; pontos de acesso que consistem de combinação entre dois nomes e, ou, identificadores, como nos pontos de acesso de nome/título; pontos de acesso baseados em termos para eventos, objetos, conceitos e lugares; pontos de acesso baseados em indicadores assim como números padronizados e notações de classificação; elementos adicionados ao nome em si para distinguir entre duas entidades com nomes idênticos ou semelhantes. Por exemplo, Buarque, Chico (*e não* Hollanda, Francisco Buarque de; *nem* Buarque de Hollanda, Francisco; *nem* Hollanda, Chico Buarque de); Freire, Roberto, 1942– (o político) e Freire, Roberto, 1927– (o psiquiatra).

Atributos de um PONTO DE ACESSO CONTROLADO

Tipo de ponto de acesso controlado	Alfabeto da catalogação
Situação do ponto de acesso controlado	Tabela de transliteração do ponto de acesso básico
Uso indicado para o ponto de acesso controlado	Tabela de transliteração da catalogação
Ponto de acesso indiferenciado	Fonte do ponto de acesso controlado
Idioma do ponto de acesso básico	Ponto de acesso básico
Idioma da catalogação	Adições
Alfabeto do ponto de acesso básico	

Regras. Um conjunto de instruções relativas à formulação e, ou, registro dos pontos de acesso controlados (formas autorizadas ou preferidas, remissivas etc.). A entidade abrange: regras de cataloga-

ção e sua interpretação; convenções de códigos. Por exemplo, o *Código anglo-americano de catalogação*, as *Regras portuguesas de catalogação*, norma de transliteração da ISO.

Atributos de REGRAS

Citação para as regras	Identificador das regras

Agência. Uma organização responsável por criar e modificar um ponto de acesso controlado. A agência é responsável pela aplicação e pela interpretação das regras que utiliza. A entidade inclui bibliotecas, agências bibliográficas nacionais, organizações de serviços bibliográficos, consórcios, museus, arquivos, organizações de direito autoral, entre outras. Por exemplo, BN brasileira, LC dos Estados Unidos.

Atributos de uma AGÊNCIA

Nome da agência	Identificador da agência
Localização da agência	

Todos os atributos das dezesseis entidades, acima identificados, se acham explicados nos FRAD, em sua versão disponível em linha (ainda em inglês).

A figura a seguir explicita o modelo conceitual para dados de autoridade. A linha pontilhada indica que a relação estipulada pela seta contígua se aplica a todas as entidades representadas no retângulo pontilhado.

Os FRAD apresentam as relações entre as entidades, expressas nos dados de autoridade, todavia alertam não se tratar de esquemas exaustivos, mas exemplificativos. Transcrevemos, mais adiante no texto, as tabelas dadas e alguns exemplos, porém de modo mais genérico que o explicitado na versão de 2007.

As relações entre obras foram primeiramente levantadas por Tillett em sua tese de doutoramento e artigo correspondente.[9] Tais relações bibliográficas, como as denominou, foram incorporadas aos dados de autoridade aqui modelados, e já existiam nos registros bibliográficos manuais, explicitadas em notas e em pontos de acesso. Embora também se encontrem nos FRBR, mostram-se diluídas em outros vários tipos de relações. São elas:

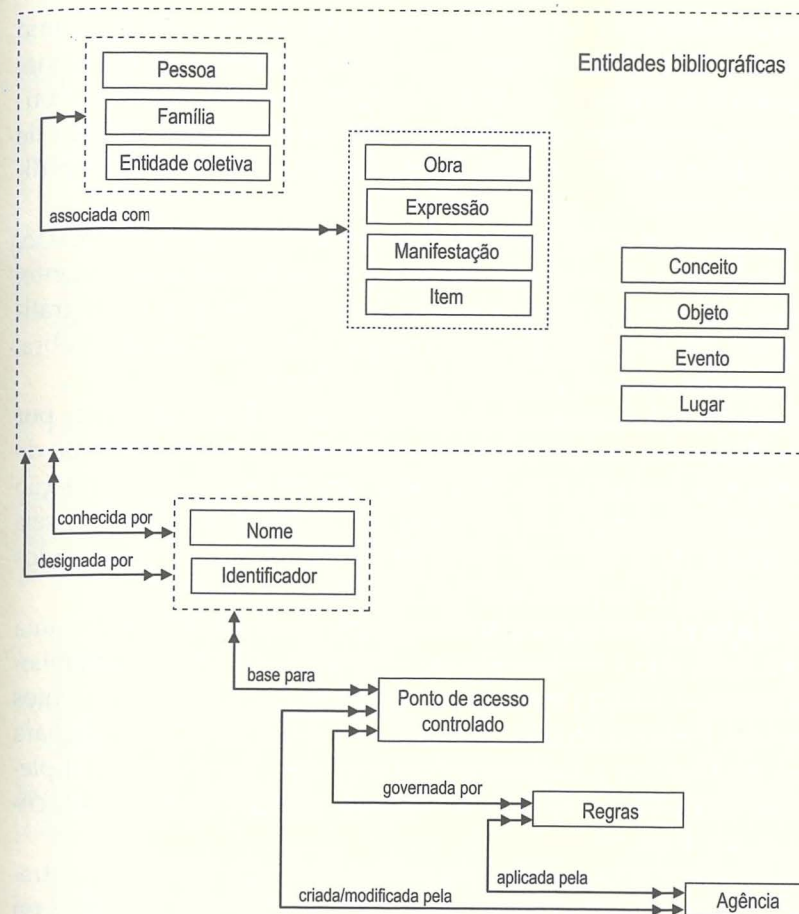



Figura 9. Modelo conceitual para dados de autoridade. Fonte: IFLA (2007, p. 7)

Relação de equivalência: aquela existente entre manifestação e item, ou item e item, com o mesmo conteúdo intelectual ou artístico e suporte diversificado. Por exemplo, original e fotocópias, microformas, discos de vinil e CDs, filmes e DVDs, entre outros.

Relação derivativa: apresenta-se quando uma obra deriva de outra e compreende dois tipos. O primeiro tipo inclui a relação entre uma obra original e uma grande quantidade de variações ou versões desta obra original, como edições, revisões, traduções, sumários, resumos e digestos. O segundo tipo inclui novas obras que

sejam adaptações ou modificações baseadas em obra anterior, como improvisações, ou novas obras que impliquem mudança de gênero, como transformações, dramatizações, novelizações, entre outras, ou que estejam baseadas no estilo ou conteúdo temático de outras obras, como traduções livres, paráfrases, imitações, paródias, entre outras.

Relação descritiva: a relação entre uma obra e outra expressão, manifestação, item ou nova obra que tem a primeira como assunto. Este tipo de relação normalmente se explicita em dados bibliográficos, por meio de pontos de acesso controlados para a primeira obra. Por exemplo, críticas, comentários, revisões etc.

Relação todo/parte: a relação entre uma obra (coletânea, por exemplo) e uma ou mais obras que dela fazem parte. Este tipo de relação, usualmente conhecida como 'relação vertical' ou 'relação hierárquica', se expressa em geral nos dados bibliográficos, seja nos pontos de acesso, por meio de pontos de acesso controlados nos registros de autoridades, seja em notas de conteúdo.

Relação de acompanhamento (parte/parte): a relação entre uma obra e outra que a suplementa ou complementa. Nos dados bibliográficos, essa relação aparece na descrição física, notas ou pontos de acesso. Pode registrar-se, também, nos dados de autoridade, para notas explicativas e remissivas 'ver também'. Por exemplo: suplemento, mapa para um guia de viagem, manual do professor, CD-ROM de um livro etc.

Relação sequencial: conhecida como 'relação cronológica', trata-se de relação entre uma obra e outra que lhe seja sucessora ou predecessora. Usualmente, registra-se nos dados bibliográficos em notas e pontos de acesso controlados; nos registros de autoridade, por meio de notas e remissivas 'ver também'. Por exemplo: uma continuação, um periódico ou uma série que mudaram de nome.

Relação de característica compartilhada: a relação entre duas obras, ou expressões, ou manifestações ou itens que tenham alguma característica em comum, excluindo-se as demais características identificadas. Por exemplo, mesmo idioma, mesma cor de encadernação, mesmo editor, mesmo ano de publicação etc.

Os FRAD basearam-se também nas Guidelines for authority records and references[10] [Diretrizes para registros e remissivas de autoridades], conhecidas como GARR. Não nos cabe analisá-las aqui,

porém a elas devemos recorrer para compreensão de formas autorizadass e remissivas nos FRAD, que, em essência, constituem os relacionamentos. Conhecemos, dos nossos catálogos manuais, as remissivas 'ver', remissivas 'ver também' e remissivas explicativas. As GARR trabalham simultaneamente com o(s) cabeçalho(s) autorizado(s) (isto é, formas autorizadas), as remissivas e as notas explicativas ou instrucionais no mesmo registro. As GARR e os FRAD utilizam a simbologia especificada a seguir:

> Ver / procurar por	Precede a forma *autorizada*
< Usado para	Precede a forma variante (não autorizada)
>> Ver também	Precede a forma *relacionada* (nas remissivas)
<< Ver também	Precede a forma *relacionada* e também *autorizada* (isto é, que poderá ter seu próprio registro)

Os exemplos nos FRAD utilizam o símbolo: > > < <. Ele indica 'ver também' para forma simultaneamente *relacionada e autorizada;* isto é, significa existência de remissiva e de registro. Por exemplo,

Forma autorizada
> Assis, Machado de
Formas variantes
< Assis, Joaquim Maria Machado de
< Machado de Assis *etc.*

Explicitam-se, no quadro da página seguinte, algumas entidades e relações.

A relação de pseudônimo é aquela que se estabelece entre uma, ou mais de uma, pessoa real e uma *persona* [identidade bibliográfica], por meio do uso de um ou mais pseudônimos. Essa relação se expressa nos dados de autoridade por meio de formas autorizadas de nomes (ou formas preferidas de nome) atribuídas a cada uma das entidades, remissivas e notas explicativas ou informativas. Além da indicação de remissivas, que serão recuperadas por meio da forma autorizada em questão, há também indicação da existência de registros para as demais formas autorizadas. Por exemplo:

Forma autorizada
Suárez Lynch, B.
Nota informativa e remissivas
Pseudônimo conjunto de Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares. Os autores também escreveram sob o pseudônimo conjunto de H. (Honorio) Bustos Domecq, cujas obras foram depois publicadas sob seus próprios no-

mes. Para obras escritas sob seu próprio nome, ou sob o pseudônimo de H. Bustos Domecq, ver também:
>> Bioy Casares, Adolfo
>> Borges, Jorge Luis
Remissivas 'ver'
< Bustos Domecq, H. (Honorio)
< Domecq, H. Bustos (Honorio Bustos)
Formas também autorizadas
<< Bioy Casares, Adolfo
<< Borges, Jorge Luis

A relação atributiva é aquela que se estabelece entre uma pessoa ou *persona,* a quem uma ou mais obras sejam errônea ou falsamente atribuídas, e o autor verdadeiro. Há dois casos célebres: o Pseudo-Bruto, cujas cartas foram erroneamente atribuídas a Marco Júnio Bruto, e Gertrude Stein, que atribuiu sua autobiografia a Alice B. Toklas (sua secretária e amiga).

Relações entre pessoas, famílias, entidades coletivas e obras

TIPO DE ENTIDADE	EXEMPLOS DE TIPOS DE RELAÇÃO
Pessoa ⇨ Pessoa	Relação de pseudônimo Relação atributiva (obra atribuída a outrem) Relação colaborativa Relação de parentesco Relação paternal/filial
Pessoa ⇨ Família	Relação de pertencimento
Pessoa ⇨ Entidade coletiva	Relação associativa
Família ⇨ Família	Relação genealógica
Entidade coletiva ⇨ Entidade coletiva	Relação hierárquica Relação sequencial
Obra ⇨ Obra	Relação de equivalência Relação derivativa Relação descritiva Relação todo/parte Relação de acompanhamento (parte/parte) Relação sequencial Relação de característica compartilhada

A relação colaborativa se estabelece entre duas ou mais pessoas que colaboram para a realização do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra. Por exemplo, *O guarani,* ópera de Carlos Gomes com libreto de Antonio Scalvini:

Forma autorizada
Gomes, Carlos
Nota informativa
Compositor de *O guarani.*

Forma autorizada
Scalvini, Antonio
Nota informativa
Libretista de *O guarani*

As relações de parentesco e paternal/filial se estabelecem entre pessoas da mesma família ou entre pais e filhos. Raramente tais relações se expressam nos registros bibliográficos. Por exemplo, os escritores Alexandre Dumas, *pai (père),* 1802–1870, e Alexandre Dumas, *filho (fils),* 1824–1895. As diferenças se estabelecem pelas datas de nascimento e morte. As formas autorizadas, deste modo, são:

Dumas, Alexandre, 1802-1870
Dumas, Alexandre, 1824-1895

Em língua portuguesa, permanece na forma autorizada o grau de parentesco, quando existente no nome. Por exemplo: Alexandre Barbosa Lima e Alexandre Barbosa Lima Sobrinho:

Formas autorizadas
Lima, Alexandre Barbosa
Lima Sobrinho, Alexandre Barbosa

A relação de pertencimento se dá entre uma pessoa e uma família da qual esta pessoa é membro, ou vice-versa. Tal relação se expressa nos dados de autoridade por meio de notas informativas e remissivas 'ver também'.

A relação associativa, ou de pertencimento, entre pessoa e entidade coletiva ou grupo se dá quando a pessoa é membro de uma entidade coletiva ou de um grupo. A relação se expressa por meio de notas informativas, notas do catalogador e remissivas 'ver também'. Por exemplo, Duo Folia (David Chew, contrabaixo, e Nícolas de Souza Barros, violão, alt-guitar e viola caipira):

Forma autorizada
> Duo Folia
Formas autorizadas e remissivas 'ver também'
>> Barros, Nícolas de Souza
>> Chew, David

A relação genealógica entre famílias se dá quando uma descende da outra. Do mesmo modo, a relação se expressa por meio de notas do catalogador, notas informativas e remissivas 'ver também'.

A relação hierárquica entre entidades coletivas se dá quando

uma entidade coletiva é subordinada a outra entidade coletiva. A relação sequencial, por sua vez, ocorre quando duas ou mais entidades coletivas se sucedem no tempo, seja em eventos sequenciais, como no caso de congressos, seja por sucessão, fusão ou desmembramento. Por exemplo:

> Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
< ABCAR
Nota explicativa:
Criada em 1956, a associação transformou-se, em 1974, na EMBRATER, por sua vez extinta em 1990.
>><< EMBRATER
< Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

Relação entre nomes e pessoas, famílias, entidades coletivas e obras (relações de 'conhecido por')

TIPO DE ENTIDADE	EXEMPLOS DE TIPOS DE RELAÇÃO
Pessoa ⇨ Nome	Relação de nome verdadeiro Relação de pseudônimo Relação de nome secular Relação de nome religioso Relação de nome oficial Relação de nome anterior Relação de nome posterior Relação de forma linguística alternativa Relações de outras formas variantes
Família ⇨ Nome	Relação de forma linguística alternativa
Entidade coletiva ⇨ Nome	Relação de forma expandida Relação de siglas/iniciais/abreviaturas Relação de pseudônimo Relação de forma linguística alternativa Relações de outras formas variantes
Obra ⇨ Nome	Relação de forma linguística alternativa Relação de nome convencional Relações de outros nomes variantes

As relações do quadro acima se apresentam muito simples, pois interligam um único nome e uma pessoa, uma família, uma entidade coletiva ou um título de obra, ou ainda um nome/título. Tais relações se explicitam por meio de remissivas 'ver' e 'ver também'. A seguir, incluímos exemplos para alguns daqueles tipos de relação:

NOME VERDADEIRO: Carlos Drummond de Andrade.

PSEUDÔNIMO: Júlio César de Mello e Souza (nome verdadeiro utilizado em obras sobre matemática), também conhecido como Malba Tahan (pseudônimo utilizado em obras ficcionais).

NOME SECULAR: João XXIII, *papa* (nome religioso utilizado) e Roncalli, Angelo Giuseppe (remissiva para o nome secular).

NOME OFICIAL: Brasil. Presidente (1956–1961 : Kubitschek), com remissiva 'ver também' para Kubitschek, Juscelino.

FORMAS VARIANTES: Queiroz, Dinah Silveira de (forma conhecida), com remissiva 'ver' de Alves, Dinah Silveira de Queiroz Castro (e outras variações possíveis).

FORMA ALTERNATIVA LINGUÍSTICA: Familie Trap (alemão, forma autorizada), com remissiva 'ver' de Família Trapp.

FORMA ABREVIADA: UNICEF (forma autorizada), com remissiva 'ver' de Fundo das Nações Unidas para a Infância.

NOME CONVENCIONAL: Beethoven, Ludwig van, 1770–1827. Sinfonias, n. 3, op. 55, mi bemol maior. Remissiva 'ver': Beethoven, Ludwig van. Sinfonia heroica.

Relações entre pontos de acesso controlados

TIPO DE ENTIDADE	TIPO DE RELAÇÃO
Ponto de acesso ⇨ Ponto de acesso	Relação de idioma equivalente Relação de alfabeto alternativo Relação de regras diferentes Relação de correspondência nome/termo de assunto ou número de classificação Relação de nome/identificador

As relações do quadro acima mostram-se também muito simples, de modo geral com uso de idiomas alternativos, como em países com mais de uma língua oficial, ou de relação com outros alfabetos. Ainda existem as relações entre nomes, termos e números de classificação e termos com identificador. Tais relações, explicitadas em registros de autoridade, permitem que um ponto de acesso tenha uso universal e facilitam a busca pelos usuários.

2.4 Influências dos FRBR

A partir de 2003, ocorreram as reuniões da IFLA de especialistas sobre um código internacional de catalogação. Cabe ressaltar que,

desde a primeira, em 2003, buscou-se consenso internacional sobre princípios de catalogação, já alcançados e expostos no capítulo 1 desta obra. A última reunião (2007) recomendou algumas diretrizes para a catalogação, inclusive a permanência do termo 'catalogação', por ser mais abrangente do que 'descrição de recursos bibliográficos', uma vez que inclui também todos os pontos de acesso. O objetivo maior desses eventos seria o consenso visando à criação de um código internacional de catalogação (inicialmente projetado para 2008, mas agora adiado).

Outra das recomendações fundamentais da IFLA diz respeito à necessidade de total compatibilização entre os códigos de catalogação e os FRBR. Por isso, o Joint Steering Committee for the Development of AACR [Comitê Gestor Conjunto para o Desenvolvimento das AACR], que previa o lançamento das AACR3, tornou-se o comitê para o novo código de descrição e acesso aos recursos [Resource Description and Access][11] conhecido como RDA, ainda em versão preliminar e destinado, prioritariamente, ao grupo de países de língua inglesa. A estrutura do novo código sofreu mudança substancial. Abaixo, se dará uma visão genérica de conceitos básicos e da estrutura atual do código RDA.

Conceitos empregados no RDA
Recurso: "um objeto informacional identificável; o objeto pode ser, por natureza, tangível ou intangível".
Descoberta do recurso: abrange as tarefas do usuário segundo os FRBR.
Dados descritivos: "dados que descrevem um recurso".
Dados de controle do ponto de acesso: "dados que descrevem uma entidade representada por um ponto de acesso controlado".

O código RDA compreende: 38 capítulos, sendo o capítulo 0 preliminar; 10 seções, nas quais se encontram 37 capítulos; e 13 apêndices, a saber:

0 Introdução

Seção 1: registro de atributos de manifestação e item

1 Diretrizes gerais para registro de atributos de manifestações e itens
2 Identificação de manifestações e itens
3 Descrição de suportes
4 Provimento de informações sobre aquisição e acesso

Seção 2: Registro de atributos de obra e expressão

5 Diretrizes gerais para registro de atributos de obra e expressão
6 Identificação de obras e expressões
7 Descrição de conteúdo

Seção 3: Registro de atributos de pessoa, família e entidade coletiva

8 Diretrizes gerais para registro de atributos de pessoas, famílias e entidades coletivas
9 Identificação de pessoas
10 Identificação de famílias
11 Identificação de entidades coletivas

Seção 4: Registro de atributos de conceito, objeto, evento e lugar

12 Diretrizes gerais para registro de conceitos, objetos, eventos e lugares [não elaborado]
13 Identificação de conceitos [não elaborado]
14 Identificação de objetos [não elaborado]
15 Identificação de eventos [não elaborado]
16 Identificação de lugares

Seção 5: Registro de relações primárias entre obra, expressão, manifestação e item

17 Diretrizes gerais para registro de relações primárias entre uma obra, expressão, manifestação e item

Seção 6: Registro de relações de pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um recurso

18 Diretrizes gerais para registro de relações de pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um recurso
19 Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma obra

20 Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma expressão
21 Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma manifestação
22 Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um item

Seção 7: Registro de relações de assunto

23 Diretrizes gerais para registro do assunto de uma obra [não elaborado]

Seção 8: Registro de relações entre obras, expressões, manifestações e itens

24 Diretrizes gerais para registro de relações entre obras, expressões, manifestações e itens
25 Obras relacionadas
26 Expressões relacionadas
27 Manifestações relacionadas
28 Itens relacionados

Seção 9: Registro de relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas

29 Diretrizes gerais para registro de relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas
30 Pessoas relacionadas
31 Famílias relacionadas
32 Entidades coletivas relacionadas

Seção 10: Registro de relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares

33 Diretrizes gerais para registro de relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares [não elaborado]
34 Conceitos relacionados [não elaborado]
35 Objetos relacionados [não elaborado]
36 Eventos relacionados [não elaborado]
37 Lugares relacionados [não elaborado]

Apêndices

A Maiúsculas
B Abreviaturas
C Artigos iniciais
D Sintaxes do registro para dados descritivos
E Sintaxes do registro para controle de ponto de acesso
F Instruções adicionais para nomes de pessoas
G Títulos de nobreza, termos hierárquicos [títulos honoríficos] etc.
H Datas no calendário cristão
I Designadores de relação: relações entre um recurso e pessoas, famílias e entidades coletivas associadas ao recurso.
J Designadores de relação: relações entre obras, expressões, manifestações e itens
K Designadores de relação: relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas
L Designadores de relação: relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares [não elaborado]
M Exemplos completos – registros bibliográficos

Cabe uma observação: os exemplos do apêndice M incluem formato RDA e formato MARC 21. O formato RDA, com indicação do respectivo capítulo, *não inclui pontuação alguma*. O formato MARC 21, embora inclua alguma pontuação dentro de cada área, não registra pontuação de final de área como na ISBD.

O código RDA espera tornar-se um código internacional e sua edição está prevista para 2009. Outras mudanças significativas devem ser introduzidas no novo código; no entanto, sem uma versão definitiva, seria prematuro transcrevê-las.

Aqueles interessados em aprofundar seus estudos sobre os modelos, as reuniões, a evolução e o desenvolvimento dos códigos encontram vasta bibliografia e informações atualizadas no endereço da IFLA (<http://www.ifla.org>), muitas vezes também em língua espanhola (ou até mesmo em português), por meio de buscas simples, com uso das siglas acima citadas.

À guisa de conclusão deste longo capítulo, gostaríamos de fazer um reparo. Embora as AACR tenham sido um código internacionalizado, traduzido em 24 idiomas, nos vemos frente ao dilema dos direitos autorais para muitos países, sem recursos e sem meios de desenvolver seu próprio código nacional, além das barreiras

linguísticas e do alto custo das edições em língua inglesa, sempre corrigidas. Merecida fonte de renda para alguns, converte-se em empecilho ao desenvolvimento da catalogação e ao controle bibliográfico no mundo. Assim, nos colocamos a seguinte pergunta: teremos um código internacional de catalogação (de livre acesso), um código brasileiro de catalogação, um código de catalogação para língua portuguesa (mais de 215 milhões de falantes no mundo), ou o código RDA será traduzido, como o foram todos os demais, para uso no Brasil? Hoje, no momento em que escrevemos, são apenas perguntas sem respostas.

Referências

1 CHEN, Peter. *Modelagem de dados: a abordagem entidade–relacionamento para projeto lógico.* Trad. Cecília C. Bartalotti. Rio de Janeiro: Makron Books, 1990.

2 IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional Requirements for Bibliographic Records: final report*. The Hague: IFLA, 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/index.htm>. Acesso em: nov. 2008.

3 IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Ibidem*. p. 8.

4 MORENO, Fernanda Passini. *Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR: um estudo do catálogo da Rede Bibliodata*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2006.
MORENO, Fernanda Passini; BRASCHER, M. MARC, MARCXML e FRBR: relações encontradas na literatura. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 13-25, set./dez. 2007.
SILVEIRA, Naira Christofoletti. *Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007.

5 LE BŒUF, Patrick. El mundo feliz de los FRBR. In: PRINCIPIOS de catalogación de IFLA: pasos hacia un código internacional de catalogación. The Hague: IFLA, 2003. (Serie de IFLA sobre control bibliográfico, v. 26). Disponível em: <http://travesia.mcu.es/documentos/principios_catalogacion_ifla.pdf>. Acesso em: 2 maio 2007.

6 DICIONÁRIO Grove de música. Ed. concisa [abreviada] por Stanley Sadie, ed. assistente: Alison Lathan. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

7 CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

8 IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records. *Functional Requirements for Authority Data*. 2007. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/d4/wg-franar.htm>. Acesso em: 23 fev. 2009.

9 TILLETT, Barbara. Bibliographic relationships in library catalog. In: IFLA COUNCIL & GENERAL CONFERENCE (53. : 1987 : Brighton). Section on Cataloguing. [*Papers*]. 1987. p. 3-5.

10 GUIDELINES for authority records and references. 2. ed. IFLA, 2001. (UBCIM publications. New series, v. 23) Disponível em: <www.ifla.org/VII/s13/garr/garr.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2008.

11 CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. *Catalogação descritiva no século XXI: um estudo sobre o RDA*. 2008. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2008.
CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. *Catalogação: uma trajetória para um código internacional*. Niterói, RJ: Intertexto, 2009.
GÓMEZ, Andrea P. RDA: el alcance internacional del nuevo código de catalogación. *Transinformação*, Campinas, SP, v. 19, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index. php>. Acesso em: 1 mar. 2008.

3 BREVE HISTÓRICO DOS CATÁLOGOS E DA CATALOGAÇÃO

Ruth French Strout[1] foi das primeiras a realizar, em 1956, o mais completo levantamento sobre a história dos catálogos e da catalogação. A autora relata, quase século a século, os fatos ocorridos das origens até 1900. A partir das últimas décadas do século XX, a história dos livros e da leitura tornou-se uma área de estudos e, mais recentemente ainda, a própria história das bibliotecas incorporou-se como tema de pesquisa e trabalhos. Vasta literatura sobre o assunto, inclusive em língua portuguesa, mostra diferentes aspectos e complementa a trajetória de nossa profissão. Transcrevem-se, resumidamente, tais narrativas dos primórdios da catalogação, com vistas a preservar estes relatos, e se acrescentam alguns eventos contemporâneos. Ressalte-se que o texto se limitará aos fatos que consideramos mais relevantes. Para aqueles que se interessarem pelo tema, algumas sugestões de leitura encontram-se no final do capítulo.

3.1 Períodos remotos

A biblioteca mais antiga de que se tem conhecimento, hoje, data do terceiro milênio antes de Cristo, localizada em Ebla (perto de Ugarit, na Fenícia,[2] atual Síria). Sua descoberta deve-se à missão arqueológica italiana, sob a direção de Paolo Matthiae, que escavou o sítio entre 1974 e 1976. Possuía entre 15 000 e 17 000 tábulas de argila, segundo diferentes autores, correspondendo a cerca de quatro mil documentos, em escrita cuneiforme, organizados em estantes de acordo com seu conteúdo temático. Apresentavam, também, tábulas com resumos dos documentos.[3]

Chegou até nós maior número de registros babilônicos do que egípcios, talvez devido ao fato de os babilônios escreverem sobre tábulas de argila, enquanto os egípcios escreviam em papiros, de

menor durabilidade. Escavações no Egito desvendaram tábulas de argila em linguagem babilônica, datadas de 1400 aC, e que se referiam a títulos de obras. Porém ainda se desconhece se seriam propriamente um catálogo. Datam de 1300 aC as tábulas com as primeiras informações bibliográficas de descrição física, descobertas em escavações hititas (atual Turquia). Essas tábulas identificavam o número da tábula em uma série, o título e, muitas vezes, o escriba.

No reinado de Assurbanipal, século VII aC, existiu uma biblioteca célebre, denominada tanto biblioteca de Assurbanipal[4] como biblioteca de Nínive, por sua localização. Há controvérsias quanto à data e quanto aos descobridores de seus vestígios; atribui-se a descoberta ora a Austen Henry Layard e Hormuzd Rassam, em 1849, ora somente a Layard, em 1854. Existem cerca de 25 mil a 30 mil fragmentos de tábulas de argila, dos quais, segundo Battles, 20 mil se encontram preservados no British Museum, com documentos e seus respectivos registros bibliográficos. As informações se referiam ao título, ao número da tábula ou volume, às primeiras palavras da tábula seguinte, ao nome do possuidor original, ao nome do escriba e a um selo, indicando tratar-se de propriedade real. Presume-se haver, nesta época, um embrião de catálogo.

Existiu, certamente, um catálogo, inscrito nas paredes de um templo no Egito, mas datado dos séculos III e II aC, contemporâneo às duas bibliotecas mais famosas da Antiguidade.

O reino do Egito, na divisão do império de Alexandre, coube a Ptolomeu I, ou Ptolomeu Sóter, a quem se deve a criação da notável biblioteca de Alexandria.[5] Durante centenas de anos, aproximadamente do século III aC ao século V dC, reuniu um acervo incomparável de rolos de papiros; para Canfora, cerca de 400 mil, correspondendo a 90 mil documentos. Também se tornou o centro cultural do mundo, agregando sábios e estudiosos das mais diferentes procedências, crenças e culturas. Importantíssimas descobertas e pesquisas lá se desenvolveram, basilares ao conhecimento humano. Especialmente para a cultura cristã, a reunião de setenta rabinos resultou na primeira tradução do Antigo Testamento (Torá), do hebraico para o grego, a denominada 'versão dos Setenta', ou Septuaginta, na qual se baseou a posterior tradução para o latim. Na biblioteca de Alexandria, os bibliotecários-chefes eram escolhidos pelos próprios reis. Entre muitos daqueles eruditos que trabalharam em Alexandria como bibliotecários destaca-se Calímaco, por sua importância para a história do catálogo e da organização do conhecimento. Na verdade, não se tratava de um catálogo tal como o conhecemos hoje.

Como vimos no capítulo 1, *catalogar* e *classificar* são os mesmos processos, de diferentes origens, o que explica o *catálogo* de Calímaco, denominado *pinakoi*. Em grego, essa palavra significa estantes, mesas ou tábuas. Em termos simples, Calímaco organizou os volumes dentro de grandes assuntos, de acordo com a classificação aristotélica do conhecimento, listando-os nas respectivas *pinakoi* (mesas, provavelmente, em que se deixavam os textos de determinada área para estudo). Mas não se restringiu a identificar os assuntos, como relata Jacob[6] (2000, p. 57): para identificação das obras, os volumes continham pequenas etiquetas "coladas no dorso do rolo [de papiro] e sobressaindo da prateleira para permitir a identificação do autor (nome no genitivo) e do título do livro", em ordem alfabética. "Nome no genitivo" quer dizer *Obra* X de Fulano.

O mais notável dessa memória histórica reside no nome pelo qual nos chegaram os sistemas de classificação, usualmente denominados 'tabelas'. 'Tabela' é palavra de origem latina, *tabella*, isto é, 'pequena tábua', 'quadro de madeira', derivada de *tabula*, 'mesa', 'tábua', 'estante'. Assim, do grego *pinakoi* passa-se ao latim *tabula* e a nossas *tabelas* de classificação bibliográfica, em descendência direta de Calímaco e sua forma de organização do conhecimento. Sua influência quanto às *tabulae* se estende ao século XIII, com Richard de Fournival, que também organizava o conhecimento em mesas.

Calímaco, assim como outros bibliotecários alexandrinos, criou inúmeras obras de referência, como bibliografias temáticas, oriundas de suas leituras.

Quanto ao fechamento da biblioteca, aconteceram pelo menos três grandes incêndios, desde Júlio César, que acabaram com parte da coleção. Da mesma forma, como hoje, descaso, guerras, inundações e intolerância contribuíram para sua extinção.* O final da biblioteca de Alexandria é controvertido, com inúmeras lendas e alguns fatos, existindo ampla literatura sobre o tema e podendo cada leitor aceitar o que lhe for mais significativo.

---

* Para salvaguardar a herança cultural dos países, a Unesco criou o comitê internacional Blue Shield em 1999, complementar a uma convenção de 1954 e representado em nosso país pelo Comitê Brasileiro do Escudo Azul.[7]

Os gregos foram responsáveis pela introdução do conceito de autor de uma obra como ponto de acesso a ela, princípio que permanece até nossos dias. Também do grego *bíblion* herdamos o prefixo 'biblio'. E aqui cabe uma segunda observação histórica.

Segundo Graham,[8] a palavra *book*, em inglês, e seus cognatos em outras línguas germânicas derivam de *bóc* (inglês antigo) ou *bók* (norueguês antigo), representando a faia (*beech*), ou árvore e sua casca, das quais se originavam os antigos instrumentos de escrita. Do mesmo modo, as palavras gregas βύβλος (*biblos*) e βιβλίον (*biblíon*) se referem à cidade de Biblos (porto comercial importante da antiga Fenícia, hoje em ruínas no Líbano), de onde se fazia o comércio do material utilizado para escrita, a partir do papiro. As palavras latina e grega referentes a papiro nos deram a palavra 'papel'. Em síntese, a nosso ver, o conceito abstrato '*biblíon* = livro' se relaciona, na verdade, a elementos concretos, utilizados para o registro do conhecimento. Portanto, todas as palavras derivadas dos termos *biblos* ou *biblíon* se vinculam a suportes para os registros, não a livros, especificamente, que nem existiam na época dos papiros.

A segunda grande biblioteca da Antiguidade foi a de Pérgamo, na Ásia Menor (atual Turquia). Fundada no século II aC, de acordo com alguns historiadores pelo rei Átala I e seu filho Eumênio II, tornou-se a rival de Alexandria. Chegou a reunir entre 200 mil e 300 mil volumes. Certamente Alexandria utilizou seu monopólio do papiro contra o desenvolvimento da biblioteca de Pérgamo, embargando sua exportação. Porém, não se sabe se tal motivo suscitou a descoberta propriamente do 'pergaminho' (suporte de escrita fabricado a partir de peles de animais), ou apenas seu aprimoramento, ou ainda o crescimento de seu uso. O que se constata é o emprego intenso desse suporte nos próximos mil anos, por sua maior durabilidade e capacidade 'reciclável', como disse Battles. O pergaminho imortalizou a biblioteca de Pérgamo.

Embora alguns historiadores imputem aos povos de língua árabe o desaparecimento das grandes bibliotecas da Antiguidade e de seus registros, na verdade devemos a tais povos a preservação da cultura helênica, por meio de suas traduções para a língua árabe de inúmeros manuscritos, e o florescimento de bibliotecas. Aquelas traduções chegaram ao Ocidente quando da invasão da península Ibérica. Do mesmo modo lhes devemos a introdução do papel, no século IX dC, cuja manufatura haviam aprendido com os chineses, seus verdadeiros inventores. Por fim, devemos aos árabes, também, a criação de universidades em Al-Andalus (a região de Andaluzia, nas cidades de Córdoba, Sevilha e Toledo), já no século VIII, assim como de grande número de bibliotecas. A biblioteca da corte persa, no século X dC, já se organizava por assuntos e suas subdivisões, cada um com sua própria sala, segundo Battles. À guisa de conclusão deste parágrafo, vale recontar a história relatada por Manguel, sobre o grão-vizir persa: possuidor de uma vasta biblioteca da qual não se podia separar, criou a primeira biblioteca 'viajante' (evidentemente, força de expressão). Organizou seus 117 000 livros sobre 400 camelos, que andavam em fila, *em rigorosa ordem alfabética.* O camelo-biblioteca foi ressucitado em nossos dias, no Quênia.[9]

Embora se saiba da existência de bibliotecas romanas, criadas por influência de um estudioso de Pérgamo, obrigado a permanecer em Roma devido a um ferimento, não nos chegaram resquícios ou maiores informações sobre essas bibliotecas e seus possíveis catálogos, se é que havia. Gibbon cita a biblioteca do templo da Paz, no século II. Wilson Martins afirma:

> A mais célebre de todas as bibliotecas foi a Ulpiana, fundada por Trajano, e que com a Palatina constituíam as duas mais importantes das 28 bibliotecas públicas que Roma possuía no IV século. Essas bibliotecas já tinham organizado e em funcionamento o serviço de empréstimo.[10]

3.2 Idade Média

No século VI, são Bento ensinou seus monges em Monte Cassino, na Itália, a copiar manuscritos. Por alguns séculos, os mosteiros foram os únicos preservadores, copistas e catalogadores de livros, embora, segundo Strout, não com objetivos de estudo. Essa visão nos parece um tanto controversa, uma vez que a ordem beneditina prega a leitura em vários momentos do dia (cf. capítulo 48 em <http://www.osb.org.br/index2.html>). Seja para manter os monges ocupados, ou para os instruir, os mosteiros beneditinos se tornaram os responsáveis pela preservação da cultura antiga em toda a Europa.

O século VIII nos legou uma das primeiras listas de obras de bibliotecas medievais, provavelmente um inventário do acervo, con-

tendo apenas título e, por vezes, nome do autor, mas sem ordem visível (talvez ordem das obras nas estantes).

Catálogos mais dignos de nota surgem no século IX. Na Alemanha, a biblioteca de Richenau compilou vários catálogos, entre os anos de 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número dos volumes ou rolos em que cada obra estava contida. Apenas o primeiro desses catálogos apresenta uma ordem, reunindo as obras de cada autor.

Outro catálogo importante é o do mosteiro beneditino de Saint Requier, na França, compilado em 831. Organizado por autor, embora não em ordem, também registra o conteúdo dos volumes e o número dos volumes relativos a uma obra. Seu grande interesse reside no fato de o compilador declarar que o estava fazendo a mando de Louis le Debonnaire, como um inventário, que resultou no registro de 246 volumes. Strout considera que todas as listas bibliográficas do período eram, na verdade, inventários. O século IX viu o aumento do interesse pelos manuscritos, com melhoria da qualidade de seu formato e de seu conteúdo, por influência de Carlos Magno e seus sucessores.

As bibliotecas crescem de tamanho no século X. O catálogo do mosteiro de Bobbio, na Itália, registra quase 700 volumes; e o de Lorsch, na Alemanha, quase 600, mas sem inovações.

O catálogo da exposição 'Paris, capitale des livres',[11] realizada na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, em 2008, relata o crescimento dos manuscritos na Idade Média (e do livro até o século XX), tanto nos mosteiros beneditinos como nas escolas monacais. No século XII, a França já possuía bibliotecas de bom tamanho para a época, inclusive com a contratação de bibliotecários.

Os séculos XI, XII e XIII nada trazem de novo à história dos catálogos. Curioso, apenas, o acréscimo feito ao registro dos documentos na lista da biblioteca de Glastonbury, na Inglaterra, em 1247: 'inúteis', 'legíveis', 'velhos' e 'bons', provavelmente se reportando às condições do manuscrito. Em fins do século XIII, iniciou-se um registro dos acervos das bibliotecas monásticas inglesas — um catálogo coletivo, em que cada biblioteca era identificada por um código numérico. O registro nunca foi concluído.

O século XIV traz alguns melhoramentos. Na Inglaterra, uma lista organizada pelos frades agostinianos de York, de 1372, classificada, separa as obras do autor quando os assuntos são diferentes; também, registra as palavras iniciais da segunda folha de cada volume, tornando a identificação mais precisa. Mais próxima de um catálogo, talvez o primeiro catálogo considerado como tal, é a lista do convento Saint Martin, em Dover, de 1389. Dividia-se em três seções. A primeira, organizada pelo número de localização do volume na estante, incluía um título breve, o número da página do documento em que o número de localização foi registrado, as primeiras palavras do texto nesta página, o número de páginas do documento e o número de obras contidas no volume. A segunda, também organizada pelo número de localização, registrava o conteúdo de cada volume, com a paginação e as palavras iniciais de cada obra. A terceira é um marco na catalogação: incluía análise das partes (entradas analíticas) e uma lista alfabética, às vezes de autor, outras de título e autor e outras, ainda, de palavras genéricas, como 'livro', 'parte' ou 'códice'.

Embora as universidades tenham surgido no século XII, na Inglaterra, e no século XIII, tanto na França como na Itália, suas bibliotecas praticamente inexistiam, sem grandes contribuições à catalogação. Curioso, para nós, o catálogo do Trinity Hall, em Cambridge, de 1394, que incluía registros como: 'uma Bíblia pequena', 'uma concordância da Bíblia grande e bonita', 'outra concordância da Bíblia menos bonita e portátil'.

3.3 Séculos XV a XVIII

Não por acaso, o desenvolvimento da tipografia européia por Gutenberg, no século XV, em Mogúncia (Alemanha), levou à criação das feiras de livros alemãs. Havia feiras comerciais em Frankfurt desde o século XI, porém no século XV se estabeleceu aquela destinada exclusivamente a livros, e surge o primeiro catálogo de livreiros em 1564. A feira de Leipzig (no século XVII) seguiu-se à de Frankfurt, em tradição por vezes interrompida, porém não de todo extinta, e retomada no século XX, após a Segunda Guerra Mundial. Ambas as feiras de livros permanecem até os dias de hoje.

O Renascimento, no século XV, leva à criação de grandes bibliotecas privadas na Itália, como as de Federigo, duque de Urbino, atualmente na biblioteca do Vaticano; a própria Biblioteca Apostolica

tendo apenas título e, por vezes, nome do autor, mas sem ordem visível (talvez ordem das obras nas estantes).

Catálogos mais dignos de nota surgem no século IX. Na Alemanha, a biblioteca de Richenau compilou vários catálogos, entre os anos de 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número dos volumes ou rolos em que cada obra estava contida. Apenas o primeiro desses catálogos apresenta uma ordem, reunindo as obras de cada autor.

Outro catálogo importante é o do mosteiro beneditino de Saint Requier, na França, compilado em 831. Organizado por autor, embora não em ordem, também registra o conteúdo dos volumes e o número dos volumes relativos a uma obra. Seu grande interesse reside no fato de o compilador declarar que o estava fazendo a mando de Louis le Debonnaire, como um inventário, que resultou no registro de 246 volumes. Strout considera que todas as listas bibliográficas do período eram, na verdade, inventários. O século IX viu o aumento do interesse pelos manuscritos, com melhoria da qualidade de seu formato e de seu conteúdo, por influência de Carlos Magno e seus sucessores.

As bibliotecas crescem de tamanho no século X. O catálogo do mosteiro de Bobbio, na Itália, registra quase 700 volumes; e o de Lorsch, na Alemanha, quase 600, mas sem inovações.

O catálogo da exposição 'Paris, capitale des livres',[11] realizada na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, em 2008, relata o crescimento dos manuscritos na Idade Média (e do livro até o século XX), tanto nos mosteiros beneditinos como nas escolas monacais. No século XII, a França já possuía bibliotecas de bom tamanho para a época, inclusive com a contratação de bibliotecários.

Os séculos XI, XII e XIII nada trazem de novo à história dos catálogos. Curioso, apenas, o acréscimo feito ao registro dos documentos na lista da biblioteca de Glastonbury, na Inglaterra, em 1247: 'inúteis', 'legíveis', 'velhos' e 'bons', provavelmente se reportando às condições do manuscrito. Em fins do século XIII, iniciou-se um registro dos acervos das bibliotecas monásticas inglesas — um catálogo coletivo, em que cada biblioteca era identificada por um código numérico. O registro nunca foi concluído.

O século XIV traz alguns melhoramentos. Na Inglaterra, uma lista organizada pelos frades agostinianos de York, de 1372, classificada, separa as obras do autor quando os assuntos são diferentes; também, registra as palavras iniciais da segunda folha de cada volume, tornando a identificação mais precisa. Mais próxima de um catálogo, talvez o primeiro catálogo considerado como tal, é a lista do convento Saint Martin, em Dover, de 1389. Dividia-se em três seções. A primeira, organizada pelo número de localização do volume na estante, incluía um título breve, o número da página do documento em que o número de localização foi registrado, as primeiras palavras do texto nesta página, o número de páginas do documento e o número de obras contidas no volume. A segunda, também organizada pelo número de localização, registrava o conteúdo de cada volume, com a paginação e as palavras iniciais de cada obra. A terceira é um marco na catalogação: incluía análise das partes (entradas analíticas) e uma lista alfabética, às vezes de autor, outras de título e autor e outras, ainda, de palavras genéricas, como 'livro', 'parte' ou 'códice'.

Embora as universidades tenham surgido no século XII, na Inglaterra, e no século XIII, tanto na França como na Itália, suas bibliotecas praticamente inexistiam, sem grandes contribuições à catalogação. Curioso, para nós, o catálogo do Trinity Hall, em Cambridge, de 1394, que incluía registros como: 'uma Bíblia pequena', 'uma concordância da Bíblia grande e bonita', 'outra concordância da Bíblia menos bonita e portátil'.

3.3 Séculos XV a XVIII

Não por acaso, o desenvolvimento da tipografia européia por Gutenberg, no século XV, em Mogúncia (Alemanha), levou à criação das feiras de livros alemãs. Havia feiras comerciais em Frankfurt desde o século XI, porém no século XV se estabeleceu aquela destinada exclusivamente a livros, e surge o primeiro catálogo de livreiros em 1564. A feira de Leipzig (no século XVII) seguiu-se à de Frankfurt, em tradição por vezes interrompida, porém não de todo extinta, e retomada no século XX, após a Segunda Guerra Mundial. Ambas as feiras de livros permanecem até os dias de hoje.

O Renascimento, no século XV, leva à criação de grandes bibliotecas privadas na Itália, como as de Federigo, duque de Urbino, atualmente na biblioteca do Vaticano; a própria Biblioteca Apostolica

Vaticana (cf. <http://bav.vatican.va>); e a dos Medici (onde se recebiam apenas manuscritos, pois desprezavam-se os impressos), posteriormente transformada em Biblioteca Medicea Laurenziana (cf. <http://www.bml.firenze.sbn.it/>); as duas últimas permanecem em funcionamento. O livreiro renascentista Vespasiano nos deixou uma lista dos manuscritos integrados aos acervos no século XV, junto às biografias dos respectivos donos. A queda de Constantinopla transforma algumas cidades italianas, especialmente Veneza, em centros de cultura.

Surgem, nessa época, pela primeira vez, as remissivas (registros que remetem a outros registros ou obras), embora de forma primitiva, no catálogo compilado por Amplonius Rating de Berka entre 1410 e 1412. Também há remissivas no catálogo da abadia de santo Agostinho, em Canterbury, na Inglaterra, compilado por volta de 1420. No final do século, há um avanço importante, graças à bibliografia. Johann Tritheim, bibliógrafo e bibliotecário alemão, compilou uma bibliografia, apresentando-a em ordem cronológica e incluindo em apêndice um índice alfabético de autor, pela primeira vez.

Aldo Manuzio,[12] o grande humanista, tipógrafo, editor e livreiro, radicado em Veneza, publicou, em 1498, o primeiro catálogo temático elaborado por um editor, a respeito de suas edições. Este catálogo, organizado cronologicamente, apresenta autor, título da obra, data de publicação, formato, número de páginas e preço. Manuzio ainda publicou dois outros catálogos temáticos, em 1503 e 1513.

No início do século XVI surge um catálogo classificado e que incluía também um índice alfabético de autor: o catálogo do mosteiro Syon, em Isleworth, na Inglaterra. No mesmo país, o catálogo do convento de Bretton, Yorkshire, de 1558, introduz nos registros os nomes dos editores e tradutores das obras.

Outro bibliógrafo, seguindo o precedente de Tritheim, o suíço Konrad Gesner, de Zurique, publicou uma bibliografia por autor em 1545 e o respectivo índice de assuntos em 1548. Gesner, bibliógrafo e naturalista, incluiu em sua obra instruções para a organização de livros em uma biblioteca e desenvolveu um sistema de classificação, servindo tanto a bibliotecas como a bibliografias. Em 1548, Gesner sugeriu que se utilizasse cópia de sua bibliografia como catálogo, bastando apenas acrescentar os dados de localiza-

ção ao lado do registro da obra que a biblioteca possuísse (eis uma semente de catalogação compartilhada!).

Em 1560, Florian Trefler, monge beneditino, publicou em Augsburg (Alemanha) um tratado sobre a manutenção de uma biblioteca. Desenvolveu nessa obra um sistema de classificação e números de localização e defendeu um catálogo em cinco partes: catálogo alfabético de autores, lista das estantes, índice classificado para os registros das partes (entradas analíticas), índice alfabético para o índice classificado e lista dos livros não integrados ao acervo geral.

O livreiro inglês Andrew Maunsell, em 1595, compilou um catálogo dos livros ingleses impressos e, no prefácio, determinou regras para o registro das obras. Preconizou a entrada dos nomes pessoais pelo sobrenome; para as obras anônimas, usou tanto o título como o assunto e às vezes ambos; estabeleceu o princípio de entrada uniforme para a Bíblia; defendeu a idéia de que um livro deva ser encontrado tanto pelo sobrenome do autor, como pelo assunto e pelo tradutor; incluiu em seus registros: tradutor, impressor ou a pessoa para quem foi impresso, data e número do volume. As obras de Trefler e Maunsell podem ser consideradas como os primeiros códigos de catalogação.

O século XVII traz alguns avanços significativos. *Sir* Thomas Bodley, professor e diplomata inglês, ofereceu-se, em 1598, depois de se aposentar, para promover a reconstituição da biblioteca da universidade de Oxford, que estava praticamente abandonada. Bodley criou um código minucioso de catalogação. Entre outras normas, indicava o arranjo sistemático, com um índice alfabético organizado pelo sobrenome dos autores, e incluía as entradas analíticas.

Na França, Gabriel Naudé escreveu um trabalho sobre bibliotecas (1627) que incluía a organização de catálogos e a catalogação: *Advis pour dresser une bibliothèque* [Conselhos para formar uma biblioteca], onde assinalava a importância dos catálogos como meios de encontrar livros e de identificá-los bibliograficamente, perspectivas muito próximas da visão atual. Naudé recomendava um catálogo dividido em duas seções: uma por autores e outra por assuntos. Sugeriu também uma organização das estantes que permitisse expansão do acervo.

Em 1650, John Drury, na Inglaterra, escreveu igualmente um tratado sobre o assunto, em que advogava a publicação de suplemen-

tos anuais, para atualização dos catálogos, que na época eram impressos em formato de livro, e um método para se lidar com obras doadas não desejáveis para as bibliotecas (problema que temos até hoje!).

Em 1697, curadores da Bodleiana, como também é denominada a biblioteca da universidade de Oxford, pediram aos funcionários que apresentassem sugestões para melhoria da biblioteca. Um desses funcionários, Humphrey Wanley, incluiu entre suas sugestões inúmeros questionamentos sobre problemas de catalogação, dentre os quais, se o catálogo deveria ser alfabético ou classificado, se os títulos e os dados do livro deveriam ser registrados na língua do livro; se o tamanho do livro deveria ser registrado; se deveriam incluir-se autor e título das entradas analíticas; se o nome do editor deveria ser registrado nos dados de publicação; se deveria ser mencionado o fato de um livro não trazer local e data de publicação; se a primeira ou a melhor edição de um livro deveria ser indicada; e, finalmente, se a raridade ou alto custo de um livro deveriam ser anotados.

No mesmo ano, em Paris, Frédéric Rostgaard publicou suas normas sobre organização do catálogo. Preconizava um arranjo por assuntos, subdividido cronologicamente e por tamanho do volume, visando a que todos os autores voltados ao mesmo assunto e todas as edições de uma mesma obra fossem reunidos. Indicava ainda a elaboração de índices alfabéticos por assuntos e autores, estes últimos pelos sobrenomes, a serem localizados no final do catálogo (sempre catálogos impressos); as obras encadernadas juntas deveriam ter registros separados; dever-se-ia registrar a ordem dos títulos como aparecesse na página de rosto; em obras anônimas, dever-se-ia transcrever o nome do autor quando conhecido; por fim, as normas poderiam ser utilizadas de forma diferente quando mais adequado à biblioteca. Rostgaard exerceu muita influência no continente europeu, assim como Bodley e seus bibliotecários na Inglaterra.

No início do século XVIII, os catálogos eram vistos mais como listas simplificadas do que como inventários. Algumas práticas se impuseram: catálogos classificados ou alfabéticos, embora alguns ainda permanecessem organizados pelo tamanho dos livros; os índices eram considerados úteis, embora não indispensáveis; os nomes dos autores vinham pelo sobrenome, embora ordenados cronologicamente; a página de rosto adquiriu um certo prestígio, sendo os títulos transcritos literalmente; incluíram-se dados de publicação e notas de 'encadernado com'; as remissivas tornaram-se de uso comum, assim como algumas entradas analíticas.

Este século é marcado pelo desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo, o que levou a um crescimento substancial das bibliotecas na Europa. Os fatos mais significativos e interessantes surgiram durante a Revolução Francesa. Os dirigentes revolucionários confiscaram as bibliotecas privadas dos nobres e do clero e as transformaram em bibliotecas de uso público, o que os obrigou a estabelecer, em 1791, normas para sua organização: o primeiro código nacional de catalogação. Segundo Strout, esse código é um paradigma de brevidade e simplicidade prática.

Deve-se também ao governo revolucionário o uso de catálogos em fichas, pela primeira vez na história da catalogação. Não propriamente por facilidade, mas devido à falta de papel, deveriam ser utilizadas cartas de baralho para o registro das obras: cartas de ases e dois seriam reservadas para os títulos mais longos, talvez por disporem de mais espaço. Quaisquer que tenham sido os motivos para o uso de fichas, essa idéia muito racional e prática permaneceu até sua substituição pelos catálogos automatizados.

O código francês determinava que se transcrevesse a página de rosto, sublinhando o sobrenome do autor para alfabetação. Quando não houvesse autor, seria sublinhada a palavra mais significativa do título. Incluíam-se dados físicos: número de volumes, tamanho, ilustrações, material de que o livro era feito, encadernação e indicação de falta de páginas. Muitas dessas informações são registradas até hoje.

3.4 Século XIX

O século XIX caracteriza-se por fatos notáveis na história da catalogação, com trabalhos de grande importância e muita influência em nossa prática moderna. Bibliotecários e estudiosos de outras áreas publicavam então inúmeros estudos a favor ou contra os catálogos alfabéticos e classificados.

Uma vez que não se conseguia resolver a questão do catálogo

no British Museum, com tantas opiniões divergentes e emocionais, em 1836 a House of Commons (câmara baixa do parlamento britânico) nomeou uma comissão que deveria investigar as condições, a administração e os serviços do museu. Uma das questões era a catalogação e o catálogo na biblioteca do museu.

Muitas foram as testemunhas ouvidas durante o inquérito e que falavam contra ou a favor dos catálogos alfabéticos e classificados. Mas uma das testemunhas destacou-se e conseguiu convencer a comissão com seus argumentos e idéias: Anthony Panizzi, refugiado político italiano, advogado de profissão, que trabalhava no museu como bibliotecário assistente desde 1831. Em 1839, após várias audiências, Panizzi convenceu os membros da comissão e estes aprovaram seu código, as famosas *91 regras*. Mas nem a controvérsia nem a investigação pararam por aí.

Em 1847, outro inquérito tornou-se necessário, desta vez referente à constituição e administração do museu, e novamente levantou-se a questão do catálogo e das regras de Panizzi. Um episódio muito interessante foi a crítica de Collier, um especialista em Shakespeare, às *91 regras* e ao próprio Panizzi. Dizia Collier que Panizzi estabeleceu um número tão elevado de regras para atrasar a elaboração do catálogo, que ele chamava "o interminável catálogo de Mr. Panizzi", e preconizava suas próprias regras. Collier, empregando suas próprias normas, tentou catalogar 25 livros, e Panizzi, diante da Comissão, utilizou estas catalogações como defesa de suas *91 regras*, da mesma forma como o faria em um tribunal. Panizzi saiu vitorioso da contenda, arrasando Collier.

Curiosidades históricas à parte, nunca houve tamanho interesse por questões biblioteconômicas, envolvendo governo, personalidades e eruditos. Panizzi e suas regras tiveram grande influência na biblioteconomia inglesa e, também, na norte-americana.

Em 1850, Charles C. Jewett viu aceito seu código para o catálogo da Smithsonian Institution, nos Estados Unidos. No prefácio, reconhecia seu débito para com Panizzi e suas regras, mas em inúmeros pontos apresentou discordâncias e soluções diferentes. Alguns preceitos de Jewett, em especial no tocante a cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas, até hoje são seguidos. Jewett determinou a finalidade de um código de catalogação, como citado por Strout:

> As regras de catalogação devem ser rigorosas e enfrentar, tanto quanto possível, todas as dificuldades criadas pelos detalhes. Nada, até onde for possível evitar, deve ser deixado ao gosto individual ou ao critério do catalogador.

Também em 1850 surgiu na Alemanha o código de Munique, que, segundo Ranganathan, manteve-se em forma manuscrita. A partir desse código, Carl Dziatzko criou, em 1886, para a universidade de Breslau, suas instruções, que, por sua vez, serviram de base ao código alemão.

As *Instruktionen für die alphabetischem Kataloge der preussischen Bibliotheken* [Instruções para os catálogos alfabéticos das bibliotecas prussianas], ou *Instruções prussianas*, de 1899, como relatou Alice Príncipe Barbosa,[13] foram elaboradas por homens de formação científica e filosófica e exerceram grande influência em outros países de língua alemã, sendo mesmo adotadas integralmente por eles.

Melvil Dewey também estabeleceu regras simplificadas de catalogação, mas seu renome se deve à Classificação Decimal (1876), que hoje leva seu nome, por ironia publicada anonimamente na primeira edição.

No mesmo ano de 1876, Charles Ami Cutter publicou suas *Rules for a dictionary catalog* [Regras para um catálogo dicionário]. Cutter, considerado por Ranganathan como o gênio da biblioteconomia, não elaborou apenas um código de catalogação: sua obra é na verdade uma declaração de princípios. As regras são entremeadas com os porquês das soluções e com observações diversas, às vezes irônicas. De fácil leitura, constitui um código muito completo, incluindo a catalogação de assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares.

Cutter criou, ainda, um esquema de classificação e uma tabela representativa de sobrenomes, esta utilizada até hoje. Porém, sua contribuição mais importante está na catalogação. Determinou os objetivos do catálogo e ditou a visão do catalogador, que influenciam sobremaneira a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2009). Sua obra é um exemplo de catalogação prática adequada ao usuário. Embora existam outros nomes e outros códigos no século XIX — época de proliferação de códigos de catalogação —, Cutter marca este período.

Paul Otlet e Henri La Fontaine, dois belgas que trabalhavam juntos desde o início da década de 1890, na seção de bibliografia da

Société des Études Sociales et Politiques, fundaram em 1895 o Institut International de Bibliographie (IIB). Ambos eram advogados e pacifistas e, embora não tenham sido os primeiros a almejar um controle bibliográfico universal, acreditavam ser a bibliografia universal a base para a paz. Esforçaram-se muito e em diversas instâncias para que Bruxelas sediasse a Liga das Nações (o que depois não se realizou), inclusive conseguindo um prédio para tal fim, onde funcionou o IIB durante algum tempo. La Fontaine recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1913, foi senador socialista (1894–1936) e representante belga junto à Liga das Nações (1920–1921).

O objetivo do IIB era criar um repertório bibliográfico universal. Em conseqüência, gerou um segundo objetivo: o desenvolvimento da Classificação Decimal Universal (CDU). Desde seu início, a trajetória do IIB se mostrou conturbada, com várias mudanças de prédios e denominações. A Primeira Guerra Mundial interrompeu os trabalhos da bibliografia, que cessaram definitivamente por volta de 1920, quando o IIB atravessou séria crise financeira. Nessa ocasião, o jovem químico holandês Frits Donker Duyvis, que já trabalhava com Otlet e La Fontaine na atualização da CDU, propôs o estabelecimento de centros nacionais cooperantes para dar continuidade ao trabalho. A Holanda tornou-se o primeiro país a fazer parte do acordo de cooperação. Em 1928, Duyvis foi eleito terceiro secretário. Em 1931, o IIB tornou-se o Institut International de Documentation (IID), que, em 1937, foi renomeado como Fédération Internationale de Documentation (FID)[Federação Internacional de Documentação], devido ao número crescente de cooperantes nacionais. Transferiu-se definitivamente para Haia, nos Países Baixos, em 1938, onde Duyvis se tornaria responsável pela FID e suas realizações até sua aposentadoria, em 1959. Recebe sua última denominação em 1986: Fédération Internationale d'Information et de Documentation, mas permaneceu a sigla FID.

Em seu auge, o instituto chegou a possuir dezesseis milhões de registros, segundo alguns autores, e doze milhões, segundo outros. Após um período de uso da Classificação Decimal de Dewey, criou a CDU, embasada em Dewey, porém mais especializada, visualizando-a como um meio de intercâmbio de informações bibliográficas, acima das barreiras linguísticas. É importante destacar que Dewey não apenas autorizou a tradução e a expansão de seu sistema, como aceitou o cargo de vice-presidente do IIB. Em 1992, a CDU passou ao controle de um consórcio de editores: UDC Consortium (http://www.udcc.org).

Otlet, homem de inúmeras idéias, juntamente com Robert Goldschmidt, projetou um equipamento de ampliação de filme, introduzindo o microfilme em bibliotecas; em 1906 publicou um trabalho em que tratava da 'nova forma do livro'. Desenhou, também, certa 'mesa de trabalho do estudioso', uma engrenagem grande e complicada que reunia o acesso a vários tipos de suportes de registros do conhecimento, ao redor da mesa do estudioso, inclusive algo entre o filme e a televisão, assim como as suas representações. Guardadas as devidas proporções, a idéia de Otlet se assemelha muitíssimo ao que temos hoje em nossos computadores pessoais: acesso às representações e a muitos documentos em si, textuais e de imagens, em vídeos, entre outros. Otlet também escreveu uma obra fundamental ao desenvolvimento da área: *Traité de documentation* (1934).

A FID exerceu papel basilar para o desenvolvimento da documentação e da ciência da informação no mundo. Fechou suas portas, definitivamente, em 2002. Para Rayward,[14] a história da FID após a Segunda Guerra Mundial ainda precisa ser pesquisada e escrita. Otlet, hoje, revivesceu e readquiriu importância considerável; suas obras se destacam como fontes de princípios e idéias muito atuais. Otlet e La Fontaine, sob qualquer ângulo, significaram uma grande transição para o século XX e uma nova forma de visualizar a representação.

3.5 Século XX

Na virada do século, havia códigos nacionais de catalogação na Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Países Baixos, Itália, Suíça, Vaticano e países escandinavos.

Um fato, em 1901, vem mudar a perspectiva dos códigos: a impressão e venda de fichas pela LC. Ao invés de cada biblioteca elaborar a própria catalogação de seus livros, a LC passou a vender suas fichas impressas, às quais bastava que fossem acrescentados os cabeçalhos, também por ela indicados. Isso resultou em substancial padronização, não porque todos concordassem (ou concordem) com a catalogação elaborada pela LC, mas porque as fichas

vendidas, e portanto utilizadas pelas bibliotecas, eram rigorosamente idênticas.

Quando as fichas começaram a ser impressas, a American Library Association (ALA) nomeou uma comissão para estudar as regras adotadas pela LC. Em colaboração com a Library Association, da Inglaterra, a ALA publica a primeira edição de seu código, em 1908, utilizando regras de Panizzi, Cutter, Jewett e LC: *Cataloging rules: author and title entries* [Regras de catalogação: entradas de autores e títulos].

Simultaneamente, publicava-se, na Alemanha, a segunda edição das *Instruções prussianas*, que alcançaram grande aceitação na Europa, enquanto o código da ALA era bem-recebido nos Estados Unidos e em outros países. Buscou-se, então, uma compatibilidade entre ambos. Mas a tão desejada padronização internacional só chegaria muito mais tarde.

Em 1922, editaram-se as *Regole per la compilazione del catalogo alfabético* [Regras para a compilação do catálogo alfabético], para as bibliotecas italianas, que serviram de base, juntamente com as regras da ALA de 1908, para a edição, em 1931, das *Norme per il catalogo degli stampati* [Normas para catalogação de impressos (na edição brasileira)]. Conhecido como Código da Vaticana, foi redigido, principalmente, por John Ansteinsson, norueguês de formação norte-americana, sob a direção e com a colaboração de bibliotecários da Biblioteca Apostolica Vaticana, entre outros. Sua terceira edição, de 1949, foi considerada superior à segunda edição do código da ALA, do mesmo ano.

O Código da Vaticana exerceu enorme influência na biblioteconomia brasileira, a partir de 1940, primeiramente em sua edição em espanhol e, depois, em suas duas edições em português (1949 e 1962), até 1969. Ensinava-se a 'Vaticana' no curso de biblioteconomia da BN, sendo adotada por inúmeras bibliotecas até os anos 1980. Paralelamente, o ensino de biblioteconomia em São Paulo, iniciado no colégio, hoje universidade, Mackenzie, em 1929, e de nítida influência norte-americana, optou por ensinar o código da ALA.

Cabe incluir aqui um fato de considerável importância para todos os bibliotecários e de especial significação para os catalogadores: em 1927, fundou-se, em Edimburgo (Escócia), a Federação Internacional de Associações Bibliotecárias ou IFLA (International Federation of Library Associations). A sede mudou-se para os Países

Baixos em 1971, e sua denominação, em 1976, ampliou-se para Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions), permanecendo a sigla.

Entre 1934 e 1963, muitos foram os trabalhos que preconizaram a criação de um código brasileiro, ou de um código para países de língua portuguesa. Podem-se citar: Duarte Ribeiro (1934), Associação Paulista de Bibliotecários (1941), Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1943), Maria Luísa Monteiro da Cunha (1946 e, novamente, 1963), primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, como recomendação (1954), Felisbela Carvalho (1961) e Mário Costa (1963).

As idéias não prosperaram à época, obtendo-se apenas normas para cabeçalhos de nomes em língua portuguesa, publicadas em apêndice às duas edições brasileiras do código anglo-americano. Portugal, no entanto, elaborou suas próprias *Regras portuguesas de catalogação* (1984). Cabe salientar uma obra em português de considerável influência e aceitação: *Catalogação simplificada* (1970), de Cordélia R. Cavalcanti, que por certo tempo assumiu o lugar de um código brasileiro em muitas bibliotecas, algumas de vasto acervo.

Nos anos 1970 e 1980, o mundo caminhava para a padronização, pressionado pelos avanços tecnológicos, e todos os códigos iriam chegar a pontos comuns.

Iniciando suas atividades em janeiro de 1946, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) deve sua criação a idéias debatidas pelos ministros da Educação dos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial, preocupados com a educação no pós-guerra.

O preâmbulo da constituição da Unesco, escrito pelo poeta Archibald McLeish (diretor da LC de 1939 a 1944), traz explícita a visão de paz, como na célebre frase: "uma vez que a guerra começa na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas".

Dentre as finalidades e funções da Unesco está a de manter, desenvolver e disseminar o conhecimento, por meio da cooperação internacional, para o acesso a todos os materiais publicados. Para tornar possível a consecução desse objetivo, a Unesco, dentre outras inúmeras iniciativas, voltou-se ao estabelecimento de padrões

para as bibliotecas nacionais, que se refletiam diretamente sobre nossas práticas biblioteconômicas.

A Unesco criou o programa de Controle Bibliográfico Universal, gerenciado pela IFLA, atuando em bases cooperativas. Cooperação significa, além do respeito aos padrões, que cada um dos países deverá responsabilizar-se por seu controle bibliográfico nacional, por intermédio de uma ou mais entidades designadas, geralmente a biblioteca nacional ou instituição similar. Tal programa elegeu como norma básica para a descrição bibliográfica a ISBD, da qual trataremos adiante, e, como formato de intercâmbio, o UNIMARC.

O ano de 1954 marcou a biblioteconomia brasileira, pela criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), cuja história foi tema da dissertação de mestrado de Luiz Antonio Gonçalves.[15] As mentoras do IBBD foram Lydia de Queiroz Sambaquy, sua diretora por muitos anos, e Janice Monte-Mór. Esta última, mais tarde assumiu a direção da BN, marcando-a pela dinamização e virada para o rumo certo. Durante sua gestão, Janice Monte-Mór assegurou à BN a microfilmagem de seu acervo de jornais e consequente preservação.

Até a década de 1970, quando muda sua denominação e seus objetivos, o IBBD contribuiu de modo expressivo para a catalogação, ocupando um espaço não mais preenchido por nenhuma instituição isoladamente. Dentre seus inúmeros produtos e serviços, cabe assinalar: a segunda edição do código da Vaticana e sua difusão no país; o curso de especialização, que deu origem ao primeiro curso brasileiro de mestrado na área da informação; diversas bibliografias especializadas; um catálogo coletivo de monografias e, em especial, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC).

Durante anos, o IBBD foi celeiro de uma geração de profissionais competentes e destacados, impulsionadores da biblioteconomia brasileira. O SIC, como relatado por Alice Príncipe Barbosa, sua última diretora, iniciou suas atividades na Biblioteca do DASP, em 1942, então chefiada por Lydia de Queiroz Sambaquy. Chegou a se constituir como entidade, atuando em colaboração com o Departamento de Imprensa Nacional e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Produzia fichas impressas, a exemplo da LC, que se destinavam à venda em todo o país, em sistema cooperativo que chegou a contar com 200 bibliotecas! Um feito admirável, ainda mais se levarmos em

consideração os problemas de comunicações (transportes, correios e telefonia) existentes à época. A partir da criação do IBBD, o SIC foi a ele incorporado e extinto, apenas, para dar lugar ao projeto CALCO, do qual trataremos adiante.

Em 1975, o IBBD transformou-se em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), voltado aos sistemas especializados de informação, não mais como órgão centralizador das atividades, mas como gerente e suporte técnico.

Dentre as inúmeras funções do IBICT destacam-se: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e respectivo formato MTD-BR (metadados brasileiros para teses e dissertações), o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas, a atribuição do ISSN (número internacional normalizado do periódico), um programa editorial e o suporte aos sistemas especializados de informação tecnológica, sejam governamentais ou privados.

A década de 1960 trouxe o desenvolvimento dos recursos computacionais. A tecnologia avança e é preciso acompanhá-la, ou usufruir de seus benefícios. O período assinala o surgimento do Projeto MARC (Machine Readable Cataloging, 1965–1966) e do MARC II (1968), pela LC. O MARC II desenvolveu-se pela cooperação entre a LC e a British Library, que buscava um formato para produção da British National Bibliography. O MARC II serviu de base para inúmeros outros formatos, como, por exemplo, CAN/MARC (Canadá), MONOCLE (França), MARCAL (América Latina), nosso CALCO e, inclusive, o internacional UNIMARC (Universal MARC). De acordo com o sítio deste último (http://www.ifla. org/VI/3/p1996-1/unimarc.htm), cerca de vinte diferentes formatos MARC se desenvolveram nos anos 1970.

O MARC visava a: 1) aceitação de todos os tipos de materiais; 2) flexibilidade para produção de diferentes aplicativos, além de catálogos; e 3) utilização por diferentes sistemas automatizados.

Existem três pontos a considerar: a) o MARC não é um tipo de catálogo nem um método de catalogação; b) o MARC é um formato, quer dizer, um padrão para entrada e manuseio de informações bibliográficas em computador, não um programa de gerenciamento computacional destas informações; e c) o MARC ajustou os recursos tecnológicos da época à catalogação tradicional, e não o contrário, ou seja, um processo de mecanização (uso da máquina), não ainda de automação. A LC criou também, para o MARC, uma estrutura de

organização dos dados em fita magnética que se tornou, em 1973, norma internacional, estabelecida pela Organização Internacional de Normalização (ISO) sob o código ISO 2709. Mudanças basilares virão também para esse padrões.

O primeiro evento no sentido da normalização internacional foi a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ou Conferência de Paris, realizada em 1961. Reuniu representantes de 53 países e de 12 organizações internacionais, com diferentes filosofias e códigos de catalogação, dispostos a um acordo. O que, de fato e muito importante, se concretizou foi a decisão sobre cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes, porque baseada no bom senso e no respeito às características de cada língua ou país. Ou seja, determinou-se que o nome da pessoa responsável pela obra, ou assunto da obra, teria o cabeçalho de acordo com o uso da língua ou país desta pessoa. Quanto aos títulos uniformes, isto é, títulos pelos quais se reúnem as várias expressões e manifestações de uma obra em um catálogo, dever-se-ia utilizar seu título original, em quase todos os casos.

Discutiu-se também a questão dos cabeçalhos para nomes de entidades coletivas. Mas as entidades coletivas geraram celeumas intermináveis, até o século XXI, quando aparentemente se chegou a um acordo. Também na Conferência de Paris tratou-se do impacto da eletrônica sobre a catalogação, havendo recomendação de estudo do assunto.

Após a conferência, vários códigos foram modificados, incorporando suas recomendações. Em 1967, a Alemanha substituiu as *Instruções prussianas* pelas *Regeln für die alfabetische Katalogisierung* (RAK) [Regras para a catalogação alfabética]. Ainda em 1967, publicou-se a primeira edição das *Anglo-American cataloging rules* (AACR) [*Código de catalogação anglo-americano*, na tradução brasileira], em trabalho conjunto da ALA, da Canadian Library Association e da Library Association (Inglaterra), embora tenham sido publicadas duas versões: uma inglesa e outra norte-americana.

Em 1969 editou-se no Brasil a tradução para o português da versão norte-americana intitulada: *Código de catalogação anglo-americano*, ou AACR, como é chamado. Este código passou a ser adotado em quase todas as escolas de biblioteconomia brasileiras, praticamente extinguindo a diversidade de códigos no ensino.

Às AACR seguiu-se uma segunda edição, as AACR2 (1978), também traduzida no Brasil (1983–1985). Porém, a uniformidade estava longe de ser alcançada. A tal ponto havia 'interpretações' para as regras, que James Dwyer,[16] em editorial de 1981 no *Journal of Library Automation*, propôs que a LC, "talvez com a ajuda financeira de outras bibliotecas, redes e fundações, publicasse o que poderia ser chamado de AACR2$^{1/2}$ — não uma nova edição do código, mas uma que refletisse acuradamente a prática atual da LC".

Editaram-se, após as AACR2, uma segunda edição revista, as AACR2R (1988) e várias emendas e revisões, até 2005. Houve nova tradução brasileira, publicada em 2004, porém baseada na revisão de 2002. Acredita-se que esta edição brasileira permaneça em uso ainda por alguns anos, embora se aguardem para breve dois novos códigos: Resource Description and Access (RDA) [Descrição e acesso aos recursos], em substituição às AACR, e o International Cataloguing Code [Código internacional de catalogação]. Mais adiante trataremos, resumidamente, dos eventos que levaram a esses prováveis códigos.

Em 1969, outro encontro marca substancialmente o caminho da padronização: a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, com a participação de 32 países. A RIEC trouxe mudanças significativas para os códigos e as práticas da catalogação.

O notável especialista em catalogação, Michael Gorman, após estudo das informações encontradas em oito bibliografias nacionais correntes, apresentou um documento básico à RIEC, denominado International Standard Bibliographic Description [Descrição bibliográfica internacional normalizada], ou ISBD, que padronizava as informações contidas na descrição bibliográfica. Para tanto, Gorman sistematizou a ordem das informações e a pontuação utilizada antes de cada informação, de modo a tornar possível seu reconhecimento pelos computadores. A proposta de Gorman, após apreciação internacional, foi publicada em 1971 pela IFLA, como ISBD(M), isto é, para monografias.

A ISBD, sim, representou um acordo no caminho da padronização. Todos os países se dispuseram a usá-la e esta aceitação internacional acarretou mudanças nos códigos de catalogação, que incorporaram essas normas em novas edições. Acabou-se a era dos códigos nacionalistas, da catalogação individualista, das decisões

pessoais. Mas não da catalogação individualizada, adequada aos diferentes universos de usuários. Isto porque a ISBD deixa claro, no prefácio de sua primeira edição, que o conjunto completo de elementos deveria ser incluído nas bibliografias nacionais, mas caberia a cada biblioteca a decisão sobre os elementos necessários e adequados para seu próprio uso.

A padronização não está na quantidade de elementos, porém na forma e na ordem — pontuação e posição, ou sintaxe e semântica — em que são registrados. Caso uma biblioteca decida incluir algum elemento, deverá fazê-lo de acordo com a norma — o bastante para efeito de uniformidade e intercâmbio.

Outro aspecto basilar da ISBD é ter-se distanciado completamente dos cabeçalhos de ponto de acesso. Cita a Conferência de Paris, mas em nenhum momento induz a seu uso. A ISBD possui o toque da genialidade, não pelos elementos ou pela pontuação, mas por ter de fato revolucionado conceitos e trazido novos ares à catalogação. Causou inúmeras polêmicas no início; porém, superadas as discussões, tornou-se a norma internacional para intercâmbio de registros bibliográficos e, a partir dos anos 1980, passou a ser utilizada em todas as bibliografias nacionais. A década de 1990 marca o início das revisões, novas edições e atualizações das ISBDs. Para tanto, criou-se, na IFLA, um grupo de revisão das ISBDs, com o objetivo de adequar as normas ISBDs aos requisitos do modelo FRBR, "para o registro bibliográfico nacional de nível básico" (Elena Escolano, Biblioteca Nacional de España, e-mail de 2006 para divulgação). No decorrer do trabalho, decidiu-se pela busca de unificação de todas as ISBDs. No decorrer de 2008, as ISBDs, após revisões e novas edições ao longo dos anos 1990 e 2000, foram reunidas em uma única intitulada: ISBD: International Standard Bibliographic Description – consolidated edition.

Questões menores à parte, outro problema maior se levantava durante os anos 1970. A catalogação tradicional servia perfeitamente aos acervos culturais, artísticos e de lazer. Mas se encontrava muito distante das necessidades de informação do universo técnico-científico. Nada de pseudônimos (ao contrário, quer-se o reconhecimento público), nada de páginas de rosto criativas, nada de títulos esdrúxulos: a forma de apresentação deveria ser rigidamente padronizada, com necessidade imperiosa de dissecação do conteúdo,

resumos, informação concisa e, especialmente, rapidez no tratamento documental e na disseminação. A área evoluiu rapidamente, ao encontro das demandas de seus usuários. Alguns programas da Unesco voltaram-se a esse enfoque, como o UNISIST (inicialmente Sistema Internacional de Informação para Ciência e Tecnologia). No entanto, nas décadas de 1990 e 2000, esses programas se extinguiram ou se fundiram com outros, restando poucas informações sobre eles.

Em complemento, a Organização Internacional do Trabalho desenvolveu um sistema (não apenas um formato) para gerenciamento automatizado de informações científicas, o ISIS (Integrated Scientific Information System), assumido pela Unesco a partir de 1975. O CDS/ISIS destinava-se a computadores de grande porte. O ISIS acompanhou e acompanha a evolução tecnológica nas décadas seguintes, havendo versões para mini e microcomputadores; existem também versões para plataformas Windows, Linux e MacIntosh (JavaISIS), por meio da internet. Finalmente, o CDS/ISIS criou a versão IsisMARC, compatível com os formatos MARC (MARC 21 e UNIMARC). O *software* mais recente é o WEBLIS, cuja última versão data de 2007. Por ser praticamente gratuito (seu custo reside na consultoria e não no programa em si), o CDS/ISIS e seus inúmeros descendentes obtiveram grande aceitação, especialmente em áreas especializadas, como a BIREME (medicina) e a FAO (agricultura e alimentação).

Para este pequeno manual, importa a existência de duas formas diversas na visualização dos recursos bibliográficos, embora a simbiose entre a documentação e a catalogação tenha contribuído para grande enriquecimento mútuo. Essa divergência de filosofia na abordagem e na representação dos recursos será contornada nas décadas de 1990 e 2000.

Em 1975, a ISO edita sua norma para referências bibliográficas (ISO 690), complementada por suas edições de 1987 e 1997. A ISO 690 corresponde, no Brasil, à NBR 6023 (norma brasileira), também de ampla utilização, mas que sofre revisões periódicas sob a responsabilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Existem outras normas internacionais e nacionais relacionadas à informação e à documentação. Cabe ressaltar, no entanto, que a NBR 6023 destina-se apenas à elaboração de referências e não a catálogos.

O ano de 1972 assinala dois fatos importantíssimos no Brasil: o início do Sistema de Informações do Congresso (SICON), desenvol-

vido e liderado pelo Senado Federal, e a defesa da dissertação de mestrado de Alice Príncipe Barbosa, que tratava do projeto CALCO.

A Biblioteca do Senado Federal, como relata seu folheto *Informações aos leitores*, data de 1826, criada por indicação do marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta) e reorganizada, em 1876, pelo visconde de Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu). Trata-se da mais antiga biblioteca governamental em funcionamento ininterrupto. Transferida para Brasília em 1960, com a mudança da capital, iniciou seu processo de automação na década seguinte. Em 1972, o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) começou suas atividades, impulsionando e acelerando o programa de automação. O sistema do Senado Federal foi o primeiro, no país, a trabalhar em rede nacional em linha.

Na década de 1980, o banco de dados de livros passou a utilizar as AACR2 como base para a catalogação, o que ainda permanece. Hoje, a rede do Senado conta com inúmeros bancos de dados de interesse para bibliotecários e usuários, que podem ser acessados pelo endereço eletrônico <http://www.senado.gov.br>. A alimentação e recuperação em linha, na era internáutica, podem parecer-nos corriqueiras, porém na década de 1970 foram um marco importantíssimo na automação de bibliotecas.

Em 1972, Alice Príncipe Barbosa defendeu sua dissertação de mestrado acerca do projeto CALCO (Catalogação Legível por Computador), baseado no MARC II da LC. O projeto tinha como objetivo transformar o SIC, por ela então dirigido, em uma central de catalogação automatizada.

Para se ter idéia das restrições tecnológicas da época, o formato, desenvolvido e a ser utilizado no Rio de Janeiro, utilizava os computadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos, São Paulo!

Adotaram-se as AACR (1967) como código-padrão de catalogação. Durante a década de 1970, tanto a Biblioteca Nacional (BN) como a Fundação Getulio Vargas (FGV) realizavam estudos para automação de seus acervos. Em 1977, a BN divulgou suas instruções para o preenchimento de folhas de entrada para o CALCO, o que levou a FGV a optar definitivamente por este formato, implantado em 1980.

Porém, a entrada da BN na rede se dará apenas em 1982, sob a

direção de Célia Ribeiro Zaher (diretora de 1982 a 1984). Cabe ressaltar que este foi outro período de mudanças e melhorias em nossa BN, com seu prédio restaurado, móveis de época recuperados, introdução de equipamentos modernos e assunção da liderança quanto à catalogação no país. A BN também 'congelou' seus catálogos anteriores e deu entrada a todas as obras recebidas a partir de 1984, o que a fez manter atualizada a *Bibliografia brasileira*. Até hoje, apesar de todas as suas limitações políticas e financeiras, a BN continua a manter seu papel de agência bibliográfica nacional, no âmbito do controle bibliográfico universal, e pela atribuição do ISBN (International Standard Book Number) e do ISMN (International Standard Music Number). Seus catálogos em linha permanecem atualizados e disponíveis a todos, por meio da internet, para verificação de pontos de acesso e representações bibliográficas, inclusive no formato MARC 21 (do qual trataremos adiante). A BN criou seu próprio sistema de banco de dados, independente da estrutura da FGV/Bibliodata, em meados dos anos 1990, embora continue participante e membro nato dessa rede.

Uma vez que a cooperação é um princípio, para nós, indiscutível e indispensável, consideramos fundamental ressaltar abaixo o trabalho que a BN realiza, para as bibliotecas públicas e escolares brasileiras. Porém, cabe antes delinear, rapidamente, a história anterior do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1990 incorporado à BN. Diferentes autores retratam com acuidade e profundidade o histórico e o desenvolvimento do INL.[17]

O Instituto Nacional do Livro foi criado pelo governo Vargas, em 1937, "com a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários" (Suaiden, 2000, p. 53). Fomentou a instalação de bibliotecas, ou mesmo salas de leitura, a edição de autores nacionais e a distribuição de livros às bibliotecas públicas. Implantou, em Brasília, uma Biblioteca Demonstrativa, como modelo para as demais. Devido, em parte, à superposição de atividades, integrou-se à BN, em 1990, como Departamento Nacional do Livro. Em 2004, a BN foi reestruturada, passando a ter um centro de processos técnicos e outro de referência e difusão e as coordenadorias de planejamento e administração, de pesquisa e editoração, do livro e leitura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (<http://www.bn.br/portal/index.jsp?nu_pagina=11>).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), criado em 1992, tem suas raízes no INL e significou um avanço considerável para a cooperação. De acordo com o sítio da BN, a "atuação do SNBP se baseia em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional". No mesmo endereço se encontram os objetivos do SNBP, todos eles voltados ao aprimoramento e melhor funcionamento das bibliotecas públicas brasileiras. O gerenciamento se exerce por meio dos sistemas estaduais, geralmente centrados nas bibliotecas públicas estaduais, que se articulam com as bibliotecas públicas municipais. Para consecução de seus objetivos, o SNBP criou, em 1999, o Consórcio Eletrônico de Bibliotecas, que visa a apoiar o desenvolvimento dos projetos de automação bibliográfica no Brasil, permitindo às bibliotecas brasileiras a formação de bases de dados locais ou de redes de bases regionais. Inclui já todas as instituições bibliotecárias interessadas, e não apenas as públicas. Disponibiliza dois programas gratuitos para automação de bibliotecas: o BIBLIVRE e o programa Biblioteca Livro Aberto.

O consórcio permite a todas as instituições conveniadas o compartilhamento dos recursos de catalogação, copiando, ou baixando diretamente, os registros bibliográficos disponíveis em linha nos catálogos da BN. No caso do BIBLIVRE, a cópia em formato MARC21 é automaticamente lida pelo programa. A assinatura de convênio não tem custo algum para bibliotecas de natureza pública. As bibliotecas de instituições privadas precisam contatar a BN para maiores informações. Mostra-se de importância muito significativa a diminuição do tempo e do custo das catalogações, além da uniformidade necessária.[18]

O programa (*software*) Biblioteca Livre, conhecido como BIBLIVRE, se desenvolveu por iniciativa da Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (SABIN) e da COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro e se encontra em evolução e aprimoramento, embora sua primeira fase já se tenha concluído. O programa se apresenta como excelente alternativa para aquelas instituições que pretendam uma automação de ótimos resultados e custo mínimo, ambos melhores do que aqueles apresentados pela família ISIS, inteiramente de acordo com padrões internacionais. Não se conseguiu esclarecer se há limites no programa ou nas máquinas em si (capacidade de memória) para a administração de grandes bases de dados.

O programa Biblioteca Livro Aberto se propõe a implantar bibliotecas públicas em municípios onde estas inexistem, ou revitalizar as já existentes. As prefeituras interessadas em participar devem entrar em contato com o respectivo sistema estadual de bibliotecas ou com a BN. Importante frisar que, como inclui proposta de contratação de bibliotecários, ampliam-se os locais de trabalho para os profissionais da área e torna-se indispensável a realização de cursos de especialização adequados a estes bibliotecários.

Sempre cabe lembrar que as bibliotecas dependem sobremaneira das políticas e das verbas públicas. Para não andarem apenas ao sabor dos ventos políticos, as instituições precisam fazer-se absolutamente necessárias às comunidades, para contarem, pelo menos, com alguma leve pressão da opinião pública.

Reconhecemos que, por vezes, fugimos ao objetivo maior do capítulo; porém, tudo isso se dá como alerta para a formação de catalogadores e como recursos para facilitação e melhorias no trabalho.

Durante a década de 1980, o projeto CALCO adotou o nome de Bibliodata/CALCO. Mudou novamente seu nome para Rede Bibliodata (entre 1994 e 1996), quando deixou o formato CALCO e passou a utilizar o formato USMARC. A rede abrange, hoje, quase um milhão e 800 mil registros e congrega 34 instituições cooperantes, o que significa um número muito maior de bibliotecas, de norte a sul. Elegeu como padrões as AACR2R e o formato MARC 21 e, deste modo, se tornou integralmente compatível com sistemas internacionais de intercâmbio de registros bibliográficos. Segundo informações dadas por bibliotecários do Bibliodata e da FGV, cerca de 80% dos itens são compatíveis entre os diversos participantes da rede, o que de fato significa uma redução de 80% no tempo de catalogação e respectivos custos. Outras informações: o catálogo coletivo contempla todas as áreas do conhecimento, com maior participação das ciências sociais; a língua portuguesa constitui 60% das obras; a língua inglesa, 20%; e 20%, outros idiomas. O catálogo coletivo e os catálogos de autoridade de nomes e de assuntos possuem edição recente em CD-ROM, a 27ª edição, de dezembro de 2007. Também há um sítio na internet, para outras informações e buscas: <http://www2.fgv.br/bibliodata/>.

Sem dúvida, o Bibliodata, herdeiro do CALCO, por sua padroni-

zação, respeito às normas internacionais e meios de difusão, se tornou uma fonte inestimável, mesmo para as bibliotecas não cooperantes, e o maior sistema do país em termos de catalogação cooperativa, como idealizou, e não pôde ver, Alice Príncipe Barbosa em 1972.

Cabe aqui uma observação importante: existem outros sistemas estaduais de relevância, com grande número de registros bibliográficos e de bibliotecas cooperantes, como é o caso do Sistema de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI/USP).[19] Existem também outros sistemas nacionais muito significativos em áreas específicas do conhecimento e que devem ser abordados em disciplinas próprias de acesso e recuperação de informação especializada. Nosso trabalho pretende apenas focar o que se considera básico ao estudante ou ao interessado em catalogação de modo geral, inclusive como fontes para bibliotecas multidisciplinares.

Muito se fez, nacional e internacionalmente, na década de 1980, no tocante aos recursos tecnológicos; porém, nem sempre a evolução tecnológica foi acompanhada pelas práticas biblioteconômicas. Cabe ressaltar a tese de Barbara Tillett (1987),[20] que levantou as relações bibliográficas nas fichas catalográficas e no MARC, apontando lacunas no registro e na recuperação de tais relações.

Entretanto, dois fatos mundiais nos obrigaram a sair da cômoda mesmice: a recessão e o surgimento da internet. A preocupação com a elaboração de registros bibliográficos que minimizassem os custos da catalogação resultou em um crescimento da catalogação cooperativa e, consequentemente, na necessidade de um consenso absoluto sobre a composição do registro bibliográfico. Por um lado, premidos pela necessidade; por outro, impulsionados pela tecnologia, as palavras-chave dos anos 1990 foram 'compartilhar' e 'inovar'.

Em 1990 ocorreu, em Estocolmo, o Seminário sobre Registros Bibliográficos, patrocinado pelo Universal Bibliographic Control and International MARC e pela divisão de controle bibliográfico da IFLA. O seminário objetivava o estabelecimento de registros bibliográficos compatíveis com a realidade econômica dos centros de catalogação e com as necessidades dos usuários, em seus vários contextos de utilização e diversidade de suportes. Aprovaram-se nove resoluções, uma das quais relativa à formação de um grupo de estudos para definir os requisitos funcionais para os registros

bibliográficos e fornecer um entendimento claro e compartilhado sobre as informações providas por tais registros. Em 1997, Olivia Madison, presidente do grupo de estudo, apresentou o relatório final na 63ª Conferência Geral da IFLA. O relatório foi aprovado e, posteriomente, publicado (1998), sob o título: *Functional Requirements for Bibliographic Records: final report* – FRBR [Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos].

Os FRBR se revelaram um marco na catalogação contemporânea. Diversos motivos lhe garantem um lugar de destaque na história da catalogação e no desenvolvimento de códigos: suas características teóricas, sua base fundamentada nas tarefas realizadas pelos usuários e sua incorporação de conceitos e modelos que revelam um trabalho multifocado. Além dessas características, consideradas por muitos como inovadoras, os FRBR influenciaram o desenvolvimento de outros modelos conceituais para o universo bibliográfico e provocaram revisões das ISBDs e dos códigos de catalogação, tanto por sua base teórica quanto pela adoção de uma nova terminologia na área.

Data de 1995 a nova norma americana para intercâmbio de registros bibliográficos, em substituição à ISO 2709; trata-se da norma Z39.50, que se tornou, também, internacionalizada.

De 1994 a 1997, o USMARC e o CAMMARC desenvolveram estudos para eliminação de suas pequenas diferenças, com atualizações em 1997–1998. O resultado, publicado em 1999, foi o MARC 21, ou seja, o formato MARC para o século XXI, não mais vinculado a um país ou grupo linguístico, porém voltado ao uso internacional.[21] Hoje se encontra traduzido ou adaptado para dezesseis idiomas, inclusive o português do Brasil.

Seguiram-se os desdobramentos da família MARC: bibliográfico (completo, conciso e LITE — um formato menor, quase *diet* e não *light)*, MARC XML, de autoridades, de coleções (acervos), de classificação e de informação comunitária, além das tabelas de codificação já existentes, entre outras, para áreas geográficas, países e idiomas. As atualizações, o formato e seus desdobramentos se encontram no sítio: <http://www.loc.gov/marc/>.

O formato UNIMARC foi criado em 1977. Os anos 1980 trouxeram uma segunda versão e um manual; em 1994, saiu uma segunda edição, com várias atualizações entre 1996 e 2005. Em 2003, o setor

IFLA UBCIM Core Activity foi substituído pelo IFLA UNIMARC Core Activity, com o objetivo de manter e desenvolver o formato MARC Universal (UNIMARC), de modo a facilitar o intercâmbio de dados bibliográficos em nível internacional. O último grande avanço do UNIMARC veio com a necessidade de compartilhamento dos registros bibliográficos pela Comunidade Européia; porém, a atualização se mostra contínua. O UNIMARC compreende agora quatro formatos: bibliográfico, de autoridades, de classificação e de coleções (acervos).

Na década de 1990, dois artigos igualmente chamaram a atenção dos catalogadores: o de Michael Heaney (1995), sobre catalogação orientada a objeto; e o de Rebecca Green (1996), sobre base de dados relacional para recuperação bibliográfica. Especialmente o de Heaney alertava para o caráter temporal e volátil das publicações ciberespaciais (e mesmo eletrônicas, como os CD-ROMS): não apenas mudam suas versões com grande frequência, como ainda, por vezes, desaparecem no 'ciberespaço', são retiradas do endereço e nunca mais encontradas.

A constatação da realidade acima (não obrigatoriamente pelos textos citados) levou o Online Computer Library Center (OCLC) e o National Center for Supercomputing Applications (NCSA), ambos norte-americanos, a organizarem, em 1995 na cidade de Dublin, em Ohio, um seminário com 52 pesquisadores e profissionais de biblioteconomia, museologia, computação, codificação de textos e outras áreas correlatas, para o desenvolvimento de uma ferramenta de descrição para registro de objetos eletrônicos em rede: os metadados. O nome deste padrão deve-se ao local do primeiro encontro: Dublin Core, do qual trataremos no capítulo 5 (tópico 5.3.1).

Em 1997, no Canadá, houve a International Conference on the Principles and Future of AACR [Conferência Internacional sobre os Princípios e Futuro das AACR], que alertou para a necessidade de mudanças de caráter teórico e prático nas AACR. Este ano profícuo ainda viu o estabelecimento da IFLA Task Force on Guidelines for OPAC Displays, ou seja, Força-Tarefa da IFLA sobre Diretrizes para Apresentação de Catálogos em Linha de Acesso Público [OPAC: *online public access catalog*]. O relatório final das diretrizes foi publicado em 2005. Essa norma importantíssima veio ao encontro de um antigo desejo de maior compreensão do catálogo por parte dos usuários.

Gostaríamos de deixar registrada uma historieta bibliotecária

deveras interessante e quase desconhecida (exceto pelos participantes). Em 1981, em reunião de trabalho no Centro de Documentação do Governo do Distrito Federal, dirigido então por Eladir de Faria, Cordélia R. Cavalcanti, sempre à frente de seu tempo, sugeriu que, em vez de fichas padronizadas de acordo com as ISBDS (ou as AACR2), se usassem termos indicativos precedendo as informações: autor, título, imprenta etc. À época, não houve aceitação da proposta. Quase vinte anos depois, sua sugestão tornou-se norma internacional para apresentação de catálogos em linha.

Por fim, em 1998–1999, Tom Delsey apresentou um alentado trabalho, sobre a estrutura lógica das AACR, com recomendações de mudanças necessárias ao código em vigor (disponível na internet em <http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/docs.html#logical>).

O século XX termina com a publicação dos FRBR e com uma catalogação revigorada por estudos e descobertas que aproximam o usuário do registro bibliográfico. Para aqueles que pensavam estar falecida e enterrada a 'velha senhora' catalogação, substituída pelos avanços tecnológicos, esta se desenvolve no século XXI, bem ao contrário, cada vez mais renovada e cheia de possibilidades.

3.6 Início do século XXI

O século XXI se inicia com vários estudos concomitantes sobre a catalogação e dá continuidade à tendência do final do século XX: compartilhamento de dados bibliográficos, revisão de conceitos e práticas catalográficas e internacionalização dos padrões de representação.

Em busca da elaboração de um código internacional de catalogação (ICC — International Cataloguing Code), a IFLA promoveu uma série de encontros para a discussão de novos princípios para a catalogação internacional, denominada IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code (IME-ICC – Encontros da IFLA de Especialistas sobre um Código Internacional de Catalogação). Ao todo foram realizados cinco encontros, um em cada continente, para abarcar as idéias de todos os países. O primeiro, em 2003 em Frankfurt, Alemanha; o segundo, em 2004 em Buenos Aires, Argentina; o terceiro, em 2005 no Cairo, Egito; o quarto, em 2006 em Seul, Coréia do Sul; e o quinto e último, em 2007 em Pretória, na África do Sul.

Aprovou-se, no primeiro encontro, uma versão preliminar da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, também conhecida como Declaração de Frankfurt, que ampliou e atualizou os Princípios de Paris, pela incorporação do modelo conceitual FRBR. Em cada encontro, apresentou-se uma nova versão daquela declaração, internacionalmente revista e divulgada em 2009 (disponível no sítio <http://www.ifla.org/VII/s13/icp/>).

A intenção da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação se assemelha à Declaração dos Princípios de Paris: determinar um entendimento uniforme e internacional sobre os princípios da catalogação, que embasará o Código Internacional de Catalogação. Tillett[22] (2007), em palestra proferida no 22º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, declara que o novo código de língua inglesa, o Resource Description and Access (RDA), já mencionado, pretende ser um código internacional. Não está claro se a IFLA empenhará seus esforços para a construção de um código internacional de catalogação propriamente dito, ou se caberá ao código RDA exercer tal função.

Em 2004, o Joint Steering Committee for Revision of AACR, atual Joint Steering Committee for Development of RDA, iniciou o processo de revisão do código de catalogação anglo-americano, que resultaria em uma terceira edição das AACR, as AACR3. Entretanto, a revisão provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, o desenvolvimento de um novo sucessor das AACR2, o RDA.[23] Este se encontra inteiramente de acordo com os modelos conceituais (FRBR e FRAD) e com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Projeta-se sua publicação para 2009, porém nada há de definitivo, embora exista uma versão preliminar em linha (http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/rda.html). Ressalte-se que o momento é ainda de estudos e discussões e que, às vezes, no processo, pode haver conclusões, alterações, ou mesmo descartes. Enquanto não há decisões ou traduções, uma obra situa-se como um verdadeiro código brasileiro, pelo respeito às regras e exemplos adequados aos nossos recursos (embora não substitua as AACR2): *Catalogação de recursos bibliográficos*, de Antônia Memória Ribeiro[24] (por vezes denominado 'código da Antônia Memória').

O século apenas se inicia e já possuímos um amplo leque de pesquisas e realizações no âmbito da catalogação, sempre voltado

ao compartilhamento. Talvez agora possamos chegar ao sonho, quase utopia, de Otlet e La Fontaine, quando iniciaram seu controle bibliográfico universal.

Referências

1 STROUT, R.F. The development of the catalog and cataloging codes. *Library Quarterly*, v. 26, n. 4, p. 254-275, Oct. 1956.

2 O império fenício se localizaria, hoje, parcialmente na Síria e parcialmente no Líbano.

3 Fontes:
MILLER, Carol. *Ebla*. [c2004?]. Disponível em: <http://www.syriagate. com/Syria/about/cities/Idlib/ebla-cm.htm>. Acesso em: 4 mar. 2008.
LEITÃO, Eugénia. Biblioteca. In: CEIA, Carlos (org. e ed.). *E-dicionário de termos literários*. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/B/biblioteca.htm>. Acesso em: 17 jan. 2008.
SAGREDO, F.; NUÑO, M. V. En los orígenes de la biblioteconomía y documentación: Ebla. *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, n. 17, p. 123-129, 1994. Apud ORTEGA, Cristina D. Relações entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *Datagramazero*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm>. Acesso em: 12 maio 2006.

4 Fontes:
LEITÃO, Eugénia. *Op. cit.*
MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São, Paulo: Ática, 2002.
BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. [Considera-se este autor leitura obrigatória para os bibliotecários e, em especial, para os catalogadores.]

5 Há inúmeras fontes sobre a biblioteca, não apenas por seu sentido icônico, mas devidas à reconstrução realizada em conjunto pela Unesco e pelo governo egípcio da nova Bibliotheca Alexandrina (inaugurada em outubro 2002). Limitamo-nos a algumas poucas:
BARBIER, Frédéric. *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.
BATTLES, M. *Op. cit.*
CANFORA, L. *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000, p. 45-73.
MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. [Considera-se este autor leitura obrigatória para os bibliotecários e, em especial, para os catalogadores.]
MARTINS, Wilson. *Op. cit.*
MEY, E.S.A. Bibliotheca Alexandrina. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 71-91, 2004. Disponível em: < http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=72&article=18&mode=pdf >. Acesso em: 15 fev. 2009. Inclui outras referências e sítios na internet.

6 JACOB, Christian. *Op. cit.*

7 Informações disponíveis em:
<http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbbd/SE_A2.pdf> e <www.escudoazul.arquivonacional.gov.br/>

8 Graham, William A. *Beyond the written word: oral aspects of scripture in the history of religion.* Cambridge University Press, 1987. Parcialmente disponível, sob nome de autor e título em: <http://scholar.google.com.br>. Acesso em 17 jan. 2008.

9 Fontes:
Battles, Matthew. *Op. cit.*
Gitahi, Wairimu. *Ships of the desert.* [2005]. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/picture_gallery/05/africa_kenyan_camel_library/html/1.stm>. Acesso em: 10 jan. 2009.
Hourani, Albert. *Uma história dos povos árabes.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
Manguel, Alberto. *Op. cit.*

10 Fontes:
Gibbon, Edward. *Declínio e queda do Império Romano.* Ed. abreviada. Org. e introdução: Dero A. Saunders; prefácio: Charles Alexander Robinson; trad. e notas suplementares: José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 71.
Martins, Wilson. *Op. cit.*

11 Barbier, Frédéric (dir.). *Le monde des livres et de la presse à Paris: du Moyen Âge au xxème siècle.* Paris: Presses Universitaires de France, 2007. Catálogo da exposição 'Paris capitale des livres', realizada em 2008.

12 Satué, Enric. *Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro.* Prólogo de Oriol Bohigas, trad. de Cláudio Giordano. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

13 Barbosa, Alice Príncipe. *Novos rumos da catalogação.* Org., rev. e atual. de Elza Lima e Silva Maia. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

14 Rayward, W. Boyd. *The International Federation for Information and Documentation (FID).* Disponível em <http://people.lis.uiuc.edu/~wrayward/otlet/FIDHIST2.htm>. Acesso em 19 jan. 2008.

15 Gonçalves, Luiz Antonio. *A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).* 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 1987.

16 Dwyer, J. R. Who rules the rules? *Journal of Library Automation,* v. 14, n. 3, p. 147-149, Sept. 1981.

17 Destacamos apenas duas fontes:
Suaiden, Emir. A biblioteca pública no contexo da sociedade da informação. *Ciência da Informação,* v. 29, n. 2, p. 52-60, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2009.
Hallewell, Laurence. *O livro no Brasil: sua história.* 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da USP, 2005.

18 Uma experiência-piloto demonstrou a possibilidade de catalogação de cerca de 1 200 títulos brasileiros em cerca de 30 horas, com 35 estudantes de catalogação, ou seja, realizada por pessoas ainda iniciantes na área.

19 Para maiores informações, ver:
Krzyzanowski, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série,* v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2007.

20 Tillett, Barbara. *Bibliographic relationships: toward a conceptual structure of bibliographic information used in cataloging.* 1987. Tese (Doutorado) – University of California, 1987.

21 Para maiores informações sobre o MARC e MARC 21:
Ferreira, Margarida M. *MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos.* Trad. e adapt. por Margarida M. Ferreira. Marília, SP: Ed. da UNESP, 2000.
Furrie, B. *O MARC bibliográfico: um guia introdutório.* Brasília: Thesaurus, 2000.
Library of Congress (LC). Network Development and MARC Standards Office. *MARC standards.* Disponível em: <www.loc.gov/marc>. Acesso em: 15 jan. 2009.
Modesto, Fernando. *Conversa para catalogador dormir: alguns caminhos do formato MARC.* 2009. Disponível em: <www.ofaj.com.br/colunistas.php?cod=2>. Acesso em: 26 mar. 2009.

Moreno, Fernanda Passini. *Requisitos funcionais para os registros bibliográficos – FRBR: um estudo no catálogo da rede Bibliodata.* 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2006.
Rowley, Jennifer. *A biblioteca eletrônica.* Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2002.
Zafalon, Zaira. *Formato MARC 21 bibliográfico: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos.* São Carlos, SP: Ed. da UFSCar, 2008. (Série apontamentos).

22 Tillett, Barbara. Resource Description and Access: a cataloging code for future. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 22., 2007, Brasília. *Anais...* Brasília: Febab, 2007.

23 Para outras informações sobre o RDA ver:
Corrêa, Rosa Maria Rodrigues. *Catalogação descritiva no século XXI: um estudo sobre o RDA.* 2008. 65 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2008.
Corrêa, Rosa Maria Rodrigues; Santos, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. *Catalogação: uma trajetória para um código internacional.* Niterói, RJ: Intertexto, 2009.
RDA: Resource Description and Access. 2009. Disponível em: <www.rdaonline.org>. Acesso em: 23 jan. 2009.

24 Ribeiro, Antônia M. de C. Memória. *Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC 21.* 3ª ed., 1ª reimpr. com corr. Brasília, 2008.
Ribeiro, Antônia M. de C. Memória. *Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2R 2002, Anglo American Cataloguing Rules, 2nd edition, 2202 revision.* Brasília, 2006. Exemplos em ficha catalográfica e formato MARC.

4 A PRÁTICA DA CATALOGAÇÃO

A catalogação compreende três partes: *descrição bibliográfica, pontos de acesso* e *dados de localização*. Estas partes se ligam ao fato de que a catalogação deve individualizar os recursos bibliográficos, de forma a que não sejam confundidos entre si; reunir recursos bibliográficos por suas semelhanças, estabelecendo relações entre si, e, finalmente, permitir a localização de um recurso bibliográfico específico em acervo determinado.

Cabe uma observação indispensável: os acervos são extremamente variáveis, com objetivos e usuários também variáveis. Muitas vezes, um recurso importantíssimo para um tipo de acervo pode ser considerado descartável em outro. A primeira diferença consiste na temática mesma da coleção: acervos de ciências humanas podem permanecer de grande valor e uso por milênios; acervos de ciências exatas, se dirigidos a certos tipos de público, têm data de validade; acervos de ciências da saúde, em geral, possuem vida brevíssima, a menos que se destinem à história da própria ciência, ou enquanto não surgir uma revolução teórico-científica, que modifique sua utilidade. Além do mais, documentos técnicos ou técnico-científicos, em qualquer área, estão sujeitos a constantes atualizações e, portanto, a menor ciclo intelectual de vida. Portanto, acervos duráveis, de permanência quase imortal, requerem um tratamento diferente daqueles de prazo de validade determinado: tanto no que se refere à representação, quanto à conservação e a sua própria seleção e ao acesso. Nós, bibliotecários catalogadores, precisamos compreender tais diferenças e adequar nossas representações, de modo geral, ao tipo de acervo, além do tipo de público.

A *descrição bibliográfica*, também chamada representação descritiva, é a parte da catalogação responsável pela caracterização do recurso bibliográfico.

À descrição cabe extrair diretamente do recurso bibliográfico

todas as informações, de interesse para o usuário, que individualizem o recurso bibliográfico, tornando-o único entre os demais. A descrição bibliográfica se refere à manifestação, podendo incluir alguma peculiaridade do item. Cada manifestação possui apenas uma descrição e cada descrição se aplica a uma única manifestação. Vários itens de uma mesma manifestação significam uma única descrição; manifestações diferentes, mesmo apresentando conteúdo idêntico, têm descrições diferentes. Por exemplo: três itens da mesma edição de *Tieta do agreste*, de Jorge Amado, correspondem a uma única descrição. Dois itens de *Tieta do agreste*, sendo um da terceira edição e outro da quarta edição, correspondem a duas descrições diferentes. A descrição bibliográfica reproduz quase todas as informações na forma como se encontram no recurso bibliográfico.

> ATENÇÃO! A descrição bibliográfica deve seguir a norma internacionalmente acordada, ou seja, a International Standard Bibliographic Description – ISBD, como indicado na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.

Os *pontos de acesso* são a parte pela qual os usuários podem acessar a representação de um recurso bibliográfico no catálogo. Os pontos de acesso se responsabilizam pela extração de características comuns de interesse ao usuário, de forma a reunir todos os recursos que as possuam. Segundo a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, eles "são os elementos dos registros bibliográficos que 1) fornecem recuperação confiável dos registros bibliográficos e de autoridade e de seus respectivos recursos bibliográficos associados e 2) limitam os resultados da busca".[1]

Principalmente em contextos informatizados, a segunda função dos pontos de acesso adquire importância significativa, tendo em vista que permitiria ao usuário criar limites ou filtros a suas próprias buscas e recuperação.

Em catálogos manuais ou em linha, são pontos de acesso: responsabilidade(s) pelo conteúdo intelectual ou artístico, título(s) e todas as suas variações e assunto(s) do recurso bibliográfico. Em catálogos em linha, na dependência do tipo de sistema, é possível buscar toda e qualquer informação contida na representação, ou utilizar alguns outros filtros selecionados.

Os pontos de acesso *exigem* controle rígido, de forma a não ha-

ver ambiguidade ou dúvida na informação. Diferentemente da descrição, que se atém à manifestação e ao item, os pontos de acesso são escolhidos e determinados pelo catalogador, de acordo com regras e normas, contidas em diversos instrumentos de auxílio, e as necessidades e características de seus usuários.

Os *dados de localização* são as informações que permitem ao usuário localizar um item em determinado acervo, real ou ciberespacial. Em catálogos que abrangem uma única biblioteca, os dados de localização se limitam ao *número de chamada*. Em catálogos coletivos, compreendem também a *indicação da biblioteca* ou *endereço no ciberespaço* onde o item possa ser encontrado.

O conjunto completo da representação, com todas as suas partes, se denomina *entrada* ou *registro bibliográfico*, termo atual. Nos catálogos em linha, faz-se um único registro bibliográfico, e este contém e permite vários acessos. Nos catálogos manuais, em fichas, embora o registro bibliográfico permaneça único, ele é duplicado inúmeras vezes, representando os diferentes pontos de acesso.

Quando não se dispunha de tecnologia adequada para duplicação do registro bibliográfico, criavam-se entradas diferentes para maior facilidade e rapidez. A primeira, completa, com todas as informações relativas à manifestação, chamava-se *entrada principal* e principiava pelo nome padronizado do autor, exceto nos casos de inexistência ou de indeterminação de autoria, quando a entrada principal começava pelo título. As demais, resumidas, contendo apenas informações indispensáveis, denominavam-se *entradas secundárias*. Iniciavam-se pelos demais pontos de acesso padronizados e continham uma nota remetendo à entrada principal para outras informações.

Há muito se dispõe de meios para duplicação da entrada. No entanto, restou o conceito de entrada principal, talvez devido ao fato de a LC manter esta forma quando iniciou a venda de fichas impressas no começo do século XX. No final desse século e princípios do século XXI, a mesma prática sinaliza mudança de nome: talvez passe a se denominar *ponto de acesso primário*. Alega-se ser este indispensável à organização das estantes. Irrelevante, amplamente discutido, fonte de inúmeros atrasos na catalogação das manifestações (quantos de nós já não demoramos um tempo precioso para nos decidirmos quanto ao ponto de acesso principal?), o princípio da entrada principal se

conserva, mesmo sendo uma omissão admitida pelas normas internacionais. O desenvolvimento da catalogação teórica certamente conseguirá acabar com esta idiossincrasia biblioteconômica.

A escolha do ponto de acesso que caracteriza e encabeça (inicia) a entrada principal é objeto de regras específicas de catalogação. O conjunto de regras de catalogação, que determinam como elaborar a descrição bibliográfica e os pontos de acesso, denomina-se *código de catalogação*. Se durante muito tempo os códigos se restringiram a bibliotecas específicas, posteriormente chegou-se aos códigos nacionais e, hoje, há normas internacionais incorporadas a eles. Automação e intercâmbio requerem padrões. Da ampla liberdade individual para decidir sobre normas passamos às regras universalmente convencionadas, com inumeráveis benefícios. A automação nos permite idealizar o dia em que um livro seja catalogado apenas uma única vez e esta catalogação seja usada por todas as bibliotecas, em todo o mundo.

Códigos do passado indicavam todos os tipos de pontos de acesso. Cutter,[2] nas *Rules*, determinava também a forma de elaboração dos catálogos. Porém, o código em uso no Brasil, as AACR2, segunda edição, revisão de 2002, abrange regras para a descrição bibliográfica (parte I) e pontos de acesso de autor e título (parte II), uma vez que os pontos de acesso de assunto se tornaram por demais amplos e específicos e originaram instrumentos próprios.

A prática da catalogação, ou seja, a elaboração de registro bibliográfico relativo à manifestação, e ao item, quando pertinente, de determinado acervo real ou ciberespacial, abranje diversas etapas e, em cada uma, inúmeros passos. De modo geral, visualizam-se:

- análise preliminar do recurso bibliográfico (tópico 4.1)
- leitura técnica do recurso bibliográfico (tópico 4.2);
- descrição do recurso bibliográfico (capítulo 5);
- determinação dos pontos de acesso e sua forma (capítulo 6);
- determinação dos dados de localização (capítulo 7).

Depois vêm o registro (tombo) e o preparo do recurso bibliográfico e dos catálogos. Os catálogos serão abordados no capítulo 8. Este manual se limitará a alguns tipos de recursos bibliográficos, com ênfase em livros.

Cabem, antes da primeira etapa, algumas palavras sobre um dos instrumentos de auxílio aos catalogadores: a catalogação na publicação. Esta consiste no registro bibliográfico impresso no verso da página de rosto no livro. O registro é elaborado antes da impressão, a partir da boneca (ou boneco) do livro, e nem sempre se apresenta completo. No entanto, trata-se de um bom indicador das características e assuntos do livro, podendo mesmo ser integralmente utilizado. Em *Novos rumos da catalogação*, Alice Príncipe Barbosa[3] apresenta de forma abrangente o histórico, objetivos e desenvolvimento da catalogação na publicação, até 1977. Não houve mudanças substanciais a partir desta data.

4.1 Análise preliminar do recurso bibliográfico

Esta análise preliminar tem por objetivo verificar: a) se a manifestação já existe na biblioteca e se trata de um segundo exemplar (ou item); b) se a expressão já existe na biblioteca e se trata de nova edição, nova manifestação ou mesmo nova obra, devido ao número significativo de modificações; c) se já existe registro bibliográfico pronto da manifestação, seja na própria biblioteca, seja em outros bancos de dados; d) se já existe registro bibliográfico pronto da expressão ou mesmo da obra. Assim, têm-se as seguintes possibilidades:

- novo item de mesma manifestação: o item segue diretamente para registro (tombo), com número de chamada idêntico, exceto quanto à identificação do exemplar;
- novo item, com algumas peculiaridades (por exemplo: autógrafo do autor, notas marginais, entre outras): as peculiaridades são acrescentadas ao registro bibliográfico da manifestação e o item segue diretamente para registro (tombo), com o mesmo caminho do novo item de mesma manifestação;
- nova manifestação: basta verificar se já existe registro bibliográfico pronto em bases de dados e copiá-lo; devem-se modificar as informações variantes, as particularidades necessárias aos usuários e criar vínculos entre as diferentes manifestações, inclusive por meio do número de chamada e dos pontos de acesso;
- nova expressão: verificar se já existe registro bibliográfico pronto em bases de dados e copiá-lo; modificar as informações relativas à manifestação e ao item específicos entre as expressões ou entre as obras; caso não exista, proceder às demais etapas.

Esta abordagem primeira evita a duplicidade de esforços e de registros bibliográficos. Deve-se extrair o máximo possível de informações das bases de dados em linha, diminuindo o esforço, o custo e o tempo de catalogação.

> ATENÇÃO! Até mesmo recursos bibliográficos doados têm um custo! Há gastos na catalogação e nos materiais usados para disponibilizar o item.

Na verdade, a nosso ver, o ideal consistiria na participação efetiva em bases de dados existentes e no trabalho cooperativo.

4.2 Leitura técnica

A denominada *leitura técnica* consiste em analisar o recurso bibliográfico em processo de catalogação (isto é, que temos em mãos ou na tela do computador para ser catalogado) do ponto de vista do bibliotecário, visando a levantar as informações necessárias à sua representação. No entanto, há normas que indicam de onde as informações devem ser extraídas para uso na representação. Estas partes indicadas para levantamento de informações denominam-se *fontes de informação*; a parte do recurso bibliográfico mais importante para o levantamento de informações chama-se *fonte principal de informação*. Devem ser examinadas cuidadosamente as partes identificadas a seguir.

a) **Monografias impressas (livros, folhetos etc.)**

Para o levantamento de informações básicas, que servem à descrição bibliográfica:

- página de rosto, também denominada folha de rosto;
- verso da página de rosto, identificado como 'outras [páginas] preliminares';
- outras páginas que antecedem a página de rosto, também identificadas como 'outras preliminares';
- capa, também identificada como 'outras preliminares';
- colofão;
- encartes, bolsos ou pastas, se houver;

- apêndices e anexos, se houver;
- glossários, bibliografias e índices, se houver; muitas vezes a bibliografia aparece no final dos capítulos ou em notas de rodapé.

> ATENÇÃO! A página de rosto é a *fonte principal de informação* para livros e outras monografias impressas e base para a descrição bibliográfica.

Para o levantamento de informações sobre o autor e sobre o assunto, que servem aos pontos de acesso e ao número de chamada:

- orelha(s);
- prefácio;
- sumário, isto é, a lista dos capítulos e partes na ordem em que aparecem no livro (às vezes, erroneamente, o sumário é denominado 'índice');
- introdução;
- dados biográficos em partes específicas; alguns editores os posicionam na última página do livro.

b) **Recursos eletrônicos**

Os recursos eletrônicos são variadíssimos. Incluem-se nesta categoria discos das mais diversas formas (disquetes, CDs, discos rígidos internos ou externos), até material retirado ou arquivado na internet (como as coleções digitais e as páginas da rede mundial). Muitos materiais eletrônicos vêm acompanhados de manuais, folhetos ou caixas (contêineres), que se tornam fontes preciosas de informação também, tanto para a descrição como para o assunto. Outra característica dos recursos eletrônicos é sua efemeridade, sob dois aspectos: trata-se de material frágil, como os CDs, por exemplo; e a maioria dos recursos retirados da internet ou relativos a *softwares* tem um período de permanência sem atualizações, quando se tornam obsoletos ou mesmo desaparecem. Por fim, todos os materiais eletrônicos exigem o uso de computadores para sua catalogação.

A fonte principal de informação deve ser sempre aquela que não pode ser modificada ou perdida pelo catalogador. Assim, título da tela, menus principais, páginas iniciais (*home pages*) são preferíveis às caixas e outros contêineres, ou material suplementar. As regras 9.0B1 e 9.0B2 das AACR2 indicam minuciosamente as fontes de informação. Em síntese, usar preferencialmente material interno do próprio recurso para a área de título e responsabilidade. Para facilitar a vida dos usuários, a representação precisa identificar o tipo de conteúdo: programa, dados ou ambos; sua destinação; e os requisitos mínimos do computador para uso do recurso.

c) **Imagens em movimento**

Aqui se incluem: filmes dos mais variados tipos e suportes, DVDs, videocassetes, materiais de televisão, entre outros.

A fonte principal de informação, em especial para a retirada de título e responsabilidade, são os créditos do próprio filme. Também com este tipo de material, o catalogador precisará verificar diretamente na película as informações necessárias à descrição. O contêiner do filme se torna fonte de informação, porém secundária, uma vez que as caixas podem ser trocadas, quebrar ou sumir. O tipo de biblioteca em que o catalogador trabalha influencia diretamente a representação bibliográfica de filmes. Por exemplo, torna-se imprescindível o resumo, sempre; mas nem sempre todos os créditos se mostram necessários.

d) **Gravações de som**

Por gravação de som entendem-se os materiais destinados exclusivamente a serem ouvidos. Incluem discos de vinil, CDs, fitas cassetes, entre outros. Videoclipes se encontram em área nebulosa, mas devem ser considerados como imagens em movimento, embora possam (e devam) ser armazenados junto com os demais materiais de registro sonoro, inclusive partituras e livros de música (*songbooks*).

Por motivos óbvios, a fonte principal de informação é o selo junto à gravação. Encartes, capas, caixas e outros contêineres são preciosas fontes de informação, porém secundárias.

Duas questões importantes relativas às gravações de som: seus contêineres podem estar em qualquer língua, pois o que importa é o som; de nada adianta ouvir a música, exceto para o conhecedor. Portanto, sugere-se que o catalogador de música deva, no mínimo, possuir algum resquício de educação musical, ou excelentes obras de referência, inclusive dicionários poliglotas, com as quais aprenderá no devido tempo.

O recurso bibliográfico é examinado atentamente (folheado no caso de material impresso, pesquisado no caso de recursos eletrônicos e outros materiais). As seguintes informações devem ser procuradas:

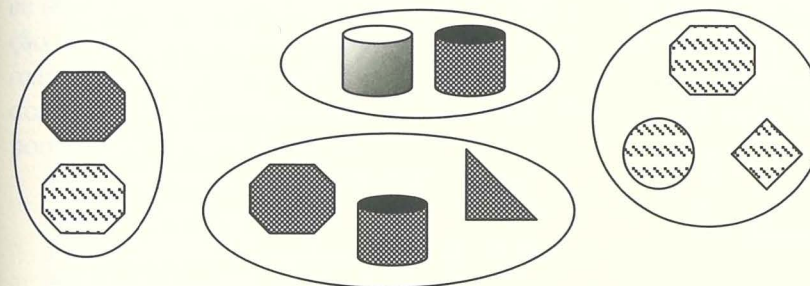
- título, subtítulo e outros títulos, inclusive os originais (no caso de traduções, legendas, dublagens ou mais de um idioma) e os convencionais;
- responsabilidade pelo conteúdo intelectual da obra: autor ou compositor, diretor de filmes (exceto os norte-americanos, que requerem abordagens especiais), coautor(es), colaborador(es), ilustrador(es), tradutor(es), roteiristas, compositores de trilhas sonoras, editor(es) ou organizador(es) ou coordenador(es), outros responsáveis;
- edição e outras informações sobre a edição, ou versão no caso de recursos eletrônicos;
- local de publicação: sempre o nome da cidade;
- editora: nome da editora responsável pela publicação, real ou ciberespacial, ou da gravadora do registro sonoro, ou da produtora de filmes;
- data de publicação ou de *copyright*: sempre o ano;
- número de páginas ou volumes, ou qualquer outro tamanho aplicável;
- outras informações pertinentes quanto às características físicas;
- ilustrações: se são muitas, coloridas ou preto-e-branco, de que tipo; ou se o filme é preto-e-branco, ou colorido, sonoro ou mudo;
- título da série e número do recurso na série;
- apêndices, glossários, índices, informações biográficas;
- resumos no caso de filmes;
- número do disco na gravadora;
- ISBN: número internacional normalizado do livro, ISMN: número internacional normalizado da música impressa e ISSN: número internacional normalizado da série ou do periódico;
- assunto(s);
- informações que caracterizem o autor;
- discrepâncias entre diferentes partes do recurso. Por exemplo: títulos diferentes na capa e na página de rosto, ou no contêiner e nos créditos ou selo;

- relações entre este recurso bibliográfico e outros que existem na biblioteca; por exemplo, o recurso bibliográfico pode ser um comentário, crítica ou continuação de outro.

O livro de Anamaria Cruz[4] expõe, didática e minuciosamente, a etapa acima. Após cuidadosa leitura técnica, o catalogador está pronto para iniciar a representação.

Cabe aqui figurar as duas etapas da catalogação, ou representação bibliográfica: individualizar pelas diferenças e reunir pelas semelhanças. Desse modo, se pode melhor compreender o porquê das duas partes do trabalho de representação, que são a descrição bibliográfica e a atribuição dos pontos de acesso.

Quando descrevemos bibliograficamente um recurso, buscamos identificar as características que o tornam único entre os demais, mesmo que estes lhe possam ser assemelhados ou, até, aparentemente idênticos, como se vê na figura abaixo:

Quando geramos pontos de acesso para um recurso, buscamos as semelhanças entre o mesmo e outros recursos, de forma a reuni-los em um catálogo ou base de dados, sob características comuns, como se vê na figuração a seguir:

Concluída a leitura técnica e com uma noção geral do trabalho a empreender, passa-se agora à primeira etapa de representação do recurso bibliográfico: a descrição bibliográfica.

Referências

1 DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação. Trad. de Lidia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA Cataloguing Section, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icp/ICP-2009_pt.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2009.

2 CUTTER, Charles A. *Rules for a dictionary catalog.* 4th ed., repr. Facs. ed. London: Library Association, 1935.

3 BARBOSA, Alice Príncipe. *Novos rumos da catalogação.* Org., rev. e atual. de Elza Lima e Silva Maia. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1978.

4 CRUZ, Anamaria. *Representação descritiva de documentos.* Rio de Janeiro: FEBAB, 1994.

5 DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir da RIEC, em 1969, criou-se um padrão internacional de descrição bibliográfica denominado ISBD (International Standard Bibliographic Description, ou Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada). As decisões da RIEC foram incorporadas a todos os códigos de catalogação, a partir dos anos 1970, inclusive às AACR2 (1978).

A ISBD dividiu as informações denominadas descritivas em oito *áreas,* que correspondem aos tipos de informação, e que abarcam os *elementos,* isto é, cada uma das unidades de informação dentro de uma área. Tais áreas são as mesmas para todos os tipos de recursos. Havia uma ISBD (G), ou seja, geral, para todos os suportes, e outras ISBDs, muito semelhantes, para os diferentes materiais: ISBD (A) obras raras; ISBD (CM) materiais cartográficos; ISBD (CR) recursos contínuos; ISBD (ER) recursos eletrônicos; ISBD (M) monografias; ISBD (NBM) materiais não livros; e ISBD (PM) música impressa. Elaboraram-se ainda diretrizes para as analíticas, isto é, à análise de parte(s) de manifestação ou item (inclusive artigos de periódicos). Essas se encontram na publicação: *Guidelines for the application of the ISBDs to the description of component parts* [Diretrizes para a aplicação das ISBDs à descrição de partes componentes]. Publicou-se recentemente uma *ISBD consolidated* [ISBD consolidada], que abarca em uma única norma todos os materiais. Permanecem sua estrutura básica, por áreas, e sua pontuação. As oito áreas são:

área 1: do título e da responsabilidade;
área 2: da edição;
área 3: dos detalhes específicos do material;
área 4: dos dados de publicação;
área 5: da descrição física;
área 6: da série;
área 7: das notas;
área 8: do número internacional normalizado.

Na ISBD, as áreas e os elementos são indicados pela pontuação e pela posição. Esta determinação se deve à crença de que os sistemas automatizados reconheceriam as áreas e os elementos através da pontuação que os precede e da posição que ocupam no registro bibliográfico. A crença revelou-se demasiado otimista, mas a pontuação clarifica o entendimento do registro e a posição é a mesma das práticas usuais para catálogos em fichas.

Pode-se dizer que a pontuação e a posição correspondem à sintaxe e à semântica da representação descritiva. A sintaxe (pontuação) demonstra o uso que se faz de determinado elemento, ou marca sua precisão; a semântica (posição) indica o conceito do elemento empregado.

Enquanto não se tem o novo código de catalogação, seja ele o anglo-americano ou o internacional, ambos com edição em inglês prevista para 2009 (e a esta demora acresce-se um período para a tradução), utilizam-se como base, ainda, as AACR2, revisão de 2002, tradução brasileira.

Em estreita consonância com as ISBDs, as AACR2, parte I, voltadas à descrição bibliográfica, dividiram-se em 13 capítulos. O capítulo 1 abrange todos os tipos de materiais e corresponde à ISBD (G) geral. O capítulo 2 é relativo às monografias; o capítulo 3, aos materiais cartográficos; o capítulo 4, às obras manuscritas; o capítulo 5, à música impressa; o capítulo 6, às gravações sonoras; o capítulo 7, aos filmes e vídeos (imagens em movimento); o capítulo 8, aos materiais gráficos; o capítulo 9, aos recursos eletrônicos; o capítulo 10, aos artefatos tridimensionais; o capítulo 11, às microformas; o capítulo 12, às publicações seriadas, isto é, aos periódicos no todo e às séries; e o capítulo 13, às analíticas, correspondendo às *Guidelines*. Em cada capítulo, as regras compreendem dois dígitos básicos: o primeiro corresponde ao capítulo, isto é, ao tipo de suporte, e o segundo, precedido de ponto, à área da ISBD. Por exemplo: regra 1.4 (capítulo 1, área 4) – área de publicação para todos os tipos de suporte; regra 5.4 – área de publicação para música impressa; regra 9.4 – área de publicação para recursos eletrônicos.

A primeira regra de cada um dos 12 primeiros capítulos, isto é, a regra (R.) .0 (ponto zero) indica as fontes de informação, de onde devem ser retiradas as informações para registro. O quadro a seguir mostra as regras e as fontes de informação correspondentes.

Fontes de informação[1]		
RECURSO BIBLIOGRÁFICO	FONTE PRINCIPAL DE INFORMAÇÃO[2]	OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO
R. 1.0 Normas gerais sobre fontes de informação, pontuação, níveis de descrição, língua e alfabeto da descrição		
R. 2.0 Textos impressos	Página de rosto ou sua substituta	Outras páginas preliminares[3] e colofão
R. 3.0 Atlas impressos Mapas Globos	Página de rosto ou sua substituta Item propriamente dito Contêiner, caixa, pedestal ou suporte	Outras páginas preliminares e colofão Material adicional impresso Material adicional impresso
R. 4.0 Manuscritos (textos não publicados)	Página de rosto Colofão Legenda, cabeçalho Conteúdo do manuscrito	Outra cópia manuscrita Edição publicada do manuscrito Fontes de referência Outras fontes
R. 5.0 Música impressa (partituras, partes, álbuns)	Página de rosto ou sua substituta Capa Título de partida	Título de partida Capa Colofão Outras preliminares Outras fontes
R. 6.0 Gravações de som Discos Fitas cassetes Gravação de som em filmes	 Disco e etiqueta Cassete e etiqueta Contêiner e etiqueta	Material adicional constituído de texto e/ou contêiner
R. 7.0 Filmes e vídeos	Item propriamente dito (fotogramas etc.) Contêiner de videocassetes	Material adicional em texto Contêiner de modo geral Outras fontes
R. 8.0 Materiais gráficos	Item propriamente dito, inclusive etiquetas permanentes	Contêiner Material adicional em texto Outras fontes
R. 9.0 Recursos eletrônicos	Item propriamente dito: • Título da tela • Menu principal • Primeiro leiaute de informação • Página inicial (*home page*)	Documentação impressa (informação fornecida pelo editor ou criador) Outro material adicional Informação impressa no contêiner
R. 10.0 Artefatos tridimensionais e espécimes naturais (*realia*)	Item propriamente dito	Item propriamente dito
R. 11.0 Microformas	Fotograma do título Dados legíveis a olho nu	Restante do item Contêiner Material adicional legível a olho nu Qualquer fonte

R. 12.0 Recursos contínuos[4]		
Publicações seriadas	Primeira edição ou a mais antiga edição ou parte	Todas as edições ou partes
Recursos integrados	Iteração[5] (parte) corrente	A primeira e/ou última iteração (parte)

[1] Este quadro baseou-se na adaptação realizada por Taylor, em *Wynar's introduction to cataloging and classification*, 9th rev. ed., embora não se constitua em sua tradução.
[2] Quando há mais de uma fonte principal para o mesmo tipo de suporte, as fontes são indicadas na ordem de preferência.
[3] Outras páginas preliminares: verso da página de rosto e páginas que antecedem a página de rosto, inclusive a capa.
[4] Os recursos contínuos abrangem diferentes materiais, podendo-se dividi-los em dois grandes grupos: publicações seriadas, ou seja, publicações destinadas à 'sucessão de partes separadas' (AACR2, 2002), como: jornais, revistas, relatórios anuais e séries monográficas; e recursos integrados, ou seja, publicações que constituem atualizações e versões que complementam a anterior, mas não a substituem. O capítulo 12 trata de recursos contínuos considerados no todo e não aborda suas partes individuais.
[5] Iteração: termo originário da matemática. Por analogia, a iteração bibliográfica constitui publicação que é o resultado (versão ou atualização dependentes) da que a precede.

Regras: materiais e áreas

R. 1.1. Área do título e da responsabilidade para todos os tipos de materiais: onde se registram o(s) título(s) do recurso bibliográfico, a designação geral do material e todos os responsáveis por seu conteúdo intelectual. Corresponde à R. 2.1 para monografias e, do mesmo modo, às regras *n*.1 até 12.1, para publicações seriadas.

R. 1.2. Área da edição para todos os tipos de materiais: onde se registram o número e outras informações sobre a edição, ou versão do recurso eletrônico, e os responsáveis por ela. Corresponde à R. 2.2 para monografias e, do mesmo modo, às regras *n*.2 até 12.2, para publicações seriadas.

R. 1.3. Área dos detalhes específicos do material: constitui-se de informações específicas e é utilizada apenas para materiais cartográficos, música impressa, publicações periódicas e recursos eletrônicos. Corresponde à R. 3.3 para materiais cartográficos, à R. 5.3 para música impressa, à R. 9.3 para recursos eletrônicos e à R. 12.3 para publicações seriadas. No caso de microformas, estas seguem as regras do recurso a que corresponde a microforma.

R. 1.4. Área de publicação para todos os tipos de materiais: onde se registram o local de publicação, o editor e a data de publicação, assim como outras informações complementares. Corresponde à R. 2.4 para monografias e, do mesmo modo, às regras *n*.4, em quase todos os materiais. Excetuam-se os manuscritos, que, por motivos óbvios, *não possuem local e área de publicação*; mas certamente têm uma data de realização ou produção. Consideram-se os recursos eletrônicos, mesmo os ciberespaciais, como materiais publicados.

> ATENÇÃO! Todos os materiais, sem exceção, possuem data, mesmo que seja aproximada!

R. 1.5. Área de descrição física para todos os tipos de materiais: onde se registram a extensão do item (número de páginas ou volumes, por exemplo) e outras informações de caráter físico (ilustrações, por exemplo). Corresponde à R. 2.5 para monografias e, do mesmo modo, às regras *n*.5 até 12.5, para seriados e periódicos no todo.

R. 1.6. Área de série para todos os tipos de materiais: onde se registram o título da série, seu ISSN e o número do recurso na série, assim como outras informações complementares. Corresponde à R. 2.6 para monografias e, do mesmo modo, às regras *n*.6 para outros materiais. Também por motivos óbvios, não há série para manuscritos. Casos especiais, como os de microformas e publicações seriadas, precisam ser cuidadosamente vistos.

R. 1.7. Área de notas para todos os tipos de materiais: onde se registram todas as informações de interesse que não têm lugar específico nas demais áreas, inclusive as relações entre obras, expressões, manifestações e itens. Corresponde à R. 2.7 para monografias e, do mesmo modo, às regras *n*.7 até 12.7, para seriados e periódicos no todo.

R. 1.8. Área de número normalizado: onde se registram o ISBN e formas de aquisição; o ISMN, relativo à música impressa (partituras, partes e outras); e o ISSN, para periódicos e séries considerados no todo. Corresponde à R. 2.8 para monografias, à R. 5.8 para música impressa e à R. 12.8 para seriados e periódicos no todo.

Alguns capítulos, como o 1 e o 2, compreendem outras regras, relativas a casos especiais, após a oitava área.

As áreas, exceto a primeira, são precedidas de ponto, espaço, travessão e espaço [. —]. Cada elemento é precedido de pontuação própria, como se verá a seguir. Os colchetes [ ] são utilizados sempre que a informação for acrescentada pelo catalogador, isto é, não se encontrar na fonte de informação adequada.

A seguir listam-se os elementos da descrição bibliográfica, porém não todos os elementos em todas as circunstâncias em que podem aparecer, apenas os casos mais comuns. Situações específicas e menos frequentes, ou raras, são abordadas nas AACR2 e em obras práticas com exercícios de catalogação.

5.1 Os elementos da descrição bibliográfica

São *elementos* da descrição bibliográfica:

5.1.1 Área do título e da responsabilidade: os elementos devem ser retirados da fonte principal de informação.

Título, ou título principal. O nome do recurso bibliográfico. Como o título é o primeiro elemento da descrição, não vem precedido de pontuação alguma. Registra-se o título na forma em que aparece na fonte principal de informação. Abaixo apresenta-se o título em formato de ficha e em formato MARC 21. Cabe salientar que não se explica o MARC; apenas se exemplificam o número de campo, os indicadores e os subcampos. Por exemplo:

Cozinheiros demais — livro
245 10$aCozinheiros demais

Umas palavras — DVD
245 15$aUmas palavras

Meus momentos — CD
245 10$aMeus momentos

Título alternativo. Um outro nome do livro, parte do título principal, acompanhado de *ou*, ou de seus equivalentes em outras línguas. O título alternativo é precedido de vírgula, espaço, da palavra *ou* na língua do título, vírgula e espaço [, ou,]. Por exemplo:

Guy Mannering, ou, O astrólogo
245 10$aGuy Mannering, ou, O astrólogo
Código dos homens honestos, ou, A arte de não se deixar enganar pelos larápios
245 10$aCódigo dos homens honestos, ou, A arte de não se deixar enganar pelos larápios

Designação geral do material, ou DGM. Acréscimo *opcional* após o título principal ou alternativo, ou após a última parte do título principal e antes do título equivalente, indica o tipo de suporte. Há

muitas discussões, ainda, sobre o papel da DGM. No entanto, ela se torna sobremaneira importante no caso de inúmeros materiais que compreendem o mesmo, ou quase o mesmo, conteúdo; quando se realiza busca em catálogos em linha, a DGM mostra sua validade. Conquanto nas ISBDs a lista seja muito enriquecida e completa, existem duas listas de designações nas AACR2: a primeira mais sucinta (britânica) e a segunda mais extensa (australiana, canadense e norte-americana). A DGM é registrada entre colchetes [ ], por se tratar de acréscimo do catalogador. O MARC 21 não acrescenta DGM no caso de livros. Por exemplo:

Cozinheiros demais [texto]
245 10$aCozinheiros demais

Guy Mannering, ou, O astrólogo [texto]
245 10$aGuy Mannering, ou, O astrólogo

Umas palavras [gravação de vídeo]
245 15$aUmas palavras $h[gravação de vídeo]

Meus momentos [gravação de som]
245 10$aMeus momentos $h[gravação de som]

Hamlet [braile]
245 10$aHamlet $h[braile]

Hamlet [gravação de vídeo]
245 10$aHamlet $h[gravação de vídeo]

Hamlet [texto]
245 10$aHamlet

Título equivalente. Trata-se do título principal em outro idioma. Embora não muito frequente em livros, é muito utilizado em filmes e gravações de vídeo, assim como nas gravações de som. No MARC 21, o título equivalente faz parte do subcampo designado 'remanescentes do título', que inclui outros elementos. O título equivalente é precedido de espaço, sinal de igualdade, espaço [=]. Por exemplo:

Ladies in lavender = O violinista que veio do mar
245 10$aLadies in lavender$h = $bO violinista que veio do mar

Subtítulo ou **outras informações sobre o título**. Um outro título que acompanha o título principal, geralmente explicando-o. Reconhece-se o subtítulo porque este vem sempre em letras menores,

ou diferentes, na fonte principal de informação. No MARC 21, o subtítulo faz parte do subcampo designado 'remanescentes do título', que inclui outros elementos. O subtítulo é precedido de espaço, dois pontos e espaço [:]. Por exemplo:

Biblioteca pública : avaliação de serviços
245 10$aBiblioteca pública : $bavaliação de serviços

Autor. O responsável intelectual pelo conteúdo de uma obra. As informações de responsabilidade são registradas na forma como aparecem na fonte principal de informação. A indicação de responsabilidade é precedida de espaço, barra diagonal e espaço [/]. Por exemplo:

Cozinheiros demais / Rex Stout
245 10$aCozinheiros demais / $cRex Stout
Masonic funeral music, K. 477 / Mozart
245 10$aMasonic funeral music, K. 477 /$cMozart

Coautores. Os responsáveis intelectuais pelo conteúdo de uma obra, produzida em conjunto por mais de um autor. Os coautores são registrados se forem até três ('regra dos três', mas há perspectivas de mudança para esta regra), na forma como aparecem na fonte principal de informação e, não havendo nenhuma palavra de ligação entre eles, separados por vírgula e espaço. Havendo quatro ou mais coautores, registra-se o primeiro citado, seguido de espaço, reticências, espaço e da expressão latina *et al.* entre colchetes (... [et al.]). Por exemplo:

A longa viagem da biblioteca dos reis : do terremoto de Lisboa à independência do Brasil / Lilia Moritz Schwarcz com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa
245 12$aA longa viagem da biblioteca dos reis : $bdo terremoto de Lisboa à independência do Brasil / $cLilia Moritz Schwarcz com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa

Da jardinagem ao paisagismo : evolução histórica / Bruno Luiz Domingos De Angelis ... [et al.]
245 10$aDa jardinagem ao paisagismo : $bevolução histórica / $cBruno Luiz Domingos De Angelis ... [et al.]

Tradutor. O responsável intelectual pela versão da obra em outro idioma. A indicação de tradutor, após o(s) autor(es), vem precedida de espaço, ponto e vírgula e espaço [;]. Se houver mais de um

tradutor, segue-se pontuação igual à de coautores e sempre a 'regra dos três'. Caso o tradutor não apareça na fonte principal de informação, deve-se retirar a informação de outra fonte e registrá-la entre colchetes. Por exemplo:

Cozinheiros demais / Rex Stout ; tradução: Celso Nogueira
(os dois pontos aparecem na página de rosto)
245 10$aCozinheiros demais / $cRex Stout ; tradução: Celso Nogueira

Informática para bibliotecas / Jennifer Rowley ; tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos
245 10$aInformática para bibliotecas / $cJennifer Rowley ; tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos

Vida nova / Ivan Turgueniev ; [tradução de Ondina Ferreira]
(nome do tradutor no verso da página de rosto)
245 10$aVida nova / $cIvan Turgueniev ; [tradução de Ondina Ferreira]

Outros responsáveis. Frequentemente, outras pessoas ou instituições contribuem para a realização do conteúdo de uma obra. Por exemplo, ilustrador, revisor, prefaciador (no caso de livros); maestro, orquestra, intérprete (no caso de gravações de som); roteirista, compositor de trilha sonora, ator (no caso de filmes e vídeos) e assim por diante. Estas indicações só devem ser registradas na área de título e responsabilidade se aparecerem na fonte principal de informação; caso contrário, podem ser incluídas em notas próprias, ou ignoradas. A forma de transcrição e a pontuação são idênticas às de tradutor. As informações sobre a responsabilidade são registradas na ordem em que aparecem na fonte principal de informação. Por exemplo:

Introdução à biblioteconomia / Edson Nery da Fonseca ; prefácio de Antônio Houaiss
245 10$aIntrodução à biblioteconomia / $cEdson Nery da Fonseca ; prefácio de Antônio Houaiss

Liberdade de expressão / Carlos Heitor Cony, Heródoto Barbeiro, Artur Xexéo ; ilustrações: Eduardo Baptistão
245 10$aLiberdade de expressão / $cCarlos Heitor Cony, Heródoto Barbeiro, Artur Xexéo ; ilustrações: Eduardo Baptistão

Chiquinha com jazz / Antonio Adolfo [piano]
245 10$aChiquinha com jazz $h[gravação de som] / $cAntonio Adolfo [piano]

5.1.2. Área da edição. Os elementos podem ser retirados da fonte principal de informação e de outras fontes prescritas.

Edição. Todas as cópias de um recurso (ou de manifestação) produzidas pela mesma matriz e publicadas pela mesma instituição ou pessoa. A edição, embora importante em qualquer tipo de recurso, é fundamental para música impressa. Faz-se a indicação de edição com um número seguido da palavra edição ou seu correspondente em outras línguas. A área de edição é precedida de ponto, espaço, travessão e espaço [. —]. Para o código brasileiro, substitui-se o número ordinal ou o número por extenso pelo algarismo, seguido de ponto e espaço, abreviando-se a palavra edição [2. ed.]. Por exemplo:

É um campo de batalha / Graham Greene ; tradução de Ruth Leão. – 2. ed.
245 10$aÉ um campo de batalha $h / $cGraham Greene ; tradução de Ruth Leão
250 ##$a2. ed.

Gramática objetiva I / Adriano da Gama Kury, Ubaldo Luiz de Oliveira. – 7. ed., rev.
245 10$aGramática objetiva I / $cAdriano da Gama Kury, Ubaldo Luiz de Oliveira
250 ##$a7. ed., rev.

Maracatus do Recife / Guerra-Peixe. – [2. ed.]
245 10$aMaracatus do Recife / $cGuerra-Peixe
250 ##$a[2. ed.]

Responsabilidade pela edição. O responsável pelas modificações ocorridas na edição específica de uma obra que tem seu próprio autor. A indicação de responsabilidade pela edição é precedida de espaço, barra diagonal e espaço [/]. Por exemplo:

Economic history of England : a study in social development by H.O. Meredith. – 5th ed. / by C. Ellis
245 10$aEconomic history of England : $ba study in social development by H.O. Meredith
250 ##$a5th ed. / $bby C. Ellis

Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete. – 3. ed. brasileira / novamente revista, atualizada e aumentada pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo registro de vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices por Hamílcar de Garcia.
245 10$aDicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete
250 ##$a3. ed. brasileira / $bnovamente revista, atualizada e aumentada pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo registro de vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices por Hamílcar de Garcia

5.1.3 Área dos detalhes específicos do material. A fonte dependerá do tipo de recurso ou de conteúdo. Incluem-se os elementos apenas quando se tratar de materiais cartográficos (escala), música impressa (tipos de partitura e parte) e periódicos (designação numérica e cronológica), segundo a ISBD consolidada; aos quais se acrescem os recursos eletrônicos (tipo de recurso e tamanho do arquivo), segundo as AACR2. (No código RDA, as informações permanecem, mas não desta forma). Por exemplo:

Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação / Sistema de Bibliotecas da Unicamp – Vol. 1, n. 1 (2003)- . – Campinas, SP : Unicamp, Sistema de Bibliotecas, 2003- . – Semestral. – ISSN 1678-765X
022 0#$a1678-765X
245 10$aRevista digital de biblioteconomia e ciência da informação / $cSistema de Bibliotecas da Unicamp
260 ##$aCampinas, SP : $bUnicamp, Sistema de Bibliotecas, $c2003-
310 ##$aSemestral
362 0#$aVol. 1, n. 1 (2003)-

5.1.4 Área de publicação. Os elementos podem ser retirados da fonte principal de informação e de outras fontes prescritas.

Local de publicação. Nome da cidade onde se localiza o editor, ou seja, o responsável pela publicação ou produção do recurso (ou da manifestação). Registra-se, sempre, o primeiro local, embora haja exceções. No caso de inexistência de cidade, pode-se registrar o nome do estado ou do país do recurso. O local de publicação é precedido de ponto, espaço, travessão e espaço [. —].

Editor. Nome do editor ou produtor responsável pela publicação ou produção do recurso. Registra-se, sempre, o primeiro, embora haja exceções. O nome do editor ou produtor deve ser transcrito na forma mais breve pela qual possa ser reconhecido. Como ajuda aos catalogadores, a BN publicou a obra *Catálogo dos editores brasileiros*, onde indica a forma de transcrição adotada; atualmente, encontra-se em linha seu catálogo de editores, mais completo do que a obra anterior, disponível na seção de depósito legal, acessível no sítio da biblioteca, clicando em 'Por dentro da BN / Depósito Legal / Catálogo de editores on line' [http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=editores_pr:editores]. O nome do editor é precedido de espaço, dois pontos e espaço [:].

ATENÇÃO! teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso são materiais não publicados, isto é, SÃO MANUSCRITOS, no sentido de originais inéditos, pois não passaram por uma editora, com elaboração de matriz e inúmeras cópias impressas a partir desta matriz, Portanto, não possuem local de publicação, nem editor.

Cabe aqui uma observação. A universidade ou curso, a que foi apresentada a tese, dissertação etc., é apenas uma entidade responsável por emissão de certificado (cuja obtenção não compreende apenas este trabalho final), avaliadora do trabalho final e sua guardiã; em momento algum edita este trabalho. No entanto, há controvérsias sobre a abrangência do conceito de manuscrito. A regra 4.0A1 das AACR2 afirma que teses e dissertações são manuscritos; enquanto a regra 9.4B2 determina que todos os recursos eletrônicos de acesso remoto devam ser considerados materiais publicados. Então como faremos com uma dissertação ou tese disponível em rede: ela deverá ser considerada um manuscrito (o texto) ou um material publicado (o recurso eletrônico)? Ao mesmo tempo, levanta outras dúvidas: qual seria o local de 'publicação' e quem seria o 'publicador' responsável? Tais dúvidas não se esclarecem na versão preliminar do código RDA e permanecem ignoradas na ISBD consolidada de 2007.

Data de produção, publicação, distribuição ou manufatura. Data em que o recurso foi produzido, publicado, distribuído ou manufaturado. A data sempre é a data da edição do recurso. Quando não há data de publicação, registra-se a data de *copyright*, precedida da letra c (minúscula). A data de gravações de som é sempre a data de *copyright* indicada no recurso pelo símbolo ℗ (*phonorecording copyright*) e registrada precedida da letra p (minúscula). Precede-se a data por vírgula e espaço [,]. A data é absolutamente indispensável, em quaisquer tipos de recursos, editados ou manuscritos, originais de arte, entre outros, seja ela comprovável, provável ou presumida. Exemplos:

Cozinheiros demais / Rex Sout ; tradução: Celso Nogueira. – São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
245 10$aCozinheiros demais / $cRex Stout ; tradução: Celso Nogueira
260 ##$aSão Paulo : $bCompanhia das Letras, $c1991

Filosofia da matemática / Stephen F. Barker ; tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 1976.
245 10$aFilosofia da matemática / $cStephen F. Barker ; tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota
250 ##$a2. ed.
260 ##$aRio de Janeiro : $bZahar, $c1976

O espião que saiu do frio / John Le Carré ; tradução de Adelino dos Santos Rodrigues. – Rio de Janeiro : Record, c1963.
245 12$aO espião que saiu do frio / $cJohn Le Carré ; tradução de Adelino dos Santos Rodrigues
260 ##$aRio de Janeiro : $bRecord, $cc1963

Italian castle : puzzle 1500 pieces. – Springfield, Mass. : Milton Bradley, c1978.
245 00$altalian castle : $bpuzzle 1500 pieces
260 ##$aSpringfield, Mass. : $bMilton Bradley, $cc1978

Jazz à la française / Claude Bolling. – New York, NY : CBS Records, p1984.
245 10$aJazz à la française / $cClaude Bolling
260 ##$aNew York, NY : $bCBS Records, $cp1984

5.1.5 Área de descrição física. A fonte de informação é todo o item.

Extensão do recurso. O número de unidades físicas e a designação específica do material, como páginas, volumes, peças componentes, partes, entre outras. Registra-se a extensão do recurso precedida de ponto, espaço, travessão e espaço [. —] ou inicia-se um novo parágrafo. Para monografias publicadas, registra-se o número de unidades físicas seguido de espaço, a abreviatura p e ponto [*n* p.]; no caso de livro em mais de um volume, o número de volumes, seguido de espaço, a abreviatura v e ponto [*n* v.]. Por exemplo:

Cozinheiros demais / Rex Stout ; tradução: Celso Nogueira. – São Paulo : Companhia das Letras, 1991. – 223 p.
245 10$aCozinheiros demais /$cRex Stout ; tradução: Celso Nogueira
260 ##$aSão Paulo : $bCompanhia das Letras, $c1991
300 ##$a223 p.

Italian castle : puzzle 1500 pieces. – Springfield, Mass. : Milton Bradley, c1978. – 1 quebra-cabeça (1500 peças)
245 00$altalian castle : $bpuzzle 1500 pieces
260 ##$aSpringfield, Mass. : $bMilton Bradley, $cc1978
300 ##$a1 quebra-cabeça (1500 peças)

Jazz à la française / Claude Bolling. – New York, NY : CBS Records, p1984. – 1 disco sonoro (40 min, 49 s)
245 10$aJazz à la française / $cClaude Bolling
260 ##$aNew York, NY : $bCBS Records, $cp1984
300 ##$a1 disco sonoro (40 min, 49 s)

> ATENÇÃO! As AACR2 usam os minutos e segundos em sequência, sem pontuação, com espaços entre o dígito e a abreviatura. A ISBD consolidada e o código RDA separam os minutos e segundos por vírgula, com espaços entre o dígito e a abreviatura, como no exemplo acima. Em língua portuguesa, as abreviaturas não têm ponto.

Outros detalhes físicos. Os detalhes físicos variam de acordo com o suporte e a necessidade de indicá-los no registro. Esta subárea abarca detalhes físicos como material ilustrativo, tipo de material, cor, tipo de gravação, velocidade da projeção, entre outros complementares. Para monografias publicadas ou manuscritas a indicação mais comum nesta subárea é a de ilustração, se as ilustrações presentes não se configuram como o foco principal do recurso. Não são consideradas ilustrações da página de rosto, vinhetas ou decorações. A indicação de outros detalhes físicos é precedida de espaço, dois pontos e espaço [:]. Para ilustrações, usa-se a abreviatura il. [: il.]. Caso necessário, acrescentam-se outros detalhes físicos, como: colorido [color.], preto e branco, entre outros.

Aldo Manuzio : editor, tipógrafo, livreiro : o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro / Enric Satué ; prólogo de Oriol Bohigas ; tradução de Cláudio Giordano. – Cotia, SP : Ateliê, 2004. – 253 p. : il.
245 10$aAldo Manuzio : $beditor, tipógrafo, livreiro : o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro / $cEnric Satué ; prólogo de Oriol Bohigas ; tradução de Cláudio Giordano
260 ##$aCotia, SP : $bAteliê, $c2004
300 ##$a253 p. : $bil.

Italian castle : puzzle 1500 pieces. – Springfield, Mass. : Milton Bradley, c1978. – 1 quebra-cabeça (1500 peças) : papelão, color.
245 00$aItalian castle : $bpuzzle 1500 pieces
260 ##$aSpringfield, Mass. : $bMilton Bradley, $cc1978
300 ##$a1 quebra-cabeça (1500 peças) : $bpapelão, color.

Jazz à la française / Claude Bolling. – New York, NY : CBS Records, p1984. – 1 disco sonoro (40 min, 49 s) : digital
245 10$aJazz à la française / $cClaude Bolling
260 ##$aNew York, NY : $bCBS Records, $cp1984
300 ##$a1 disco sonoro (40 min, 49 s) : $bdigital

Dimensões. As dimensões variam de acordo com o suporte físico. Podem ser a altura do livro, medida pela página de rosto nas brochuras e pela capa em obras encadernadas; o diâmetro de um disco

ou de um globo terrestre; a altura, a largura e a profundidade de um contêiner; as dimensões de um quebra-cabeça montado, ou em sua caixa, entre outras. A altura é expressa em centímetros; quando há decimais, arredonda-se para o número inteiro imediatamente superior: 21,1 cm = 22 cm. O registro das dimensões dependerá da utilidade desta informação. Inúmeras bibliotecas não mais registram a dimensão do livro, por ser de nenhuma utilidade prática, exceto para acervos organizados por tamanho. A dimensão é precedida de espaço, ponto e vírgula e espaço [;]. Por exemplo:

Cozinheiros demais / Rex Stout ; tradução: Celso Nogueira. – São Paulo : Companhia das Letras, 1991. – 223 p. ; 18 cm
245 10$aCozinheiros demais /$cRex Stout ; tradução: Celso Nogueira
260 ##$aSão Paulo : $bCompanhia das Letras, $c1991
300 ##$a223 p. ; $c18 cm

Italian castle : puzzle 1500 pieces. – Springfield, Mass. : Milton Bradley, c1978. – 1 quebra-cabeça (1500 peças) : papelão, color. ; 79 x 60 cm em caixa de 6 x 30 x 23 cm
245 00$aItalian castle : $bpuzzle 1500 pieces
260 ##$aSpringfield, Mass. : $bMilton Bradley, $cc1978
300 ##$a1 quebra-cabeça (1500 peças) : $bpapelão, color. ; $c79 x 60 cm em caixa de 6 x 30 x 23 cm

Jazz à la française / Claude Bolling. – New York, NY : CBS Records, p1984. – 1 disco sonoro (40 min, 49 s) : digital ; 12 cm
245 10$aJazz à la française / $cClaude Bolling
260 ##$aNew York, NY : $bCBS Records, $cp1984
300 ##$a1 disco sonoro (40 min, 49 s) : $bdigital ; $c12 cm

> ATENÇÃO! As AACR2 determinam o uso de polegadas para discos sonoros e eletrônicos. A ISBD consolidada e o código RDA indicam sempre o uso de centímetros, para todos os tipos de recursos.

5.1.6 Área da série. A fonte de informação é todo o item.

Título da série. A série é, na verdade, um título comum a muitos recursos. Por exemplo, um editor pode reunir seus títulos de romances policiais sob o título genérico 'Horas em suspense', como fez a editora Francisco Alves. Assim, trata-se o título da série do mesmo modo como se tratam os títulos principais de um recurso, utilizando-se a mesma pontuação. A série não tem previsão de término, nem de periodicidade. É registrada entre parênteses, precedida de ponto, espaço, travessão e espaço, após a descrição física [. – (Título)].

Número na série. Com frequência, o recurso recebe um número dentro da série. Quando este número vem precedido da palavra 'número' ou 'volume', o termo permanece, mas de forma abreviada (n. ou v.). Quando não há palavra, registra-se apenas o número, sempre em algarismos arábicos. O número vem precedido de espaço, ponto e vírgula e espaço [;]. Por exemplo:

Aldo Manuzio : editor, tipógrafo, livreiro : o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro / Enric Satué ; prólogo de Oriol Bohigas ; tradução de Cláudio Giordano. – Cotia, SP : Ateliê, 2004. – 253 p. : il. ; 22 cm. – (Artes do livro ; 4)
245 10$aAldo Manuzio : $beditor, tipógrafo, livreiro : o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro / $cEnric Satué ; prólogo de Oriol Bohigas ; tradução de Cláudio Giordano
260 ##$aCotia, SP : $bAteliê, $c2004
300 ##$a253 p. : $bil. ; $c22 cm
440 #0$aArtes do livro ; $v4

Italian castle : puzzle 1500 pieces. – Springfield, Mass. : Milton Bradley, c1978. – 1 quebra-cabeça (1500 peças) : papelão, color. ; 79 x 60 cm em caixa de 6 x 30 x 23 cm. – (York series ; 2)
245 00$aItalian castle : $bpuzzle 1500 pieces
260 ##$aSpringfield, Mass. : $bMilton Bradley, $cc1978
300 ##$a1 quebra-cabeça (1500 peças) : $bpapelão, color. ; $c79 x 60 cm em caixa de 6 x 30 x 23 cm
440 #0$aYork series ; $v2

Subsérie. Título relativo à parte, ou seção, de uma série e que aparece sempre junto a uma série. O número do recurso pode ser relativo a uma série ou a uma subsérie, ou pode haver um número referente à série e outro à subsérie. A subsérie é relativamente frequente. A subsérie vem precedida de ponto e espaço, após a série [. – (Série. Subsérie ; n.)]. Por exemplo:

Planejamento de ensino e avaliação / Clódia Maria Godoy Turra ... [et al.] ; Niamara Pessoa Ribeiro, revisora. – 9. ed. – Porto Alegre : PUC/RS, 1975. – 307 p. : il. ; 23 cm. – (Coleção livro-texto. Série universitária)
245 10$aPlanejamento de ensino e avaliação / $cClódia Maria Godoy Turra ... [et al.]; Niamara Pessoa Ribeiro, revisora
250 ##$a9. ed.
260 ##$aPorto Alegre : $bPUC/RS, $c1975
300 ##$a307 p. : $bil. ; $c23 cm
440 #0$aColeção livro-texto. $pSérie universitária

Responsabilidade pela série. Nome de pessoa ou entidade responsável pela série. A responsabilidade pela série deve ser transcrita *apenas* quando indispensável à identificação da série. A responsabilidade pela série segue a mesma pontuação da responsabilidade intelectual pela obra ou expressão, ou seja, é precedida de espaço, barra diagonal e espaço [/]. Por exemplo:

Opúsculos (2) / Fernando Lopes-Graça. – Lisboa [Portugal] : Caminho, c1984. – 289 p. ; 20 cm. – (Obras literárias / Fernando Lopes-Graça ; 3)
245 10$aOpúsculos (2) / $cFernando Lopes-Graça
260 ##$aLisboa [Portugal] : $bCaminho, $cc1984
300 ##$a289 p. ; $c20 cm
440 #1$aObras literárias / Fernando Lopes-Graça ; $v 3

ISSN da série. Número internacional normalizado das publicações seriadas (séries e periódicos), atribuído, no Brasil, pelo IBICT e validado internacionalmente. O registro do ISSN é feito após o título da série, precedido de vírgula e espaço. Por exemplo:

Estudos preliminares sobre pragas da erva-mate / Nilza Fischer Mattos. – Porto Alegre : Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis Ataliba Paz, 1982. – 18 p. : il. ; 22 cm. – (Publicações IPRNR, ISSN 0101-7667 ; n. 9)
245 10 $aEstudos preliminares sobre pragas da erva-mate / $cNilza Fischer Mattos
260 ##$aPorto Alegre : $bInstituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis Ataliba Paz, $c1982
300 ##$a18 p. : $bil. ; $c22 cm
440 #1$aPublicações IPRNR, $x0101-7667 ; $vn. 9

5.1.7 Área das notas. As notas podem ser retiradas de toda e qualquer fonte de informação, inclusive externa.

As notas são informações adicionadas pelo catalogador, que interessem ao usuário e não tenham lugar no corpo da descrição. O catalogador deve ter sempre o cuidado de redigir notas concisas e de importância, não sobrecarregando o usuário com excesso de informações. As AACR2 prevêem um grande número de notas, algumas indispensáveis ou mesmo obrigatórias e com forma de apresentação consagrada; outras, menos importantes; outras, ainda, importantes, porém não utilizadas. As notas seguem a mesma ordem dos elementos na descrição. De acordo com a ISBD consolidada, há duas formas de transcrição de notas: 1) em sequência à área de série, estando cada nota precedida de ponto, espaço, travessão e

espaço [. —]; 2) transcrição de cada uma das notas em parágrafo independente, finalizada com ponto.

Aqui, colocamos as notas na ordem em que aparecem na ISBD consolidada, sem garantia de que esta será a ordem definitiva para os catálogos manuais. O RDA não provê ordem para as notas, uma vez que se volta ao formato MARC 21, onde as notas têm campos específicos, e não uma ordem predeterminada.

> ATENÇÃO! A ISBD consolidada utiliza o termo *mandatory* para algumas notas, indicando sua obrigatoriedade; ou seja, 'manda quem pode e obedece quem tem juízo'. Portanto, não se discute e façam-se as notas, mesmo que não se as considerem muito úteis...

Nota de periodicidade (obrigatória para recursos contínuos). Indica a periodicidade de uma publicação seriada ou a frequência de atualização de um recurso integrado, como mensal, bimestral, semestral, irregular etc. Segue-se apenas um exemplo simples, pois não se analisam periódicos neste texto:

Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação / Sistema de Bibliotecas da Unicamp. — Vol. 1, n. 1 (2003)- . — Campinas, SP : Unicamp, Sistema de Bibliotecas, 2003- . — Semestral
245 10$aRevista digital de biblioteconomia e ciência da informação / $cSistema de Bibliotecas da Unicamp
260 ##$aCampinas, SP : $bUnicamp, Sistema de Bibliotecas, $c2003-
310 ##$aSemestral
362 0#$aVol. 1, n. 1 (2003)-

Nota de requisitos do sistema (obrigatória para recursos eletrônicos). Indica os requisitos do sistema que condicionam o uso do recurso. Esta nota é precedida por 'Requisitos do sistema:' e inclui uma ou mais especificações técnicas, separadas entre si por ponto e vírgula e espaço [;], na seguinte ordem: marca, modelo ou número da máquina; capacidade de memória; nome do sistema operacional; requisitos do programa (incluindo a linguagem de programação); periféricos; modificações do *hardware*; e código de caractere.

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa / Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar, Francisco Manoel de Mello Franco. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Objetiva, 2007. — 1 CD-ROM ; 12 cm. — Requisitos do sistema: processador Pentium 166 Mhz; 32 MB RAM; Windows 95, 98, ME, 2000, NT e XP
245 10$aDicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa / $cAntônio Houaiss, Mauro de Salles Villar, Francisco Manoel de Mello Franco
250 ##$a2. ed.
260 ##$aRio de Janeiro : $bObjetiva, $c2007
300 ##$a1 CD-ROM ; $c12 cm
538 ##$aRequisitos do sistema: processador Pentium 166 Mhz; 32 MB RAM; Windows 95, 98, ME, 2000, NT e XP

Nota de modo de acesso (obrigatória para recursos de acesso remoto). Indica o modo e endereço para um recurso eletrônico de acesso remoto. Esta nota é precedida pela expressão 'Modo de acesso:'.

O bibliófilo eletrônico / Briquet de Lemos. — Brasília : Briquet de Lemos/ Livros, c2005. — Modo de acesso: World Wide Web. URL: http:// www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos5.htm
245 12$aO bibliófilo eletrônico / $cBriquet de Lemos
260 ##$aBrasília : $bBriquet de Lemos/Livros, $cc2005
538 ##$aModo de acesso: World Wide Web. $uhttp:// www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos5.htm

> ATENÇÃO! Tanto as AACR2 como a ISBD consolidada propõem uma nota onde não existe o endereço para acesso ao recurso eletrônico remoto, embora a nota se inicie por 'modo de acesso:'...

Cabe uma observação: a revisão de 1999 da ISBD(ER) exemplificava assim: 'Mode of access: World Wide Web. URL: http://www. un.org'. O código RDA também inclui essa nota como obrigatória e cria uma nova subárea (tópico 4.6, no capítulo 4 do RDA), desvinculada da área de notas, denominada Uniform Resource Locator, ou URL, onde registra o endereço propriamente dito. Tal subárea se apresenta no MARC 21 no campo 856. Entende-se que tanto as AACR2 como a ISBD consolidada receiem transcrever uma informação de caráter volátil (hoje aqui, amanhã ninguém sabe). Mas é um dado importante para os usuários, principalmente de catálogos automatizados. Portanto, a conservamos na mesma nota de modo de acesso, como no exemplo.

Nota de tradução. Indica o título da expressão que serviu de base à tradução, seja o título original propriamente dito ou uma versão em outra língua. Convencionou-se, no Brasil, usar a forma 'Tradução de:', seguida de espaço e o título-base da tradução, transcrito da mesma forma que o título principal. Por exemplo:

Memórias de Adriano / Marguerite Yourcenar ; [tradução: Martha Calderaro]. — Rio de Janeiro : Record, 1995. — 334 p. ; 21 cm. — (Mestres

da literatura contemporânea ; 5). – Tradução de: Mémoires d'Hadrien ; Suivi de carnets de notes de 'Mémoires d'Hadrien'
245 10$aMemórias de Adriano / $cMarguerite Yourcenar ; [tradução: Martha Calderaro]
260 ##$aRio de Janeiro : $bRecord, $c1995
300 ##$a334 p. ; $c21 cm
440 #0Mestres da literatura contemporânea ; $v5
765 0#$tMémoires d'Hadrien ; Suivi de carnets de notes de 'Mémoires d'Hadrien'

Nota de fonte do título principal (obrigatória para recursos eletrônicos). Indica a fonte utilizada para extrair o título; quando o recurso é de acesso remoto, opcionalmente se pode transcrever a data do acesso.

O bibliófilo eletrônico / Briquet de Lemos. – Brasília : Briquet de Lemos/ Livros, c2005. – Modo de acesso: World Wide Web. URL: <http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos5.htm>. – Título extraído da página da Web (acessada em 17 de janeiro de 2009)
245 12$aO bibliófilo eletrônico / $cBriquet de Lemos
260 ##$aBrasília : $bBriquet de Lemos/Livros, $cc2005
500 ##$aTítulo extraído da página da Web (acessada em 17 de janeiro de 2009)
538 ##$aModo de acesso: World Wide Web. $uhttp://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos5.htm

Nota de indicação de responsabilidade. Indica os responsáveis pelo conteúdo do recurso não contemplados na área de responsabilidade. Por exemplo:

Jazz à la française / Claude Bolling. – New York, NY : CBS Records, p1984. – 1 disco sonoro : digital ; 12 cm. – Claude Bolling Trio: Claude Bolling, piano; Steve La Spina, Jean François Rougé, baixo; Jean-Luc Dayan, bateria.
245 10$aJazz à la française / $cClaude Bolling
260 ##$aNew York, NY : $bCBS Records, $cp1984
300 ##$a1 disco sonoro (40 min, 49 s) : $bdigital ; $c12 cm
508 ## $aClaude Bolling Trio: Claude Bolling, piano; Steve La Spina, Jean François Rougé, baixo; Jean-Luc Dayan, bateria

Nota de natureza, abrangência, forma literária ou artística, objetivo ou idioma do recurso. Muito importante, embora pouco valorizada, pode indicar, por exemplo, o tipo de ficção, o detetive protagonista, o número de atos e personagens em peças teatrais, entre outras informações. A ISBD consolidada inclui aqui a indica-

ção de dissertações e teses de forma limitada, à qual acrescentamos os outros dados importantes, uma vez que as notas são de responsabilidade do catalogador. Por exemplo:

Treze à mesa / Agatha Christie ; tradução de Milton Persson. – Rio de Janeiro : Record, 1987. – 223 p. – (Coleção Agatha Christie). – Tradução de: Lord Edgware dies. – Ficção policial com o detetive Hercule Poirot.
245 10$aTreze à mesa / $cAgatha Christie ; tradução de Milton Persson
260 ##$aRio de Janeiro : $bRecord, $c1987
300 ##$a223 p.
440 ##$aColeção Agatha Christie
500 ##$aFicção policial com o detetive Hercule Poirot
765 0#$tLord Edgware dies

Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal / Naira Christofoletti Silveira. – 2007. – 108 f. – Orientadora: Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo. – Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2007.
245 10$aAnálise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal / $cNaira Christofoletti Silveira
260 ##$c2007
300 ##$a108 f.
502 ##$aDissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2007
508 ##$aOrientadora: Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo

Nota de edição e histórico do recurso. Informa sobre outras edições, ou estabelece relações de continuidade entre obras ou expressões. Por exemplo:

Catalogação no plural / Eliane Serrão Alves Mey, Naira Christofoletti Silveira. – Brasília : Briquet de Lemos/Livros, 2009. – *n* p. : il. – Edição revista e ampliada de: Introdução à catalogação, 1995.
245 10$aCatalogação no plural / $cEliane Serrão Alves Mey, Naira Christofoletti Silveira
260 ##$aBrasília : $bBriquet de Lemos/Livros, $c2009
300 ##$a216 p. : $bil.
500 ##$aEdição revista e ampliada de: Introdução à catalogação, 1995

Harry Potter e o enigma do príncipe / J.K. Rowling ; tradução Lia Wyler. – Rio de Janeiro : Rocco, 2005. – 510 p. – Tradução de: Harry Potter and the half-blood prince. – Continuação de: Harry Potter e a ordem da fênix. – Continuado por: Harry Potter e as relíquias da morte.

245 10$a Harry Potter e o enigma do príncipe / $cJ. K. Rowling ; tradução Lia Wyler
260 ##$aRio de Janeiro : $bRocco, $c2005
300 ##$a510 p.
500 ##$aContinuação de: Harry Potter e a ordem da fênix
500 ##$aContinuado por: Harry Potter e as relíquias da morte
765 0#$tHarry Potter and the half-blood prince

Nota de conteúdo. Utilizada para indicar os títulos de obras individuais ou partes que compõem um recurso, incluindo as notas de bibliografia, índice, entre outras. Notas importantes:

a) nota de conteúdo propriamente dito. Inicia-se a nota com o termo 'Conteúdo:', quando se indica o conteúdo completo do recurso, e 'Conteúdo parcial:' quando se indica parcialmente o conteúdo do recurso, ou seja, a indicação é seletiva.

Jazz à la française / Claude Bolling. – New York, NY : CBS Records, p1984. – 1 disco sonoro : digital ; 12 cm – Claude Bolling Trio: Claude Bolling, piano; Steve La Spina, Jean François Rougé, baixo; Jean-Luc Dayan, bateria. – Conteúdo: À la française – Garnerama – Bach to swing – Etude in blue – Not this time – Blue kiss from Brazil – Fiancées en folie
245 10$aJazz à la française / $cClaude Bolling
260 ##$aNew York, NY : $bCBS Records, $cp1984
300 ##$a1 disco sonoro (40 min, 49 s) : $bdigital ; $c12 cm
505 00$aA la française – Garnerama – Bach to swing – Etude in blue – Not this time – Blue kiss from Brazil – Fiancées en folie
508 ## $aClaude Bolling Trio: Claude Bolling, piano; Steve La Spina, Jean François Rougé, baixo; Jean-Luc Dayan, bateria

Memórias de Adriano / Marguerite Yourcenar ; [tradução: Martha Calderaro]. – Rio de Janeiro : Record, 1995. – 334 p. ; 21 cm. – (Mestres da literatura contemporânea). – Tradução de: Mémoires d'Hadrien ; Suivi de carnets de notes de 'Mémoires d'Hadrien'. – Inclui: Caderno de notas das 'Memórias de Adriano'.
245 10$aMemórias de Adriano / $cMarguerite Yourcenar ; [tradução: Martha Calderaro]
260 ##$aRio de Janeiro : $bRecord, $c1995
300 ##$a334 p.
440 #0$aMestres da literatura contemporânea ; $v5
500 ##$aInclui: Caderno de notas das 'Memórias de Adriano'
765 0#$tMémoires d'Hadrien ; Suivi de carnets de notes de 'Mémoires d'Hadrien'

Opúsculos, 2 / Fernando Lopes-Graça. – Lisboa [Portugal] : Caminho, c1984. – 289 p. ; 20 cm. – (Obras literárias / Fernando Lopes-Graça ; 3). – Inclui bibliografia. – Conteúdo: Introdução à música moderna. 3. ed. – Visita aos músicos franceses. 2. ed. – Inquérito aos compositores brasileiros – Bela Bartók : quatro apontamentos sobre a sua personalidade e sua obra. 2. ed. – Duas grandes figuras da música contemporânea : Igor Stravinsky e Bela Bartók. 2. ed.
245 10$aOpúsculos, 2 / $cFernando Lopes-Graça
260 ##$aLisboa [Portugal] : $bCaminho, $cc1984
300 ##$a289 p.
440 #1$aObras literárias / Fernando Lopes-Graça ; $v3
505 00$aIntrodução à música moderna. 3. ed. – Visita aos músicos franceses. 2. ed. – Inquérito aos compositores brasileiros – Bela Bartók : quatro apontamentos sobre a sua personalidade e sua obra. 2. ed. – Duas grandes figuras da música contemporânea : Igor Stravinsky e Bela Bartók. 2. ed.

b) Nota de bibliografia. Utilizada para indicar que o recurso possui bibliografia. A BN convencionou as seguintes formas:

para bibliografia completa localizada em páginas específicas e sequenciais:

Bibliografia: p. *x-y*.
504 ##$aBibliografia: p. *x-y*

para bibliografia encontrada ao final de cada capítulo, isto é, dispersa na obra:

Inclui bibliografias.
504 ##$aInclui bibliografias

para referências bibliográficas encontradas em notas de rodapé:

Inclui referências bibliográficas.
504 ##$aInclui referências bibliográficas

Cabe uma observação: nota obrigatória, embora inútil. Mais adequado seria colocar, em qualquer texto técnico ou científico: 'Não inclui bibliografia', quando for o caso, evidentemente, de tão pasmoso!

c) Nota de índice, glossário e dados biográficos. Caso o recurso possua um ou todos estes tipos de informação, faz-se uma nota informal, iniciada pela palavra 'Inclui':

Inclui índice e glossário.
500 ##$aInclui índice e glossário

Inclui referências bibliográficas e índice.
504 ##$aInclui referências bibliográficas e índice

Nota de público a que se destina. Utilizada para indicar o tipo de público ou o nível intelectual a que se destina o recurso. Por exemplo:

Italian castle : puzzle 1500 pieces. – Springfield, Mass. : Milton Bradley, c1978. – 1 quebra-cabeça (1500 peças) : papelão color. ; 79 x 60 cm em caixa de 6 x 30 x 23 cm. – (York series ; 2). – Público a que se destina: a partir de 12 anos de idade e adultos.
245 00$aItalian castle : $bpuzzle 1500 pieces
260 ##$aSpringfield, Mass. : $bMilton Bradley, $cc1978
300 ##$a1 quebra-cabeça (1500 peças) : $bpapelão, color. ; $c79 x 60 cm em caixa de 6 x 30 x 23 cm
440 $aYork series ; $v2
521 1#$aA partir de 12 anos de idade e adultos

Nota de resumo. Indispensável para artigos de periódicos e filmes, entre outros recursos. Exemplo:

Ladies in lavender = O violinista que veio do mar / written and directed by Charles Dance ; produced by Nicolas Brown, Elizabeth Karlsen, Nik Powell. – England : UK Film Council : Take Partnerships : Lakeshore International [distribuidor], c2004. – 1 DVD (104 min) : son., color. – Original em inglês, dublagem ou legenda em português. – Baseado no conto de William J. Locke. – Elenco: Judi Dench, Maggie Smith, Natascha McElhone, Daniel Brühl, Miriam Margolyes, Freddie Jones, David Warner. – Créditos: música, Nigel Hess. – Resumo: Em 1936 as já idosas irmãs Janet e Ursula vivem em uma velha casa em pequena vila da Cornualha (Inglaterra). Após uma tempestade, encontram um jovem ferido chamado Andrea - provavelmente sobrevivente de um naufrágio - levam-no para sua casa e cuidam para que se recupere. As duas irmãs se enamoram dele. Uma artista russa Olga Daniloff ouve Andrea ao violino e escreve a seu irmão, famoso violinista e maestro. A amizade entre Olga e Andrea se estreita.
245 10$aLadies in lavender = $bO violinista que veio do mar / $cwritten and directed by Charles Dance ; produced by Nicolas Brown, Elizabeth Karlsen, Nik Powell
260 ##$aEngland : $bUK Film Council : Take Partnerships : Lakeshore International [distribuidor], $cc2004
300 ##$a1 DVD (104 min) : $bson., color.
546 ##$aOriginal em inglês, dublagem ou legenda em português
500 ##$aBaseado no conto de William J. Locke
508 ##$aCréditos: música, Nigel Hess
511 1#Judi Dench, Maggie Smith, Natascha McElhone, Daniel Brühl, Miriam Margolyes, Freddie Jones, David Warner
520 3#$aEm 1936 as já idosas irmãs Janet e Ursula vivem em uma velha casa em pequena vila da Cornualha (Inglaterra). Após uma tempestade, encontram um jovem ferido chamado Andrea - provavelmente sobrevivente de um naufrágio – levam-no para sua casa e cuidam para que se recupere. As duas irmãs se enamoram dele. Uma artista russa Olga Daniloff ouve Andrea ao violino e escreve a seu irmão, famoso violinista e maestro. A amizade entre Olga e Andrea se estreita

Nota sobre o exemplar. Informações específicas relativas ao exemplar que está em processo de descrição. Por exemplo:

As memórias do livro : romance sobre o manuscrito de Sarajevo / Geraldine Brooks ; tradução: Marcos Malvezzi Leal. – Rio de Janeiro : Ediouro, 2008. – 384 p. – Tradução de: People of the book. – "Vencedora do Pulitzer de ficção". – Exemplar autografado pela autora.
245 13$aAs memórias do livro : $bromance sobre o manuscrito de Sarajevo / $cGeraldine Brooks ; tradução: Marcos Malvezzi Leal
260 ##$aRio de Janeiro : $bEdiouro, $c2008
300 ##$a384 p.
500 ##$a"Vencedora do Pulitzer de ficção"
500 ##$aExemplar autografado pela autora
765 0#$tPeople of the book

5.1.8 Área do número internacional normalizado. Pode utilizar toda e qualquer fonte de informação, inclusive externa.

ISBN. International Standard Book Number é o número internacional normalizado do livro, criado pelos ingleses em 1969, ratificado pela ISO e transformado em norma internacional em 1972. No Brasil, é atribuído pela BN. Compõe-se, desde 1/12/2007, de um grupo de 13 dígitos (até então eram 10 dígitos), que correspondem ao idioma ou país de publicação, ao editor no idioma ou país, ao título em determinada edição e a um dígito verificador. O ISBN se tornou um elemento muito importante na identificação dos livros. Por exemplo:

As memórias do livro : romance sobre o manuscrito de Sarajevo / Geraldine Brooks ; tradução: Marcos Malvezzi Leal. – Rio de Janeiro : Ediouro, 2008. – 384 p. – Tradução de: People of the book. – "Vencedora do Pulitzer de ficção". – Exemplar autografado pela autora. – ISBN 978-85-0002-332-3
020 ##$a9788500023323
245 13$a As memórias do livro : $b: romance sobre o manuscrito de Sarajevo / $cGeraldine Brooks ; tradução: Marcos Malvezzi Leal
260 ##$aRio de Janeiro : $bEdiouro, $c2008
300 ##$a384 p.
500 ##$a"Vencedora do Pulitzer de ficção"

500 ##$aExemplar autografado pela autora
765 0#$tPeople of the book

Qualificação. Quando um livro tem dois ISBNs, correspondendo a uma edição encadernada e a uma edição em brochura, ou à edição para um país e edição para outro, no mesmo idioma, colocam-se os dois números, indicando a qualificação correspondente a cada um deles, entre parênteses. Os dois números são separados entre si por espaço, travessão e espaço. Por exemplo:

ISBN 0-684-14258-9 (enc.). — ISBN 0-684-14257-0 (broch.)
020 ##$a0684142589 (enc.)
020 ##$a0684142570 (broch.)

ISSN. International Standard Serial Number, número internacional normalizado da publicação seriada. No caso de periódicos transcreve-se o ISSN nesta área 8; no caso de monografia seriada, transcreve-se o ISSN junto ao título da série, na área 6, dentro dos parênteses. Compõe-se de dois grupos de quatro dígitos separados por hífen; o último dígito é de controle. No Brasil, é atribuído pelo IBICT e validado internacionalmente. Por exemplo:

Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação / Sistema de Bibliotecas da Unicamp — Vol. 1, n. 1 (2003)- . — Campinas, SP : Unicamp, Sistema de Bibliotecas, 2003- . — Semestral. — ISSN 1678-765X
022 0#$a1678-765X
245 10$aRevista digital de biblioteconomia e ciência da informação / $cSistema de Bibliotecas da Unicamp
260 ##$aCampinas, SP : $bUnicamp, Sistema de Bibliotecas, $c2003-
310 ##$aSemestral
362 0#$aVol. 1, n. 1 (2003)-

ISMN. International Standard Music Number, número internacional normalizado para música impressa. Representado no Brasil pela BN. À semelhança do ISBN, constitui-se de grupos de dígitos, que indicam um prefixo de editor, um número de título e um dígito de controle. Por exemplo:

ISMN 979-0-3217-6548-1 (set)
024 2#9790321765481 (set)

A ISBD consolidada cita e exemplifica outros números padronizados, dentre os quais destacamos os abaixo indicados.

ISRC. International Standard Recording Code, código internacional normalizado de gravação, independentemente do tipo de suporte. Trata-se de uma espécie de impressão digital inscrita no produto. O sistema ISRC é administrado pela Federação Internacional de Produtores de Gravações de Som e Vídeo (International Federation of Phonogram and Videogram Producers).

ISWC. International Standard Musical Work Code, código internacional normalizado para obra musical, de acordo com a norma ISO 15707. Identifica a criação, ou obra musical em si, indispensável à atribuição de direitos autorais. A Confédération Internationale des Sociétés d'Auteurs et Compositeurs ou Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (CISAC) administra o ISWC e é representada no Brasil pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), relativo a direitos autorais de execução pública de música.

ISAN. International Standard Audiovisual Number, número internacional normalizado do audiovisual, de acordo com a norma ISO 15706. Aplicado à criação, ou obra audiovisual em si, isto é, a imagens em movimento, sonoras ou não, e indispensável à atribuição de direitos autorais, é administrado pela ISAN International Agency.

DOI. Digital Object Identifier, identificador de objeto digital, criado para identificar publicações eletrônicas, especialmente aquelas disponíveis em linha. Permite o gerenciamento automatizado de direitos autorais para todos os tipos de mídias digitais. O DOI é administrado pela International DOI Foundation.

Vistos os principais elementos utilizados na descrição bibliográfica, daremos abaixo as formas atualizadas de apresentação da catalogação.

5.2 Apresentações do registro bibliográfico

Atualmente, existem algumas possibilidades de apresentação do registro bibliográfico, dentre as quais veremos abaixo: dois formatos oriundos da ISBD, formato OPAC e formato MARC 21.

A forma de apresentação da descrição bibliográfica de acordo com a ISBD é a seguinte:

Título / responsabilidade. — Edição. — Local : Editor, Data. — Extensão. — (Série). — Nota 1. — Nota 2. — Nota *n*. — ISBN

ou

Título / responsabilidade. – Edição. – Local : Editor, Data. – Extensão. – (Série) Nota 1. Nota 2. Nota *n*. ISBN

ATENÇÃO! Não há margem direita em catalogação!

Exemplo de manifestação de *Quincas Borba*, de Machado de Assis (aliás, na forma sugerida e antevista pela Prof. Cordélia R. Cavalcanti em 1980), no catálogo da BN (formato OPAC), como se apresenta aos usuários, após a busca:

Autor:	**Assis, Machado de, 1839-1908.**
Título / Barra de autoria:	**Quincas Borba /** Machado de Assis ; biobibliografia M. Cavalcanti Proença. -
Edição:	[2.] ed. reform. -
Imprenta:	Rio de Janeiro : Ediouro, 2001.
Descrição física:	400p. ; 21cm. -
Série:	(Super prestígio)
ISBN:	850000584X (broch.)
Classificação Dewey:	B869.3
Edição:	21
Indicação do Catálogo:	VI-132,1,35
Registro Patrimonial:	**1.040.690 DL 06/05/2002**
Sigla do Acervo:	DRG

Mesmo registro bibliográfico, em formato MARC, no mesmo catálogo da BN:

LDR 00662cam0022002177 4500
001 20020426111517 32med
003 Br
005 20020426111517.3
008 971118s2001 rjb 000 0 por d
020 __ |a 850000584X (broch.)
040 __ |a Br |b por
082 04 |a B869.3 |2 21
092 __ |a VI-132,1,35
100 1_ |a Assis, Machado de, |d 1839-1908.
245 10 |a Quincas Borba / |c Machado de Assis ; biobibliografia M. Cavalcanti Proença. -
250 __ |a [2.] ed. reform. -
260 __ |a Rio de Janeiro : |b Ediouro, |c 2001.
300 __ |a 400p. ; |c 21cm. -
440 _1 |a (Super prestígio)

852 __ |a DRG
949 __ |a 1.040.690 DL 06/05/2002

5.3 Metadados

Antes de concluirmos este capítulo, consideramos importante acrescentar alguns tópicos sobre os metadados, embora inúmeras outras publicações o façam de modo mais completo e explicativo.[1] Esses foram incluídos apenas para sinalizar que fazem parte da formação do catalogador nos dias atuais. De acordo com o próprio manual do Dublin Core:

> Metadados [...] podem ser considerados como dados sobre outros dados. É o termo da era da internet para a informação que os bibliotecários, tradicionalmente, colocaram em catálogos e que se refere comumente à informação descritiva sobre recursos da Web.
>
> Um registro metadados consiste em um conjunto de atributos, ou elementos, necessários para descrever o recurso em questão.

A diferença fundamental entre a informação registrada em bases de dados ou catálogos e aquela dos registros em metadados consiste no fato de a primeira se colocar externamente ao recurso descrito, enquanto a segunda está contida no próprio recurso de acesso remoto (como a catalogação na publicação para livros impressos). Dentre as vantagens obtidas com os metadados, que resultaram em seu desenvolvimento e aplicação, estão: a) a rapidez do registro bibliográfico, concomitante à rapidez da própria mídia do conhecimento; b) a normalização requerida a um registro bibliográfico — não encontrada nos grandes e populares serviços de busca, que demonstram excessiva revocação e baixíssima relevância — e esta normalização possibilita um alto índice de relevância; c) a possibilidade de busca por campo, como nos catálogos, o que também influi na relevância dos recursos de acesso remoto recuperados.

Em relação ao que se poderia considerar como desvantagem dos metadados, ou seja, a descrição limitada, cabe a seguinte observação: os metadados, simples e sintéticos, se destinam a objetos digitais de acesso remoto. Um número significativo de tais objetos, para não dizer a grande maioria, tem prazo de validade, torna-se obsoleto, ultrapassado por versões mais atualizadas. Quando representamos bibliograficamente recursos de conteúdo durável,

quase permanente ou imortal, convém um registro mais apurado, até mesmo analítico (como em certas bibliografias). Contudo, empregam-se os metadados de forma simples, mesmo nas obras raras digitalizadas (ver exemplo), ou de forma bastante complexa para outros tipos de texto, como no banco de teses e dissertações brasileiras (ver exemplos). Cada padrão tem seus objetivos e sua utilidade, podendo inclusive coexistir pacificamente.

Existem diferentes normas para metadados, inclusive a norma ISO/IEC 11.179, de 2004. Esta norma não se destina a acervos bibliográficos ou especificamente a bibliotecas digitais, mas provê diretrizes. A norma ISO 15.836 (2003) se refere ao conjunto de elementos de metadados do Dublin Core (DCMES).

Dentre as normas que nos interessam diretamente, ressaltamos o Dublin Core e o Padrão Brasileiro de Metadados.

5.3.1 Dublin Core

Como narrado no capítulo 3, o OCLC e o NCSA desenvolveram uma ferramenta de descrição para registro de objetos eletrônicos em rede: os metadados. O nome deste padrão deve-se ao local do primeiro encontro, a cidade de Dublin, Ohio (EUA); *core* significa básico, isto é, um elenco básico porém extensível de elementos para descrição.

O padrão Dublin Core se constitui de quinze elementos,[2] como visualizados no quadro da página seguinte e exemplificados abaixo, com um texto da Biblioteca Digitale Italiana:

Progetto: http://www.bibliotecaitaliana.it
Ente depositario: Biblioteca Italiana - Dip. di Italianistica. Univ. La Sapienza, Roma

Tipo documento: text
Autore: Alighieri, Dante
Titolo: Commedia
Dati editoriali: Roma : Biblioteca Italiana
Data pubblicazione: 2003
Soggetto: 851.1 - POESIA ITALIANA, PRIMO PERIODO FINO AL 1375
Poesia
300
Formato: electronic - 10979666 byte
Lingua: ita
Identificatori: bibit000019
[SBN] IT\ICCU\RAV\0236189

Versioni digitali disponibili:

Prodotto	N. Oggetti	Formati	Risoluzione	Dim. File	Durata	
Documenti default	1	XML		10722 kb	-	**Gratuito**

Record MAG: XML

Elementos do Dublin Core

ELEMENTO	CARACTERÍSTICA
Contribuidor	Uma entidade responsável por fazer contribuições ao recurso. Exemplos de contribuidor incluem uma pessoa, uma organização ou um serviço. O nome do contribuidor, caracteristicamente, deve ser usado para indicar a entidade.
Cobertura	O tópico espacial ou temporal do recurso, a aplicabilidade espacial do recurso, ou a jurisdição sob a qual o recurso é relevante. O tópico espacial pode ser um lugar ou uma localização especificada em coordenadas geográficas. Um tópico temporal pode ser um citado período, data ou datas-limite. Uma jurisdição pode ser uma entidade administrativa ou um lugar geográfico ao qual o recurso se aplica. Quando apropriado, nomes de lugares ou períodos podem ser usados preferivelmente a identificadores numéricos, como as coordenadas geográficas ou datas-limite.
Criador	Uma entidade primariamente responsável por fazer o recurso. Exemplos de criador incluem uma pessoa, uma organização ou um serviço. O nome do criador, caracteristicamente, deve ser usado para indicar a entidade.
Data	Uma ocasião ou período de tempo associados a um evento no ciclo vital do recurso.
Descrição	Uma exposição sobre o recurso. A descrição pode incluir, embora não limitada a tal, um resumo, um sumário, uma representação gráfica ou um texto livre sobre o recurso.
Formato	O formato do arquivo, o meio físico ou dimensões do recurso. Exemplos de dimensões incluem tamanho e duração. A prática recomendada é usar um vocabulário controlado sobre tipos de mídias.
Identificador	Uma referência inequívoca para o recurso em dado contexto. A prática recomendada é identificar o recurso por meio de uma sequência de caracteres [*string*] de acordo com um sistema formal de identificação.
Idioma	Um idioma do recurso. A prática recomendada é usar um vocabulário controlado para idiomas.
Publicador/ editora	Uma entidade responsável por tornar o recurso disponível. Exemplos de publicador incluem uma pessoa, uma organização ou um serviço. O nome do publicador, caracteristicamente, deve ser usado para indicar uma entidade.
Relação	Um recurso relacionado. A prática recomendada é identificar o recurso relacionado por meio de uma sequência de caracteres [*string*] de acordo com um sistema formal de identificação.
Direitos	Informação sobre os direitos existentes no recurso e sobre o recurso. Informação sobre direitos inclui uma declaração sobre os vários direitos de propriedade associados ao recurso, inclusive direitos de propriedade intelectual.

Fonte	Um recurso relacionado do qual se deriva o recurso descrito. Um recurso descrito se pode derivar, no todo ou em parte, de um recurso relacionado. A prática recomendada é identificar o recurso relacionado por meio de uma sequência de caracteres [*string*] de acordo com um sistema formal de identificação.
Assunto	O tópico de um recurso. O assunto, caracteristicamente, será representado pelo uso de palavras-chave, frases-chave ou códigos de classificação. A prática recomendada é usar um vocabulário controlado. Para descrever tópicos espaciais ou temporais, usa-se o elemento cobertura.
Título	Um nome dado ao recurso. Um título, caracteristicamente, será o nome pelo qual o recurso é formalmente conhecido.
Tipo	A natureza ou gênero do recurso. A prática recomendada é o uso de vocabulário controlado, como o do próprio Dublin Core Metadata Initiative (DCMITYPE)*. Para descrever o formato do arquivo, o meio físico ou dimensões do recurso, usa-se o elemento formato.

*DCMITYPE: http://dublincore.org/documents/dcmi-type-vocabulary/

Desde o início, o Dublin Core não buscava superpor-se a outros padrões de descrição, mas complementá-los, uma vez que os registros gerados automaticamente se mostram restritos e inadequados às buscas, enquanto os registros MARC exigem o trabalho profissional. O Dublin Core se propunha tornar-se um meio-termo entre os dois tipos. Hoje, o desenvolvimento do padrão Dublin Core está a cargo da Dublin Core Metadata Initiative (DCMI), uma instituição criada para este fim, de caráter aberto, sem fins lucrativos, com sede em Singapura e alcance internacional. Estabeleceram-se inúmeras parcerias, tanto governamentais como privadas, e implementou-se o Dublin Core em vários países e instituições, inclusive no Brasil, com aplicações determinadas. Existem, inclusive, estudos e reuniões para a total compatibilização entre o código RDA e o padrão de metadados Dublin Core.[3]

5.3.2 Padrão Brasileiro de Metadados

Segundo informações encontradas no sítio do IBICT,[4] coordenador do Programa Biblioteca Digital Brasileira, o Padrão Brasileiro de Metadados, aprovado pelo comitê consultivo da BDB, se constitui em: "Conjunto de características e atributos que representam ou descrevem um objeto. Os metadados geralmente têm a finalidade de se [*sic*] localizar, avaliar, descobrir, analisar ou citar o objeto a que se referem, não se limitando a essas funções." Derivou-se do citado programa a

> Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. Este projeto — iniciativa inovadora do IBICT, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa — possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional (IBICT, *op. cit.*).

Para normalização das informações, oriundas de diferentes programas e instituições de pós-graduação, criou-se, a partir do Padrão Brasileiro de Metadados, o Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações, ou MTD-BR, "utilizado para descrever eletronicamente os metadados de teses e dissertações para intercâmbio entre o sistema BDTD e outros sistemas" (*ibidem*). O sistema BDTD compatibilizou as normas: MTD-BR, Dublin Core e Electronic Thesis and Dissertation Metadata Standard, ou ETD-MS (norma para metadados de teses e dissertações eletrônicas), utilizado pela Networked Digital Library of Thesis and Dissertation (biblioteca digital em rede de teses e dissertações), rede internacional a que se vincula a rede brasileira.[5]

O padrão ETD-MS, segundo o documento citado, além dos elementos do Dublin Core, inclui aqueles necessários à identificação das teses e dissertações, quais sejam: titulação — nome do grau acadêmico associado à tese ou dissertação, como aparece no documento; por exemplo: mestre em ciência da informação; grau — nível acadêmico associado ao documento; por exemplo: mestre, doutor; disciplina — área de estudo do conteúdo intelectual do documento; usualmente, indica-se o nome do programa de pós-graduação ou departamento; instituição que abriga o programa de pós-graduação.

O MTD-BR possui, além dos elementos do Dublin Core e ETD-MS, metadados que possibilitam a integração dos registros de teses e dissertações com registros de outros repositórios brasileiros, como por exemplo, o banco de currículos da plataforma Lattes. Sílvia Southwick[6] descreve o padrão MTD-BR, que se compõe das "seguintes classes de metadados", resumidamente apresentadas abaixo:

a) metadados de gestão do registro;
b) metadados de descrição da tese ou dissertação;
c) metadados para a identificação de pessoas;
d) metadados para a identificação de instituições; e
e) metadados de ligação.

Os elementos de metadados podem ser complexos ou simples. Os elementos complexos, identificados, no quadro seguinte, pelo sombreado no campo e em negrito, incluem outros elementos (em tipo e alinhamento diferentes) que, por sua vez, podem compreender seus próprios outros elementos (em tipo menor). Segue-se uma lista dos elementos complexos e simples contidos no MTD-BR, na ordem em que se encontram no diagrama mais recente do IBICT, complementados pelo trabalho de Southwick.[7] Os códigos de campos MARC foram conferidos, acrescentados e modificados, quando necessário; portanto, não se encontram idênticos aos do documento do IBICT.

Elementos MTD-BR

Controle	Dados de controle do registro de teses e dissertações
Sigla	Sigla da instituição consorciada ao BDTD MARC 003
Data de atualização	Data em que foi realizada a última atualização do registro MARC 005
Identificação do documento	Código que identifica a tese ou dissertação no acervo da biblioteca digital MARC 001
Tipo	Tipo da fonte de informação MARC 008
Biblioteca digital	Nome da instituição responsável pela publicação digital da tese ou dissertação MARC 850
Nome	Nome da biblioteca digital
Sigla	Sigla da biblioteca digital
URL	Endereço eletrônico da biblioteca digital
Provedor de serviço	Instituição que abriga a biblioteca digital MARC 260$b
	Nome
	Sigla
	País
	UF
	CNPJ
	URL
Biblioteca depositária	Biblioteca onde se arquivará o exemplar físico da tese ou dissertação MARC 852
Nome	Nome da biblioteca depositária
Sigla	Sigla da biblioteca depositária
URL	Endereço eletrônico da biblioteca depositária
Número de chamada	Código identificador da tese ou dissertação no acervo da biblioteca depositária MARC 852$c
Título	Título da tese ou dissertação MARC 245$a MARC 246$a Título traduzido MARC 242$a Título traduzido pela biblioteca MARC 242$y Idioma da tradução (quando realizada pela biblioteca)

Arquivo	Endereço eletrônico da tese ou dissertação e seus respectivos arquivos na biblioteca digital
URL	Endereço eletrônico da tese ou dissertação na biblioteca digital MARC 856$u
Legenda	Legenda do arquivo da tese ou dissertação
Nível de acesso	Nível de acesso ao arquivo: livre ou restrito MARC 506
Idioma	Idioma da tese ou dissertação MARC 041
Grau	Grau acadêmico associado à tese ou dissertação MARC 502$a (*substring* entre parênteses)
Titulação	Nome do grau acadêmico associado à tese ou dissertação MARC 502$b
Resumo	Resumo da tese ou dissertação MARC 520$a
Cobertura	Escopo da tese ou dissertação, por localização geográfica e temporal MARC 648$a, 648$z e 651
Assunto	Tópicos tratados na tese ou dissertação e o vocabulário ou tabela de onde se extraíram os tópicos, quando for o caso MARC 650
Local de defesa	Local de defesa da tese ou dissertação
Cidade	Cidade onde se defendeu a tese ou dissertação
UF	Unidade da Federação onde se defendeu a tese ou dissertação, ou de localização da pessoa jurídica
País	País onde se defendeu a tese ou dissertação
Data de defesa	Data em que se defendeu a tese ou dissertação MARC 502$d
Autor	Autor da tese ou dissertação MARC 245$c Citação do autor (indicação de responsabilidade) MARC 100$a Nome do autor (ponto de acesso)
Nome	Nome da pessoa
Citação	Forma pela qual a pessoa deseja ser citada
Lattes	Endereço eletrônico do currículo da pessoa na plataforma Lattes
CPF	CPF da pessoa
Afiliação	Instituições às quais a pessoa se vincula MARC 100$u Nome da Instituição
	Nome
	Sigla
	País
	UF
	CNPJ
	URL

Contribuidor	Contribuidor da tese ou dissertação e forma de participação (orientação, coorientação, membro da banca) MARC 700$a Nome do contribuidor MARC 700$e Função do contribuidor MARC 700$u Afiliação do contribuidor
Nome	Nome da pessoa física
Citação	Forma pela qual a pessoa deseja ser citada
Lattes	Endereço eletrônico do currículo da pessoa na plataforma Lattes
CPF	CPF da pessoa
Afiliação	Instituições às quais a pessoa se vincula
	Nome
	Sigla
	País
	UF
	CNPJ
	URL
Instituição de Defesa	Instituição que oferece o Curso de pós-graduação MARC 502$c
Nome	Nome da instituição
Sigla	Sigla da instituição
País	País onde se localiza a instituição
UF	Unidade da Federação onde se localiza a instituição
CNPJ	CNPJ da instituição
URL	Endereço eletrônico da instituição
Programa	Programa do curso de pós-graduação
	Nome
	Área
Agência de Fomento	Agência que apoiou financeiramente o autor MARC 710$a Nome da instituição
Nome	Nome da instituição
Sigla	Sigla da instituição
País	País onde se localiza a instituição
UF	Unidade da Federação onde se localiza a instituição
CNPJ	CNPJ da instituição
URL	Endereço eletrônico da instituição
Direitos	Condições de distribuição, reprodução ou utilização da tese ou dissertação MARC 357
Extensão	Extensão da tese ou dissertação. Por exemplo, tamanho do arquivo MARC 300

Seguem-se dois exemplos, de uma tese e de uma dissertação, em diferentes bibliotecas digitais, cooperantes da BDTD:

1. Formato do Banco de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP):

Autor: José Fernando Modesto da Silva
[en] Internet, library and academic community : knowledge, uses and impacts : research in three universities of São Paulo (UNESP, UNICAMP e USP)
[pt] "Internet - Biblioteca - comunidade acadêmica: conhecimentos, usos e impactos; pesquisa com três universidades paulistas (UNESP - UNICAMP - USP)"

Data de Defesa: 2002-02-26

Resumo: [pt] A internet veio para ficar nas universidades e bibliotecas. É objetivo desta tese de doutorado adentrar-se extensivamente nesse aspecto. Em duas vertentes, procura-se perscrutar o ambiente acadêmico paulista (UNESP, UNICAMP e USP) quanto às mudanças geradas pelo uso da internet e, conseqüentemente, influindo em novos comportamentos e desempenhos de bibliotecários e docentes/pesquisadores e, ainda, identificar tipos de recursos utilizados na prática bibliotecária agora com o emprego de tecnologias emergentes. De outro lado, com interesse didático, busca-se reconstruir conhecimentos para cobrir matéria faltante a estudantes e iniciados no assunto, contemplando tópicos como internet, universidade/ serviços e informação, sociedade da informação e impactos. [...]
[en] Internet came to stay at universities and libraries. The major objective of this dissertation elaborated to obtain the PhD degree in communication sciences is to study this subject. The focus of this research is on the analysis of the academic environment to scrutinize the changes caused by the internet use B and its consequences which affected performance and generated new behavior among the faculty, researchers and librarians B and to identify several types of resources used in the library routine, made available through the advent of cutting-edge-technologies. On the other hand, with a didactic interest, the researcher aims at building a knowledge body to cover missing aspects of this subject available to students and beginners of this field , including topics such as internet, university , services and information, the information society and its impacts on the academic environment. [...]

Titulação: Doutor em ciência da informação e documentação

Contribuidor(es): Neusa Dias de Macedo
José Augusto Chaves Guimarães
Waldomiro de Castro Santos Vergueiro
José Manuel Moran Costas
Ezequiel Theodoro da Silva
Neusa Dias de Macedo
[en] Technology impacts
[en] Internet uses
[en] Exploratory research

[en] UNESP
[en] Electronic networking
[en] UNICAMP
[en] Knowledge
[en] Faculty
[pt] Estudo exploratório
[pt] Bibliotecas universitárias
[pt] Comunidade acadêmica
[pt] Universidade paulistas
[pt] Uso da internet
[pt] USP
[pt] UNESP
[pt] Tecnologia da informação e comunicação
[pt] Ambiência digital
[pt] Impactos tecnológicos
[pt] UNICAMP
[pt] Redes eletrônicas

Documentos Digitais: [pt] Texto completo
[pt] Texto completo

2. Formato do Banco de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP):

Autor: Naira Christofoletti Silveira
[pt] Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal

Instituição de Defesa: Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Data de Defesa: 2007-02-10

Resumo: [en] The alterations to the way knowledge is produced and the great amount of documents stimulate and pressurize into changes in cataloguing. In this context, a theoretical model for cataloguing known as Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) was published in 1998. Generally speaking, the cataloguing codes are divided into two parts: one related to description and another to the access points. This work aims to analyse the procedures to choose the access points of personal responsibility of the bibliographic records, in order to relate them to the concepts shown in the FRBR. [...]
[pt] As alterações na forma de produção do conhecimento e o grande volume de documentos pressionaram e estimularam mudanças na catalogação. Nesse contexto, foi publicado em 1998 um modelo teórico para a catalogação conhecido como Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR. Functional Requirements for Bibliographic Records). Em geral, os códigos de catalogação são divididos em duas partes: uma destinada à descrição e outra aos pontos de acesso. Este estudo teve como objetivo analisar

os procedimentos para a escolha dos pontos de acesso de responsabilidade pessoal do registro bibliográfico, relacionando-os com os conceitos apresentados nos FRBR. [...]

Titulação: Mestre em ciência da informação
Contribuidor(es): Johanna Wilhelmina Smit
Mariângela Pisoni Zanaga
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo
Assuntos: [en] Cataloging
[en] FRBR
[en] Access points
[en] Functional Requirements for Bibliographic Records
[en] Bibliographic records
[pt] Registro bibliográfico
[pt] Pontos de acesso
[pt] Ciência da informação
[pt] FRBR
[pt] Catalogação
[pt] Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
Documentos Digitais: [pt] Dissertação

Vistos diferentes padrões de descrição bibliográfica, o capítulo a seguir tratará dos pontos de acesso.

Referências

1 Utilizaram-se várias fontes para apresentação deste tópico, inclusive a Wikipedia (em inglês, mais completa do que em português). Abaixo, indicamos algumas e alguns endereços na internet onde se podem aprofundar os estudos e as informações:
DUBLIN core. Disponível em: <http://dublincore.org/documents/>. Acesso em: fev. 2009.
LUZ, André Ricardo de A.V. *Normas arquivísticas e padrões de descrição de metadados aplicados à preservação do patrimônio arquivístico digital*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://dici.ibict.br>. Acesso em: 7 fev. 2009.
HILLMANN, Diane. *Using Dublin Core*. 2005. Disponível em: <http://dublincore.org/documents/usageguide/>. Acesso em: fev. 2009.
WEIBEL, S.; GODBY, J.; MILLER, E.; DANIEL, R. *OCLC/NCSA Metadata Workshop report*. [1995?]. Disponível em: <http://www.ifla.org/documents/libraries/cataloging/oclcmeta.htm>. Acesso em: 9 fev. 2009.

2 Elementos traduzidos de: <http://dublincore.org/documents/dces/>. Acesso em: 9 fev. 2009.

3 Informações disponíveis em: <http://dublincore.org/dcmirdataskgroup/>

4 Informações disponíveis em: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=Biblioteca%20Digital%20Brasileira>; <http://bdtd.ibict.br/>; <http://bdtd2.ibict.br/schema> e <http://oai.ibict.br/mtd2-br/>. Acesso em: 7 fev. 2009.

5 SOUTHWICK, Sílvia Barcellos. *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: modelo e tecnologias*. Versão preliminar. Setembro/2003. Disponível em: <www.ibict.br/schema>. Acesso em: 9 fev. 2009.

6 SOUTHWICK, Sílvia Barcellos. *Ibidem*.

7 FONTES:
IBICT: <http://oai.ibict.br/oai/mtd2-br/mtd2-br.html>
SOUTHWICK, Sílvia Barcellos. *Op. cit.*

6 PONTOS DE ACESSO

Ponto de acesso é um nome, termo, título ou expressão, pelo qual o usuário pode procurar e encontrar, ou acessar, a representação bibliográfica de um recurso, ou o próprio recurso eletrônico de acesso remoto. Como já dito no capítulo 4, os pontos de acesso reúnem os recursos por uma dada característica de semelhança.

Embora saibamos do grande número de catálogos automatizados e da tendência geral para a automação, inclusive com sistemas de código aberto, continuaremos a tratar, também, dos catálogos manuais, por dois motivos: primeiro, porque ainda há quem não disponha de recursos eletrônicos; em segundo lugar, porque os catálogos automatizados daqueles se derivam, sendo fácil a compreensão dos automatizados a partir dos manuais.

Em catálogos manuais, os pontos de acesso são: de responsabilidade, de título (aqui incluído o título da série) e de assunto. Em catálogos automatizados, além dos três tipos citados, podem existir outros pontos de acesso, que, na verdade, pelo menos até o momento em que escrevemos, servem ao refinamento de buscas: datas, idiomas, editores, país de publicação, suporte do recurso, entre outros. Os pontos de acesso continuam os mesmos, alargados para outras responsabilidades, títulos e assuntos.

Cabe aqui uma digressão. Até as AACR2, em sua última revisão, os pontos de acesso se dividiam em *principal* e *secundários*. Essa "relíquia da tecnologia ultrapassada", como bem diz Gorman,[1] tem sua origem no tempo dos catálogos em livro, quando havia apenas uma entrada e índices que remetiam das demais formas de busca para esta entrada. No século XIX, com os catálogos em fichas elaboradas manualmente, uma a uma, manuscritas ou datilografadas, a entrada principal significava a representação completa do recurso, com todas as informações; as entradas secundárias eram abreviadas, resumidas, com uma indicação remetendo à entrada principal

para quem desejasse outros elementos. Assim, por essa necessidade de economia de esforços e tempo, faziam-se dois registros, ou entradas, diferentes: uma entrada completa, encabeçada pelo nome do autor, denominada 'principal' e tantas outras entradas abreviadas quantas fossem necessárias, denominadas entradas 'secundárias'.

Convencionou-se o uso do nome do autor como base da entrada principal, por ser a forma mais comum de busca à época. No entanto, a indissociabilidade entre o nome do autor e sua obra é uma tradição ocidental, oriunda dos gregos, e relativamente recente, uma vez que se firma a partir do final da Idade Média e principalmente nos séculos XVIII e XIX.

Embora os dados bibliográficos dos autores estivessem presentes nas *pinakoi* de Calímaco, cerca de 250 aC, na biblioteca de Alexandria, foi no século II de nossa era que a organização bibliográfica tornou-se mais específica e individualizada, quando Galeno elaborou uma relação de seus trabalhos para que estes não fossem confundidos com os de outros autores (Caldeira,[2] 1984).

Ao acompanhar a evolução dos catálogos, observa-se que catálogos mais elaborados com as questões autorais surgem durante a Idade Média. Coincidência ou não, foi durante a Idade Média que a censura às obras e aos autores tornou-se mais rigorosa. Chartier[3] (1999) afirma que, para condenar aqueles que transgrediam a ortodoxia política ou religiosa, era necessário identificá-los.

A autoria se relaciona de forma diferente em textos literários e em textos científicos. Nos primeiros, Barthes[4] (1988) observa que a imagem da literatura na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor; a explicação da obra sempre se refere a quem a produziu, como se através de sua obra o autor fizesse uma confidência. Enquanto que, nos segundos, os textos são produzidos, muitas vezes, por grupos de pesquisas e sua relevância está voltada ao assunto e à metodologia utilizada (Foucault,[5] 2006).

No final do século XVIII e início do século XIX a 'descoberta do ser humano' acrescentou o valor criativo, original e o direito à propriedade sobre os textos. Além da propriedade textual, a atribuição da autoria eleva o autor a um patamar de superioridade; ele detém o conhecimento e recebe créditos por sua produção. Segundo Foucault (2006), os textos científicos eram validados de acordo com a autoria, mas, com o passar do tempo, a metodologia e outros procedimentos interferiram mais para a comprovação de uma teoria que a autoria. Hoje, talvez, a autoria no meio científico e acadêmico esteja mais próxima do prestígio, do financiamento e da estabilidade empregatícia (Foucault, 2006, p. 47).

Vale salientar que filósofos, como Foucault[6] e Barthes[7] dentre outros, na segunda metade do século XX, muito pensaram sobre o conceito de 'autor' e de 'obra'. Chartier[8] discorre em profundidade sobre as várias correntes a respeito da autoria. Embora aqui não se transcrevam citações esclarecedoras, parece razoável refletir, sinteticamente, sobre os seguintes aspectos:

1) o apagamento do autor–pessoa ante sua obra (Foucault), ou poder-se-ia dizer: o quanto um autor é ainda a pessoa, para além da recepção dos direitos autorais;

2) uma pessoa pode ser muitos autores, com múltiplas identidades, até mesmo conjuntas com outras pessoas, sob um ou vários nomes;

3) obras técnicas e científicas, e mesmo artísticas, derivam-se de um conjunto de outras obras (as citações, as influências, as referências), ou de um conjunto de indivíduos (como em filmes ou grupos de pesquisa, por exemplo) e, neste caso, a determinação de autoria se torna arbitrária, mais ainda do que em textos impressos. Tomemos como exemplo linear o filósofo grego Sócrates, que não escreveu uma linha e cuja obra nos chegou por meio de seus discípulos, como Platão. O quanto de Platão existe na 'obra de Sócrates'? E o quanto de Sócrates existe na obra de Platão?

4) em nosso século XXI, se observamos as páginas da internet, verificamos a pluralidade ou a inexistência da autoria, mesmo havendo um responsável maior.

É inegável a existência de uma ou mais pessoas responsáveis pela unidade e coerência do texto, ou redação do texto que elas próprias criam (ou copiam, ou recriam, ou propõem sob encomenda, sujeito à revisão do tradutor e do editor). O problema consiste em destacar, absoluta e inutilmente, uma sobre as demais.

Porém, voltemos aos aspectos práticos e históricos.

As fichas impressas e vendidas pela LC, no início do século XX, mantiveram o princípio da entrada principal pela autoria, *mesmo com todos os registros absolutamente idênticos*, isto é, sem diferença entre entradas principais e secundárias, ou completas e resumidas.

A automação tornou essa diversidade uma prática de todo inú-

til, pois se faz um único registro com vários acessos, e que não precisam ser apenas aqueles previstos para a catalogação manual. Além disso, os padrões internacionais e a universalidade dos registros bibliográficos levam a uma visão mais ampla do que o respeito a tradições ocidentais. Pode-se concluir que, tanto filosófica como praticamente, a cada dia, a entrada principal e a escolha de seu ponto de acesso se tornam mais anacrônicas e sem sentido.

Mas não se acaba com uma tradição de alguns séculos em alguns anos. Apesar de inútil para o bibliotecário e irrelevante para o usuário, a entrada principal permaneceu nas AACR2 (mesmo com ressalvas encontradas na introdução deste código), no MARC 21 (campos 100) e, de roupa nova, permanece no código RDA — espanto! voltado exclusivamente à representação automatizada — pelo menos sob o manto de 'criador' (capítulo 19 do RDA), diferenciado de outras funções. Na Declaração dos Princípios surgiu a figura do 'ponto de acesso essencial', semelhante ao principal.

> ATENÇÃO! Catalogadores, regozijai-vos! Ainda perderemos muito tempo debatendo quem é o 'criador' ou 'ponto essencial', isto é, o ponto de acesso principal!

Após tão longa digressão, voltemos ao ponto de início: continuemos nossa trajetória nos meandros dos pontos de acesso, principal e secundários. O ponto de acesso principal é o que encabeça a entrada principal, isto é, a primeira informação registrada na ficha (campos 100 do MARC 21), acima da descrição bibliográfica. Os pontos de acesso secundários são todos os demais pontos de acesso além do principal, indicados no último bloco de informações da ficha (campos 600, 700 e 800-830 do MARC 21), na chamada *pista*. Por exemplo:

ponto de acesso principal
↗
Stout, Rex.
Cozinheiros demais / Rex Stout ; tradução: Celso Nogueira. — São Paulo : Companhia das Letras, 1991. — 223 p. — Tradução de: Too many cooks. — ISBN 85-7164-175-7
1. HISTÓRIAS POLICIAIS. I. Título.
↘
pontos de acesso secundários = 'pista'

100 1#$a Stout, Rex - ponto de acesso principal

245 10$aCozinheiros demais - ponto de acesso secundário para o título (indicador 1)
655 #7$aHistórias policiais - ponto de acesso secundário para o assunto

Em ambientes não automatizados, que utilizam catálogos em fichas ou semelhantes, cada um dos pontos de acesso secundários indicados na pista deve ser *desdobrado*, isto é, gerar uma ficha de entrada secundária, encabeçada por um destes pontos de acesso. Assim, o recurso terá tantas fichas, além da entrada principal, quantas forem suas entradas secundárias indicadas na pista, para inserção nos catálogos do público (ver capítulo 8). Exemplo de um ponto de acesso secundário desdobrado:

ponto de acesso secundário
↗
HISTÓRIAS POLICIAIS

Stout, Rex.
Cozinheiros demais / Rex Stout ; tradução: Celso Nogueira. — São Paulo : Companhia das Letras, 1991. — 223 p. — Tradução de: Too many cooks. — ISBN 85-7164-175-7
1. HISTÓRIAS POLICIAIS. I. Título.

> ATENÇÃO! Exceto quanto ao ponto de acesso de assunto, considerado implícito, todos os elementos que geram os demais pontos de acesso devem estar, obrigatoriamente, presentes na descrição, seja no corpo, seja em notas. No entanto, a forma do ponto de acesso pode ser diferente da forma registrada na descrição, e o é na maioria das vezes.

A descrição bibliográfica, como o próprio nome indica, mantém o máximo de fidelidade possível à fonte de informação do recurso, em especial quanto à área 1, de título e indicação de responsabilidade. No entanto, os pontos de acesso se apresentam de forma padronizada, embora tal padronização deva referir-se ao público a ser atendido. Em catálogos coletivos, a descrição bibliográfica será sempre a mesma; os pontos de acesso e sua escolha podem variar.

Vamos a outra pequena digressão. Sabe-se muito bem que a observância de normas, a obediência a regras, o estudo de padrões são aborrecidíssimos. Mais aborrecidos ainda se julgamos ter fórmulas mágicas muito mais 'simples e adequadas ao nosso usuário'

(desculpa-padrão, coitado!). Bom, se conhecemos mesmo as normas, regras e padrões, sabemos também que estes permitem várias saídas que atendam, ao mesmo tempo, aos 'interesses do nosso usuário' e à padronização. O mais importante é internalizar o fato de que, sem normalização do ponto de acesso, não há meios de recuperar integralmente os registros e os recursos (veja-se o exemplo de buscas em certos sítios da internet, até os mais famosos)! Talvez pudéssemos torná-lo um mote:

ATENÇÃO! Sem padrão não há recuperação!

A forma padronizada do ponto de acesso denominava-se *cabeçalho*, porque encabeçava o registro bibliográfico nos catálogos manuais. Assim, têm-se as expressões de uso corrente: cabeçalho do ponto de acesso principal, ou cabeçalho da entrada principal, e cabeçalho do ponto de acesso secundário, ou cabeçalho da entrada secundária. A Declaração dos Princípios passou a denominá-lo *ponto de acesso autorizado*, tanto para o essencial (principal) como para os pontos de acesso adicionais (ou secundários). No exemplo acima, o nome do autor é: Rex Stout, assim registrado na descrição bibliográfica. No entanto, o ponto de acesso autorizado é: Stout, Rex, forma padronizada para o nome deste autor. A padronização dos pontos de acesso é especialmente significativa nos catálogos automatizados, para a reunião de recursos semelhantes no catálogo como, por exemplo, todos os recursos do mesmo autor, ou todos os recursos sob um mesmo título uniforme (ver 6.2.1) ou de série, ou todos os recursos sobre o mesmo assunto.

Até o momento em que escrevemos, o 'princípio' do ponto de acesso principal ainda não se dirigiu para seu lugar adequado: um museu da biblioteconomia. Portanto, ainda deve ser ensinado e aprendido.

Segundo o código RDA,[9] são estas as funções dos pontos de acesso, aqui resumidas, que devem permitir ao usuário: a) encontrar obras e expressões correspondentes a seus critérios de busca; b) identificar a obra ou expressão; c) compreender a relação entre o título preferido e outros títulos variantes da mesma obra ou expressão; d) compreender o porquê da escolha de um título como

ponto de acesso preferido ou variante; e) selecionar uma obra ou expressão.

Esse código identifica ponto de acesso preferido (ponto de acesso autorizado, segundo a Declaração) como o cabeçalho normalizado escolhido para representar uma entidade (no sentido dos FRBR); e como pontos de acesso variantes (formas variantes de nome na Declaração), os cabeçalhos alternativos não adotados como padrão. A segunda parte das AACR2 abrange regras sobre pontos de acesso. A determinação dos pontos de acesso principal e secundários compreende duas etapas: a primeira, de escolha dos pontos de acesso e a segunda, de forma dos cabeçalhos, ou pontos de acesso autorizados.

O capítulo 20 das AACR2 é introdutório. O capítulo 21 trata da escolha dos pontos de acesso, isto é, inclui regras que determinam quais devam ser os pontos de acesso de responsabilidade e título para cada tipo de obra ou recurso, distinguindo o principal dos secundários. O capítulo 22 trata dos cabeçalhos dos pontos de acesso para nomes pessoais; o 23, para nomes geográficos; o 24, para nomes de entidades coletivas; o 25, para títulos uniformes; e o 26 trata das remissivas. Este manual abordará apenas os nomes pessoais, os títulos uniformes e as remissivas, abrangendo somente os casos mais simples. Inúmeras outras obras relevantes à catalogação tratam das entidades coletivas, em maior profundidade e abrangência.[10] O código RDA ainda se mostra um tanto confuso quanto à escolha dos pontos de acesso, embora nos capítulos 19 e 20 indique uma lista semelhante às regras das AACR2 e identifique muito bem a forma dos cabeçalhos (entre outros, nos capítulos 8, 9, 10 e 11); assim sendo, limitamo-nos às AACR2.

De acordo com as regras do capítulo 21 das AACR2, em termos simples e resumidos, o ponto de acesso principal de uma obra será:

- o nome de seu autor ou criador, sempre, quando há apenas um autor ou criador responsável por ela;
- o nome do primeiro autor ou criador citado quando há até três autores ou criadores (a 'regra dos três');*

---

*A regra para limites na indicação de responsabilidade (ou 'regra dos três') foi modificada no código RDA, tornando-se opcional (RDA, regra 2.4.1.5).

- o nome do autor ou criador indicado como principal, quando há quatro ou mais autores ou criadores;
- o título da obra, quando há quatro ou mais autores ou criadores e nenhum destes é indicado como principal (a denominada autoria difusa);
- o título da obra, quando esta for anônima, isto é, não apresentar autor ou criador;
- o título da obra, quando esta contiver várias obras independentes, de vários autores ou criadores, reunidas sob um título geral, ou coletivo (isto é, quando se tratar de uma coletânea com título comum).

Devem-se criar pontos de acesso secundários:

- para o título, sempre, exceto, obviamente, quando o título for ponto de acesso principal;
- para os outros autores ou criadores, se houver até três;
- para o primeiro autor ou criador citado, havendo quatro ou mais autores ou criadores e nenhum indicado como principal;
- para os coordenadores, organizadores ou editores responsáveis por uma coletânea de obras com título coletivo, se forem até três; havendo mais de três, apenas para o primeiro citado; de nome-título e título para as obras incluídas na coletânea, se forem até três, ou para seus autores, se forem até três e houver mais de três obras;
- para o título da série, se o livro pertencer a uma série.

Por fim, porém não menos importante:

- de assuntos. Não há limites para o número de pontos de acesso de assunto.

Voltaremos ao tema adiante, em 6.3.

Os pontos de acesso secundários são indicados na pista, em catálogos manuais, na seguinte ordem: de assunto; de nomes pessoais de autores; de nomes pessoais de outros responsáveis; de nome-título para nomes pessoais; de nomes de entidades coletivas; de nome/título para entidades coletivas; de títulos e de séries. Os pontos de acesso de assunto são numerados em algarismos arábicos e, no Brasil, registram-se em letras maiúsculas, para distingui-los dos outros. Algarismos romanos precedem todos os demais pontos de acesso. Não se repetem na pista os títulos e as séries propriamente ditas, apenas indica-se a necessidade de se fazer a entrada secundária. O MARC 21 determina a ordem dos pontos de acesso automaticamente, pela numeração dos campos e subcampos.

Exemplos de pontos de acesso principal e secundários, de autor e título:

um autor:
Zafalon, Zaira Regina.
Formato MARC 21 bibliográfico : estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos / Zaira Regina Zafalon. – São Carlos, SP : Ed. UFSCar, 2008. – 110 p. – (Apontamentos). – ISBN 978-85-7600-132-4
1. FORMATOS MARC. I. Título. II. Série.

até 3 autores:
Campello, Bernadete Santos.
Fontes de informação especializada : características e utilização / Bernadete Santos Campello, Carlita Maria Campos. – 2. ed. – Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1993. – 160 p. – (Aprender). – ISBN 85-7041-090-5
1. LIVROS DE REFERÊNCIA. I. Campos, Carlita Maria, II. Título. III. Série.

quatro ou mais autores:
Planejamento de ensino e avaliação / Clódia Maria Godoy Turra ... [et al.]. – 11. ed., com uma introdução ao planejamento participativo. – Porto Alegre : Sagra Luzzatto, [2001?]. – 301 p. – ISBN 84-2410-143-1
1. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL. I. Turra, Clódia Maria Godoy.

obra anônima:
Orto do esposo : texto inédito do fim do século XIV e começo do XV / edição crítica com introdução, anotações e glossário: Bertil Maler. – Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1956. – 2 v.
1. LÍNGUA PORTUGUESA - até 1500. I. Maler, Bertil.

coletânea com título coletivo:
Three Australian plays / compiled by H.G. Kippa. – Harmondsworth : Penguin Books, 1963. – 311 p. – (Penguin plays). – Conteúdo: The one day of the year / Alan Seymour – Ned Kelly / Douglas Stewart – The tower / Hal Porter.
1. TEATRO AUSTRALIANO. I. Kippax, H.G. II. Seymour, Alan. The one day of the year. III. Stewart, Douglas. Ned Kelly. IV. Porter, Hal. The tower. V. Título: The one day of the year. VI. Título: Ned Kelly. VII. Título: The tower. VIII. Série.

6.1 Pontos de acesso de nomes pessoais

O capítulo 22 das AACR2 trata dos cabeçalhos de ponto de acesso para os nomes pessoais, sejam estas pessoas responsáveis por uma obra ou assunto de uma obra (como no caso de biografias). Esse capítulo também se divide em duas partes: na primeira, as regras sinalizam para a escolha do nome do responsável (autor) que será a base para o cabeçalho; na segunda, as regras indicam a forma do cabeçalho a partir do nome escolhido. As duas etapas são importantes porque as pessoas, às vezes, usam mais de uma forma de nome, ou mudam de nome ao longo da carreira, ou usam nome e pseudônimos simultaneamente, ou usam um único pseudônimo em conjunto com outra(s) pessoa(s).

Quanto à escolha do nome que será a base para o cabeçalho, resumidamente, as regras determinam que se escolha:

- a forma do nome pela qual a pessoa é conhecida, isto é, a forma encontrada na fonte principal de informação das manifestações de suas obras em sua própria língua, seja seu nome ou um pseudônimo;
- quando as formas do nome variam em diferentes manifestações, dar preferência à forma predominante;
- quando as formas do nome variam e não há forma predominante, dar preferência à forma mais recente;
- quando a pessoa usa o nome ou vários pseudônimos, sem haver forma predominante, fazer o cabeçalho conforme o nome encontrado na fonte principal de informação do item em mãos;
- quando duas ou mais pessoas usam um único pseudônimo para obras escritas em conjunto, escolher o pseudônimo.

Exemplos:

Agatha Christie
não Agatha Mary Clarissa Miller Mallowan
não Mary Westmacott (*pseudônimo em algumas obras*)

Mark Twain (*pseudônimo usado em todas as suas obras*)
não Samuel Clemens (*nome verdadeiro*)

Maria José Dupré (*forma mais recente*)
não Sra. Leandro Dupré (*forma mais antiga*)

John Creasey (*nome verdadeiro*) *ou* um dos pseudônimos:
Gordon Ashe
Michael Halliday
J.J. Marric
Anthony Morton
Jeremy York
(*não há forma predominante*)

Ellery Queen (*pseudônimo conjunto* de Frederic Dannay e Manfred B. Lee)

Quanto à forma do cabeçalho, após a escolha do nome, a regra é muito simples: basta seguir a forma usada na língua da pessoa, iniciando-se o cabeçalho pelo sobrenome na grande maioria dos casos. Mas existem situações especiais, dependendo da língua, ou mesmo do nome adotado pela pessoa. Em síntese:

- na língua portuguesa, o sobrenome é o último nome, exceto no caso de Júnior, Filho, Neto, Sobrinho e assemelhados; os sobrenomes só são considerados compostos quando têm hífen ou formam uma expressão; os sobrenomes de origem estrangeira seguem, em geral, a regra da língua de origem. Exemplos:

Almeida, José de
Vianna Filho, Oduvaldo
Guerra-Peixe, César
Castello Branco, Carlos
De Sordi, Neide Alves Dias (*nome de origem italiana*)

- na língua espanhola, o sobrenome é o penúltimo nome; se o sobrenome contém um artigo, sem preposição, o cabeçalho começa pelo artigo. Por exemplo:

Cotarelo y Mori, Emilio
Las Heras, Manuel Antonio
Casas, Bartolomé de las

- na língua inglesa, o sobrenome é o último nome; ignoram-se as formas Junior e Senior, que devem ser omitidas do cabeçalho; se o sobrenome contém preposições ou artigos, estes iniciam o cabeçalho. Por exemplo:

Greene, Graham
Dos Passos, John
Le Carré, John

- na língua francesa, o sobrenome é o último nome; se o sobrenome contém um artigo ou um artigo contraído com uma preposição, inicia-se o cabeçalho pelo artigo ou pelo artigo contraído; sobrenomes compostos se iniciam pelo primeiro nome do sobrenome. Por exemplo:

Sartre, Jean-Paul
Beauvoir, Simone de
La Fontaine, Jean de
Du Méril, Edélestand Pontas

- na língua italiana, o sobrenome é o último nome; se o sobrenome contiver artigo ou preposição, inicia-se o cabeçalho pelo artigo ou preposição (exceto no caso de nomes até o século XVI, para os quais devem ser consultadas fontes de referência). Por exemplo:

Eco, Umberto
Da Ponte, Lorenzo
Della Bella, Domenico

- nas línguas chinesa e húngara, o sobrenome é o primeiro nome. Por exemplo:

Mao, Tse-Tung
Molnár, Ferenc
Petőfi, Sándor

- no caso de nome formado apenas por prenomes, inverter o segundo prenome, como se fosse um sobrenome. Por exemplo:

Antônio, João
Cláudio, João
Ricardo, Cassiano

- no caso de nome formado apenas por um nome ou um único sobrenome, acrescido de Júnior, Filho, Neto, Sobrinho e assemelhados, fazer o cabeçalho na ordem direta, sem inversão. Por exemplo:

Adonias Filho
Fábio Júnior
Souza Sobrinho

Prefixos: usos dos idiomas mais frequentes

Idioma	Iniciar pelo prefixo	Não iniciar pelo prefixo
PORTUGUÊS	(NOMES DE ORIGEM ESTRANGEIRA, DE ACORDO COM O USO DA LÍNGUA)	TODOS
ALEMÃO	Am, Im, Vom, Zum, Zur	von, von der, zu
ESPANHOL	La, Los	de, de las, de les, de los, del
FRANCÊS	La, Le, L', Des, Du	de, d'
HOLANDÊS E FLAMENGO	Ver	todos os demais
INGLÊS	todos	
ITALIANO	A, D', Da, De, Dell, Della, Di, Li, Lo	

ATENÇÃO! O catalogador, embora deva conhecer as regras que determinam a forma dos cabeçalhos, nunca está sozinho nesta tarefa. Existem inúmeros instrumentos de auxílio: os mais importantes são as listas de cabeçalhos autorizados, como as da BN brasileira e da LC norte-americana; mas se mostram igualmente significativas as enciclopédias e as biografias, entre outras fontes de referência. As listas são conhecidas como 'listas de autoridade', ou 'catálogos de autoridade', embora a melhor denominação em português fosse 'lista de formas autorizadas'. O bom catalogador, além de saber fazer, sabe também onde procurar auxílio.

6.2 Pontos de acesso de títulos

Sob o termo 'ponto de acesso de título' se abrigam, não apenas os títulos próprios, ou principais, da obra, como também outros títulos variantes, pelos quais a obra possa ser procurada, e as séries. A série nada mais é do que um título comum a várias obras independentes, publicadas em recursos independentes. Registra-se o ponto de acesso de título na forma como aparece na descrição. Não se faz ponto de acesso secundário para subtítulo. Por exemplo:

Fontes de informação especializada

Campello, Bernadete Santos.
Fontes de informação especializada : características e utilização / Bernadete Santos Campello, Carlita Maria Campos. – Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1988. – 143 p. – ISBN 85-7041-039-5
1. LIVROS DE REFERÊNCIA. I. Campos, Carlita Maria, II. Título.

Outra forma de desdobramento, mais econômica e clara, é simplesmente suprimir o cabeçalho de autoria. Por exemplo:

Fontes de informação especializada : características e utilização / Bernadete Santos Campello, Carlita Maria Campos. – Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1988. – 143 p. – ISBN 85-7041-039-5
1. LIVROS DE REFERÊNCIA. I. Campos, Carlita Maria, II. Título.

Registra-se também o ponto de acesso secundário de série na forma como aparece na descrição, eliminando-se os parênteses. Não é necessária a transcrição do número do item na série, mas este pode ser incluído. Séries, por vezes, apresentam pequenas variações no nome; neste caso, o catalogador deve uniformizar o título da série, para reunir todos os itens pertencentes à mesma. Por exemplo:

Horas em suspense ; 14

Rendell, Ruth.
Noturno para Margaret / Ruth Rendell ; tradução de Hélio Pólvora. – Rio de Janeiro : F. Alves, 1978. – 156 p. – (Horas em suspense ; 14). –
Tradução de: From doom with death.
1. HISTÓRIAS POLICIAIS. I. Título. II. Série.

6.2.1 Títulos uniformes

Os títulos uniformes, como o nome diz, são títulos padronizados, que visam à reunião de todas as expressões e manifestações de uma obra no catálogo. Muito usados para música erudita, atos legais, escrituras sagradas, obras anônimas, obras traduzidas em várias línguas e obras com título original muito conhecido (como no caso de filmes, lembra Antônia Memória), são registrados entre colchetes, antes da descrição bibliográfica e após o ponto de acesso principal de autoria. Opcionalmente, segundo as AACR2, podem-se retirar os colchetes do título uniforme que é ponto de acesso principal — forma usada no Brasil, embora não pareça muito lógica. Por exemplo:

Amado, Jorge.
[Gabriela, cravo e canela]
Gabriela, clove and cinnamon ...

[Mil e uma noites]
Histórias das mil e uma noites ... ou

Mil e uma noites
Histórias das mil e uma noites ...

O capítulo 25 das AACR2 trata dos títulos uniformes, embora não de forma completa, e segue as diretrizes estabelecidas pela Conferência de Paris, em 1961. Em compensação, o tema é amplamente explicado no código RDA, onde se denomina 'título preferido da obra' (capítulo 6 do RDA). Em termos simples, o título uniforme para obras literárias, exceto aquelas produzidas antes de 1501 ou escritas em alfabeto não latino, é o título original da obra ou um título pelo qual a obra seja mais conhecida. Os demais tipos de recursos demandam normas próprias. Por exemplo:

Dickens, Charles.
[Pickwick papers]
As aventuras do Sr. Pickwick ...

Tradução de: The Pickwick papers.
...

Os títulos uniformes podem receber acréscimo de idioma, entre outros, sempre que necessário para distinguir ou reunir as diferentes manifestações da obra. Por exemplo:

Amado, Jorge.
[Gabriela, cravo e canela. Inglês]
Gabriela, clove and cinnamon ...

O título uniforme é dispensável quando idêntico ao título principal da obra. Finalmente, no caso de obras baseadas em outras, ou que comentam outras, pode-se criar um ponto de acesso secundário de nome-título uniforme para a obra original. Por exemplo:

Sutton, Felix.
Adventures of Tom Sawyer / by Mark Twain ; rewritten for young readers by Felix Sutton ...

I. Twain, Mark. [Tom Sawyer]. ...

A decisão sobre o uso de títulos uniformes depende de cada biblioteca. Bem empregado, torna-se um poderoso instrumento de auxílio para o usuário.

6.3 Pontos de acesso de assuntos

Os pontos de acesso de assunto não são abordados nas AACR2, nem na maioria das obras sobre catalogação. Durante muito tempo a

análise e a representação do conteúdo de um item, ou representação temática, ou catalogação de assuntos, ou indexação foram consideradas um campo de estudo específico da biblioteconomia, sujeito a suas próprias normas. Os FRBR recuperaram os assuntos na catalogação, uma vez que o registro bibliográfico é único, e levaram à introdução deles no RDA (embora ainda não se encontrem nesta versão preliminar de 2008). O ponto de acesso de assunto, neste manual, será tratado de modo genérico, apenas sinalizando para alguns caminhos.

O primeiro aspecto a salientar é que, do ponto de vista da representação de assuntos, os princípios são os mesmos e todas as obras clássicas continuam válidas,[11] mesmo que haja necessidade de alargar alguns conceitos. O segundo refere-se às possibilidades da automação, que agora permitem uma ampliação e um aperfeiçoamento dos pontos de acesso de assunto, antes dificultados pelos catálogos manuais.

Consideramos importante repetir a questão levantada por Lancaster[12] (2004, p. xv-xiv), sobre a 'redescoberta da roda': "Muitas ideias surgidas hoje possuem claros antecedentes na literatura de 30 ou 40 anos atrás, mas esses trabalhos pioneiros são completamente desconhecidos para os pesquisadores atuais". Mais adiante se tratará das denominadas 'ontologias', *en passant*, porque vinculam-se à inteligência artificial e outros recursos computacionais.

Como função maior dos pontos de acesso de assunto, sumarizando vários autores, pode-se dizer que se trata de permitir ao usuário encontrar um recurso bibliográfico que trate de um determinado assunto de seu interesse, de acordo com sua busca.

Para os Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR),[13] as tarefas do usuário são: encontrar, identificar, selecionar e explorar (as relações entre entidades). Os FRSAR confirmam os FRBR, no sentido de que a entidade 'obra' possui um assunto, denominado *thema*. *Thema* é o termo referente a qualquer 'coisa' (ente) que seja assunto de uma obra. O *thema* possui uma relação designativa com *nomen*. *Nomen* é o termo usado para referir-se a quaisquer símbolos ou combinações de símbolos alfanuméricos, sonoros, visuais, entre outros, pelos quais um *thema* seja conhecido, referenciado ou remetido. Trata-se de aspecto muito significativo na indexação,

pois estabelece uma diferença essencial entre o assunto e sua designação.

Wynar[14] (1967) salientava que:

> Livros [i.e. materiais ou recursos] são as expressões escritas [i.e. registradas] das idéias humanas e estas ideias podem ser expressas sob diferentes pontos de vista e em diferentes níveis. Um assunto pode ser tratado em alguns livros [recursos] ao nível popular, em outros, encontramos um tratamento científico. Muitos assuntos podem ser discutidos em um livro [recurso], ou um assunto pode ser discutido sob múltiplos aspectos. Os usuários podem também solicitar livros [itens] para diferentes finalidades e o tratamento de um assunto que satisfaça a uma categoria de leitor pode não satisfazer a outra.

Shera & Egan, citados por Wynar, atualíssimos, resumiram os objetivos da catalogação de assunto como segue:

1. Prover acesso por assunto a todo material relevante.
2. Prover acesso por assunto aos materiais através de todos os princípios de organização dos assuntos, por exemplo, matéria, processo, aplicabilidade etc.
3. Reunir referências a materiais que tratem substancialmente do mesmo assunto, independentemente das disparidades na terminologia, ou disparidades resultantes de diferenças nacionais, diferenças entre grupos de especialistas e/ou da natureza mutável dos conceitos do próprio tema.
4. Mostrar as relações entre os campos do assunto, relações que podem depender das similitudes da matéria estudada, do método, ou do ponto de vista, ou do uso ou aplicação do conhecimento.
5. Prover uma entrada para qualquer campo de assunto, em qualquer nível de análise, da mais geral à mais específica.
6. Prover uma entrada através de qualquer terminologia comum a qualquer grupo considerável de usuários, especialista ou leigo.
7. Prover uma descrição formal do conteúdo do assunto para qualquer unidade bibliográfica nos termos mais precisos, ou específicos, possíveis, esteja a descrição em forma de uma palavra ou frase breve, ou em forma de um número de classificação ou símbolo.
8. Prover meios para o usuário selecionar entre todos os itens de uma categoria particular, de acordo com qualquer conjunto de critérios escolhido, tais como: mais abrangente, mais recente, mais elementar etc.

Wynar[15] aponta:

> Com o risco de uma simplificação excessiva, pode-se dizer que [...] os cabeçalhos de assunto dão uma abordagem tópica, reunindo todos os aspectos de um assunto sob seu cabeçalho ou nome. Quando tomados juntamente com o esquema de classificação, fornecem ao usuário uma dupla abordagem de assunto para os materiais da biblioteca: a lógica e a tópica.

Cutter,[16] em suas *Rules*, determinou regras, ou princípios, para a escolha dos assuntos e seus cabeçalhos. Resumidamente, podem-se pinçar das regras de Cutter: a) uso do cabeçalho de assunto relativo à obra, e não relativo à classe em que se inclui este assunto; isto é, a maior especificidade possível; b) uso do cabeçalho relativo ao assunto preponderante, quando os assuntos de uma obra se superpõem; c) uso do cabeçalho na língua do usuário; d) eliminação de sinonímia; e) uso do cabeçalho mais familiar ao grupo de usuários da biblioteca. Quanto ao número de assuntos a serem atribuídos, Cutter sugere as seguintes questões, para a inclusão de vários assuntos: a) seria a obra de utilidade para quem estivesse buscando este assunto específico?; b) é esta entrada necessária, ou basta uma remissiva?

Apenas conhecendo seus usuários pode o catalogador determinar o nível ótimo de indexação. De modo geral, em bibliotecas multidisciplinares, tem-se considerado que três assuntos são suficientes para representar o conteúdo de um item de natureza técnica e menor número, ainda, para obras literárias. Porém, é desejável que se criem tantos pontos de acesso de assunto quanto necessários, uma vez que estes ajudem ao usuário e não sobrecarreguem os catálogos ou bases de dados com informações apenas parcialmente úteis.

> ATENÇÃO! Deve-se ter muito cuidado no uso do título como fonte para determinação do assunto. Faz parte do anedotário da biblioteconomia a história do catalogador que classificou a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, em Botânica... Outro exemplo significativo são os itens *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, e *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, completamente distintos, apesar das semelhanças de título e do nome dos autores.

Lancaster[17] (2004, p. 9) divide a indexação de assuntos em duas etapas: análise conceitual e tradução, isto é, representação do assunto na forma padronizada. O autor observa:

> [...] não há um conjunto 'correto' de termos de indexação para documento algum. A mesma publicação será indexada de modo bastante diferente em diferentes centros de informação, e deve ser indexada de modo diferente, se os grupos de usuários estiverem interessados no documento por diferentes razões.
>
> O indexador, então, deve formular várias perguntas sobre um documento:
> 1. De que trata?

> 2. Por que foi incorporado a nosso acervo?
> 3. Quais de seus aspectos serão de interesse para nossos usuários?

Lucas[18] expõe de modo claro e preciso as diferentes abordagens realizadas por diferentes indexadores e centros de informação.

O assunto de um recurso pode ser representado por palavras ou por códigos. Wynar assinala, com muita razão, que o usuário, buscando informação

> sobre determinado assunto, abordará o catálogo com questões formuladas com suas *próprias* palavras, as quais, por seu turno, devem ser *traduzidas* em categorias formais (predeterminadas) de assuntos do catálogo. Essa comunicação entre o consulente e o catálogo [...] terá lugar independentemente do tipo de catálogo a ser consultado ou do arranjo de suas entradas.

Mais uma vez, devemos lembrar-nos que lidamos com representações e procurar saídas que facilitem ao máximo a busca pelo usuário.

Os recursos, de modo geral, apresentam especificidades, aspectos particulares de um assunto, ou mais de um assunto; visando a exprimir estas diferentes abordagens, a representação pode relacioná-las previamente, no momento da indexação, denominando-se indexação pré-coordenada; ou relacioná-las posteriormente, no momento da busca, denominando-se indexação pós-coordenada. Por exemplo:

Catalogação – Automação (pré-coordenação)

Catalogação (primeiro assunto)
Automação (segundo assunto)
(*a serem reunidos no momento da busca: pós-coordenação*)

Em catálogos automatizados em linha, os temas de um recurso podem ser recuperados através dos pontos de acesso de assunto ou título e do resumo. Em catálogos manuais, predomina a indexação pré-coordenada. Estão caindo em desuso os catálogos de assunto classificados, ou catálogos sistemáticos, isto é, que empregam códigos numéricos ou alfanuméricos — sistemas de classificação — para representar os assuntos. O uso de tais códigos torna a indexação e a recuperação muito trabalhosas, com poucas vantagens no dia-a-dia das bibliotecas.

Nos catálogos sistemáticos, encontrar um recurso dentro do assunto desejado significa, pelo menos, duas etapas para o usuário:

1) identificação do assunto em catálogo alfabético e seleção do número de classificação desejado; 2) busca no catálogo sistemático. Quanto ao bibliotecário, existem as desvantagens: a) morosidade de atualização dos sistemas de classificação, em face da velocidade com que cresce o conhecimento; b) representação precária de especificidades em certos assuntos, mesmo nos sistemas mais avançados como a CDU; c) esforço adicional de não só determinar os assuntos, mas também representá-los de acordo com as tabelas de classificação. Como vantagens para o usuário, podemos assinalar: a) a reunião no catálogo, não só de itens de mesmo assunto, mas também de assuntos correlatos; b) uso de qualquer palavra para busca, porque se torna desnecessário o controle da sinonímia, uma vez que todos os termos remetem ao mesmo número. Ainda se utilizam os sistemas de classificação, mas quase que exclusivamente para organização e reunião dos itens nas estantes.

O catálogo de terminologia de assuntos da BN é totalmente compatível com a lista de cabeçalhos de assuntos da LC. Trata-se do sistema de indexação pré-coordenada de uso mais amplo no Brasil.[19] Os cabeçalhos de assuntos são palavras ou expressões que representam os assuntos, de forma independente, não estruturados entre si. Aspectos ou pontos de vista se expressam por subcabeçalhos, transcritos após o cabeçalho, dentro de uma hierarquia predeterminada. Os cabeçalhos de assuntos apresentam vantagens importantes para bibliotecas multidisciplinares: a) englobam um número gigantesco de assuntos; b) possuem atualizações frequentes; c) estão disponíveis gratuitamente no sítio da BN. Como desvantagens, podem-se citar: a) a rigidez na pré-coordenação; b) a dispersão dos assuntos nos catálogos; c) a tendência à generalização dos assuntos, dificilmente abrangendo especificidades, necessárias em bibliotecas especializadas; d) a indicação de apenas um assunto em cada cabeçalho, mesmo que o item relacione dois ou mais. As relações entre os assuntos, quando possíveis, são feitas através de remissivas (ver 6.4).

> ATENÇÃO! Apesar das restrições, os cabeçalhos de assuntos se mostram uma opção proveitosa para bibliotecas multidisciplinares. Lembrem-se: é melhor controlar os pontos de acesso com cabeçalhos de assunto do que não possuir controle algum!

O catálogo de terminologia de assuntos da BN apresenta a seguinte estrutura:

Cabeçalho adotado
LC termo na lista da LC
UP termos sinônimos não usados
TE termo específico
TG termo geral
TR termo relacionado
✓ fonte do termo

Exemplos:

Catalogação
LC Cataloging
UP Cataloguing
TE Catalogação descritiva
TE Catalogação por assunto
TE Catálogo de autoridade (Catalogação)
TE Indexação
TE Número de chamada (Biblioteconomia)
TE Pesquisa bibliográfica
TE Referências cruzadas (Catalogação)
TG Bibliografia – Metodologia
TG Bibliotecas – Processamento técnico
TG Organização da informação
TR Catálogo de bibliotecas
TR Livros
✓ LCSH

Segredos de Estado
LC Official secrets
UP Assuntos sigilosos
UP Disclosing official secrets
UP Government secrecy
UP Secrecy in government
UP Secrets, Official
UP Secrets of state
UP Segredos oficiais
TE Salvaguarda de documentos sigilosos
TG Direito penal
TG Governo e imprensa
TG Informações governamentais
TG Segredos profissionais
TG Sigilo
✓ LCSH

Embora as listas de cabeçalhos de assuntos apresentem sua estrutura com o uso de terminologia empregada nos tesauros, os princípios divergem entre os dois tipos de vocabulários controlados.

Acreditamos e nossa experiência confirma que bibliotecas com acervos destinados ao lazer, e não apenas ao estudo e à pesquisa, devem identificar seus recursos ficcionais por meio de gêneros ficcionais, tanto na catalogação de assuntos como no número de chamada. Os gêneros ficcionais servem tanto aos livros quanto aos filmes, entre outros recursos. Existe uma diferença fundamental entre a temática de uma obra, o gênero literário de uma obra e o gênero ficcional de um livro ou filme. Se não, vejamos. Um filme pode ter como tema a Segunda Guerra Mundial e, como gênero, a comédia, o romance de amor, o terror, a ficção policial, o suspense etc., até mesmo o próprio gênero guerra. Tais diferenças, tão claras quando buscamos filmes em videolocadoras, parecem surpreendentes quando tratamos de livros. Porém, do mesmo modo que um cliente em uma videolocadora, o nosso usuário também busca a literatura de lazer por meio do gênero ficcional. Portanto, não há muito sentido em classificar e indexar estas obras quanto ao país de origem (sabemos nós onde nasceu a autora de Harry Potter?), ou quanto ao gênero literário (narrativa, poesia e teatro). Cada biblioteca pode recorrer a soluções próprias quando quiser indicar a seus usuários o tipo de ficção.

> ATENÇÃO! As listas de cabeçalhos de assunto da BN e da LC não permitem a inclusão de gênero ficcional como assunto, exceto quando a obra é sobre aquele gênero.

A Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal, utiliza o Vocabulário Controlado Básico (VCBS) para indexação, constituído de termos para pós-coordenação, onde estes possuem igual valor: não há subtermos, ou subcabeçalhos.

Os tesauros são listas de termos de um campo específico do conhecimento, previamente estruturados, relacionados entre si, visando à pós-coordenação em ambientes automatizados. (Para explicações pormenorizadas, ver, entre outros autores, Cordélia R. Cavalcanti e Vera Dodebei).[20] Em geral, os tesauros se apresentam da seguinte forma:

DESCRITOR [termo designativo do assunto]
NE nota explicativa
UP = usado para (termo sinônimo não utilizado)
TG = termo geral (assunto mais abrangente)
TE = termo específico (assunto(s) mais específico(s))
TR = termo(s) relacionado(s)

Por exemplo:

Bibliotecas oficiais
UP Bibliotecas públicas
TG Bibliotecas
Serviços de informação
TE Bibliotecas governamentais
Bibliotecas internacionais
Bibliotecas nacionais
Bibliotecas parlamentares
TR Bibliotecas especializadas

E qual a vantagem dos tesauros? Imagine-se um usuário diante da tela do computador, buscando um assunto e encontrando um número expressivo de documentos, o que torna necessário restringir a busca. O usuário recorre ao tesauro, na própria tela, e escolhe um dos termos específicos, em questão de segundos. O inverso também é verdadeiro — do mais específico para o mais geral, assim como as relações entre os termos. Alguns bancos de dados permitem, também, outras relações não estruturais, de adjacência ou truncamento (cf. Robredo e Cunha[21]):

Bibliogr*
Bibliogr afia
Bibliogr afia especializada
Bibliogr afia geral
Bibliogr afia nacional
Bibliógr afo

Inúmeras bases de dados, também, permitem que a busca se inicie somente com uma parte do nome ou termo; na tela, apresentam-se todos os nomes ou termos com aquela 'raiz'. Por exemplo:

Mey*
Mey, Chung
Meyer, Amaury
Meyniel, Roberta
Meyohas, Maria *e assim por diante*

A partir da década de 1990, pesquisadores em inteligência artificial desenvolveram a área que denominaram 'ontologias'. Desde então, tornou-se palavra em voga para designar uma nova forma de controle de vocabulário para organização de grandes 'bases de conhecimento' (ver Moreira, Alvarenga e Oliveira[22]).

O termo 'bases de conhecimento' refere-se, de fato, a repositórios institucionais, que agregam e permitem a recuperação e o compartilhamento de conhecimentos criados e desenvolvidos em determinada instituição, para seus próprios pesquisadores e técnicos. O quanto se tornam de acesso restrito ou aberto, dependerá de cada instituição. Mesmo não querendo denominar tais bases 'bibliotecas digitais especializadas', é isso que de fato são.

Escreve-se muito, também, a respeito da 'gestão do conhecimento'. Embora as bases de conhecimento contenham o conhecimento em si, ou seja, o próprio registro eletrônico do conhecimento em áreas determinadas, sua administração e manuseio estão longe de uma 'gestão do conhecimento', termo deveras presunçoso. A gestão ocorre sobre os registros do conhecimento, não sobre o conhecimento em si. O que a biblioteconomia faz há milênios.

Certamente precisamos avançar, aperfeiçoar, criar novos instrumentos, aproveitar novos recursos e acompanhar a tecnologia. Porém, como bem diz Lancaster,[23] também não é preciso redescobrir a roda:

> Minha maior queixa, porém, é o fato de o substantivo '*classification*' haver sido praticamente substituído por (pasme-se!) '*taxonomy*' (pasme-se duas vezes!!), 'ontology' ou até (*pasme-se* três vezes!!!) '*taxonomized set of terms*' [conjunto taxonomizado de termos]. A maneira como estes termos são definidos em artigos recentes mostra claramente que são empregados como sinônimos de '*classification scheme*' [esquema de classificação].

Nossas questões se referem a dois pontos: primeiro, a apropriação de um conhecimento existente, mesmo que aprimorado e tecnologicamente desenvolvido, sem o devido tributo a quem de direito (todos os grandes teóricos da classificação, da análise documentária, da indexação e da construção de tesauros); em segundo lugar, o uso do termo 'ontologia', também deveras presunçoso.

Segundo Marilena Chauí:[24] "o Ser é o que é realmente e se opõe ao que parece ser, à aparência. Assim, ontologia significa: estudo

ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente."

Mesmo com o maior alargamento possível do conceito, não há como confundir 'ontologia' com classificação, ou taxonomia de uma área do conhecimento. Para aqueles que identificam *logos* com 'palavra', há um reparo especial (já elaborado no capítulo 1). Tanto em português como em francês, *logos* significa 'palavra' quando prefixo; por exemplo: logopedia, logotipo; como sufixo, sempre tem o sentido de 'estudo, conhecimento'. Portanto, nada a ver com o sentido empregado de 'ontologia' pela computação.

As técnicas de recuperação e os recursos computacionais desenvolvem-se, redirecionando a indexação e nos tornando mais próximos de nossos usuários. Provavelmente tudo ou grande parte do que foi dito acima em breve estará obsoleto; cabe aos bibliotecários acompanhar essa evolução.

6.4 Remissivas

As remissivas são pontos de acesso que remetem, isto é, indicam, sinalizam, para outros pontos de acesso. Ferramenta de grande auxílio para usuários e catalogadores, tanto em catálogos manuais como automatizados, podem ser empregadas em todos os tipos de pontos de acesso. Existem dois tipos de remissivas: ver e ver também. As remissivas "ver" remetem de um cabeçalho não autorizado para um cabeçalho utilizado. Por exemplo:

Machado de Assis
ver
Assis, Machado de

As remissivas 'ver também' remetem de um cabeçalho autorizado para outro(s) cabeçalho(s) autorizado(s). Por exemplo:

Creasy, John
ver também
Ashe, Gordon
Halliday, Michael
Marric, J.J.
Morton, Anthony
York, Jeremy

ATENÇÃO! As remissivas só podem indicar cabeçalhos existentes no(s) acervo(s). Não se faz remissiva para o que não existe, mesmo quando indicada no vocabulário controlado em uso!

As remissivas 'ver também' devem ser *cruzadas*, isto é, remeter do ponto de acesso A para o ponto de acesso B e do ponto de acesso B para o ponto de acesso A. Por exemplo, vamos imaginar que a biblioteca possua romances policiais de John Creasey, escritos sob seu verdadeiro nome e sob os pseudônimos: J.J. Marric e Gordon Ashe; neste caso, fazem-se as seguintes remissivas cruzadas:

Creasy, John
ver também
Ashe, Gordon
Marric, J.J.

Ashe, Gordon
ver também
Creasy, John
Marric, J.J.

Marric, J.J.
ver também
Ashe, Gordon
Creasy, John

As remissivas podem conter uma explicação: são as denominadas remissivas explicativas. Por exemplo:

Souza, Júlio César de Mello e
para obras deste autor escritas sob pseudônimo, ver
Tahan, Malba

Tahan, Malba
para obras deste autor escritas sob seu nome verdadeiro, ver
Souza, Júlio César de Mello e

Em catálogos manuais, as relações apresentadas pelas remissivas são transparentes, tanto em remissivas de nomes, como de assuntos ou de títulos. Nos catálogos automatizados, essas relações podem, ou não, aparecer na tela, mas existem de fato, o que significa haver necessidade de padronização dos cabeçalhos ou termos e criação de mecanismos diversos para o usuário chegar ao cabeçalho autorizado. Apenas um cuidado: em catálogos manuais, o excesso de remissivas pode acarretar dificuldades no manuseio.

As remissivas são um poderoso instrumento de auxílio também aos catalogadores, como se verá no capítulo 8, relativo aos catálogos.

O próximo capítulo tratará da última parte da catalogação: os dados de localização.

Referências

1 GORMAN, M. Changes in cataloguing codes: rules for entry and headings. *Library Trends*, v. 25, n. 3, p. 587-601, Winter 1977.

2 CALDEIRA, Paulo da T. A situação do Brasil em relação ao controle bibliográfico universal. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 260-283, set. 1984.

3 CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. Brasília: Ed. da UNB, 1999. 111 p. (Tempos)

4 BARTHES, R. A morte do autor. In: ——. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987. (Signos, 44, p. 49-53.

5 FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Pref. de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. 6. ed. Lisboa: Nova Vega, 2006.

6 *Ibidem.*

7 BARTHES, R. *Op. cit.*

8 CHARTIER, R. *Op. cit.*

9 JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. *Resource Description and Access:* [full draft]. 2008. Disponível em: <http://www.rdaonline.org/constituencyreview/>. Acesso em: 23 fev. 2009.

10 MENDES, Maria Tereza Reis. *Cabeçalhos para entidades coletivas*. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.
RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. *Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2R 2002 em MARC 21*. 3. ed., reimpr. corr. Brasília: A. Motta de Castro Memória Ribeiro, 2008.

11 Algumas obras clássicas sobre o tema:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.
CINTRA, Anna Maria Marques *et al. Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 1994.
COATES, Eric James. *Subject catalogues: headings and structure*. London: The Library Association, 1988.
CURRÁS, Emília. *Tesauros: linguagens terminológicas*. Brasília: IBICT, 1995.
CUTTER, Charles A. *Rules for a dictionary catalog*. 4th ed., repr. Facs. ed. London: Library Association, 1935.
FOSKETT, A.C. *A abordagem temática da informação*. Tradução de A.A. Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.
GOMES, Hagar Espanha. *Manual de elaboração de tesauros monolíngües*. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990.
GOMES, Hagar Espanha. *BITI – Biblioteconomia, Informação & Tecnologia da Informação:* [sítio]. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/>. Acesso em: 24 fev. 2009.
RANGANATHAN, S. R. *Headings and canons: comparative study of five catalogue codes*. Madras: S. Viswanathan, 1955.
VICKERY, B.C. *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980.

12 LANCASTER, F. Wilfrid. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

13 IFLA Working Group Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR). 2008 FRSAR news report to IFLA. 2008. Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s29/pubs/wgfrsar-committee-reportquebec2008. pdf>. Acesso em: 23 fev. 2009. Versão preliminar em junho de 2009 como: Functional Requirements for Subject Authority Data (FRAD).

14 WYNAR, B.S. *Introduction to cataloging and classification*. 3rd ed. Littleton: Libraries Unlimited, 1967.

15 WYNAR, B.S. *Op. cit.*

16 CUTTER, Charles A. *Op. cit.*

17 LANCASTER, F. Wilfrid. *Op. cit.*

18 LUCAS, Clarinda. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

19 Para outras informações sobre cabeçalho de assunto, ver: <http://www.conexaorio.com/biti/>.

20 CAVALCANTI, Cordélia R. *Indexação & tesauro, metodologia & técnica*. Brasília: ABDF, 1978. DODEBEI, Vera Lúcia D. *Tesauro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói, RJ: Intertexto, 2002. 119 p.

21 ROBREDO, J.; CUNHA, M.B. *Documentação de hoje e amanhã*. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, 1986.

22 MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesauros e ontologias. *Datagramazero*, v. 5, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/dez04/Art_01.htm>. Acesso em: 23 fev. 2009.

23 LANCASTER, F. Wilfrid. *Op. cit.*

24 CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 210.

7 DADOS DE LOCALIZAÇÃO

A terceira e última parte da catalogação se constitui dos dados de localização, isto é, um código que permite a localização de um item específico em determinado acervo. Os dados de localização podem compreender o código da biblioteca e o número de chamada. O código da biblioteca se destina, exclusivamente, a catálogos coletivos. Quando um catálogo abrange acervos de várias bibliotecas, há necessidade de indicação da biblioteca onde se encontra o exemplar físico, para que o usuário possa localizá-lo e acessá-lo. Muitas bases de dados, com número limitado de cooperantes, registram diretamente a sigla completa e/ou a localização da unidade, de modo compreensível aos usuários. Outras, com maior número de instituições, precisam utilizar um código indicativo da unidade, como no caso da rede Bibliodata, por exemplo:

BB = Fundação Getúlio Vargas (FGV)
CM = Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
GO = Universidade Federal de Goiás (UFG)

Exemplo de registro bibliográfico com códigos das bibliotecas participantes:

Autor: Barbosa, Alice Príncipe, 1919-1975.
Título: Novos rumos da catalogação / org., rev. e atual. de Elza Lima e Silva Maia . -
Publicação: Rio de Janeiro : BNG/BRASILART, 1978.
Descrição física: 245 p. -
Notas:
Inclui índice.
Bibliografia: p. 227-35.
Série: (Biblioteconomia, documentação, ciência da informação)
Assuntos:
Catalogação.
Catalogação — História.
Catalogação cooperativa.

Controle bibliográfico universal.
Secundárias: Maia, Elza Lima e Silva.
Chamada: 025.3 B238n
Localização: BB CM DM EB ER FN GO JN MB PR RN SC SU TJ UD UN UP

Diferentemente do código da biblioteca, o número de chamada é usado por todo e qualquer acervo. Constitui um código aposto em lugar visível do exemplar (como a etiqueta na lombada do livro) e em seu registro bibliográfico, de forma a localizá-lo fisicamente em acervo específico. Houve um tempo em que as bibliotecas utilizavam uma localização fixa: os livros eram organizados de acordo com seu tamanho e ordem de chegada, obtendo um lugar permanente na estante. Algumas bibliotecas, como a nossa BN, ainda empregam esse método, por necessária economia de espaço e preservação do acervo. Tal prática significa, porém, a impossibilidade de acesso direto às estantes, exceto a funcionários treinados. Ana Virgínia Pinheiro[1] publicou recentemente uma obra que ensina o uso da localização fixa. Assim, este manual se limitará ao método mais difundido hoje: a localização relativa.

A localização relativa consiste no arranjo dos itens de acordo com as relações de assunto existentes entre eles, de forma a que itens possam ser descartados, ou novos itens incorporados, sem afetar a seqüência dos assuntos. De modo geral, forma-se o número de chamada com os seguintes indicadores:

- notação de assunto, ou número de classificação: código relativo ao primeiro assunto indicado no registro bibliográfico do item, de forma a reunir na estante todos os itens de mesmo assunto;
- notação de autor: código relativo ao nome do autor (ou ao título, em itens com ponto de acesso principal pelo título), visa a distinguir entre os vários itens com a mesma notação de assunto;
- outros elementos distintivos: usados para indicação de acervo, ou distinção entre códigos idênticos de assunto e autor, simultaneamente.

O número de chamada, ao mesmo tempo que reúne itens de assunto ou gênero semelhante no acervo, também permite que cada um dos itens não seja confundido com nenhum outro, mesmo em se tratando apenas de outro exemplar.

> ATENÇÃO! Não podem existir dois números de chamada idênticos em um mesmo acervo.

Inicia-se o registro do número de chamada, na ficha catalográfica, à esquerda da ficha, no espaço abaixo daquele reservado ao desdobramento do ponto de acesso secundário. Por exemplo:

```
          Costa, Fernando Dores
946.9003
P399d     Pedreira, Jorge.
          D. João VI : um príncipe entre dois continentes / Jorge Pedreira
          e Fernando Dores Costa [...]
```

No formato MARC, o campo relativo ao número de chamada local (em desuso no USMARC, mas ainda empregado em redes brasileiras) se apresenta como segue:

090 ## $a946.9003 $bP399d

7.1 Notação de assunto

A notação de assunto, como definida por Wynar,[2] "é um símbolo que codifica um sistema de classificação e, portanto, deve ser simples, breve e flexível".

Os sistemas de classificação consistem em listas estruturadas de assuntos, nas quais estes são representados por códigos numéricos ou alfanuméricos ou, ainda, por símbolos. De modo corrente, esses códigos se denominam números, ou notação, de classificação.

Os números de classificação, como dito no capítulo anterior, já foram utilizados para recuperação dos assuntos. Hoje, sua utilidade se limita, quase exclusivamente, à ordenação do acervo. A classificação, como a indexação, tornou-se um campo de estudo específico da biblioteconomia, com inúmeras obras teóricas e práticas, inclusive em língua portuguesa. Assim, o tema é aqui apresentado de forma bastante superficial, visando unicamente à organização dos catálogos.

Wynar assinala que "qualquer livro pode ser procurado por autor, título, assunto ou forma, mas pode ser organizado [nas estantes] apenas por um desses [aspectos]". O número de classificação se propõe a reuni-los e organizá-los pelo assunto.

Os números de classificação são determinados a partir de sistemas de classificação. Há inúmeros sistemas de classificação; no entanto, para preservar a lógica da organização, cada biblioteca deve escolher um único sistema a ser adotado, embora acervos específicos, ou partes de acervos, possam ter uma lógica própria, sempre que isto significar maior facilidade para o usuário.

Resumidamente, são estes os critérios levantados por Wynar para um bom sistema de classificação:

- deve ser inclusivo e abrangente, isto é, abranger todos os aspectos de uma área do conhecimento e todas as áreas do conhecimento;
- deve ser sistemático, isto é, estar organizado logicamente, do mais geral para o mais específico, agrupando assuntos relacionados;
- deve ser flexível e expansível, isto é, permitir a inclusão de novos assuntos;
- deve empregar uma terminologia clara e descritiva.

Os dois grandes sistemas de classificação, internacionalmente empregados, são a CDD e a CDU. Cutter, Bliss e Brown criaram seus próprios sistemas, porém o de importância fundamental foi o de Ranganathan: a Classificação dos Dois Pontos. O sistema em si é bastante complicado para uso prático, mas Ranganathan[3] elaborou uma teoria da classificação basilar a todo desenvolvimento posterior desta área do conhecimento e de muita influência em outros campos da biblioteconomia.

Segundo Wynar, Dewey criou seu sistema de classificação baseado no sistema de William Torrey Harris, de 1870, seguidor de Hegel e que inverteu a classificação filosófica do conhecimento elaborada por Francis Bacon. O conhecimento humano foi organizado em dez grandes classes, por sua vez subdivididas em dez subclasses cada uma e assim por diante. Cada uma das subdivisões corresponde a um aspecto ou assunto mais específico dentro do assunto. O sistema possui uma hierarquia rígida entre os assuntos, mas permite que o usuário, ao buscar na estante uma obra sobre determinado assunto, encontre-a junto a outras sobre o mesmo assunto e relativamente próxima a obras sobre assuntos correlatos. A seguir,

embora se tenham cortado inúmeras outras subdivisões, antes e depois daquelas incluídas, apresenta-se um exemplo, extraído da CDD:

```
025         Funções da biblioteca
025.1       Administração
025.17      Tratamento de materiais especiais
025.171     Manuscritos, materiais arquivísticos, obras raras
025.177     Materiais audiovisuais
025.177.3   Filmes e diapositivos
```

Cada dígito suplementar corresponde a uma subdivisão do assunto maior, semelhante ao sistema numérico de base decimal, donde ser chamada de 'classificação decimal'. Assim, a organização nas estantes se faz na ordem do exemplo acima, a partir do dígito mais geral, e, caso haja mais de uma obra com o mesmo número de classificação, pelos códigos dos autores dentro desse número. Por exemplo:

```
015     Bibliografia geral
025.3   Catalogação
025.32  Catalogação descritiva
   A345     (autor A)
   M612     (autor M)
025.34  Catalogação de materiais especiais
```

A principal característica da CDD é a síntese; abrange um número imenso de assuntos, porém, tal como a lista de cabeçalhos da LC, é mais generalista, não atendendo às especificidades necessárias a bibliotecas especializadas. Já a notação da CDU, além dos caracteres numéricos ou alfanuméricos, emprega alguns outros símbolos que não são usados pela CDD. A professora Cordélia R. Cavalcanti contou a seus alunos que, certa vez, encontrou uma publicação de 38 páginas com uma notação de 38 dígitos! A lógica é simples: quanto menor a publicação, mais específico o assunto e, em consequência, maior o número de classificação. Lógica transparente, mas praticidade nula (como dizia a professora Myriam G. Martins, dentro em breve serão necessários palitos de sorvete para transcrever a notação na lombada). Brincadeiras à parte, o catalogador deve ter sempre em mente que o objetivo da notação é organizar os itens no acervo, não elaborar códigos perfeitos, mas extremamente complicados para o dia-a-dia dos usuários. Aspectos a serem observados pelo classificador:

- uma obra pode conter mais de um assunto, perfeitamente recuperável por meio dos pontos de acesso, porém o objeto físico, o suporte em si, estará armazenado em um único lugar;
- as classificações podem ser práticas e transparentes para o catalogador e o bibliotecário, mas não para o usuário;
- os sistemas de classificação requerem uma sinalização esplêndida nas laterais das estantes, que possam indicar os assuntos nelas contidos, e em cada prateleira, com informações sobre assuntos e autores. Há tiras de borracha magnetizada, cuja etiqueta é facilmente removível, para atualização constante das prateleiras e da indicação de seu conteúdo. (Caso não haja recursos para borracha magnetizada, cartolina e fita adesiva também se mostram de grande utilidade.) Por exemplo:

025.34 CATALOGAÇÃO DE MATERIAIS ESPECIAIS: A a L

Wynar indica alguns princípios a serem seguidos pelo catalogador, aqui transcritos livremente e acrescidos de outros critérios:

- classifique um item, primeiramente, por seu assunto e, depois, por sua forma, exceto no caso de obras de referência;
- classifique o item no assunto mais específico que o contém. [A nosso ver, a diretriz mais correta seria classificar o item no assunto mais abrangente, até o limite de não confundi-lo com outros assuntos, usando o menor número possível de dígitos];
- se o item incluir dois ou três assuntos, classifique-o pelo assunto predominante ou pelo primeiro assunto tratado; se incluir mais de três assuntos, classifique-o na classe geral que contenha todos os assuntos. [Aplicável à CDD; a CDU permite a relação entre assuntos];
- classifique o item no número que provavelmente será mais usado — e tenha uma razão para fazê-lo; [isto porque muitas vezes os assuntos podem ser classificados em diferentes categorias no mesmo sistema de classificação];
- leve em consideração a intenção do autor e a finalidade óbvia do item;
- deixe espaço para novos assuntos com seus assuntos relacionados;

- registre cuidadosamente todas as decisões tomadas referentes à escolha dos números de classificação [ver capítulo 8, sobre catálogos];
- classifique o item de acordo com o tamanho do acervo: acervos maiores, classificações mais acuradas; acervos menores, classificações mais genéricas, sempre levando em conta que se trata de um código para organização das estantes, não para recuperação.

Cabem aqui, também, observações nossas:

- conheça, leia atentamente as instruções e, se possível, o manual de uso, do sistema de classificação que deseja empregar. Muitas vezes se fazem confusões homéricas, porque o sistema em si é um ilustre desconhecido, aprendido em poucas horas na sala de aula;
- por favor, uma vez que leu as instruções: na CDD, *não utilize 810 para literatura norte-americana,* porque este número se destina à literatura *mais importante* para sua biblioteca. Por mais culturalmente dependentes que sejamos, a literatura brasileira (nos parece) continua a ser mais importante do que a literatura norte-americana. Use 820 para toda a literatura de língua inglesa. A própria CDD tem várias soluções para o caso, no início da tabela 800. Nossa proposta é, para toda a literatura de língua portuguesa, ao utilizar a classe 800: 8B0 para brasileira, 8F0 para literatura africana (ou mais específica ainda), porque assim a literatura brasileira seria a primeira, 8P0 para portuguesa e assim por diante, precedendo todas as demais literaturas.

Em conclusão, Wynar lembra que a

> classificação é linear e, portanto, unidimensional; porém, as relações entre livros são multidimensionais e não podem ser representadas como projeção de uma linha reta. Por ser a classificação linear, deve-se designar um [único] número de classificação a um livro, trate este livro de um ou vários assuntos. Por essa razão, foi necessário desenvolver abordagens de assunto suplementares para os materiais classificados, através de cabeçalhos de assunto e remissivas que os conectam.

Vale também ressaltar que nem todas as bibliotecas utilizam sistemas tradicionais de classificação para todos os tipos de acervos.

Bibliotecas infanto-juvenis, por exemplo, substituem números por uma codificação de cores, indicando gênero e/ou faixa etária. Segundo relato do professor Briquet de Lemos, algumas bibliotecas norte-americanas e inglesas, ao invés da classificação, utilizam símbolos para gêneros literários — o que parece de muita praticidade, tanto para o usuário como para o catalogador. Seguindo esta idéia, criamos (juntamente com Sidney Barbosa[4] e os ilustradores Rafael Brito e Iuri Rizzi) o *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais*. Não se trata de obra *sui generis*, uma vez que nos baseamos em estudos já estabelecidos sobre o tema, oriundos de diferentes países, inclusive com publicações consagradas. A inovação consistiu em incluir vocabulário essencialmente brasileiro, criar uma parte específica para gêneros infantis, buscar definição para todos os termos, incluir sugestões de ícones e separar os conteúdos dos continentes. Este vocabulário busca cobrir todos os gêneros ficcionais (não os gêneros literários) para diferentes meios de expressão (textos, filmes etc.) e se destina a bibliotecas e outros centros de lazer e incentivo à leitura. Por exemplo:

CHR,An

História policial: *Nemesis*, de Agatha Christie

Histórias de cavalaria

A entidade correspondente ao ministério da educação dos Estados Unidos (Department of Health, Education and Welfare), na década de 1960, criou um esquema de classificação para as bibliotecas escolares norte-americanas, em que os grandes assuntos eram representados por letras, quase sempre mnemônicas, correspondendo às diversas disciplinas do currículo. Enfim, diferentes soluções para diferentes públicos, todas igualmente válidas.

7.2 Notação de autor

A notação de autor constitui um código representativo do sobre-

nome do autor utilizado como cabeçalho do ponto de acesso principal. Por exemplo:

CAM Campello, Bernadete Santos (⇒ notação de autor)
Fontes de informação especializada / Bernadete Santos Campello, Carlita Maria [...]

Cutter[5] criou uma tabela de códigos de nomes pessoais, amplamente empregada no Brasil. Embora a 'tabela de Cutter', como ficou conhecida, seja de grande utilidade para nomes da língua inglesa, é bastante precária para nossa língua. O usuário visualiza a tabela de Cutter como um código cabalístico, sem nenhum sentido lógico. A tabela de Cutter representa cada sobrenome pela letra inicial, seguida de três dígitos. Quando um sobrenome não se enquadrar exatamente no sobrenome previsto, deve-se usar o código imediatamente anterior. No caso de obras com ponto de acesso principal pelo título, o código de Cutter corresponderá à primeira palavra do título que não seja artigo. Algumas fontes de auxílio na internet já permitem a recuperação direta desta notação (cf. http://www.oclc.org/dewey/support/program/).

Outra tabela, muito mais interessante para bibliotecas brasileiras que fazem questão do uso de códigos, é a tabela PHA (isto é: Prado, Heloísa de Almeida), de Heloísa de Almeida Prado.[6] A autora não apenas criou uma tabela ao 'estilo Cutter' para nomes brasileiros, como também faz sugestões excelentes para aplicação e uso do seu e de quaisquer outros códigos, às quais retornaremos abaixo. Exemplos das tabelas:

PONTO DE ACESSO		TABELA CUTTER		TABELA PHA
CAMPELLO (pelo sobrenome)		C193		C196
	Campe	193	Campe	196
	Campen	194	Campi	197
PLANEJAMENTO (pelo título)		P712		P773
	Plane	712	Plan	773
	Plant	713	Plani	774

As grandes vantagens das tabelas PHA e de Cutter são permitir que sejam consideradas mais de três letras no sobrenome do autor e evitar a formação de conjuntos estranhos de letras. No entanto, inúmeras bibliotecas — algumas gigantescas — usam um código formado pelas três primeiras letras do autor, o que facilita muito o

trabalho do catalogador e a compreensão do código pelo usuário. Esse sistema é largamente empregado na Europa, com ótimos resultados. Por exemplo:

Barbosa ⇒ BAR
Campello ⇒ CAM
Cervantes ⇒ CER
Planejamento ⇒ PLA

Como tais códigos servem apenas para ordenação nas estantes, em determinado acervo, a partir de números de classificação idênticos, nada impede que o catalogador, em sua biblioteca, adote maior número de letras, ou, por exemplo, crie códigos adicionais para prenomes. Prado ressalta que cada forma de nome a ser codificada deve ter sua própria e única notação, que só pertença a esta forma padronizada do nome.

Enfim, métodos diferentes daqueles de Cutter e de Prado são permitidos e aceitos por sistemas manuais ou automatizados e por catálogos coletivos; acham-se abertos, também, à criatividade do catalogador.

7.3 Outros elementos distintivos

Podem existir coincidências de número de classificação e de notação de autor para duas obras distintas, ou para várias edições diferentes de um mesmo item. Ao mesmo tempo, a biblioteca pode conter diferentes acervos no mesmo espaço físico: acervo de referência, acervo de obras raras, acervo de audiovisuais, entre outros, o que significa armazenamento diferenciado dos itens, devido a seu suporte e/ou a seu uso. Cabe ao número de chamada fazer com que cada exemplar ou volume tenha seu número de chamada próprio, de modo a torná-lo único na coleção. Para tanto, geralmente se utilizam outros elementos distintivos, tais como:

- indicação de acervo: letra(s) maiúscula(s) mnemônica(s), registrada(s) acima ou antes do número de classificação, identificando o acervo; comumente, não se usam letras para o acervo geral. Por exemplo:

R (⇒ obra do acervo de referência)
015

AV (⇒ obra do acervo de audiovisuais)
025.32

- indicação do título: letra (geralmente uma) correspondente à inicial da primeira palavra do título que não seja um artigo, registrada em letra minúscula após a notação de autor; quando há mais de um título, do mesmo autor e letra inicial dos títulos coincidente, podem-se usar tantas letras quanto necessário. Por exemplo:

PHA		Cutter		Nominal
823.5 S888cl	ou	823.5 S889cl	ou	823.5 STOcl ⇒ para *Clientes demais*, de R. Stout
823.5 S888co	ou	823.5 S889co	ou	823.5 STOco ⇒ para *Cozinheiros demais*, de R. Stout

- no caso de títulos de livros com a primeira palavra repetida em diferentes histórias, Prado sugere acrescentar outra letra significativa, ou numerar a série. Por exemplo:

PHA	Cutter	Nominal
820 R788hp	820 R884hp	820 ROWhp ⇒ para *Harry Potter e a pedra filosofal*, de J.K. Rowling

PHA	Cutter	Nominal
820 R788hc	820 R884hc	820 ROWhc ⇒ para *Harry Potter e a câmara secreta*, de J.K. Rowling

ou

PHA	Cutter	Nominal
820 R788h1	820 R884h1	820 ROWh1 ⇒ *Harry Potter e a pedra filosofal* – primeiro livro recebido

PHA	Cutter	Nominal
820 R788h2	820 R884h2	820 ROWh2 ⇒ *Harry Potter e a câmara secreta* – segundo livro recebido

- no caso de traduções, ainda a tabela PHA propõe "uma codifica-

ção especial que as reúna por seu título original", inclusive com indicação do tradutor. Por exemplo:

As barbas do imperador, de Lilia Moritz Schwarcz, tradução para o inglês por John Gledson, com o título *The emperor's beard*:

PHA	Cutter	Nominal	
923.1	923.1	923.1	⇒ notação para o título original
S426b	S399b	SCHb	

PHA	Cutter	Nominal	
923.1	923.1	923.1	⇒ idioma da tradução (I de inglês em maiúscula)
S426bI	S399bI	SCHbI	

PHA	Cutter	Nominal	
923.1	923.1	923.1	⇒ idioma da tradução e inicial do tradutor (melhor opção para crescimento do acervo)
S426bIg	S399bIg	SCHbIg	

ou

PHA	Cutter	Nominal	
923.1	923.1	923.1	⇒ iniciais dos títulos original e traduzido(para pequenos acervos)
S426be	S399be	SCHbe	

Lembremo-nos também que, se a notação se refere ao título de uma obra anônima ou de autoria difusa, por motivos óbvios não se coloca a letra correspondente ao título. Por exemplo:

PHA	Cutter	Nominal	
030	030	030	
E46	E56	ENC	⇒ para a Enciclopédia Mirador Internacional

- indicação da edição: dado de edição registrado, abaixo da notação de autor e título, quando há mais de uma edição da mesma obra. Por motivos também óbvios, não se registra a primeira edição. Por exemplo: *Introdução à biblioteconomia*, de Edson Nery da Fonseca:

PHA	Cutter	Nominal	
020	020	020	⇒ para a primeira edição
F743i	F676i	FONi	

020	020	020	
F743i	F676i	FONi	⇒ para a segunda edição
2. ed.	2. ed.	2. ed.	

- indicação de data: dado utilizado no caso de congressos, conferências e eventos assemelhados, que se repetem em períodos estabelecidos; registra-se a data abaixo da notação de autor e título. Por exemplo, segundo a tabela PHA:

020.6381	020.6381
C759a	C759a
2001	2003

- indicação de volume: dado de volume registrado, no caso de obra que compreende vários volumes, abaixo da notação de autor e título e do dado de edição, quando houver. Por exemplo:

036.9	036.9	036.9
E46	E46	E46
3. ed.	3. ed.	3. ed.
v. 1	v. 2	v. 3

- indicação de exemplar: dado de exemplar registrado, como última informação do número de chamada, quando o item possuir vários exemplares; este dado é importante para controle de empréstimo, ou de danos em um exemplar determinado. Caso a biblioteca receba um primeiro exemplar e, posteriormente, os demais, não há necessidade de refazer o registro do primeiro. Por exemplo:

020	020
F743i	F743i
2. ed.	2. ed.
	ex. 2

Por questões práticas, o número de chamada de um livro, além de figurar na etiqueta de lombada, deve ser também registrado, a lápis, no verso de sua página de rosto (preferencialmente), na própria página de rosto ou na última página, visando à fácil substituição em caso de perda de etiqueta. Os demais tipos de recursos bibliográficos demandam solução apropriada.

Concluído o número de chamada, o recurso físico acha-se pronto para registro, preparação para empréstimo e armazenagem nas estantes. Mas o que fazemos com nossa catalogação, ou nosso registro bibliográfico? É o que veremos no capítulo a seguir.

Referências

1 PINHEIRO, Ana Virgínia da Paz. *A ordem dos livros na biblioteca*. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

2 WYNAR, B.S. *Introduction to cataloging and classification*. 3rd ed. Littleton: Libraries Unlimited, 1967.

3 RANGANATHAN, S.R. *Prolegomena of library classification*. 3rd. ed. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

RANGANATHAN, S.R. *Philosophy of library classification*. New Delhi: Ess Ess Publ., 1989, repr. 2006.

GOMES, Hagar E.; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Revisitando Ranganathan: a classificação na rede*. 2006. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/revisitando/revisitando.htm>. Acesso em: 7 fev. 2009.

Sítio importante, mantido pelo grupo de Hagar Espanha Gomes: <http://www.conexaorio.com/biti/>

4 BARBOSA, Sidney; MEY, Eliane S.A.; SILVEIRA, Naira C. *Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais*. Ilustrações de Rafael Brito e Iuri Rizzi. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005. (Prazer de fazer, 1).

5 CUTTER, Charles A. *Cutter-Sanborn three figure author tables*. Swanson-Swift revision. Chicopee, Mass.: H. R. Huntting Co., 1969. Disponível em: <http://www.oclc.org/dewey/support/program/>. Acesso em: 7 fev. 2009.

6 PRADO, Heloísa de A. *Tabela PHA: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação*. 3. ed., rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

8 OS CATÁLOGOS

Os catálogos, cujas funções se encontram no capítulo 1 deste pequeno manual, constituem a fonte, por excelência, de acesso aos registros do conhecimento reais ou ciberespaciais, sejam eles catálogos manuais ou automatizados. O registro bibliográfico pode, por exemplo, estar junto ao registro do conhecimento, como no caso dos metadados. Porém, sempre haverá catálogos ocultos, não aparentes aos usuários das bases de dados, que permitam a busca e o acesso.

Reside nos catálogos a grande diferença entre a produção manual e automatizada, tanto na elaboração como no produto final. Até agora, tratamos de artefatos intelectuais, em que as máquinas e as tecnologias auxiliam, mas não substituem o trabalho humano de análise e representação dos registros do conhecimento, para um determinado tipo de público e a ele adequadas. Ou seja, criamos informações sobre os registros do conhecimento, que deverão ter entrada em uma base de dados: manual, como um catálogo em fichas, ou automatizada, como em um computador ou terminal, de modo a permitir a busca e o acesso pelos usuários.

A lógica da organização e da própria existência dos catálogos se assemelha em ambos os casos; porém, as formas de inclusão e de apresentação divergem bastante. A permanência dos formatos manuais se deve a dois fatos: a) nem todos possuem computadores; b) quem entende os catálogos manuais, sabe perfeitamente o porquê e a forma daqueles automatizados, inclusive os motivos óbvios pelos quais alguns se tornaram desnecessários.* Assim, dividimos este capítulo em duas grandes partes: os catálogos manuais e os catálogos automatizados.

* Sugerimos que, ao final do tópico sobre os catálogos manuais internos, para sua melhor compreensão, o paciente leitor volte ao capítulo 2 e às entidades dos FRAD, com seus diagramas.

8.1 Os catálogos manuais em fichas

Os catálogos manuais dividem-se, por sua vez, em duas categorias: aqueles destinados ao público — denominados externos — e aqueles destinados aos serviços bibliotecários — os internos ou auxiliares. Os externos são um produto dos catálogos internos; portanto, devem ser inteiramente compatíveis.

8.1.1 Os catálogos externos

Os *catálogos externos* ou do público incluem o registro bibliográfico completo de cada um dos itens do acervo, organizados de modo a permitir a busca pelos pontos de acesso determinados para aquele item. Nos catálogos manuais, há três tipos de acesso:

- responsabilidade: pessoal ou de entidade coletiva; de autoria ou de outros tipos de responsabilidade pela obra, pela expressão ou pela manifestação, em certos casos;
- título: título principal, título da série, outros títulos associados à obra, à expressão ou à manifestação;
- assuntos, quaisquer que sejam suas representações: termos, cabeçalhos, números de classificação, entre outros.

Os catálogos externos podem ser organizados:

alfabeticamente:
- como um todo, com as entradas de responsabilidade, título e assunto intercaladas, denominado *catálogo-dicionário*;
- com entradas de responsabilidade, título e assunto organizadas separadamente, cada uma formando um catálogo: catálogo de responsabilidades (ou de autores) catálogo de títulos e catálogo de assuntos; neste caso, chama-se *catálogo dividido*;

sistematicamente:
- com entradas de assuntos organizadas pelo número de classificação, o que exige um índice alfabético de assuntos que remeta ao número de classificação, e entradas de responsabilidade e/ou título organizadas alfabeticamente, em catálogo(s) separado(s).

Tomando-se como base os registros bibliográficos a seguir, obtêm-se os catálogos apresentados nas páginas subsequentes. Os registros bibliográficos em ficha, como facilmente verificável, se mostram os mais sintéticos (mais, inclusive, do que os catálogos automatizados). Nos exemplos, utilizamos, para o número de chamada a CDD e a tabela PHA; mesmo sabendo que existem outros pontos de acesso para assunto, incluímos apenas o primeiro, correspondente ao número de classificação.

Exemplos de três registros bibliográficos em fichas:

```
981.02
B941c    Bueno, Eduardo, 1958-
         Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores /
         Eduardo Bueno. – Rio de Janeiro : Objetiva, 1999. – 287
         p. : il. – (Terra brasilis ; v. 3). – Subtítulo retirado da
         capa. – ISBN 85-7302-252-3
         1. BRASIL – HISTÓRIA – CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762. I.
         Título. II. Série.
```

```
410
C875p    Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
         Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. – Rio
         de Janeiro : Record, 2000. – 866 p. – Bibliografia: p.
         [815]-822. – ISBN 85-01-05640-5
         1. LINGUAGEM E LÍNGUAS – ESTRANGEIRISMOS. I. Título.
```

```
002
M347p    Martins, Wilson, 1921-
         A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da
         biblioteca : com um capítulo referente à propriedade
         literária / Wilson Martins. – 3. ed. il., rev. e atual., 3.
         impr. – São Paulo : Ática, 2001. – 519 p. : il. – (Temas ;
         v. 49). – Inclui índice. – ISBN 85-08-05757-1
         1. LIVROS – HISTÓRIA. I. Título. II. Série.
```

ORDENAÇÃO DAS FICHAS NO CATÁLOGO-DICIONÁRIO

Terra brasilis ; v. 3
981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —

Temas ; v. 49
002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

Palavras sem fronteiras
410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

A palavra escrita
002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

LIVROS – HISTÓRIA
002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

LINGUAGEM E LÍNGUAS - ESTRANGEIRISMOS
410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

Capitães do Brasil
981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —

981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —

BRASIL - HISTÓRIA - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762
981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno.
— Rio de Janeiro : Objetiva, 1999. — 287 p. : il. — (Terra brasilis ; v. 3). —
Subtítulo retirado da capa. — ISBN 85-7302-252-3

1. BRASIL - HISTÓRIA - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762. I. Título.
II. Série.

CATÁLOGO DIVIDIDO:
A) CATALOGO DE RESPONSABILIDADE (AUTORES)

002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —
Rio de Janeiro : Objetiva, 1999. — 287 p. : il. — (Terra brasilis ; v. 3). —
Subtítulo retirado da capa. — ISBN 85-7302-252-3

1. BRASIL - HISTÓRIA - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762. I. Título.
II. Série.

B) CATÁLOGO DE TÍTULOS:

Terra brasilis ; v. 3
981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —

Temas ; v. 49
002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

Palavras sem fronteiras
410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

A palavra escrita
002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

Capitães do Brasil
981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —
Rio de Janeiro : Objetiva, 1999. — 287 p. : il. — (Terra brasilis ; v. 3). —
Subtítulo retirado da capa. — ISBN 85-7302-252-3

1. BRASIL - HISTÓRIA - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762. I. Título. II.
Série.

C) CATALOGO DE ASSUNTOS:

LIVROS – HISTÓRIA
002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

LINGUAGEM E LÍNGUAS – ESTRANGEIRISMOS
410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

BRASIL – HISTÓRIA – CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762
981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. — Rio de Janeiro : Objetiva, 1999. — 287 p. : il. — (Terra brasilis ; v. 3). — Subtítulo retirado da capa. — ISBN 85-7302-252-3

1. BRASIL - HISTÓRIA - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762. I. Título. II. Série.

Algumas poucas observações sobre o catálogo sistemático. Este encontra-se em desuso, pois os símbolos de classificação (não os números em si), se mostram mais difíceis em ambientes automatizados. Suas grandes vantagens — a superação de barreiras linguísticas e a superação do problema de sinonímia e homonímia — hoje são obtidas por outros meios, com o uso dos recursos computacionais aplicados às linguagens documentárias, em especial às palavras. Como não se trata mais do tema e pode ser que ainda existam catálogos sistemáticos, consideramos interessante que permanecesse neste manual.[1]

Uma questão importante: no índice alfabético de assuntos, como diz o nome, organiza-se o vocabulário em ordem alfabética, e não há controle de sinonímia, porque todos os termos citados referem-se à mesma notação.

No catálogo sistemático, como se pode verificar no exemplo, o número de chamada passa à direita da ficha catalográfica; à esquerda, registra-se o número de classificação, que pode diferir do número de chamada, porque um item pode ter mais de um ponto de acesso classificado de assunto, enquanto o número de chamada permanece o mesmo.

CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

981.02 — 981.02 B941c
Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —

410 — 410 C875p
Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

002 — 002 M347p
Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo referente à propriedade literária / Wilson Martins. — 3. ed. il., rev. e atual., 3. impr. — São Paulo : Ática, 2001. — 519 p. : il. — (Temas ; v. 49). — Inclui índice. — ISBN 85-08-05757-1

002
I. Título. II. Série.

ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS:

Assunto	Notação
LIVROS – HISTÓRIA	002
LÍNGUAS E LINGUAGEM – ESTRANGEIRISMOS	410
LINGUAGEM E LÍNGUAS – ESTRANGEIRISMOS	410
HISTÓRIA DO LIVRO	002
HISTÓRIA DO BRASIL - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS – 1534-1762	981.02
ESTRANGEIRISMOS – LÍNGUAS	410
CAPITANIAS HEREDITÁRIAS – BRASIL - – 1534-1762	981.02
BRASIL –HISTÓRIA – CAPITANIAS HEREDITÁRIAS – 1534-1762	981.02
BRASIL – 1534-1762 – CAPITANIAS HEREDITÁRIAS	981.02

Mary Piggott sugeriu o acréscimo da data, abaixo da notação de classificação, para que o usuário possa escolher a edição mais adequada. Por exemplo, notações para o catálogo sistemático (não para o número de chamada) das duas edições de *Introdução à biblioteconomia*, de Edson Nery da Fonseca:

020	020
1992	2007

Ranganathan propôs que o índice alfabético de assuntos do catálogo sistemático (ou classificado, como ele o denomina) fosse um *índice em cadeia*, que mostra ao usuário a sequência de assuntos, do mais específico ao mais geral. Por exemplo:

Descrição bibliográfica : Catalogação : Funções da biblioteca : Biblioteconomia : Conhecimento em geral	025.32
Catalogação : Funções da biblioteca : Biblioteconomia : Conhecimento em geral	025.3
Funções da biblioteca : Biblioteconomia : Conhecimento em geral	025
Biblioteconomia : Conhecimento em geral	020
Conhecimento em geral	000

Mesmo sem grande uso no catálogo, o índice em cadeia pode caracterizar uma boa sinalização nas laterais das estantes, para indicação dos materiais ali armazenados e sua sequência lógica, limitado às notações encontradas nas estantes (preferencialmente em ordem inversa, do mais geral para o mais específico).

8.1.2 Os catálogos internos

Os *catálogos internos* ou *catálogos auxiliares* são os que dão suporte às diferentes atividades dos catalogadores, demais bibliotecários e auxiliares. Esses catálogos são indispensáveis para o controle dos cabeçalhos, dos acervos e dos catálogos externos, permitindo a continuidade e padronização do trabalho, mesmo que haja mudança dos catalogadores. Os catálogos internos abrangem: catálogo de identidade (ou de autoridade de nomes); catálogo de assuntos (ou de autoridade de assuntos); catálogo de número de classificação; catálogos de títulos: títulos de séries e títulos uniformes; catálogo decisório; catálogo de registro, catálogo oficial e catálogo topográfico.

Antes de iniciar o processo de registro bibliográfico, o catalogador, deve, obrigatoriamente, consultar seu catálogo interno (o oficial ou a base de dados) para:

- verificar se já existe o recurso bibliográfico no acervo. Identifica: novo exemplar, nova manifestação (nova edição, por exemplo), nova expressão (nova tradução, ou nova interpretação musical, por exemplo) ou nova obra.

Durante o processo, caso proceda a nova catalogação, deve consultar os catálogos internos para:

- verificar se os responsáveis já constam do catálogo de identidade;
- verificar títulos de séries e títulos uniformes nos respectivos catálogos de títulos;
- verificar os assuntos no catálogo de assuntos;
- verificar o número de classificação correspondente ao primeiro assunto dos pontos de acesso no catálogo de números de classificação.

Tais cuidados, primeiramente, facilitam o trabalho do catalogador; em segundo lugar, reúnem as obras, expressões e manifestações por sua semelhança, permitindo a identificação, a seleção e a recuperação de todos os itens desejados. Enfim, a essência da catalogação e do catálogo!

8.1.2.1 Catálogo de identidade ou 'de autoridade'

O *catálogo de identidade*, também (erroneamente) denominado *catálogo de autoridade de nomes*, compreende as formas autorizadas de nomes para: pessoas, famílias, entidades coletivas, sejam estas últimas de caráter permanente (organizações, estabelecimentos) ou temporário (congressos e assemelhados).

Considera-se errôneo o termo 'de autoridade', por se tratar de tradução literal e fora de contexto do inglês *authority files*. *Authority* tem o sentido de 'com autoridade' (segundo Jaime Robredo), ou 'autorizado', e não, 'de autoridade', ou seja, autoridade governamental, paterna, entre outras, na língua portuguesa. No máximo, poder-se-ia compreender: catálogo 'da autoridade', isto é, da instituição com autoridade para indicar ou determinar o uso do cabeçalho.

Cabe aqui um parêntese: cada vez mais traduzimos (todos nós brasileiros, não apenas os bibliotecários ou catalogadores, seja bem explicado) termos literalmente do inglês, ou os usamos em inglês mesmo, sem compreendermos seu exato significado, ou seu con-

texto. A tradução é algo que vai além da simples correlação de termos. Se assim fosse, qualquer dicionário automático poderia traduzir qualquer documento, até o *Ulysses*, de James Joyce. Deveríamos aprender com a própria língua inglesa a criar termos que expliquem o significado de seu emprego, ou traduzir de acordo com o contexto empregado na língua de origem, seja ela inglesa ou qualquer outra. Preferencialmente, deveríamos usar termos já existentes na língua portuguesa, no seu exato significado.

Este catálogo pode englobar todos os nomes, ou ser subdividido em nomes pessoais e de família; nomes de entidades coletivas de caráter permanente; e nomes de entidades coletivas de caráter temporário, caso assim se mostre mais fácil à consulta, na dependência do tamanho do catálogo em fichas. As formas autorizadas servem tanto aos cabeçalhos de responsabilidade como aos cabeçalhos de assunto: devem apresentar-se de modo idêntico, apenas em diferentes catálogos externos, quando for o caso. A entrada para a forma autorizada compreende:

- a forma autorizada em si. Esta forma pode incluir: o nome propriamente dito e outros acréscimos necessários, quando for o caso. *Não pode haver*: dois cabeçalhos idênticos para entidades bibliográficas diferentes, nem dois cabeçalhos diferentes para a mesma entidade bibliográfica (vale lembrar: uma única pessoa física pode ter mais de uma identidade bibliográfica [*persona*] — nome verdadeiro e pseudônimos etc.);
- o recurso que serviu de base para o estabelecimento da forma autorizada: título e data de publicação ou produção;
- a fonte de informação que serviu de base ao estabelecimento da forma autorizada. Hoje, utilizam-se muito: a lista de autoridades da BN (ver em http://www.bn.br, Serviços a profissionais, Catálogo de autoridades de nomes) e a lista de cabeçalhos autorizados da LC (http://authorities.loc.gov). Evidentemente, há inúmeros outros catálogos nacionais, preferíveis quando se sabe a que grupo linguístico pertence o responsável. Existem, também, as fontes manuais, como a catalogação na publicação do próprio recurso, dicionários e enciclopédias especializadas, diretórios, outras fontes de referência especializadas ou gerais, e o próprio recurso, na falta de outras fontes, do qual se deve preferir a fonte principal de informação como base para o estabelecimento da forma autorizada. Usa-se anteceder a fonte por um sinal indicador da existência (em geral ✓) ou da inexistência (em geral um zero: 0) da forma estabelecida. Como as fontes são padronizadas, muitas bibliotecas já fazem um carimbo com a lista de fontes disponíveis, bastando apenas acrescentar o símbolo que a precede. As fontes possuem uma ordem de precedência para busca; caso o nome seja encontrado na primeira fonte, não há necessidade de pesquisa nas demais. Quando a fonte é o próprio recurso, indica-se apenas a parte (página de rosto, rótulo etc.) de onde se retirou a informação;
- remissivas: incluem-se todas as formas não utilizadas do nome, ou outras formas do nome também utilizadas, que deverão constar do catálogo interno e do catálogo externo. Antecedem-se as remissivas 'ver' por *x* e as remissivas 'ver também' por *xx*;

ATENÇÃO! Não mande o coitado do usuário procurar um 'ver também' que não existe!

- datas: muitos catálogos incluem as datas de nascimento e morte (quando for o caso, obviamente) do nome da pessoa, precedidas da letra *d*;
- outros dados: o catalogador pode incluir outros dados e observações que considerar importantes para identificação do nome ou para uso do cabeçalho;
- notação de autor: o acréscimo da notação para o nome, seja ela da tabela PHA, da tabela de Cutter ou as três letras iniciais da forma nominal, facilita a catalogação e reúne todos os recursos de mesma entidade bibliográfica (por exemplo: mesmo autor pessoal, mesmo congresso).

Este catálogo é organizado em ordem alfabética de nomes. Exemplo de ficha de identidade:

Assis, Machado de, 1839-1908.
x Assis, Joaquim Maria Machado de, 1839-1908.
x Machado de Assis, Joaquim Maria, 1839-1908.
✓ Autor de: Quincas Borba. 1899.
✓ LC authorities 23/12/2005 (/Machado de Assis)
✓ www.academia.org.br/machado.htm (d.n.: 21/6/1839; d.m.: 29/9/1908)

Exemplo das fichas correspondentes nos catálogos externo e interno:

Assis, Joaquim Maria Machado de, 1839-1908
ver
Assis, Machado de, 1839-1908

Machado de Assis, Joaquim Maria, 1839-1908
ver
Assis, Machado de, 1839-1908

> ATENÇÃO! As remissivas 'ver também' precisam constar, apenas, do catálogo externo de responsabilidade, por já estarem incluídas nas fichas de identidade, de forma cruzada. No entanto, as formas de nome não utilizadas, isto é, as remissivas 'ver' precisam ser incluídas nos catálogos de responsabilidade, do público, e de identidade, do bibliotecário.

8.1.2.2 Catálogo de assuntos ou 'de autoridade' de assuntos
Outro catálogo importantíssimo para os bibliotecários, e não apenas para os catalogadores, o *catálogo de assuntos* abrange os termos ou símbolos autorizados para representação dos assuntos dos itens. Compreende, também, as fontes pesquisadas, os termos não utilizados (UP = usado para), que indicam a remissiva 'ver', os termos relacionados com o assunto (TE = termo específico; TG = termo geral; TR = termo relacionado), que indicam a remissiva 'ver também', e o número de classificação correspondente, que deve ser empregado sempre que o termo for o primeiro dos pontos de acesso de assuntos.

Caso o vocabulário controlado[2] escolhido seja a lista de cabeçalhos de assuntos da LC (ou LCSH, que significa Library of Congress Subject Headings), as fontes de pesquisa são, nesta ordem de preferência: o catálogo de 'terminologia de assuntos' da BN (http://catalogos.bn.br) e a própria LC. Caso o vocabulário seja um tesauro, ou outra lista (existem inúmeras, para diferentes especialidades e redes), a fonte deve ser o próprio vocabulário e suas prováveis constantes atualizações. Nunca se devem incluir termos novos sem autorização da entidade ou rede responsável pelo vocabulário, porque há muitas variáveis e conhecimentos a levar em consideração para criação de termos. Nunca se devem empregar diferentes vocabulários para o mesmo assunto, pois tanto a sintaxe como a semântica dos mesmos diferem enormemente. Assunto padronizado significa assunto recuperado!

O acréscimo do número de classificação permite a reunião nas

estantes de todos os itens com o mesmo primeiro assunto. Este catálogo é organizado em ordem alfabética de assuntos.

Imagine-se, pois, uma biblioteca que emprega a lista de cabeçalhos de assuntos da BN, com a CDD (22ª ed.) para o assunto 'catalogação'; ter-se-ia uma entrada no catálogo interno de assunto como segue:

CATALOGAÇÃO
(sub. geogr.)*
LC Cataloging
UP Representação bibliográfica
TE Catalogação descritiva
TG Bibliotecas – Processamento técnico
TR Catálogos de bibliotecas
✓ LCSH
CDD 22ª ed. 025.3

Foram incluídos apenas os termos para os quais o acervo específico inclui recursos bibliográficos. Ignoraram-se os demais termos, mesmo que indicados no vocabulário controlado em uso. Por outro lado, acrescentou-se um sinônimo em remissiva 'ver' (UP), considerado de interesse para os usuários deste acervo. Assim, obtêm-se as seguintes fichas (eliminaram-se dos registros todos os respectivos termos específicos adicionais):

BIBLIOTECAS – PROCESSAMENTO TÉCNICO
(sub. geogr.)
LC Processing (Libraries)
TE Catalogação
✓ LCHS

CATALOGAÇÃO DESCRITIVA
(sub. geogr.) ⇒ *catálogo de assuntos interno*
LC Descriptive cataloging
TG Catalogação
✓ LCSH

CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS
(sub. geogr.)
LC Library catalogs
IP Bibliotecas – Catálogos
TG Catálogos
✓ LCSH

---

* A indicação (sub. geogr.) indica que este cabeçalho aceita subdivisão geográfica.

Fichas para os catálogos de assuntos externo e interno:

Bibliotecas – Catálogos
ver
CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS

Representação bibliográfica
ver
CATALOGAÇÃO

Fichas para o catálogo externo de assuntos:

CATALOGAÇÃO
ver também
BIBLIOTECAS – PROCESSAMENTO TÉCNICO
CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

BIBLIOTECAS – PROCESSAMENTO TÉCNICO
ver também
CATALOGAÇÃO

CATALOGAÇÃO DESCRITIVA
ver também
CATALOGAÇÃO

8.1.2.3 Catálogo dos números de classificação

O catálogo dos números de classificação permite o controle sobre o número utilizado, de forma a ser empregada a mesma notação para o mesmo assunto, evitando duplicidade de notações ou de interpretação.

Este catálogo, organizado na ordem dos números de classificação, compreende a notação propriamente dita; seu respectivo assunto, com sinônimos; explicações sobre abrangência e uso do número, ou sobre sua escolha, quando necessárias; fonte da notação, isto é, edição utilizada do sistema de classificação escolhido. Por exemplo, no caso da CDD:

025.3
Catalogação
Representação bibliográfica

Usar para catalogação considerada no todo, descritiva e temática.
22ª ed.

8.1.2.4 Catálogos de títulos

Os catálogos de títulos compreendem catálogo de séries e catálogo de títulos uniformes. Ambos são organizados em ordem alfabética.

O catálogo de séries se torna necessário porque, muitas vezes, o

título da série apresenta ligeiras modificações nos diferentes recursos, que não chegam a constituir uma nova série, mas dificultam a reunião delas. Assim, o título da série pode ser transcrito, na descrição bibliográfica, na forma como aparece no item, mas é padronizado no ponto de acesso. Este catálogo também se mostra útil para identificar séries que mudam de título.

O catálogo compreende o título padronizado da série, as remissivas dos títulos variantes e notas explicativas, quando necessárias; inclui também remissivas 'ver' ou 'ver também', conforme o caso, dos títulos variantes para o título padronizado. Incluem-se as remissivas 'ver também' no catálogo externo de títulos; as remissivas 'ver', nos catálogos externo de título e interno de série. Por exemplo:

Primeiros passos
x Coleção primeiros passos

Coleção primeiros passos
ver
Primeiros passos

Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5. Brasiliana
x Biblioteca pedagógica brasileira. Serie 5ª, Brasiliana
x Biblioteca pedagógica brasileira. Brasiliana. Série 5ª

Biblioteca pedagógica brasileira. Serie 5ª, Brasiliana
ver
Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5. Brasiliana

Biblioteca pedagógica brasileira. Brasiliana. Série 5ª
ver
Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5. Brasiliana

O catálogo de títulos uniformes é importantíssimo, pois controla o título padronizado para diversos tipos de obras que podem variar em seus títulos de expressões e manifestações. Torna-se indispensável para legislação, música, filmes e obras com diferentes traduções, por vezes em mais de um idioma. Cada entrada se constitui do nome do autor e/ou do próprio título uniforme, indicação de remissivas e explicações sobre seu uso, quando cabíveis. Por exemplo:

Beethoven, Ludwig van, 1770-1827.
[Concertos, piano, orquestra, n. 5, op.73, Mi bemol maior]

x Concerto do imperador

Beethoven, Ludwig van, 1770-1827.
Concerto do imperador
ver
[Concertos, piano, orquestra, n. 5, op.73, Mi bemol maior]

Amado, Jorge, 1912-2001.
[Dona Flor e seus dois maridos. Inglês]
Dona Flor and her two husbands : a moral and amorous tale [...]

8.1.2.5 Catálogo decisório
O catálogo decisório se torna indispensável aos catalogadores, tanto em ambientes manuais como automatizados, uma vez que registra todas as decisões e suas justificativas, quanto à catalogação e aos catálogos. Assim, permite a continuidade do trabalho, mesmo que mudem os responsáveis pelo setor. Este catálogo é organizado em ordem alfabética.

Há inúmeros aspectos que cabem à decisão de cada instituição: a utilidade, ou não, de certos pontos de acesso; o uso de edições determinadas de sistemas de classificação; o uso, ou não, de códigos ou tabelas para notação de autor; a inclusão de itens em acervos próprios, dentro da coleção, e assim por diante. Todas as decisões adotadas devem, obrigatoriamente, registrar-se no catálogo decisório. Por exemplo:

Editora – Entidade X
Gerar ponto de acesso para a entidade X quando for editora de um recurso.

8.1.2.6 Catálogo de registro
O catálogo de registro é o substituto em fichas do livro de registro, ou livro de tombo. Tombo, aqui, possui o sentido de 'registro, inventário' e não, obviamente, de queda. Trata-se de um catálogo, ou livro, onde se dá um número de patrimônio bibliotecário, ou de registro, a cada um dos volumes físicos entrados em uma biblioteca, para efeito de controle do acervo e verificação de perdas ou desgastes. Não se registram itens, registra-se cada um dos suportes físicos, isto é, cada um dos componentes ou cada um dos exemplares de um item. No caso de registro em fichas, há tantas fichas de tombo quantos sejam os exemplares ou volumes. Por exemplo: se uma enciclopédia se constitui de 10 volumes, cada um dos volumes receberá um número de registro diferente e uma ficha correspondente.

O registro assinala a incorporação do suporte ao acervo e sua saída, ou baixa, quando for o caso. O número de registro, em bibliotecas não automatizadas, ou parcialmente automatizadas, serve para identificar o exemplar em si para fins de empréstimo. Muitas bibliotecas empregavam o livro de registro ou tombo. O livro é mais seguro; as fichas, mais práticas. Em livro ou ficha, cada exemplar é identificado por um número sequencial, por sua ordem de chegada, e o catálogo é organizado por este número. O número sequencial pode recomeçar a cada ano, ou seguir indefinidamente.

O registro deve ser feito por auxiliares de biblioteca, cabendo aos bibliotecários, apenas, mostrar como fazer e conhecer a utilidade do registro. Ao ser incorporado ao acervo, o registro indica a forma de aquisição e o preço (quando possível). Se um suporte físico se extraviar, se deteriorar ou for indicado para descarte, isto é, chegar ao fim de sua vida útil à biblioteca, será preciso dar-lhe baixa, retirando-o da estante, quando for o caso, e retirando suas fichas de todos os catálogos, exceto aquela do catálogo de registro, onde se anotarão a baixa e seu motivo. Assim, para efeitos administrativos, haverá a história do exemplar no acervo.[3]

Por se tratar de um controle patrimonial, muitas bibliotecas consideram o registro como o primeiro passo do suporte na biblioteca. Em geral, isto ocasiona problemas, porque nem sempre a 'descrição' elaborada pelo auxiliar coincide com o registro bibliográfico. A nosso ver, o registro ou tombo deveria representar a etapa final do recurso, precedendo sua armazenagem e arquivamento de suas fichas. Aproveitar-se-ia, então, o registro bibliográfico completo e correto, apenas acrescentando-lhe o número sequencial. Na página segunte mostra-se um exemplo de catálogo de registro, com o primeiro registro abreviado.

8.1.2.7 Catálogo oficial
O catálogo oficial, exclusivo para uso interno, constitui base e réplica do catálogo externo, mas com uma única entrada, organizado pelo ponto de acesso principal (seja de autor ou de título) ou sempre pelo título, o mais adequado. Serve, apenas, a ambientes não automatizados. Então, qual sua utilidade?

A mais simples é a manutenção dos catálogos externos, onde as fichas muitas vezes se extraviam ou se deterioram, devido ao ma

CATÁLOGO DE REGISTRO:

2002/358

002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo referente à propriedade literária / Wilson Martins. — 3. ed. il., rev. e atual., 3. impr. — São Paulo : Ática, 2001. — 519 p. : il. — (Temas ; v. 49). — Inclui índice. — ISBN 85-0-805757-1

1. LIVROS - HISTÓRIA. I. Título. II. Série.

Ex. 2 – compra – Livr. X - R$ 15,00

2002/357

002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo referente à propriedade literária / Wilson Martins. — 3. ed. il., rev. e atual., 3. impr. — São Paulo : Ática, 2001. — 519 p. : il. — (Temas ; v. 49). — Inclui índice. — ISBN 85-0-805757-1

1. LIVROS - HISTÓRIA. I. Título. II. Série.

Compra – Livr. X – R$ 15,00

nuseio constante. O catálogo oficial permite o controle sobre os catálogos externos e a substituição das fichas perdidas ou estragadas.

Sua segunda e mais importante função é a de auxílio aos catalogadores. Assim que um novo item chega à biblioteca, o catalogador deve procurar no catálogo oficial a existência de possíveis exemplares e/ou diferentes edições do item recém-chegado. É o primeiro ponto de pesquisa do catalogador, antes mesmo de dar início à catalogação.

Em catálogos automatizados, o registro bibliográfico único serve tanto aos usuários como aos bibliotecários.

Se este catálogo for organizado pelo título, como deve ser, torna-se necessária a indicação do ponto de acesso principal, ou depois da pista, ou no verso da ficha, para controle desse tipo de entrada no catálogo externo. Segue-se um exemplo de catálogo oficial, organizado pelo ponto de acesso principal.

CATÁLOGO OFICIAL:

002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo

410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. — Rio de Janeiro : Objetiva, 1999. — 287 p. : il. — (Terra brasilis ; v. 3). — Subtítulo retirado da capa. — ISBN 85-7302-252-3

1. BRASIL - HISTÓRIA - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, 1534-1762. I. Título. II. Série.

8.1.2.8 Catálogo topográfico

O catálogo topográfico, assim denominado por indicar a topografia (do grego τόπος [*topos*], lugar), isto é, a localização de todos os itens no acervo, possui algumas utilidades. É organizado pelo número de chamada, ou seja, pela ordem dos itens no acervo. Constitui-se de um registro bibliográfico completo relativo a cada um dos itens, ao qual se acrescentam os volumes ou exemplares existentes, com seus respectivos números de registro.

O catálogo topográfico serve ao inventário do acervo, isto é, à verificação da permanência ou extravio dos itens, ou dos exemplares e suas conições de uso. Serve também ao desenvolvimento de coleções, como forma de averiguar a quantidade de itens sobre determinado assunto. Por fim, permite o controle sobre a organização das estantes. Na página seguinte está um exemplo de catálogo topográfico.

8.2 Os catálogos automatizados

Iniciamos este tópico por dois aspectos extremamente positivos e importantes dos catálogos automatizados:

- embora a venda de fichas catalográficas pela LC, em 1901, tenha facilitado e muito a catalogação, apenas os catálogos automati-

CATÁLOGO TOPOGRÁFICO:

981.02
B941c Bueno, Eduardo, 1958-
Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores / Eduardo Bueno. —

410
C875p Costa, Sérgio Corrêa da, 1919-2005.
Palavras sem fronteiras / Sergio Corrêa da Costa. — Rio de Janeiro : Record,

002
M347p Martins, Wilson, 1921-
A palavra escrita : história do livro, da imprensa e da biblioteca : com um capítulo referente à propriedade literária / Wilson Martins. — 3. ed. il., rev. e atual., 3. impr. — São Paulo : Ática, 2001. — 519 p. : il. — (Temas ; v. 49). — Inclui índice. — ISBN 85-0-805757-1

1. LIVROS - HISTÓRIA. I. Título. II. Série.

2002/357
2002/358 – ex. 2

zados deram amplitude à catalogação cooperativa; provavelmente, pela facilidade e agilidade na consulta e na cooperação dos registros;

- os catálogos manuais só podem ser consultados dentro da biblioteca, em seu horário de funcionamento. Os catálogos automatizados acessíveis em rede permitem aos usuários a consulta externa, independentemente do horário da biblioteca. Antes mesmo de sair de casa, o usuário pode saber se um item está disponível para empréstimo.

Os catálogos automatizados, na maioria das vezes (embora devamos reconhecer: nem sempre...) trouxeram inúmeras facilidades: maior rapidez na busca, maior rapidez na atualização dos catálogos, maior número de itens reunidos, possibilidade de busca à distância, enfim, um variadíssimo leque de ferramentas de busca. No entanto, há alguns pontos a considerar, a nosso ver também importantes:

- os catálogos automatizados podem ser absolutamente incompreensíveis aos usuários;

- as formas de busca podem apresentar muitas falhas, tanto na estratégia, como na recuperação;
- o número de terminais pode ser insuficiente para o número de usuários, o que se mostra extremamente irritante e sem muita saída.

Portanto, vamos com calma e sem pensar que todos os nossos problemas estão solucionados.

Logo em seu início, os catálogos ditos automatizados nada mais eram do que mecanização dos catálogos em fichas, sem nenhuma vantagem aparente aos usuários e com muito mais trabalho para os bibliotecários (quem se lembra das famosas planilhas?). Na era da internet e dos bancos de dados relacionais, a história se torna muito diferente.

A providência primeira dos comitês internacionais de catalogação foi criar um padrão de apresentação do registro bibliográfico aos usuários para os OPACS (*online public access catalogs*, ou catálogos em linha de acesso público, isto é, catálogos que podem ser consultados por qualquer pessoa). Há uma versão preliminar deste padrão em <http://www.ifla.org/VII/s13/guide/opac guide03.pdf>, de 2003 (e uma publicação de 2005[4]). Este padrão está claríssimo, tanto na BN, como na LC, como se pode ver no exemplo abaixo, encontrado no catálogo da BN:

Autor:	<u>Costa, Sergio Corrêa da,</u> **1919-2005.**
Título / Barra de autoria:	**Palavras sem fronteiras /** Sergio Corrêa da Costa. –
Imprenta:	Rio de Janeiro : Record, 2000.
Descrição física:	866 p. ; 23cm.
Notas:	Bibliografia: p. [815]-822.
ISBN:	8501056405 (broch.)
Assuntos:	<u>Linguagem e línguas</u> – Estrangeirismos.
Classificação Dewey:	410
Edição:	19
Indicação do catálogo:	I-161,7,11
Registro patrimonial:	**990.907 DL 13/04/2000**
Sigla do acervo:	DRG

As palavras sublinhadas permitem um vínculo direto com os catálogos internos de nomes e de assuntos. Esses vínculos permitem ao usuário navegar pelo catálogo, uma das funções definidas pela Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.

Esta forma de apresentação facilitou muito a compreensão dos catálogos pelos usuários. As formas de busca, por sua vez, continuam as mesmas dos catálogos manuais, embora bastante ampliadas. Como já dito anteriormente, muitos catálogos permitem outros filtros, além de responsabilidade, título e assunto. No entanto, mais do que nunca, a padronização dos pontos de acesso se tornou indispensável. Um documento perdido nas estantes sempre pode ser recuperado por meio de *browsing* (folhear livros a esmo) ou de arrumação; porém, no ciberespaço, some entre as estrelas e pode jamais ser encontrado outra vez.

O número de terminais, a queda de energia ou da conexão se mostram, às vezes, problemas relativamente frequentes. Cada instituição precisa adequar seus catálogos automatizados e seus serviços a seus usuários. Quem sabe, compensa manter, em um cantinho mais escondido, o catálogo tradicional para as emergências?

Lembremo-nos de que trinta segundos à frente de um terminal pode parecer-nos uma eternidade!

O formato MARC 21 prevê os campos de controle local, no registro bibliográfico, ou um formato específico para o registro de coleções (MARC 21 Holdings Data). Portanto, o catálogo manual de registro pode ser desativado, porém não excluído o registro em si. Em geral, o número de registro tem sido substituído por um código de barras, que evita o desvio de recursos bibliográficos. Porém, atenção aos materiais preciosos e raros:[5] estes devem receber o mínimo de procedimentos invasivos por parte dos bibliotecários, como aposição de carimbos, etiquetas e assemelhados, e também não sairão de suas salas especiais. Exemplo de código de barras:

BC – UFSCar
M0114764

O formato MARC 21 bibliográfico substitui todos os catálogos externos e o catálogo oficial interno. Caso a instituição queira permanecer com catálogos em fichas, estas serão produzidas a partir do registro bibliográfico único automatizado, assim como todas as etiquetas necessárias ao acesso e ao empréstimo do recurso. Veja-se o mesmo exemplo, agora em MARC 21, retirado do catálogo da BN:


```
LDR 00700cam0022002297  4500
001 100050217444219E18
003 Br
005 20050930114658.6
008 200050s2000    rjb          000 0 por d
020 __ |a 8501056405 (broch.)
040 __ |a Br |b por
082 04 |2 19 |a 410
092 __ a l-161,7,11
100 1_ |a Costa, Sergio Corrêa da, |d 1919-2005.
245 10 |a Palavras sem fronteiras / |c Sergio Corrêa da Costa. -
260 __ |a Rio de Janeiro : |b Record, |c 2000.
300 __ |a 866 p. ; |c 23 cm.
504 __ |a Bibliografia: p. [815]-822.
650 04 |a Linguagem e línguas - |x Estrangeirismos.
852 __ |a DRG
913 __ |a 100100517220904073
949 __ |a 990.907 DL 13/04/2000
```

Finalmente, o formato 'de autoridade', também do MARC 21, substitui os catálogos internos de identidade, títulos e assuntos. Exemplos, também retirados dos catálogos da BN:

Catálogo de identidade (autoridade)

```
LDR 00765czn0022002057  4504
001 100032914234341E52
003 Br
005 20050930112245.4
008 100032| | acnnnaab|          |a aaa     d
011 __ |s 100032914234341E52
040 __ |a Br |c Br
100 1_ |a Costa, Sergio Correa da, |d 1919-2005.
400 1_ |a Costa, Sergio Correa Afonso da, |d 1919-2005.
400 1_ |a Afonso da Costa, Sergio Correa, |d 1919-2005.
670 __ |a Autor de: Artigos...[1987?]
670 __ |a Brasil bras. de hoje |b (d.n.)
670 __ |a Almanaq. de pessoal MRE 1946 |b (n.c.; d.n.)
670 __ |a O Globo on-line 30/9/05 |b (d.m.)
670 __ |a http://www.academia.org.br |b (D.; n.c.; bacharel em Ciênci-
as          Jurídicas e Sociais; diplomata)
913 __ |a 101060417013064167
```

Catálogo de terminologia de assuntos

LDR 00566nzs0022001817 4504
001 2002050212023425med
003 Br
005 20020502120234.2
008 020502d| anznnbabn a ana d
040 __ |a Br |c Br |f Br
150 __ |a Linguagem e línguas |x Estrangeirismos
360 __ |i Também a subdivisão - Estrangeirismos sob língua específica. Ex. Português – Estrangeirismos.
450 1_ |a International words
450 __ |a Loan words
450 __ |a Loanwords
450 __ |a Palavras internacionalizadas
670 1_ |a LCSH
750 _0 |a Language and languages |x Foreign words and phrases

Sobram-nos, portanto, os catálogos topográfico e decisório. O topográfico se tornou obsoleto e desnecessário com a automação, uma vez que se podem extrair relatórios atualizadíssimos para conferência do acervo, sempre que necessários. O catálogo decisório, por enquanto, continua, elaborado manualmente e arquivado em fichas, ou em bases de dados simplíssimas e locais, do tipo daquelas encontradas em microcomputadores pessoais, com recuperação por um número mínimo de campos.

Verifica-se, ao final deste capítulo, que a automação melhorou, ampliou e deu maior flexibilidade e compreensão aos catálogos, facilitou o trabalho dos catalogadores e dos bibliotecários em geral e permitiu maior liberdade aos usuários na busca e acesso aos acervos; no entanto, seus princípios continuam os mesmos que nos guiam há milênios, foram sistematizados por Cutter e confirmados e atualizados pela Declaração de Princípios de 2009. Cada vez mais, a automação comprova a importância e o caráter intelectual da catalogação. Mãos à obra, catalogadores!

Referências

1 Sugestões de leituras sobre o tema:
FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação.* Trad. A.A. Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.
PIEDADE, M. A. R. *Introdução à teoria da classificação.* Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PIGGOTT, Mary. *A topography of cataloguing.* London: The Library Association, 1988.
RANGANATHAN, S.R. *Classified catalogue code.* Assisted by A. Neelameghan. 5th ed., repr. Bombay: Asia Publishing, 1965.
SHERA, J.H.; EGAN, M.E. *The classified catalog: basic principles and practices.* Chicago: American Library Association, 1956.

2 Existe esta obra impressa:
BLANC-MONTMAYEUR, Martine; DANSET, Françoise. *Lista de cabeçalhos de assunto para bibliotecas.* Lisboa: Caminho, 1999. (Caminho das bibliotecas & informação, n. 2).

3 Esta obra provê informações minuciosas sobre o registro:
CRUZ, Anamaria. *Representação descritiva de documentos.* Rio de Janeiro: FEBAB, 1994.

4 IFLA Guidelines for Online Public Access Catalogue (OPAC) displays: final report. München: Saur, 2005. (IFLA Series on Bibliographic Control, vol. 27).

5 Para aprender a distinguir obras raras e preciosas:
PINHEIRO, Ana Virgínia. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica.* Rio de Janeiro/Brasília: Presença/INL, 1989.

ÍNDICE

Este livro, no formato de 15,5 × 22,5 cm, foi diagramado e composto por
Lemos Informação e Comunicação Ltda., Brasília, e impresso
na Gráfica Vida e Consciência, São Paulo, em agosto de
2009, ano do 110º aniversário de nascimento de
Rubens Borba de Moraes

Texto em Palatino Linotype, corpo 11/13,2
Papel do miolo: Pólen Soft natural de 70 g/m²
Papel da capa: cartão Supremo de 250 g/m²

não existem traduções deles; no terceiro, de caráter histórico, porque recuperamos informações das mais diversas fontes, nem sempre disponibilizadas e muito menos em nosso idioma.

De modo absoluto, não pretendemos substituir obras diversas sobre exercícios de catalogação e explicações sobre formatos, como aquelas relativas às aacr2 e ao marc. Não há tipo algum de exercício aqui incluído. Também não nos arrogamos a profundidade ou completeza de um 'tratado de catalogação'. Sempre que possível, indicamos outras obras onde o tema possa ser estudado e investigado, preferencialmente em português, dentro dos limites de nosso conhecimento."

Eliane Serrão Alves Mey é doutora pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e mestre em ciências da informação pela Universidade de Brasília onde se formou em biblioteconomia. Professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos, ministra aulas e palestras sobre teoria da representação bibliográfica.

Naira Christofoletti Silveira é doutoranda da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e mestre em ciência da informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Formou-se em biblioteconomia pela Universidade Federal de São Carlos.